



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em História

**Sociedades nem tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de  
Rio Grande (1884-1913).**

Maria Karina Ferraretto

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2017



MARIA KARINA FERRARETTO

**Sociedades nem tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em História.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Ferraretto, Maria Karina  
Sociedades nem tão anônimas: um estudo  
prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio  
Grande (1884-1913). / Maria Karina Ferraretto. --  
2017.  
206 f.  
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2017.

1. História do Brasil. 2. Prosopografia. 3.  
História Social. 4. História de elites. 5.  
Industrialização e Comércio. I. Grijó, Luiz Alberto,  
orient. II. Título.

FERRARETTO, Maria Karina.

Título: Sociedades nem tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em História.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Aprovado em 08 de dezembro de 2017.

#### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Kühn – UFRGS

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas – UFPel

Prof. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores – UFSM



*Para a Antônia, que chegou no meio desse projeto para colocar a vida toda em perspectiva.*

## AGRADECIMENTOS

A máxima barata que diz que “a vida é uma caixa de surpresas” não poderia fazer mais sentido nos momentos finais de escrita dessa dissertação, quando inicio estes agradecimentos tentando recobrar tudo que aconteceu e quem estava por perto. Virei mãe, fui demitida, inventei um bolsa (já que eu era uma “sem-bolsa”) e arranjei um emprego incomum, que mudou tudo. Tudo isso pra arranjar esse título aí de mestra em história. Não foi mais difícil do que foi prazeroso, mas “muita água passou por baixo desse rio”. Ah... mais uma dessas frases comuns. Tudo bem! Hoje me dei o direito de me deixar levar por todas essas expressões informais que a gente fica se esforçando pra não cair em tentação nos nossos textos acadêmicos. Então, vou chutar o balde (Ops! Fiz de novo.) e usar até a primeira pessoa e uns pontos de exclamação aqui e ali.

Agradeço, primeiro, ao PPGH/UFRGS pela confiança depositada na minha proposta de pesquisa, e em especial ao meu orientador, professor Luiz Alberto Grijó, pelos anos de orientação. Sou, é claro, grata por sua leitura atenciosa e pelos comentários que fizeram deste um trabalho melhor; porém, agradeço ainda mais a sua compreensão com as minhas venturas e desventuras. A liberdade que me deu certamente fez este trabalho ir mais longe. Nossa parceria no desenvolvimento da primeira disciplina EAD do curso de história da universidade também não pode ser esquecida. Mais do que uma experiência única, representou pra mim a possibilidade de uma “sem bolsa” e sem emprego se manter por mais alguns meses no programa. Obrigada por abraçar mais essa ideia.

Aos professores Fábio Kuhn e Jonas Moreira Vargas agradeço as leituras pacientes e interessadas nas minhas pesquisas e que me acompanham desde a produção do TCC que deu origem à esta dissertação. E à professora Elen Osório, também do PPGH/UFRGS, que permitiu o acesso ao banco de dados de sua pesquisa e teve a paciência de me explicar em detalhes sua organização, dedico meu reconhecimento. Esse gesto deu o *start* para que eu conseguisse esquematizar meu próprio trabalho. Suas aulas durante o curso me deram a coragem para encarar de frente o método prosopográfico e assumi-lo como parte fundamental desta pesquisa.

Um gradíssimo obrigado dedico ao amigo Devanir Weber, que doou horas de trabalho como desenvolvedor web para a construção do sistema de banco de dados usado por este trabalho. Sua participação com certeza qualificou muito os dados aqui apresentados.

E à amiga Paula dos Santos Flores, pela “tradução” entre o campo da história e o dos “nerds da informática”. A ambos serei eternamente grata.

Para as amigas Soraia Bertin do Vale e Renata Soares Costa, junto com a Paula, devoto meu carinho pelos anos de companheirismo desde a Graduação e por todos os Chá das Cinco que passaram e pelos que ainda virão. Nossos encontros deixam a vida mais leve.

Agradeço ainda a minha colega de trabalho e amiga Eleandra Vanti da Luz que “segurou as pontas” na nossa secretaria para que eu pudesse me dedicar à finalização do meu texto. Sou grata pelo apoio para o encerramento desse projeto e pela parceria que desenvolvemos nos últimos anos. Que venham muitos outros desafios malucos para superarmos juntas.

Aos meus pais, Marilda e Luiz Ernesto, e à minha vó Maria, por me ensinaram desde a infância a valorizar o estudo, a História e a família. Aos meus irmãos Junior e Letícia, por todas as histórias compartilhadas. Certamente, todos nós descobrimos neste último ano o quanto é fundamental enfrentar a vida com coragem.

À minha sogra, Maria Cristina, pelo apoio e dedicação a toda nossa família, mas também por abrir pra mim as portas da Escola São José e permitir que eu encontrasse um local de trabalho onde posso exercitar de forma livre todo o meu conhecimento e criatividade. Trabalhar com liberdade é um privilégio sem igual (acho que ando tendo sorte nesse aspecto!).

Agradeço igualmente a todos os colegas da KL Audio e da Escola São José, os dois locais onde trabalhei durante o desenvolvimento desse projeto. Certamente, muito da minha trajetória de trabalho como jornalista e como administradora de equipes está presente nas entrelinhas dessa dissertação. À Patrícia, William, Antenor, Carine, Fernanda e Marilúcia pelos cafés, chás e chimarrões nos corredores e que fazem toda a diferença no dia a dia.

Por fim, os agradecimentos às duas pessoas mais importantes de todo esse processo. Dedico todo meu amor e gratidão ao meu marido, Francisco, por sua dedicação incondicional ao nosso projeto de vida juntos, e à Antônia, que chegou no meio dessa dissertação para promover uma revolução, ensinando para a mamãe o que é realmente importante. Desejo que, como os pais e os avós, a Antônia encontre o seu próprio prazer na leitura e no conhecimento.

No fim de tudo, é gratificante se sentir um ser humano completo, com uma existência plena, com família, amigos e com um projeto profissional em andamento.

Muito, muito obrigada a todo mundo!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a atuação de um grupo de empresários no processo de industrialização e modernização da cidade de Rio Grande, no início do século XX. O período de análise vai de 1884, quando a Fábrica Rheingantz se transforma em sociedade por ações, até 1913, momento que precede a Primeira Guerra Mundial, quando movimentos políticos e econômicos alterariam profundamente as relações produtivas no país. A pesquisa apoia-se nos métodos prosopográfico e indutivo de análise, para os quais foi construído um banco de dados em linguagem de programação SQL. Como fontes de dados usa-se uma série de documentos corporativos, inventários e testamentos, entre outras. São explorados critérios como relações de parentesco e financeiras e as próprias conexões entre um conjunto grande de empresas locais. O trabalho surge da necessidade de se demonstrar os elos existentes entre um conjunto variado de empreendimentos (assistenciais, industriais, comerciais e financeiros) e as trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos nesses processos.

**Palavras-chave:** industrialização, prosopografia, elites, parentelas, redes, empresários, empreendimentos, história social.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to understand how a group of businessmen acted in the industrialization and modernization of the city of Rio Grande, Brazil, in the early twentieth century. The period analyzed goes from 1884, when Fábrica Rheingantz becomes a limited partnership per shares (partnership in commendam per shares), until 1913, right before World War I, when political and economic movements cause deep changes in Brazil's productive relations. An SQL database was constructed to support the use of prosopography and the inductive method of analysis in the study. The primary data sources were corporate documents, probate proceedings and wills, among others. The study analyzes criteria such as family ties, financial relationships and the very connections among a large set of local companies to better understand the ties between a diverse group of enterprises (in the welfare, manufacturing, commerce and finance sectors) and the life stories of the subjects involved in these processes.

**Keywords:** industrialization, prosopography, elites, family relationships, networks, businessmen, enterprises, social history.

## LISTA DE ABREVIATURAS

APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

BND. Biblioteca Nacional Digital.

BRG. Biblioteca Rio-grandense (Rio Grande/RS)

FGV. Fundação Getúlio Vargas.

IHGRGS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

NPH/UFRGS. Núcleo de Pesquisa Histórica / Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCRG. Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

SQL. *Structured Query Language* (Linguagem de Consulta Estruturada).

## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b> .....	<b>14</b>
<b>A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	<b>17</b>
<b>HISTORIOGRAFIA SOBRE O RIO GRANDE DO SUL E INDUSTRIALIZAÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS COMO ELITE LOCAL</b> .....	<b>28</b>
<b>METODOLOGIA, FONTES E CAPÍTULOS</b> .....	<b>29</b>
<b><u>1 EMPRESÁRIOS E INVESTIDORES EM RIO GRANDE: LEGISLAÇÃO, PROSOPOGRAFIA E ELITE LOCAL</u></b> .....	<b>33</b>
<b>1.1 AS SOCIEDADE EM COMANDITAS E AS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO SÉCULO XIX...</b>	<b>35</b>
<b>1.2 CONSTITUIÇÃO DO GRUPO PROSOPOGRÁFICO A PARTIR DE DOCUMENTOS CORPORATIVOS</b> .....	<b>43</b>
<b>1.3 CONTRIBUTOS ANALÍTICOS: ELITES, REDES E PROSOPOGRAFIA</b> .....	<b>50</b>
<b><u>2 ELITES URBANAS E INDUSTRIAIS E SUAS REDES DE RELAÇÕES: FAMÍLIA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u></b> .....	<b>54</b>
<b>2.1 SISTEMA DE ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA (SAP)</b> .....	<b>56</b>
<b>2.1.1 TÍTULOS E OCUPAÇÕES: UM QUEBRA-CABEÇA DE POSIÇÕES SOCIAIS.</b> .....	<b>59</b>
<b>2.2 EMPREENDIMENTOS, CARGOS E DIVERSIFICADA AÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>72</b>
<b>2.3 SUJEITOS E FAMÍLIA. O CASO DE UM EMPRESÁRIO INDUSTRIALISTA NA VIRADA DO SÉCULO XIX</b> .....	<b>87</b>
<b>2.3.1 A DANÇA DAS CADEIRAS, OU APENAS UMA REDE DE CONFIANÇA NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS</b> .....	<b>92</b>
<b><u>3 OS EMPREENDIMENTOS NA MODERNIDADE: NO COMPASSO DAS FÁBRICAS OU NA VELOCIDADE DOS BONDES</u></b> .....	<b>98</b>
<b>3.1 O ASILO DE MENDICIDADE E A MISERICÓRDIA: O CONTROLE DOS INDESEJADOS ...</b>	<b>101</b>
<b>3.2 A COMPANHIA VIAÇÃO RIO-GRANDENSE: O URBANISMO INTERVENCIONISTA.....</b>	<b>114</b>
<b>3.2.1 LINHAS DE BONDES E ESTRADAS DE FERRO.....</b>	<b>120</b>
<b>3.2.2 POVOAMENTO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO LITORAL.</b> .....	<b>124</b>
<b>3.3 A CHARUTOS POOCK E A RHEINGANTZ: EXPOENTES DA MODERNIDADE LOCAL ....</b>	<b>129</b>
<b>3.4 A MOINHOS RIO-GRANDENSES: INSERÇÃO NO MODELO CAPITALISTA INTERNACIONAL</b> .....	<b>137</b>
<b><u>CONCLUSÃO</u></b> .....	<b>145</b>
<b><u>LISTA DE DOCUMENTOS</u></b> .....	<b>151</b>
<b>LEIS E DECRETOS</b> .....	<b>151</b>
<b>FONTES MANUSCRITAS</b> .....	<b>151</b>

<b>DOCUMENTOS CORPORATIVOS.....</b>	<b>153</b>
<b>FONTES EDITADAS.....</b>	<b>154</b>
<b>SITES E FONTES ONLINE .....</b>	<b>155</b>

<b><u>BIBLIOGRAFIA .....</u></b>	<b><u>156</u></b>
----------------------------------	-------------------

<b><u>ANEXOS .....</u></b>	<b><u>164</u></b>
----------------------------	-------------------

ANEXO I. CHALÉS DE VERANEIO NO BALNEÁRIO VILLA SEQUEIRA /	165
ANEXO II. ANÚNCIOS COMERCIAIS. /	167
ANEXO III. TRANSPORTE PÚBLICO: BONDES. /	168
ANEXO IV. TRANSPORTE PÚBLICO: TRENS E LINHAS FÉRREAS. /	169
ANEXO V. TRANSPORTE PÚBLICO: ESTAÇÕES FÉRREAS - RIO GRANDE. /	171
ANEXO VI. EMPREENDIMENTOS: FÁBRICA DE CHARUTOS POOCK. /	172
ANEXO VII. EMPREENDIMENTOS: FÁBRICA RHEINGANTZ. /	173
ANEXO VIII. EMPREENDIMENTOS: CARIDADE. /	174
ANEXO XIX. EMPREENDIMENTOS: DIVERSOS. /	175
ANEXO X. SUJEITOS E FAMÍLIAS. /	176
ANEXO XI. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: O PORTO E AS RUAS. /	178
ANEXO XII. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: VILLA SEQUEIRA. /	179
ANEXO XIII. GRANDES EXPOSIÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO. /	180
ANEXO XIV. FICHA PROSOPOGRÁFICA: PERSONAGENS. /	184
ANEXO V. FICHA PROSOPOGRÁFICA: EMPREENDIMENTOS. /	186
ANEXO XVI. CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. /	187
ANEXO XVII. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. /	188
ANEXO XVIII. TAXA CAMBIAL PENCE/MIL-RÉIS (1870-1930). /	189
ANEXO XIX. LISTA DE ACIONISTAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ. /	191
ANEXO XX. LISTAS DE ACIONISTAS E DIRETORIAS (DIVERSOS EMPREENDIMENTOS). /	195
ANEXO XXI. QUADRO GERAL DE INDIVÍDUOS-CHAVE E CARGOS OCUPADOS. /	197

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Número total de acionistas por ano. ....	45
Gráfico 2. Distribuição dos acionistas da Rheingantz por sede. ....	46
Gráfico 3. Nome dos empreendedores a serem estudados e número de empreendimentos com os quais possuem envolvimento. ....	47
Gráfico 4. Número de investidores do grupo prosopográfico que participam de cada investimento-chave (de um total de 30). ....	48
Gráfico 5: Número de empreendimentos por categoria.....	58
Gráfico 6: Títulos e ocupações relacionados aos indivíduos-chave.....	59
Gráfico 7: Distribuição dos indivíduos-chave por inclinação política ou ideológica.....	64
Gráfico 8. Quadro geral: empreendimentos e indivíduos-chave. ....	73
Gráfico 9. Quadro geral: empreendimentos-chave e indivíduos-chave. ....	74
Gráfico 10. Empreendimentos distribuídos por finalidade.....	75
Gráfico 11. Quadro geral de cargos ocupados por tipo de empreendimento. ....	80
Gráfico 12. Empresas relacionadas a Lycurgo Telles de Menezes e Domingos José Vaz Dias.....	85
Gráfico 13. Instituições caritativas e indivíduos-chave que ocupam cargos em suas diretorias .....	104
Mapa 1. Cidade do Rio Grande, final do século XIX.....	123
Gráfico 14. Distribuição da população da Villa Sequeira por cidade de origem (1893)...	128
Gráfico 15. Número de empreendimentos criados por década.....	137



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Linha de corte de acordo com o número total de ações comercializadas.....	46
Tabela 2. Associações, sub-categoria: entidades de classe. ....	61
Tabela 3: Ocupações e Cargos públicos dos indivíduos-chave. ....	62
Tabela 4. Indivíduos-chave com alta patente na Guarda Nacional. ....	67
Tabela 5. Indivíduos-chave envolvidos com serviços financeiros. ....	76
Tabela 6. Empreendimentos, subcategoria comércio: importação e exportação.....	78
Tabela 7. Ocupações por tipo empreendimento. ....	80
Tabela 8. Lycurgo Telles de Menezes: cargos ocupados ao longo da vida.....	81
Tabela 9. Domingos José Vaz Dias: cargos ocupados ao longo da vida.....	83
Tabela 10. Quadro comparativo de distribuição de fortuna. ....	85
Tabela 11. Lista de diretores/fundadores do Asilo de Mendicidade de Rio Grande. ....	103
Tabela 12. Valores destinados à esmola e instituições de caridade nos inventários do casal Lemos Júnior. ....	105
Tabela 13. Indivíduos que atuaram na Santa Casa de Misericórdia e no Asilo de Mendicidade. ....	113
Tabela 14. Diretoria da Companhia Carris Urbanos de Rio Grande (1884). ....	115
Tabela 15. Diretoria da Companhia Viação Rio-grandense (1895). ....	116
Tabela 16. Antônio Joaquim Pinto da Rocha: cargos ocupados ao longo da vida.....	117
Tabela 17. Empreendimentos dedicados ao transporte. ....	118
Tabela 18. Diretoria da Companhia Moinho Rio-grandense (1895).....	138
Tabela 19. Lista de acionista da Moinho Sul Brasil integrantes do banco de dados.....	139
Tabela 20: Lista de acionistas da Albino & C. em 1906. ....	140
Tabela 20. Diretoria da Companhia Moinhos Rio-grandenses (1929).....	142
Tabela 21. Diretoria da Companhia Lanifício São Pedro (1928).....	143

## INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX, um viajante europeu que desembarcasse de um paquete no porto de Rio Grande, última parada brasileira antes de seguir para Montevidéu ou Buenos Aires, não teria dificuldade em encontrar um conterrâneo. Por toda parte, imigrantes alemães, italianos, ingleses, espanhóis, poloneses ou portugueses fixavam residência e faziam fila em busca de trabalho nas lojas comerciais e fábricas sendo inauguradas. O país vivia um momento de transição: do trabalho escravo para o assalariado no campo. Do bonde puxado a burros para o elétrico nas cidades. Da vela para o vapor na navegação costeira. Das corridas de cavalo para as partidas de futebol. Do agrário e tradicional para o moderno e urbano. Do Império para a República. Os novos empresários industriais rivalizavam nos jogos políticos com os barões do café da região sudeste e com os grandes estancieiros e charqueadores do sul. O momento era de redefinição das posições político-partidárias. A instabilidade política e econômica contrastava com um novo modo de pensar e viver o cotidiano que surgia inspirado em ares trazidos pela *Belle Époque*.

Em Rio Grande, um grupo de homens de negócios parecia decidido a fazer chegar na cidade os avanços da modernidade através da aplicação de capital. Os investimentos na indústria ou no comércio se refletiam nas mais diferentes áreas, entre elas na abertura de mais loteamentos urbanos, na construção de estradas, no transporte público, em ações de caridade e nas atividades de lazer. Essa tendência se fez sentir ainda nos tempos do Império, quando da inauguração das pioneiras indústrias da região, seja do charque oriundo da pecuária, seja das tecelagens que se instalavam. Além dos empresários industriais, outros grupos sociais surgiam conectados a esses empreendimentos, dando origem a toda uma população urbana com traços característicos. As indústrias irão abrigar funcionários distribuídos em diferentes ordens hierárquicas: operários do chão de fábrica, mestres de obras, chefes de oficina, diretores, gerentes, acionistas e administradores. Na mesma esfera estão ainda os profissionais liberais, os servidores públicos, os ferroviários e os bancários.

A presença estrangeira também é notável nesse novo meio urbano. Dada a inexistência de estatísticas sobre o tema, é difícil avaliar o percentual empregado em diferentes setores<sup>1</sup>; porém, sabe-se que muitas fábricas importaram mão de obra estrangeira

---

<sup>1</sup> LONER, Beatriz. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade – UFPel/Rede Unitrabalho, 2001. p. 77.

diretamente da Europa, entre elas, a Fábrica Pooch de fumos, que tinha técnicos cubanos e alemães; e a Fábrica Rheingantz, na qual um bom número de mestres e contramestres eram provenientes de Schio, região tecelã na divisa da Itália com a Áustria, que passa por uma crise no final do século e acaba expulsando mão de obra especializada para diferentes regiões do globo<sup>2</sup>.

Os proprietários dos novos estabelecimentos riograndinos, em sincronia com empresários de outras cidades e indústrias nascentes, principalmente de Pelotas, Porto Alegre e Caxias do Sul, estimulavam a economia e a cultura da região. A cidade agitava-se com os bailes, as *matinéés* musicais e os encontros de domingo nos *chalets* de praia das famílias mais ricas<sup>3</sup>. Para as novas fábricas, o porto marítimo facilitava a importação de matéria-prima e a exportação de produtos acabados, ainda que a precariedade das estradas terrestres e o alto custo dos impostos contribuíssem para o crescimento do contrabando através de Buenos Aires e Montevideú<sup>4</sup>. Todos os dias, negociantes embarcavam para os grandes centros (Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo) à procura de investidores e trocas comerciais para as empresas que representavam. Bairros surgiam cortados por linhas de bondes e estradas de ferro.

Este trabalho toma como objeto de estudo um conjunto de empreendimentos constituídos no final do século XIX e o grupo de empresários a eles conectados e que fortalecem suas bases na primeira década do século XX. Usa-se como ponto de partida a Fábrica Rheingantz, fundada em 1873 por Carlos Guilherme Rheingantz, e soma-se à análise outros empreendimentos a ela relacionados através de seus diretores, sócios-fundadores e/ou maiores acionistas. Desse modo, assim ligados à Rheingantz, aparecem o Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1886), que tinha como presidente o comendador Antônio da Costa Corrêa Leite; a Charutos Pooch, de Gustav Pooch (1891); a Moinhos Rio-grandense, de Albino Cunha (1894); a Companhia Viação Rio-grandense (1895), que tem como incorporador Antônio Manoel de Lemos Júnior; e a Companhia Estrada de Ferro Rio Grande - Costa do Mar (1890), dirigida por Antônio Cândido Sequeira, que, além da construção da

---

<sup>2</sup> Sobre a emigração de operários da cidade de Schio (Província de Vicenza, Itália) no século XIX, ver: VERONA, Antônio Folquito. **O mundo é nossa pátria**: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, 1993.

<sup>3</sup> Sobre o cotidiano da elite riograndina e a introdução de novos hábitos na cidade inspirados em experiências europeias ver ENKE, Rebeca Guimarães. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos / PPGH, 2005. 143 p. 9.

<sup>4</sup> Sobre o uso do contrabando como forma de burlar o pagamento de impostos de exportação e importação através da fronteira oeste do Rio Grande do Sul em meados do século XIX, ver: THOMPSON FLORES, Mariana Flores Da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - (1851-1864)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2007. p. 63-64.

linha férrea, tinha o direito de lotear e explorar a venda dos terrenos, a construção das casas e o comércio ao longo da estrada e na estação balnear próxima à cidade. Porém, o que possuem em comum companhias divididas em ramos de atividades tão díspares? Para fins desta análise, interessa, o fato de que seus fundadores, diretores e acionistas se reúnem em uma intrincada rede de relações econômicas, políticas e sociais. Observar os sujeitos por trás desses empreendimentos significa observar, ainda que de forma parcial, como foi se organizando o início do processo de industrialização do sul do Brasil.

Como explica Emília Viotti da Costa ao tratar sobre as transformações econômicas e sociais que levariam à instalação da República, é a partir da década de 1870 que o capitalismo industrial dá seus primeiros passos no Brasil. “Em pouco mais de dez anos, o número de indústrias passou de 175, em 1874, para mais de seiscentas. Eram empresas ainda pequenas e modestas na sua maioria, mas significavam já uma profunda transformação na economia e na sociedade”<sup>5</sup>. Sobre a instalação das primeiras indústrias e as alterações econômicas trazidas por elas, duas linhas de pesquisa distintas e inter-relacionadas podem ser observadas. A primeira refere-se a trabalhos de história econômica que procuram identificar<sup>6</sup>. A segunda diz respeito ao material produzido pela historiografia voltada especificamente para o caso gaúcho, que se desenvolveu largamente nas décadas de 1970-80. Estas obras centravam-se na descrição das primeiras fábricas do estado, sua organização interna (mão de obra, movimento operário etc.) e o surgimento das diferentes classes sociais que as envolviam (elites industriais, operariado, bancários, funcionários públicos etc.)<sup>7</sup>. Um breve levantamento sobre ambas as abordagens serve para situar melhor a temática a ser desenvolvida.

---

<sup>5</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9º ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 466.

<sup>6</sup> Sobre estes debates ver: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das Letras: São Paulo, 2011. HEES, F. ; **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956)**. Em *Tempo de Histórias*, v. X, p. 79-99, 2011. LUZ, Nícia V. **A luta pela industrialização do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978. SAES, Flávio A. M. de. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República**. In: *Estudos Avançados*. Vol. 3. nº 7. São Paulo, Set-Dez. 1989. p. 20-39. SIMONSEN, R.C. 1973. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSp. VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

<sup>7</sup> Da historiografia gaúcha sobre a industrialização ver: PESAVENTO, Sandra J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. REICHEL, Heloisa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

## A industrialização do Brasil em perspectiva histórica

O debate sobre a industrialização do Brasil é uma questão historiográfica bastante controversa e muitas vezes associado a assuntos que dizem respeito mais ao tempo de quem as coloca do que ao momento a que se refere especificamente. Isto é, em diversas ocasiões, as posições acadêmicas sobre a industrialização brasileira serviram mais para defender ou atacar opiniões ideológicas sobre o curso do desenvolvimento do país do que para explicar o fenômeno em si. Ainda assim, parece impossível realizar uma análise acerca do grupo de dirigentes de algumas das primeiras indústrias do Rio Grande do Sul sem perpassar, mesmo que de forma rápida, os estudos clássicos sobre a industrialização e algumas das polêmicas que os circundam. Como explica Flávio Saes (1989) em seu artigo sobre a industrialização na Primeira República, os estudos dos anos 1960-70 acabam por indicar ao menos duas linhas distintas de reflexão sobre o assunto. De um lado, na linha proposta por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1968) e pela CEPAL<sup>8</sup>, estão os que entendem que a industrialização brasileira nasce do agrupamento de dois fatores: a crise do setor exportador e a intervenção estatal. Do outro, os que entendem ser a expansão das exportações o elemento impulsionador da indústria<sup>9</sup>. Ou, no caso, a Teoria dos Choques Adversos versus a Teoria do Crescimento pela Substituição de Importações. Para Furtado, a industrialização interessa apenas a partir da Crise de 29 e do colapso dos sistemas de proteção do café durante o governo Vargas, com o “deslocamento do centro dinâmico” da economia de um sistema agrário-exportador para um sistema industrial de substituição das importações por produtos nacionais devido à desvalorização da moeda nacional<sup>10</sup>. Em síntese, o pensamento cepalino estaria fortemente atrelado à noção de que o Estado exerce um papel fundamental no processo de industrialização do Brasil. O empresariado nacional seria dependente do Estado, a quem caberia a criação de barreiras alfandegária, o controle da mão de obra e demais

---

<sup>8</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU) e tinha como objetivo inicial incentivar a cooperação econômica entre os países membros. Além dos países da América Latina e do Caribe, fazem parte da CEPAL Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos. No seu início, a comissão reuniu grandes nomes do desenvolvimentismo latino-americano que pregavam que a industrialização era o único caminho para a superação do subdesenvolvimento dos países. Na década de 1950, Celso Furtado conduziu para a CEPAL um estudo sobre a situação brasileira que serviu de base para a construção do *Plano de Metas* do governo Juscelino Kubitschek - o audacioso projeto que tinha como objetivo a “modernização” do Brasil e ficou famoso pelo *slogan* “Cinquenta anos em cinco”. Ainda hoje a CEPAL atua no fomento ao desenvolvimento econômico dos seus países membros. Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em: 12/11/2016.

<sup>9</sup> SAES, 1989, op. cit., p. 20-22.

<sup>10</sup> FURTADO, 1980, op. cit. p. 195-222.

medidas protecionistas. Autores como Caio Prado Júnior (1960) e Roberto Simonsen (1973) irão defender a tese de que a indústria nacional cresceria em momentos de crise do setor externo quando teria sofrido decisivo impulso. Essas abordagens, posteriormente, seriam revistas por diferentes autores. Para Vilella e Suzigan, o crescimento industrial no período de 1889 até 1898, junto com o crescimento da cafeicultura, se deu a partir de uma desvalorização cambial forçada e originou um dos mais graves problemas da economia brasileira. A euforia econômica nascida com a República culminaria em 1891, com a chamada crise do “Encilhamento”. A emissão desenfreada de papel-moeda teria provocado a inflação e a desvalorização cambial que caracterizou todo esse momento histórico<sup>11</sup>.

Em 1898, Campos Sales assume o governo em meio a uma grave crise econômica. O então ministro da economia, Joaquim Murinho, fora encarregado de controlar a nova política imposta pelos banqueiros britânicos. O acordo, denominado *funding loan* (fundo de empréstimo de financiamento), renegociou a dívida externa brasileira através da imposição de uma série de exigências. Ficou estabelecido, por exemplo, que o governo brasileiro combateria a inflação e a desvalorização da moeda. Para isso, Murinho reduziu de forma drástica os investimentos em obras públicas e no incentivo às indústrias, além de criar novos impostos e aumentar os antes existentes. Essas políticas provocaram a estagnação do setor industrial, o que aumentou o desemprego, gerando uma grave crise social. Entretanto, a política saneadora de Campos Sales e Murinho acabou se saindo vitoriosa ao obter, a duras penas, a almejada continuidade política e econômica. A partir de 1903, com a política de “reerguimento econômico”, o país entra em uma fase de estabilidade monetária e financeira, com inflação mínima<sup>12</sup>. Para o período posterior, de 1905 até 1913, Vilella e Suzigan, com base em análise estatística, concluem que houve um forte crescimento da indústria nacional. Para os autores, porém, é somente na década de 1930 “que se pode falar de industrialização no sentido de se estar ocorrendo uma modificação na estrutura da economia”<sup>13</sup>. Entretanto, sua posição sobre a Primeira Guerra é oposta à de autores como Furtado e Caio Prado Júnior que afirmam ser esse um dos principais momentos de desenvolvimento industrial para o Brasil.

Os efeitos da crise internacional de 1913 e da guerra de 1914-1918 impediram a continuação desse surto [de desenvolvimento industrial de 1905-1913]. Afetando o comércio exterior, reduziram abruptamente a

---

<sup>11</sup> VILLELLA; SUZIGAN, 1975, op. cit., p. 82.

<sup>12</sup> BUESCU, Miercea. **História econômica do Brasil: leitura básica**. Antônio Paim (org.). Edição. [S.L.]: Centro de documentação do pensamento brasileiro (CDPB), 2011. p. 212-213.

<sup>13</sup> VILLELLA; SUZIGAN, 1975, op. cit., p. 222.

relação de trocas e a capacidade de importar da economia. A formação de capital na indústria foi reduzida à quinta parte dos níveis de antes da guerra. Muito embora tenha havido aumento da produção industrial durante a guerra, é pouco provável que tenha havido continuação da industrialização<sup>14</sup>.

Warren Dean, ao tratar da industrialização de São Paulo, também critica essas análises ao concluir que no período anterior à Primeira Guerra, “ao mesmo tempo em que o café vendia excepcionalmente bem, a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa”<sup>15</sup>. Para o autor, essas teorias que associam o crescimento industrial ao colapso do comércio internacional “agradariam aos sentimentos nacionalistas, pois implicam que as fontes estrangeiras de suprimentos não são merecedoras de confiança e que a produção nacional é capaz de aceitar qualquer desafio”<sup>16</sup>. Esse é o tipo de raciocínio que, segundo Dean, estaria presente sobretudo na obra de Furtado. Em nota de rodapé, o autor apoia-se no trabalho de Stanley Stein<sup>17</sup>, *The Brazilian Cotton Manufacture*, para exemplificar o desenvolvimento da indústria brasileira antes da Primeira Guerra e constata que “metade de todas as máquinas encontradas nos cotonifícios em 1950 era anterior a 1914”, logo, seriam indícios de investimento e crescimento financeiro pré-guerra. A afirmação indica também estagnação e pouco aumento da produtividade para o período subsequente, uma vez que, não há registros de investimentos em inovação tecnológica e renovação de maquinários. De todo modo, conclui Saes que:

As explicações do crescimento industrial na Primeira República, que se pautavam por uma das duas teses aqui expostas — choques adversos ou indução pelas exportações —, mostravam-se incapazes de dar conta dos diferentes momentos desse processo. As tentativas feitas no sentido de avaliar a adequação de uma ou outra tese acabavam caindo em impasse insolúvel<sup>18</sup>.

Muitos outros trabalhos voltaram-se para o tema da industrialização, dando seguimento a essas tendências. Entretanto, um pouco na contramão dessas vertentes, a industrialização é, para esta análise, um processo histórico de longa duração e deve ser analisada enquanto tal. Não se pretende precisar o seu início ou sua conclusão. Trata-se de observar alguns desses acontecimentos de forma diacrônica. As primeiras experiências

---

<sup>14</sup> VILLELA; SUZIGAN, 1975, op. cit., p. 115.

<sup>15</sup> DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

<sup>16</sup> DEAN, 1975, ibidem, p. 108.

<sup>17</sup> Na obra de Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, o autor conclui que “metade de todas as máquinas encontradas nos cotonifícios em 1950 era anterior a 1914. Idem. Nota de rodapé.

<sup>18</sup> SAES, 1989, op. cit., p. 27.

manufatureiras tiveram início no Brasil ainda no período colonial. Pequenas instalações produziam panos crus para as sacas agrícolas enviadas à corte e para a confecção de roupas para os escravos. O alvará de 1785 proíbe as manufaturas têxteis na colônia como tentativa de evitar a concorrência e garantir um mercado consumidor para a metrópole. Somente a vinda da família real portuguesa, em 1808, é que irá alterar esse cenário. Com o alvará de 8 de abril de 1809, D. João VI procurou favorecer o desenvolvimento industrial através da isenção de impostos aduaneiros de importação de matérias-primas para as fábricas e para a exportação de produtos manufaturados. Também foram oferecidos incentivos, em especial, para as fábricas de lã, algodão, seda, ferro e aço, o uso de produtos nacionais no fardamento das tropas, a concessão de privilégios exclusivos para inventores e importadores de novas tecnologias e o destino da Loteria Nacional para a distribuição de verbas entre as manufaturas que necessitassem de auxílio. No final do século XIX, a Fábrica Rheingantz e a Fábrica de Charutos Pooch ainda irão se beneficiar de resquícios dessas políticas, ambas com contratos para o fornecimento de artigos para o exército. As investidas de D. João VI acabariam sendo frustradas pelo Tratado de Comércio e Navegação celebrado entre Brasil e Inglaterra e que permitia a entrada de produtos britânicos no país com a cobrança de impostos mínimos. Posteriormente, o decreto de 28 de setembro de 1828 abriu a mesma concessão para produtos importados de qualquer outra nacionalidade. Apenas na década de 1840, expirados os prazos dos decretos e tratados anteriores, processou-se uma nova política que privilegiasse a indústria. Em 1844, a tarifa Alves Branco passava a tributar produtos estrangeiros.

Assim, as primeiras indústrias de base capitalista se instalaram em terras brasileiras a partir da segunda metade do XIX. Industrializar o Brasil exigiria uma série de incentivos por parte da coroa e geraria grande controvérsia nos escalões mais altos da política nacional, como indica Nícia Vilela Luz em *A luta pela industrialização do Brasil*<sup>19</sup>. Para a autora, “a medida em que a indústria se desenvolvia e suas reivindicações se tornavam mais insistentes [...] e cresciam as dificuldades da agricultura, começou-se a notar uma certa irritação das classes agrícolas”<sup>20</sup>. Entre os argumentos da época que se opunham ao desenvolvimento industrial estaria o da vocação agrícola do país – em uma região agrária e de solo tão fértil, a industrialização apenas desviaria recursos e mão de obra para um negócio economicamente menos interessante. Outro argumento usado pelas classes agrícolas era o da incapacidade da

---

<sup>19</sup> Sobre as atitudes e disputas de poder no âmbito do governo referente a industrialização brasileira ao longo do século XIX, ver: LUZ, 1978, op. cit.

<sup>20</sup> LUZ, 1978, ibidem, p. 62

indústria de abastecer o mercado interno e, principalmente, o do sacrifício de muitos (da maioria agricultora) em benefício de uns poucos privilegiados (os poucos industrialistas). Alguns autores, entretanto, questionam as argumentações de Luz e afirmam ser necessário haver uma distinção teórica entre o período de “crescimento industrial” do século XIX e o da “industrialização” a partir da década de 1930. Celso Furtado não nega as tentativas de fomento à indústria no século XIX, mas estas teriam fracassado porque “fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar em expansão, seria tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica”<sup>21</sup>. Felipe Hees, em um breve artigo sobre o tema, extrapola as análises e afirma que, no Brasil, a industrialização tem início apenas a partir do Plano de Metas, nos anos 1950, “quando a indústria de bens de produção permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda”<sup>22</sup>.

Para fins desta análise, industrializar é, portanto, transformar a produção industrial em parte considerável da economia e partilhar de um movimento de modernização mais amplo que envolve inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e profundas mudanças sociais, entre elas, a urbanização das cidades e a especialização da mão de obra. Corresponde a momentos de avanço desse processo intercalados por períodos de estagnação e até mesmo retrocesso, quando é possível se observar, dentro de um amplo espectro ações protecionistas do governo, pressões a favor da indústria, ou pressões pró-agricultura – tudo como parte desse conjunto maior. É a partir desse contexto que esta pesquisa tem como objetivo compreender a constituição de alguns dos primeiros empreendimentos industriais de Rio Grande e a atuação dos homens de negócios envolvidos nesse processo, entre 1884, ano em que sua mais antiga indústria, a Fábrica Rheingantz, transforma-se em sociedade por ações, até 1913, período que antecede a Primeira Guerra Mundial, quando mudanças econômicas e políticas viriam a alterar profundamente as relações de poder e as forças produtivas nas diferentes regiões brasileiras. O recorte temporal aqui estudado corresponde a um momento específico dentro desse quadro mais amplo, e a escala de análise local, voltada para os indivíduos e suas famílias, delineia algumas particularidades acerca desse grupo que poderiam ser extrapoladas para outras realidades.

Nessa perspectiva de modernização na qual se pode inserir esse extenso processo de industrialização, a fábrica é a “espinha dorsal” dos acontecimentos, o palco central onde todo um universo específico de decisões, normas de conduta e rearranjo do processo produtivo é articulado. Do método taylorista de organização do trabalho do final do XIX às greves gerais

---

<sup>21</sup> FURTADO, 1980, op. cit., p. 106.

<sup>22</sup> HEES, 2011, op. cit., p. 130.

das primeiras décadas do século XX, o contexto propicia o surgimento de uma nova dinâmica social entre proprietários, diretores, chefes de oficina e operários. Desse contexto, emerge a figura do empresário, pensado aqui no sentido proposto por Schumpeter, em *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911)<sup>23</sup>, entendido como um “inovador”, um “agente econômico que traz novos produtos para o mercado ou por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica”<sup>24</sup>. Ainda que a obra do autor não explique por completo os movimentos econômicos do período, ao enfatizar em suas análises o papel do empresário e da inovação no ambiente industrial como fatores que fazem mover a economia, Schumpeter acaba explicitando um modelo de desenvolvimento econômico que é, em última análise, um modelo de industrialização<sup>25</sup> pautado pela noção da imprevisibilidade da vida econômica. Especificamente para esta pesquisa, o empresário é aquele que faz nascer um empreendimento, ou seja, reúne os recursos necessários para realizar um projeto: procura investidores, importa equipamentos, realiza empréstimos bancários, constrói as instalações etc., sem obrigatoriamente possuir as somas de dinheiro necessárias. O “empreendimento” é, assim, a realização de novas combinações dos fatores produtivos. Diz Schumpeter:

Esses conceitos [de empresário e empreendimento] são a um tempo mais amplos e mais restritos do que no uso comum. Mais amplos porque em primeiro lugar chamamos “empresários” não apenas aos homens de negócios “independentes” em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos “financistas”, “promotores” etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos. Por outro lado, nosso conceito é mais restrito do que o tradicional ao deixar de incluir todos os dirigentes de empresas, gerentes ou industriais que simplesmente podem operar um negócio estabelecido, incluindo apenas os que realmente executam aquela função<sup>26</sup>.

Também sobre a figura do empresário, no final de sua obra, Nícia Vilela da Luz conclui e reforça a ideia de que considerações mais precisas sobre o desenvolvimento

---

<sup>23</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 229 p.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 83-84.

industrial do Brasil no século XIX podem ser realizadas a partir de uma análise das atividades dos empresários brasileiros. Para a autora, a instabilidade da economia no período e certa imagem dos empresários, principalmente dos industriais, como “aventureiros” contribuíram para torná-los pouco atraentes aos capitais mais cautelosos. Porém, com o tempo, constrói-se a ideia do empresário como “produtor”, o que lhe conferiria o direito de reivindicar amparo e proteção do Estado<sup>27</sup>. Sobre o papel do empresário no desenvolvimento industrial, Warren Dean afirma, ao tratar da questão paulista, que mesmo que não aceitemos a centralidade do empresário proposta por Schumpeter, é fato que “suas decisões [dos empresários] causaram a industrialização no sentido mais direto da palavra ‘causar’”<sup>28</sup>. Ainda que não se adote neste trabalho, portanto, o modelo econômico-explicativo de Schumpeter, mas apenas parte de sua base conceitual, cabe a apropriação de sua noção de empresário enquanto agente que transforma os rumos da economia, ou para esta pesquisa, enquanto agentes históricos. Afinal, citando o próprio autor, “estamos sempre preocupados em descrever as formas gerais dos elos causais que ligam os dados econômicos aos não-econômicos”<sup>29</sup>. Se o empresário é essa figura que toma a frente dos empreendimentos, não menos importante são os acionistas de uma companhia, personagens que surgem no Brasil, na segunda metade do XIX, com o desenvolvimento das sociedades por ações. É com recursos dos acionistas que serão financiados os novos negócios e expandidos os antigos. O acionista de uma empresa possui títulos negociáveis, que representam a propriedade de uma fração da companhia, ou seja, uma parte de todos os bens e valores mobilizados para a constituição da empresa, com o propósito de obter ganhos a médio e longo prazos (em oposição a resultados imediatos). Um investimento é, neste caso, a aplicação de capital financeiro em ações da companhia<sup>30</sup>. Além disso, os acionistas terão, em maior ou menor grau, capacidade de voto sobre questões administrativas das companhias, participando, em alguns casos, das próprias diretorias.

Sendo assim, a concepção analítica deste trabalho é essencialmente histórica. Apresentam-se alguns aspectos da política econômica nacional como parte do processo de industrialização, mas entende-se que o econômico não é o único aspecto a ser observado. Fatores socioculturais e políticos são igualmente determinantes no curso dos processos

---

<sup>27</sup> LUZ, 1978, op. cit., p. 209.

<sup>28</sup> DEAN, 1975, op. cit., p. 20.

<sup>29</sup> SCHUMPETER, 1997, op. cit., p. 25.

<sup>30</sup> COMISSÃO NACIONAL DE BOLSAS DE VALORES. *Vocabulário do Mercado de Capitais*. Série Biblioteca. Belo Horizonte: CNBV, 1993. p. 11-48.

históricos. Trata-se de realizar uma história social do econômico. Nessa perspectiva, explica Dean:

Por mais adequadas que se apresentem as circunstâncias para a industrialização, a decisão de destinar recursos a esse propósito não será tomada enquanto as percepções e os interesses da elite não estiverem favoravelmente empenhados. Essa condição, por seu turno, é a consequência da composição da elite e de suas relações com a sociedade que ela dirige. Visto por esse prisma, o empresário não é um herói cultural, a causa não causada, mas tão-somente o representante de um novo grupo, que segue, tateando, o caminho que o levará a um acordo com os outros homens de poder dentro da sociedade. Que o industrial tenha o poder de reestruturar a sociedade talvez seja alguma coisa que nem ele mesmo é capaz de compreender<sup>31</sup>.

Logo, três fatores distintos e interconectados dão origem à indústria brasileira no século XIX: a) condições econômicas e políticas favoráveis; b) o surgimento de uma nova elite empresarial e urbana (os empresários e acionistas); e c) a disponibilidade de mão de obra. Para compreender esses aspectos, reitera Costa que “cabe ao historiador analisar os acontecimentos a luz da realidade mais ampla, tendo em mente que, se para a compreensão do comportamento individual é suficiente, às vezes, conhecer as ideias pessoais, as simpatias e idiossincrasias de cada um, isso não basta para esclarecer a história, pois, para compreendê-la, é preciso levar em consideração o processo dentro do qual se insere a ação individual”<sup>32</sup>. Este trabalho tem como objetivo, portanto, compreender um grupo de empreendimentos e empresários de Rio Grande, inseridos nesse contexto mais amplo de modernidade e industrialização do Brasil na virada do século XIX, a partir de um emaranhado de relações econômicas, sociais e políticas, expressas através dos diferentes documentos que organizam as companhias e sociedades anônimas das quais faziam parte. Trata-se, assim, de se perguntar, de modo secundário, se a forma básica de organização desses negócios (as sociedades por ações) poderia, de algum modo, refletir os mecanismos de conexão entre ramos tão diferentes da economia. Estuda-se os indivíduos que compõem esse grupo, suas origens, suas relações familiares e suas áreas de atuação profissional, entre outros aspectos, a fim de melhor compreender, em última instância, a elite riograndina do início do século XX.

---

<sup>31</sup> DEAN, 1975, op. cit., p. 22.

<sup>32</sup> COSTA, 2010, op. cit., p. 455.

## Historiografia sobre o Rio Grande do Sul e industrialização

A historiografia sobre o Rio Grande do Sul tem a posição peculiar de ter produzido uma série de explicações para a formação e a origem da indústria no estado que, em alguns casos, acaba se distanciando das conexões que os processos históricos estabeleceram com outras regiões do país. Isso ocorre, provavelmente, porque as explicações para o centro são pouco aplicáveis para o caso gaúcho. A indústria da região não é produto da acumulação e do investimento de capital oriundo do café. Poderia ter sido. Em um cenário imaginário, grandes barões do café poderiam ter procurado no sul bons negócios para depositar seu capital acumulado. Não foi assim que a história se desenrolou. Sínteses sobre a história brasileira que generalizam o caso da região central para as demais regiões do país estão deixando de lado todo um universo de possibilidades. A grande maioria dos trabalhos mais clássicos sobre as indústrias do Rio Grande do Sul está apoiada numa certa busca pela origem das primeiras fábricas. De onde veio o capital investido, qual a gênese dos homens que gerenciaram esse processo e como estavam organizados são algumas das perguntas já feitas. Muitos trabalhos tomaram como base a obra de Limeira Tejo, *A indústria Rio-grandense em função da economia nacional* (1937), no qual o autor desenvolve a tese de que a indústria local é fruto do trabalho do artesão-imigrante que se estabeleceu no estado. Em um processo harmônico de transformação das pequenas manufaturas artesanais em fábricas, a indústria gaúcha seria o resultado do heroico trabalho do imigrante, em especial do imigrante alemão. Para o autor, “difícilmente se aponta no Rio Grande do Sul uma indústria que tenha surgido por obra e graça daquela miraculosa ‘aplicação de capitais’”<sup>33</sup>. A perspectiva de Limeira Tejo implica supor que a oficina artesanal teve tal capacidade de desenvolvimento que se tornou autossustentável. A acumulação de capital da pequena manufatura teria sido tamanha que foram possíveis a compra de máquinas e a ampliação das instalações que deram origem a grande fábrica industrial. Tudo isso prescindindo, portanto, de associação com o capital comercial ou financeiro.

Nos anos 1960<sup>34</sup>, autores como Jean Roche e Paul Singer questionaram o posicionamento de Limeira Tejo. Roche (1969), em extensa obra em que avalia centenas de

---

<sup>33</sup> LIMEIRA TEJO, Aurélio. **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 20.

<sup>34</sup> Sobre o debate envolvendo a relação entre industrialização do Rio Grande do Sul, imigração e artesanato ver: 1) RAMOS, José Hugo. OSÓRIO, Ivan. **A industrialização posta à prova**. Porto Alegre: Centro de Estudos Sociais/IFCH/UFRGS, 1969; 2) LIMEIRA TEJO, Aurélio. **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre: Globo, 1937. 3) LIMEIRA TEJO, Aurélio. **Estatística industrial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1939; 4) SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução**

empreendimentos dirigidos por alemães no Rio Grande do Sul, considera que apenas em alguns casos a oficina artesã se desenvolveu até virar fábrica. Para o autor, [...] “é raro que essas firmas tenham sido organizadas e, mais raro ainda, dirigidas por ex-colonos ou mesmo ex-camponeses: nasceram na cidade”. O autor propõe, assim, a ideia de que o capital que origina a indústria gaúcha vem do comércio urbano. Paul Singer, por sua vez, alinha-se à tese de que a indústria brasileira se origina de um processo de substituição de importações. No caso do Rio Grande do Sul, o artesanato do colono imigrante teria sido destruído pela importação das manufaturas inglesas. A indústria local passa a se desenvolver quando um mercado consumidor em crescimento vem incentivar a substituição dessas importações por produtos fabricados na região. Explica o autor que “[...] a indústria Rio-grandense penetra, assim, num mercado já existente, formado graças à superioridade competitiva da indústria estrangeira, sobre o artesanato local”<sup>35</sup>.

No final dos anos 1970 e na década de 1980, avançam as linhas de pesquisa que abordam a questão da industrialização, relacionando-a com abordagens sobre o trabalho nas fábricas, o movimento operário e a origem da classe industrial. Nesse contexto, insere-se a obra de Sandra Pesavento, *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho* (1988). Partindo de uma perspectiva marxista-gramsciniana, a autora, ao tentar identificar a origem do que denomina “burguesia empresarial gaúcha”, afirma que a perspectiva de Limeira Tejo, ao propor que todo industrial foi um colono imigrante, serviria apenas para reforçar um “discurso burguês” em que a industrialização é usada como prova cabal da capacidade inovadora e do amor do imigrante pelo trabalho, justificando assim a sua riqueza. Apesar de também tratar de algumas das primeiras indústrias do Rio Grande do Sul, é importante ressaltar neste ponto que não é intenção desta pesquisa avaliar o processo de origem da indústria gaúcha. Se, por um lado, observa-se na historiografia uma abordagem que privilegia as grandes estruturas, por outro, sabe-se que esta abordagem era fruto de um período historiográfico específico. Procura-se aqui, observar de forma ampla e exploratória os agentes sociais envolvidos e as redes de relações estabelecidas entre eles, ainda que se tenha ciência da impossibilidade de abranger esse conjunto em sua totalidade.

Mais recentemente, linhas de pesquisa que versam sobre a valorização do patrimônio histórico na região sul têm apresentado uma série de trabalhos que abordam as fábricas de Rio Grande, sobretudo a Fábrica Rheingantz, pelo prisma da importância da memória da

---

urbana. São Paulo: Nacional, 1968; 5) ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul (Tomo I e Tomo II)**. Porto Alegre: Globo, 1969.

<sup>35</sup> ROCHE, 1969, op. cit., p. 170.

companhia para a população local e de seus aspectos simbólicos para a região. Em geral, esses trabalhos apoiam-se em técnicas de história oral e concentram-se nas memórias e nos sentimentos dos personagens que estudam. Entre eles, pode-se citar a tese de Maria Letícia M. Ferreira na qual a autora desenvolve questões sobre memória pública e memória coletiva a partir do caso da Fábrica Rheingantz<sup>36</sup>. Outra linha de pesquisa que tem se destacado nos últimos anos é a que aborda as elites locais. Nessa perspectiva, dois autores se destacam no que se refere ao tema desta pesquisa, Rebeca Enke e Felipe Nóbrega Ferreira. Ambos analisam a construção do Balneário Villa Sequeira, atual praia do Cassino, e sua relação com as elites locais e as redes de sociabilidade lá estabelecidas. Partindo de uma perspectiva cultural, esses trabalhos apontam para questões relacionadas à prática dos banhos de mar e dos veraneios no litoral. Apesar dessa perspectiva bastante específica das sociabilidades locais, estes trabalhos interessam na medida em que reúnem informações sobre os mesmos indivíduos que irão aparecer no topo das listas de investidores e empresários aqui analisadas.

Deste modo, a pesquisa proposta contribui tanto para o estudo das elites locais quanto para se pensar algumas das questões sobre a industrialização da região a partir dos agentes históricos envolvidos nesse processo. Tratou-se, por fim, de reunir diferentes facetas desse grupo que já foram abordadas de forma isolada em outras obras. Além da questão das sociabilidades locais<sup>37</sup>, também existem pesquisas sobre o processo geral de industrialização da região<sup>38</sup>, sobre a questão da imigração<sup>39</sup>, sobre o operariado local<sup>40</sup>, sobre a indústria têxtil especificamente<sup>41</sup>, entre outros. O que se propõe é tornar evidente o fio que permeia todos esses ramos tão diferentes. É mostrar como esses variados objetivos de pesquisa podem ser reunidos através de uma rede de relações que transpassa alguns aspectos profissionais e

---

<sup>36</sup> FERREIRA, Maria Letícia M. **"Quando o apito da fábrica de tecidos": memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, 1950-70**. Tese. Rio Grande: FURG, 2012.

<sup>37</sup> 1) ENKE, Rebeca Guimarães. **O espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul: a vilegiatura marítima na Villa Sequeira / Praia do Cassino (1885-1960)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP / PPGHS, 2013. 2) \_\_\_\_\_. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos / PPGH, 2005. 3) FERREIRA, Felipe N. **Ao sul do sul o mar também é pampa. Sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS / PPGH, 2012. 4) BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional**. Col. Panorama da história do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

<sup>38</sup> AMARAL, Thiago F. **Origem e evolução da atividade industrial no município de Rio Grande no contexto econômico do estado do RS: do final do século XIX aos meados da década de 1960**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC / PPGG, 2011.

<sup>39</sup> COPSTEIN, Raphael. **O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande**. Revista Geografía Histórica y Planeamiento. 1966.

<sup>40</sup> LONER, Beatriz. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese. Porto Alegre: UFRGS / PPGH, 1999. LONER, op. cit., 2001.

<sup>41</sup> REICHEL, 1978, op. cit.

peçoais de um conjunto de indivíduos, esses homens de negócios, e que terá influência sobre a condução da economia e o desenvolvimento industrial da região estudada.

### **Os empresários industriais como elite local**

Nunca restritos apenas à figura de industrialistas ou de empresários, estes homens de negócios de Rio Grande estavam à frente das principais companhias e associações da região ao longo do período estudado, desempenhando múltiplos papéis sociais. É justamente por causa dessa multiplicidade de ramos de atividades em que estes homens se mostram envolvidos que se procura caracterizá-los neste estudo enquanto elite em seu sentido clássico e descritivo, como aponta Heinz<sup>42</sup>, em seu balanço sobre o conceito. Segundo o autor, o termo sugere uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores etc. e não evoca nenhuma implicação teórica particular”<sup>43</sup>. Toma-se, portanto, o conceito em seu sentido mais abrangente. Como explica Martins ao tratar da elite política do final do Império, “o uso mais genérico dessa noção torna-se particularmente útil para o estudo de casos como o Brasil, diante da indefinição de papéis sociais, não no que se refere à hierarquia, mas quanto as suas funções”<sup>44</sup>. Nesses termos, trata-se de pensar a elite enquanto um grupo de indivíduos melhor situados na estrutura social e que, além de ocuparem posições de liderança ou autoridade, possuem um multifacetado modo de atuação social. Posto dessa forma, a noção de elite contribui para ampliar a perspectiva de análise “em casos em que os indivíduos se situam nesse amplo espectro de atividades [...]. Garantir esta vasta zona de investigação é ainda mais importante, pois permite a compreensão do grupo, tendo em vista seu caráter mais peculiar, ou seja, a pluralidade de funções e atividades a que se dedicam seus membros”<sup>45</sup>. Como no caso estudado por Martins, também os empresários de Rio Grande poderiam ser, e na maioria das vezes o eram, simultaneamente, políticos, comerciantes, proprietários, médicos, advogados etc. Compreende-se, portanto, que uma elite, seja econômica, intelectual ou política, não é algo dado, “mas um fenômeno

---

<sup>42</sup> HEINZ, Flávio. **O historiador e as elites – à guisa de introdução**. In: HEINZ, Flávio (Org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 9.

<sup>43</sup> Scott *apud* Heinz. Idem.

<sup>44</sup> MARTINS, Maria F. V. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 28.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

social e histórico a ser explorado, e, enquanto tal, deve ser entendido, tanto pelas suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas e tomadas de posição, em um dado contexto histórico”<sup>46</sup>.

### **Metodologia, fontes e capítulos**

Para compreender esse grupo heterogêneo inserido no contexto de instalação da República e de grandes contradições econômicas e políticas, utiliza-se como ponto de partida o método prosopográfico, ou das biografias coletivas. A aplicação do método tem como objetivo revelar características comuns (permanentes ou transitórias) dentro do grupo de estudo. Enfatiza-se, assim, investigar a organização do grupo, qual a origem social e econômica dos indivíduos que o compõem, quais as funções mais comuns ocupadas por seus membros, onde estudaram, nasceram e morreram, e os laços de casamento e parentesco que cultivaram ao longo de suas trajetórias de vida. Dessa forma, busca-se reconstituir características e ações dos sujeitos, dando lugar e significado às suas investidas profissionais e econômicas. Para tanto, o capítulo 1 destina-se à construção do grupo de estudo prosopográfico. Através da aplicação de alguns preceitos fundamentais da prosopografia, são desenvolvidos critérios que levam à construção de um conjunto específico a ser analisado. A primeira parte do capítulo faz um breve apanhado das fontes utilizadas a partir da legislação que regia a criação dessa documentação, em especial o Código Comercial de 1850<sup>47</sup>, a Lei dos Entraves de 1860<sup>48</sup>, a reformulação da Lei das Sociedades Anônimas de 1882<sup>49</sup> e o decreto das Sociedades Anônimas de 1891<sup>50</sup>. Depois, o cruzamento entre as fontes corporativas (listas de acionistas, atas de fundação e estatutos) dá origem ao grupo de estudo propriamente dito. Sobre as fontes disponíveis para o estudo das empresas, avalia Eulália Lobo:

---

<sup>46</sup> MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. In: Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2009. p. 28.

<sup>47</sup> BRASIL. Código Comercial. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm). Acesso em: 07/11/2017.

<sup>48</sup> BRASIL. Lei n. 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM1083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>49</sup> BRASIL. Lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonymas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm). Acesso em: 07/11/2017.

<sup>50</sup> BRASIL. Decreto nº 434, de 4 de julho de 1891. Consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonymas. Coleção de Leis do Brasil - 1891, Página 34 Vol. 2 pt. I.

Nas empresas brasileiras industriais e comerciais, privadas, por ações, as principais séries de documentos são os livros manuscritos de atas das assembleias de acionistas, de atas das reuniões de diretoria, de atas do Conselho Fiscal, diários e livros de contabilidade, folhas de pagamento, fichas de operários e relatórios anuais das empresas. Também são importantes a correspondência com representantes das empresas, fornecedores, consumidores, governo, os contratos e recibos<sup>51</sup>.

Para o período de estudo, a publicação em jornais de grande circulação era uma obrigação legal, daí a possibilidade de localização das fontes. Estatutos e atas informam sobre as normas de funcionamento das companhias e as decisões relativas a investimentos e estratégias administrativas. Os relatórios anuais fornecem dados quantitativos sobre a organização da produção (quantidades produzidas, organização da mão de obra, insumos, matérias-primas, tecnologias), lucratividade, investimentos financeiros e rendimentos de ações e dão pistas sobre a conjuntura econômica e política. Logo, compreende-se por documentos corporativos aqueles produzidos pelas empresas, companhias e sociedades como forma de apresentação de resultados, descrições de reuniões e de seus próprios regimes administrativos, sendo eles, os relatórios para acionistas, as atas de assembleias e de reuniões extraordinárias e os estatutos de fundação, entre outros registros oficiais. Ambos os tipos de documentos apresentam listas de diretorias e de acionistas que permitem a construção do grupo de estudo. O conjunto desses documentos é denominado, para fins analíticos, “documentos corporativos”. Assim, também o método comparativo é utilizado para a análise desse conjunto de dados. Tomados como fonte principal, os documentos corporativos são estudados enquanto fonte para uma história econômico-social das elites empresariais.

Um desafio enfrentado por este trabalho é a dispersão dos dados já que, no caso da elite de Rio Grande, existem poucas informações sistematizadas. Quase nada pode ser localizado através dos famosos dicionários e almanaques biográficos. Para compor a ficha de um único indivíduo, muitas vezes, foram utilizadas mais de oito ou nove fontes diferentes. As referências foram pesquisadas e confirmadas através da consulta a testamentos e inventários, registros de casamento, batismo e óbitos, sites genealógicos e notas de jornal. Muitos dados foram “garimpados” através da busca indexada em jornais do projeto Memória, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNDigital). Datas e relações de parentesco foram, muitas vezes, identificadas através do projeto *Family Search*, sistema de

---

<sup>51</sup> LOBO, Eulália L. **História das Empresas**. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Edição Digital. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 321.

criação de árvores genealógicas a partir de documentos (registros de casamento e batismos, guias de imigração etc.) e informações diretas de familiares. Sempre que possível, as informações do sistema foram verificadas em outros documentos primários. Somente através desses mecanismos de pesquisa foi possível a reunião de um conjunto tão abrangente de dados sobre esses indivíduos, ainda que com a permanência de muitas lacunas.

No segundo capítulo, realiza-se a descrição detalhada das etapas de construção do banco de dados, denominado de *Sistema de Análise Prosopográfica (SAP)*. O sistema criado para esta dissertação foi desenvolvido em linguagem de programação SQL, *Structured Query Language* (Sistema de Linguagem de Consulta Estruturada), o que permitiu o cruzamento de inúmeras variáveis de análise e garante o armazenamento contínuo de dados. Foi necessária também a criação de uma lista tipológica para classificação dos personagens e dos empreendimentos, que possibilitasse o agrupamento dos dados e sua posterior interpretação. Para os sujeitos, foram considerados critérios como ocupação, participação política, títulos, patentes da Guarda Nacional e funções ou cargos assumidos nas empresas ou associações. Quanto aos empreendimentos, utilizou-se quatro tipos principais (comércio, indústria, serviços e associações), que por sua vez foram divididos em subcategorias que indicassem a natureza principal de suas atividades. Ao longo do texto, exemplos são usados para a compreensão das relações entre os dados empíricos e a teoria de análise. Na parte final do capítulo, busca-se relacionar os dados obtidos sobre os indivíduos e os empreendimentos às múltiplas relações familiares que os circundam. Dessa forma, os sujeitos são percebidos a partir dos investimentos financeiros e do meio econômico em que circulam, mas sem deixar de observar que as organizações empresariais estão envoltas em relações familiares ou de parentesco.

No terceiro e último capítulo, os empreendimentos são interpretados a partir da busca por alguns significados para as ações tomadas pelos sujeitos que os dirigiam. Ainda que não seja possível o aprofundamento detalhado, no âmbito desta dissertação, de todos os tópicos elencados, optou-se por não se deixar de mencionar os aspectos contextuais relacionados. O Asilo de Mendicidade é avaliado a partir de fatores que envolvem novas práticas de higiene e controle da cidade e antigas tradições de relacionamento com o cotidiano e a morte dos indivíduos. Da mesma forma, a Viação Rio-grandense está relacionada ao controle que seus diretores exerciam sobre os meios de transporte e, conseqüentemente, sobre a vida dos cidadãos locais. Já a Fábrica de Charutos Poock e a Fábrica Rheingantz são observadas a partir de suas participações nas feiras mundiais e regionais, dentro de um contexto de busca

permanente pela modernidade e pelo progresso. Por fim, a Moinho Rio-grandense é analisada, em seu contexto mais geral, como exemplo de um capitalismo internacional em expansão, quando o empreendimento deixa de ser local para transformar-se em regional e, até mesmo, multinacional. Este capítulo final, constitui-se em um grande desafio, pois se propõe a compreender atitudes, vontades e pensamentos, objetos que não estão explicitamente descritos nos documentos, mas que se tornam passíveis de interpretação à medida que o conjunto das trajetórias individuais vai formando um todo em que se podem perceber alguns padrões. A divisão do trabalho, as metodologias utilizadas e o aporte teórico selecionado buscam, em síntese, compreender as múltiplas relações estabelecidas entre os indivíduos estudados e a variada gama de atividades que cada um exercia ao longo de sua vida. De certa maneira, é possível que sejam identificados alguns padrões nas atitudes, hábitos e, também, nas decisões tomadas por essa elite de Rio Grande que se procura agora analisar.

## 1 EMPRESÁRIOS E INVESTIDORES EM RIO GRANDE: LEGISLAÇÃO, PROSOPOGRAFIA E ELITE LOCAL

No final do século XIX, a posição privilegiada de Rio Grande, único porto marítimo da província de São Pedro e último entreposto comercial no extremo sul do Brasil, transformava a cidade em um atrativo à instalação das fábricas que dependiam do comércio internacional – ou para a importação de matérias-primas, ou ainda para a exportação de produtos industrializados. Mesmo que o Rio Grande do Sul possa ser caracterizado no período como uma região exportadora de matérias-primas (couros e lãs, entre outros) e importador de todo tipo de produto manufaturado, as indústrias que se instalam começam a inverter esta lógica. A Rheingantz, por exemplo, passa a trazer algodão do Nordeste, e tinturas e pigmentos da Europa para sua linha de produção. A Poock importará pelo porto fumos do Caribe, em especial de Cuba, e do Nordeste brasileiro, além de papéis especiais para seus charutos. Ambas as indústrias necessitarão de maquinário especializado vindo da Alemanha e da Inglaterra e carvão para seu sistema de funcionamento a vapor. Seus produtos serão exportados para as demais províncias do Brasil, em especial para o Rio de Janeiro e São Paulo, e para o exterior. As mudanças econômicas, políticas e sociais da segunda metade do século incentivavam o surgimento de novos empreendimentos comerciais e industriais pelo país. O processo de industrialização adquiria vulto nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, mas ganhava forma também em Rio Grande. De acordo com Martins, o período áureo para a industrialização da cidade vai da inauguração da Fábrica Rheingantz (1874) até 1930, “quando transformações na economia nacional ditariam novas mudanças locais na disputa de mercado com a economia fabril do centro do país que se consolidava a partir de São Paulo”<sup>52</sup>. A observação comparada de uma série de documentos corporativos relativos às primeiras indústrias locais para o período de 1884 a 1913 permite a identificação de uma elite local<sup>53</sup>. Como já mencionado, entende-se por documentos

---

<sup>52</sup> MARTINS, Solismar. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**. In: *Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005. p. 2

<sup>53</sup> À exceção dos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz, localizados na Biblioteca Riograndense, da cidade de Rio Grande (um para cada ano, de 1884 até 1914), totalizando 31 documentos, todos os outros estatutos e atas foram localizados através da busca indexada e sistemática em periódicos da época. Esse método foi possível devido a dois fatores: 1) à excelente digitalização e indexação do acervo da Biblioteca Nacional (disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>); e 2) à legislação da época, que obrigava que esses documentos fossem publicados em jornais de grande circulação.

corporativos aqueles produzidos pelas empresas, companhias e sociedades como forma de apresentação de resultados, descrições de reuniões e de seus próprios regimes administrativos, sendo eles, os relatórios para acionistas, as atas de assembleias e de reuniões extraordinárias e os estatutos de fundação, entre outros registros oficiais. É através dessa documentação que será possível perceber as primeiras conexões econômicas entre os personagens estudados. Trata-se de buscar neles não apenas características dos empreendimentos que descrevem, mas os sujeitos por trás das decisões tomadas – resultado das opções disponíveis e de suas escolhas administrativas.

Ainda que os homens de negócio nas extensas listas de acionistas possuam investimentos em diversas áreas, os empreendimentos economicamente mais interessantes (maior movimentação de capital, grande número de funcionários etc.) eram ou comanditas ou sociedades anônimas. A primeira parte deste capítulo procura compreender, a partir da legislação então vigente, como eram estruturados os documentos que regiam essas associações, com base em quais princípios e com que finalidade. Esse breve levantamento será útil posteriormente em duas situações distintas: 1) para melhor compreender como é construído o grupo prosopográfico estudado (capítulo 2); e 2) para desenvolver um entendimento, ainda que parcial, da organização e do funcionamento das sociedades ou associações observadas (capítulo 3). Quando se percebe que várias das decisões tomadas e descritas nos documentos corporativos, na verdade, são uma resposta à legislação, uma nova gama de perguntas se abre. Seriam esses registros uma amostra do funcionamento dessas empresas? Será que as normas que ali constam eram cumpridas de fato ou será que algumas delas existiam apenas “para o governo ver”? Não cabe no escopo desta pesquisa tentar respondê-las por completo, uma vez que, até o momento, as fontes encontradas não permitem muitas considerações sobre o tema. No entanto, feitas as observações, estas em nada invalidam uma análise mais complexa dos muitos dados que essas fontes oferecem. No segundo momento deste capítulo, as listas de acionistas retiradas dos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz são utilizadas para a construção inicial do grupo prosopográfico que é objeto desta dissertação<sup>54</sup>. A comparação com documentos corporativos de cinco outros empreendimentos ou sociedades de Rio Grande para o período estudado (1884-1913) permitirá a constituição e delimitação final do grupo<sup>55</sup>. Foram utilizados como base de análise e, por isso, denominados de “empreendimentos-chave”, os seguintes documentos:

---

<sup>54</sup> Ver um modelo do documento no Anexo XIX. Lista de Acionistas da Fábrica Rheingantz (exemplo).

<sup>55</sup> Exemplos recortados de alguns documentos contendo listas nominais estão disponíveis no Anexo XX. Listas de acionistas e diretorias (diversos empreendimentos).

estatuto da Companhia Viação Rio-grandense (1893); ata de fundação e estatutos da Companhia Moinho Sul (1895); estatuto e ata de fundação da Sociedade Comanditária em Ações Pooch & C. (1891); lista da diretoria do Asilo de Mendicidade de Rio Grande publicada em 1886, no jornal *A Federação*; e lista das diretorias da Câmara do Comércio de Rio Grande de 1884 até 1913. À primeira vista, os cinco empreendimentos são díspares. Eles não atuam no mesmo segmento econômico, não são organizações da mesma natureza, provavelmente não compartilham fornecedores ou clientes, possuem capital de origem variada e têm portes diversos. O que une os cinco, no entanto, é que os mesmos nomes aparecem em seus estatutos de criação, atas de reuniões e listas de acionistas, entre outros documentos. Nesse contexto, podem ser elencados Carlos Guilherme Rheingantz, Antônio da Costa Correa Leite, Gustav Pooch, Tito Chaves Barcelos, George Lawson e Manoel Py, todos nomes “respeitados” e representantes da elite riograndina. Tomados como objeto central, tanto os Relatórios Anuais, quanto os estatutos e as atas de fundação são aqui compreendidos enquanto fontes para uma história econômico-social das elites industriais locais. Na terceira e última parte deste capítulo, tenta-se desenvolver a relação entre o estudo prosopográfico e os conceitos de redes, elites e capital social com o objetivo de apresentar alternativas que enriqueçam de forma qualitativa a análise dos dados.

### **1.1 As Sociedade em Comanditas e as Sociedades Anônimas no século XIX**

No século XIX, as sociedades empresariais divididas em ações podiam ser de dois tipos: a) as sociedades comanditárias divididas em ações; e b) as sociedades anônimas. Um dos tipos mais comuns e antigos de associação era a Sociedade em Comandita, regida no Brasil inicialmente pelo Código Comercial de 1850. A Sociedade em Comandita caracterizava-se pela existência de dois tipos de sócios, o sócio comanditado (solidário) e o sócio comanditário. O sócio solidário poderia ser uma ou mais pessoas físicas que responderiam ilimitadamente pelas obrigações sociais da empresa. Já os sócios comanditários poderiam ser pessoas físicas ou jurídicas e responderiam apenas pela sua parte investida. Diz o Código Comercial de 1850:

#### Seção II

##### Da Sociedade em Comandita

Art. 311 - Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se associam para fim comercial, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis, e sendo outros simples prestadores de

capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato, esta associação tem a natureza de sociedade em comandita.

Se houver mais de um sócio solidariamente responsável, ou sejam muitos os encarregados da gerência ou um só, a sociedade será ao mesmo tempo em nome coletivo para estes, e em comandita para os sócios prestadores de capitais.

Art. 312 - Na sociedade em comandita não é necessário que se inscreva no Registro do Comércio o nome do sócio comanditário, mas requer-se essencialmente que se declare no mesmo Registro a quantia certa do total dos fundos postos em comandita.

Art. 313 - Na mesma sociedade os sócios comanditários não são obrigados além dos fundos com que entram ou se obrigam a entrar na sociedade, nem a repor, salvo nos casos do artigo nº. 828, os lucros que houverem recebido; mas os sócios responsáveis respondem solidariamente pelas obrigações sociais, pela mesma forma que os sócios das sociedades coletivas (artigo nº. 316).

Art. 314 - Os sócios comanditários não podem praticar ato algum de gestão, nem ser empregados nos negócios da sociedade, ainda mesmo que seja como procuradores, nem fazer parte da firma social; pena de ficarem solidariamente responsáveis como os outros sócios; não se compreende, porém, nesta proibição a faculdade de tomar parte nas deliberações da sociedade, nem o direito de fiscalizar as suas operações e estado (artigo nº. 290)<sup>56</sup>.

O Código Comercial, no entanto, não previa a divisão da comandita em ações – modelo que acabou proibido pelo decreto nº 1487, de 13 de dezembro de 1854. A situação das sociedades ficou ainda mais difícil com a promulgação da chamada Lei dos Entraves, de 22 de agosto de 1860, que “impunha impedimentos de toda ordem à formação de companhias em geral e, sobretudo, à constituição de sociedades anônimas”<sup>57</sup>. Somente em 1882, com a lei nº 3150, que regula o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas, foi permitida também a divisão em ações do capital social com que entravam os sócios comanditários (artigos 311 ao 314 do Código Comercial). Nesse caso, as associações passam a ser denominadas “Sociedade comanditária em ações”, caso da Fábrica Rheingantz em 1884. Antes disso, o capital com que entravam os sócios solidários não podia ser dividido; porém, estes não ficavam proibidos de adquirir ações em seu nome com recursos individuais. A sociedade em comandita difere, por exemplo, da sociedade em nome coletivo, em que a responsabilidade é dividida igualmente entre todos os sócios.

---

<sup>56</sup> BRASIL. Código Comercial. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm). Acesso em: 07/11/2017.

<sup>57</sup> PARGENDLER, Mariana. **Cinco mitos sobre a história das sociedades anônimas no Brasil**. São Paulo: SP Direito FGV, 2013. p. 5.

Até 1882, a constituição de sociedades anônimas dependia de aprovação governamental específica. Os pedidos eram avaliados pelo Conselho de Estado<sup>58</sup>, que tinha poderes para aprová-los ou não, segundo seu melhor juízo, além de impor as mais diferentes regras à estrutura de governança interna das companhias autorizadas. O funcionamento das sociedades divididas em ações foi consolidado e detalhado no decreto nº 434, de 4 de julho de 1891, que “consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anônimas”. Salvo pequenas alterações, essa legislação permanece em vigor até o decreto-lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940, sobre as sociedades por ações.

O sucesso do modelo comanditário se deveu, sobretudo, à conciliação da responsabilidade solidária com a responsabilidade limitada. O sócio solidário dá garantias aos demais incorporadores de capital e responde sozinho e ilimitadamente pelas dívidas da empresa. A salvaguarda das obrigações sociais é dada pelos bens da própria empresa e pelo depósito inicial dos sócios solidários. Esse modelo permite a angariação de capital mesmo daqueles que não pretendiam submeter seus bens particulares aos riscos dos negócios<sup>59</sup>. É também o sócio solidário quem exerce a função de administrador ou gerente da companhia. A sociedade comanditária em ações pode ser definida, portanto, “como aquela em que o capital, tal como nas sociedades anônimas, se divide em ações, respondendo os acionistas apenas pelo preço das ações subscritas ou adquiridas, assumindo os diretores responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais”<sup>60</sup>.

Um exemplo de sociedade comanditária aos moldes do decreto de 1891 é a criação da Associação Comanditária em Ações Poock & C<sup>61</sup>., em assembleia geral de 15 de agosto de 1891, em Rio Grande. A reunião tinha como objetivo a constituição de uma empresa “para a exploração da indústria da fabricação de charutos de todas as qualidades e quaisquer outros produtos de fumo estrangeiro ou nacional, e bem assim para negócios de importação e exportação concernentes ao ramo de fumo [...]”<sup>62</sup>. Na ocasião, Gustav Poock, fundador e

---

<sup>58</sup> O Conselho de Estado ressurgiu no Brasil após o período regencial. Uma prática típica do Antigo Regime, tinha como função primordial auxiliar a monarquia em conflitos político-administrativos, principalmente, entre a Coroa e as autoridades locais ou regionais. “Ligado diretamente ao poder central, a instituição atuou com ampla autonomia política e extensa ação reguladora e normativa” – daí a sua capacidade de impor restrições e regular a instalação das sociedades anônimas. MARTINS, Maria Fernanda. **O Conselho de Estado no Segundo Reinado**. Artigo. Disponível em <http://redememoria.bn.br/2012/01/o-conselho-de-estado-no-segundo-reinado/> Acesso em: 19/9/2016.

<sup>59</sup> ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais (direito de empresa)**. 20 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 58-59.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>61</sup> Para uma referência visual da Fábrica Poock, ver: Anexo VI. Empreendimentos: Fábrica de Charutos Poock.

<sup>62</sup> Acta da reunião da assembleia geral de constituição da Sociedade Commanditaria em Acções Poock & C. de 15 de agosto de 1881, publicada no jornal *A Federação* em 01 de setembro de 1891, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=6605>, acesso em 19/02/2014.

incorporador da associação, foi convidado a exibir os documentos exigidos por lei: “1º. Lista nominativa dos srs. subscritores; 2º. Prospecto; 3º. Dois exemplares dos estatutos; 4º. O conhecimento do depósito, em dinheiro, da décima parte do capital subscrito”<sup>63</sup>. O prospecto informava que a firma teria duração de 10 anos e um capital de 100:000\$000 (cem contos de réis), dividido da seguinte forma: 5:000\$000 (cinco contos de réis - capital solidário não dividido em ações) e 95:000\$000 (noventa e cinco contos de réis - dividido em 475 ações de 200\$000 (duzentos mil réis cada uma). A entrada de capital deveria ser assim distribuída: 10% no ato de constituição da firma, 20% sessenta dias após a primeira entrada, e mais 20% quando necessário, restando outros 50% para uma possível ampliação dos negócios após obtidos os primeiros resultados. O depósito de 10:000\$000 (dez contos de réis) correspondente à décima parte do capital subscrito pelos sócios foi realizado no Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, onde ocorrera a assembleia. Diz o Estatuto da Pooch & C. que “a sociedade considerar-se-á constituída desde que, estando realizada a primeira entrada, se cumprirem as disposições que a lei de sociedades anônimas estabelece para a respectiva organização”<sup>64</sup> – fazendo referência ao decreto de 1891 que normatiza as sociedades anônimas e as comanditas em ações. O mesmo estatuto ainda estabelece como se dará o sistema de voto nas assembleias de acionistas: “a posse de 1 até 5 ações dará direito a um voto, de forma que o possuidor de 95 até 100 ações terá direito a 20 votos, que será o máximo, seja qual for o número de ações que possuir qualquer sócio”<sup>65</sup>. Dos 15 acionistas da Pooch & C., no ato de criação da companhia, os que possuem mais ações, logo mais poder de voto, são Antônio da Costa Correa Leite (90 ações), João Luiz Vianna (90 ações), Carlos Guilherme Rheingantz (80 ações) e Guilhermina Pooch (50 ações)<sup>66</sup>.

Na ata de fundação da Pooch & C. e nos estatutos publicados, estão presentes todos os requisitos previstos na legislação. Essa prerrogativa nem sempre se deu dessa maneira. Pelo menos até o decreto de 1885, por exemplo,

“as sociedades anônimas no Brasil, de um modo geral, não apresentavam um acionista controlador definido – e, o que é ainda mais interessante, nem poderiam tê-lo. [...] As cláusulas estatutárias exigidas pelo Conselho de Estado quanto ao mecanismo de voto acionário dificultavam e até mesmo

---

<sup>63</sup> Acta da reunião da assembleia geral de constituição da Sociedade Commanditaria em Acções Pooch & C. de 15 de agosto de 1881, publicada no jornal *A Federação* em 01 de setembro de 1891, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=6605>, acesso em 19/02/2014.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> Ver Anexo XX/A. Listas de acionistas e diretorias (diversos empreendimentos).

impediam que as companhias oitocentistas tivessem um acionista controlador<sup>67</sup>.

No século XX, o direito societário estabelece como norma o sistema de voto proporcional (uma ação um voto). O modelo financeiro brasileiro também consente ações preferenciais sem direito de voto. Esse modelo progressivo permite aos maiores acionistas deter a maioria absoluta dos votos ainda que não possuíssem mais de 50% do capital. No século XIX, no entanto, as sociedades anônimas brasileiras tinham sistemas de votos regressivos, como o da Fábrica Pooock, que limitavam o poder de voto dos grandes acionistas através de um teto para o número máximo de votos por acionista. No caso da Pooock & C., o máximo que um acionista poderia ter era o direito a 20 votos. De acordo com Pargendler, no Brasil do oitocentos, a adoção de limites aos direitos de voto dos acionistas não resultava exclusivamente da vontade das partes, mas também das preferências do governo. O Conselho de Estado frequentemente se recusava a aprovar estatutos que não previssem um (baixo) limite ao número de votos dos acionistas, exigindo rotineiramente a inclusão de limite máximo ou a redução do teto originalmente estipulado como condição para a constituição da sociedade<sup>68</sup>.

De um jeito ou de outro, esses sistemas de limitação de votos, mesmo que não fossem exercidos em sua forma plena, traziam consequências para a organização das companhias. Representavam um desincentivo à compra de mais ações, pois mais ações não davam direito a mais votos. A lucratividade das ações poderia aumentar, no entanto, o interesse pela compra de mais ações ou atrair novos acionistas. O limite de votos também estimulava a reunião de investidores de confiança e a organização de investimentos mútuos para garantir o controle do empreendimento, evitando que um grupo opositor pudesse tomar o controle. A lei de 1882, ao eliminar as necessidades de autorização governamental para o estabelecimento das sociedades anônimas<sup>69</sup>, ainda que reguladas por lei, fez com que as limitações ao direito de voto dos acionistas fosse desaparecendo gradualmente da prática societária brasileira. Musacchio (2009), em estudo sobre governança corporativa e mercado

---

<sup>67</sup> PARGENDLER, 2013, op. cit., p. 6-9.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>69</sup> De acordo com o artigo 1º da Lei de 1882, ainda necessitam de autorização legislativa para funcionamento os Bancos de circulação; as associações e corporações religiosas; os montepios, os montes de socorro ou de piedade, as caixas econômicas e as sociedades de seguros mútuos; as sociedades anônimas, que tiverem por objeto o comércio ou fornecimento de gêneros ou substâncias alimentares; e as sociedades anônimas estrangeiras. Ver: BRASIL. Lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonyms. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm). Acesso em: 07/11/2017.

de ações na virada do XIX, demonstra com base em uma amostra de 71 sociedades anônimas constituídas no Estado de São Paulo que a fração das companhias que apresentam limitações de voto (embora sujeitas a tetos mais flexíveis de 50 ou 100 votos por acionista) caiu de 90% para 48%, entre 1882 e 1889, ao passo que a adoção do sistema de voto proporcional subiu de 2,7% para mais de 42%<sup>70</sup> no mesmo período.

Ainda de acordo com Parglender, a inexistência de um acionista controlador definido entre as primeiras sociedades anônimas brasileiras fez com que as empresas do século XIX estivessem menos marcadas pelo caráter familiar do que suas congêneres de meados do século XX. Para a autora,

mesmo com o gradual abandono das restrições ao direito de voto que dificultavam a concentração acionária, o controle familiar não foi imediatamente acolhido, mas, pelo contrário, visto com suspeição. Expressiva parcela das sociedades anônimas paulistas constituídas após 1882, [por exemplo], continham cláusulas estatutárias que vedavam que parentes de até o segundo grau, sogros, genros e cunhados servissem simultaneamente como diretores de uma dada companhia<sup>71</sup>

Essa perspectiva difere dos dados obtidos por Maria Bárbara Levy para estudo do caso da América Fabril, do Rio de Janeiro. Em seu trabalho, a autora observa o caráter familiar da direção da empresa e dos altos cargos administrativos, além da incorporação de uma segunda geração através da política de casamentos entre filhos de sócios e da participação de genros<sup>72</sup>. Assim como a Rheingantz, a América Fabril adota, por volta de 1878, padrões capitalistas avançados para o período, grandes instalações, máquinas a vapor modernas e mão de obra assalariada. Sobre as conclusões de Levy, sintetiza Eulália Lobo:

Essa Sociedade Anônima era constituída por um grupo fechado e unido por vínculos pessoais e as ampliações restringiam-se aos familiares e amigos. Os diretores da América Fabril, como outros industriais do Rio de Janeiro, utilizaram seu capital particular, oriundo do comércio, para a formação da empresa<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> MUSACCHIO, Aldo. **Experiments in Financial Democracy: Corporate Governance and Financial Development in Brazil, 1882-1950**. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 99, citado por HANSMANN, Henry; PARGENDLER, Mariana. **Voting Restrictions in 19th Century Corporations: Investor Protection or Consumer Protection?** Conference on Firm Governance: Law in History, Tel Aviv University, June 13-15, 2010. p.8

<sup>71</sup> PARGENDLER, 2013, op. cit., p. 9.

<sup>72</sup> LEVY, Maria B. **A indústria do RJ através de suas sociedades anônimas, esboços de história empresarial**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994. p. 219.

<sup>73</sup> LOBO, 1997, op. cit., p. 327-328.

Surge dessas constatações o questionamento sobre quais diferenças existiriam entre o que está postulado na legislação e o que se fazia na prática. Nesse contexto, também se pode analisar o caso da Fábrica Rheingantz, quanto à constituição legal da companhia<sup>74</sup>. Em janeiro de 1884, a empresa altera seu estatuto e passa a denominar-se *Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C.* A divisão do capital em ações foi uma forma da companhia acumular recursos para que, com a ampliação de suas instalações e a compra de equipamentos, fosse possível a instalação de uma nova fábrica de tecidos de algodão, junto à já consolidada fábrica de tecidos de lã. Carlos Guilherme Rheingantz assina como sócio solidário e os acionistas Miguel Fernandes Moreira e Antônio Manoel de Lemos Júnior como Conselho Fiscal<sup>75</sup>. Em 1891, com o objetivo de elevar mais uma vez o seu capital social e beneficiando-se das diretrizes do decreto do mesmo ano, a Rheingantz passa da forma comanditária para a forma anônima<sup>76</sup>. Nota-se que a normatização das sociedades anônimas saiu apenas em julho de 1891; porém, a decisão da companhia de se transformar em sociedade anônima é anterior – tomada em assembleia geral em 10 março de 1891. Seus estatutos, no entanto, foram publicados 20 dias após a assinatura do decreto<sup>77</sup>.

A promulgação da lei de 1891 deve ter facilitado a transição de modelo dentro da Rheingantz. Assim como a Poock, a Rheingantz também estabelece um prazo de duração para a companhia que, nesse caso, é de 30 anos, e detalha nos estatutos a nova distribuição das ações. A nova firma será administrada por um diretor superintendente, com mandatos de 5 anos, eleito em assembleia, e dois diretores com mandatos de 2 anos, também eleitos. O parágrafo primeiro do artigo 13 estabelece que “não poderão servir conjuntamente na diretoria pai e filho, sogro e genro, irmãos, cunhados durante o cunhadio e sócios de uma mesma firma”. Sobre a votação em assembleia, cada cinco ações dariam direito a 1 voto, ou frações de cinco, e todas as decisões sujeitas a apreciação dos acionistas em assembleia seriam tomadas por maioria de votos.

No Relatório Anual de 1895, Carlos Guilherme Rheingantz anuncia que está deixando o cargo de diretor superintendente e, para isso, faz uma avaliação dos últimos quatro anos, ou seja, desde a transformação da companhia em sociedade anônima. Conforme

---

<sup>74</sup> Para uma ideia das instalações da Fábrica Rheingantz, ver: Anexo VII. Empreendimentos: Fábrica Rheingantz.

<sup>75</sup> Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. apresentado em assembleia geral em 31 de outubro de 1884. p. 5-6.

<sup>76</sup> Relatório da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & C. que vai ser apresentado em assembleia geral ordinária em 30 de novembro de 1891. p. 3-5.

<sup>77</sup> Estatutos da companhia União Fabril e Pastoril, publicados no jornal *A Federação*, em 24 de julho de 1891, disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>, acesso em 20/03/2016.

explicado no documento, a proposta de transformação em Sociedade Anônima foi construída por Francisco de Paula Mayrink, então um dos maiores acionistas da companhia e diretor do escritório do Rio de Janeiro, além de um dos homens mais influentes do império. Para Mayrink,

a sociedade não seria prejudicada com a conversão porque indo a produção em aumento constante, a remuneração do capital se não fosse maior, sê-lo-ia pelo menos igual a que tem sido distribuída ultimamente. A sociedade devia transformar-se em anônima porque no pé de prosperidade em que se achava, não era de bom conselho deixa-la a mercê dos acontecimentos que podiam terminar o seu desaparecimento com grave dano nos interesses do país, pela indústria que ela representa, aliás já credora – e com justos títulos, do reconhecimento público<sup>78</sup>.

A previsão de crescimento do conselheiro Mayrink se confirma, e segundo o texto assinado por Rheingantz, esse período de quatro anos foi suficiente para que todo o investimento dos acionistas na nova organização social fosse reavido. Assim, para Rheingantz, “os resultados comprovaram perfeitamente a conveniência da transformação”<sup>79</sup>. Caso os efeitos fossem menos favoráveis, seria apenas questão de aguardar mais alguns anos para que o investimento desse o esperado retorno. É interessante observar como a mudança de razão social é apresentada na forma de um seguro para a empresa, uma maneira de deixá-la menos vulnerável aos acontecimentos cotidianos e às seguidas e constantes alterações na política econômica brasileira tão características do final do XIX.

A partir desse breve apanhado sobre a legislação que regia as comanditas e sociedades anônimas e com base nos dois exemplos citados, é possível perceber que os documentos corporativos, ou seja, os estatutos, as atas de assembleia de acionistas etc., são na verdade uma resposta às normas em vigor. A existência de um Conselho Fiscal que aprove os balanços e emita relatórios anuais era uma exigência legal. Entretanto, alguns esclarecimentos constantes na própria fonte permitem observar as razões por que as mudanças foram adotadas e, no caso da Rheingantz, quais as expectativas e os resultados obtidos. A seguir, explica-se a construção do grupo para a análise prosopográfica dos indivíduos tomados neste estudo como elite empresarial de Rio Grande na virada do século XIX a partir do uso desses documentos corporativos fabricados em consonância à legislação da época. A observação desse grupo irá permitir: 1) a identificação de características comuns

---

<sup>78</sup> Relatório da Directoria da Companhia União Fabril sucessora de Rheingantz & C. que vai ser apresentado à Assembleia Geral ordinária em 14 de novembro de 1895. Ano social de 1 de setembro de 1894 a 31 de agosto de 1895. Rio Grande: Typographia Trocadero, 1895. p.22.

<sup>79</sup> Idem.

a seus membros; e 2) verificar a participação ou não das relações familiares na constituição dos grupos que sustentam financeiramente e administram os empreendimentos.

## 1.2 Constituição do grupo prosopográfico a partir de documentos corporativos

Estudos de elites podem ser utilizados como uma ferramenta capaz de esclarecer alguns aspectos fundamentais das transformações econômico-sociais de determinados momentos históricos. A definição de características gerais de grupos que estão no topo da hierarquia social, suas origens e suas tomadas de posição em diferentes períodos, servem para elucidar os acontecimentos. Entende-se que essa elite econômica não é uma entidade fechada, mas um fenômeno a ser explorado “tanto pelas suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas e tomadas de posição em um dado contexto histórico<sup>80</sup>. No caso desta pesquisa, os atributos da elite de Rio Grande explicam o processo inicial de organização das indústrias locais, suas sociedades e associações, e sobre o próprio processo mais geral de industrialização da metade sul do Rio Grande do Sul, processo este que declina em anos posteriores.

A prosopografia, ou biografia coletiva, torna-se um método útil para a compreensão desses grupos, uma vez que permite a análise organizada e sistemática de um grande emaranhado de informações, sem forçar a massificação ou uniformização dos dados. Uma das vantagens da aplicação do método é a percepção de lacunas que talvez nunca venham a ser preenchidas. Quem melhor sintetiza o conceito de prosopografia é Stone, em seu texto clássico da década de 1970. Diz o autor que:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> MONTEIRO, 2009, op. cit., p. 26.

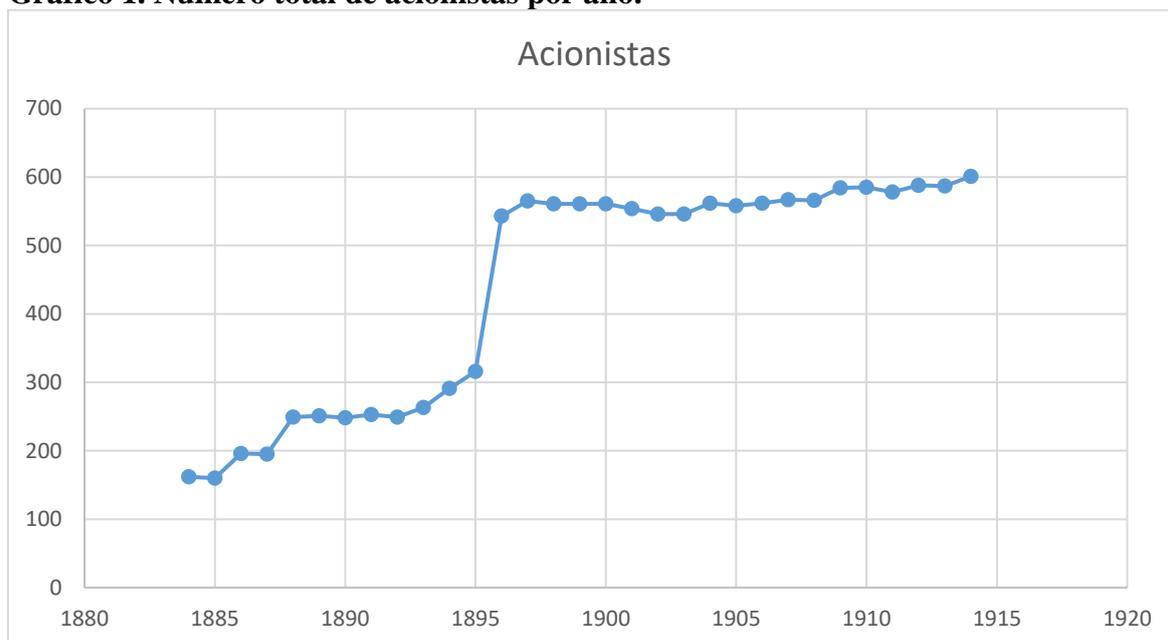
<sup>81</sup> STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. p. 115.

A aplicação de um conjunto uniforme de questões como propõe Stone não significa que todas elas venham a ser respondidas para todos os indivíduos. Existem lacunas identificáveis que serão ou não preenchidas. O desafio centra-se, justamente, em se tentar superar tais lacunas através da pesquisa documental meticulosa. A base de dados e o conjunto de evidências que dela se originam proporcionam interpretações gerais sobre o grupo de estudos, que suplantam possíveis lacunas de informação. Christophe Charle, em artigo sobre o tema, tece algumas advertências a respeito do uso da biografia coletiva e da consciência do pesquisador sobre os limites das estruturas aplicadas *a priori* aos dados. Para o autor, “o trabalho de interpretação leva a marca do historiador que — mais do que em outros campos — age consciente ou inconscientemente sobre seus resultados em todos os níveis da pesquisa: a amostra, a coleta, a codificação e o tratamento dos dados”.<sup>82</sup> No caso específico desta pesquisa, para cada um destes momentos do trabalho científico foram elencados critérios que permitissem a construção de um grupo a ser estudado.

A construção da população prosopográfica para esta análise tem como ponto de partida as listas de acionistas contidas nos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz. A identificação dos principais acionistas permite inferir quem eram os indivíduos envolvidos no processo de industrialização da região. Através da biografia desses indivíduos, percebe-se por exemplo que se tratavam, em sua grande maioria, de homens de negócio locais, ou em outras palavras, da elite de Rio Grande. Estes homens não eram, por exemplo, industriais de São Paulo ou do Rio de Janeiro investindo na região, e também não eram investidores estrangeiros interessados nos negócios locais. É a verificação dos nomes dos personagens e a posterior interpretação de suas biografias que tornam possível a caracterização do grupo enquanto elite local. No caso da Rheingantz, o número de acionistas mudava anualmente, variando entre 164, em 1884, e 587, em 1913, mas quase sempre aumentando, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

---

<sup>82</sup> CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia balanço e perspectivas**. In: HEINZ, Flávio (Org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 45-46.

**Gráfico 1. Número total de acionistas por ano.**

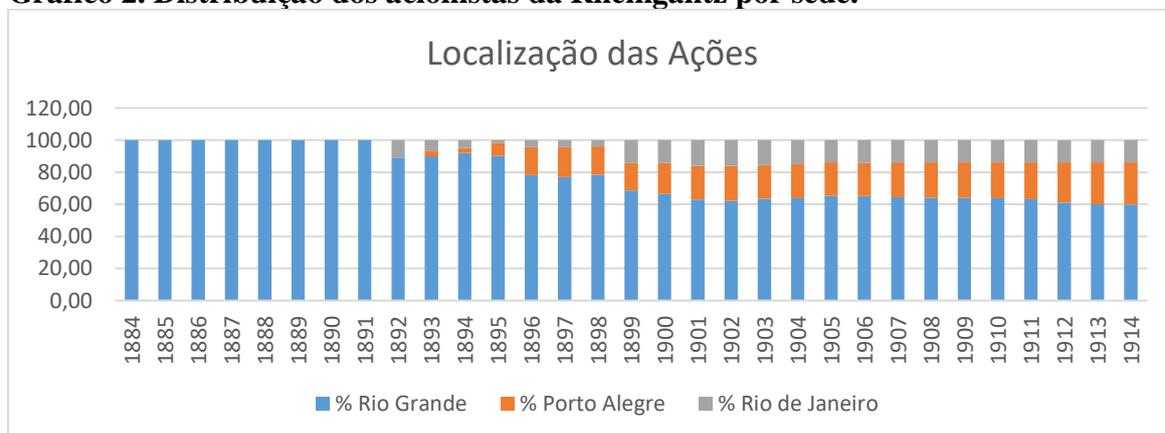
Entre 1895-96, o gráfico apresenta um salto significativo, representando que a expansão do número de ações comercializadas se refletiu entre os investidores de maior peso. Ou seja, junto com o crescimento do número de ações, houve um crescimento também no número de grandes acionistas. Outra interpretação possível é ter ocorrido uma maior concentração de ações entre os maiores acionistas no biênio 1895-96. O mesmo não ocorreu entre 1890-91, por exemplo, quando também houve uma expansão significativa das ações comercializadas. Para esses anos, demonstra o Gráfico 1, o número de ações entre os grandes acionistas manteve-se quase estável. Para a formação do grupo de estudo, ao todo, foram avaliados 33 relatórios, entre 1884 e 1913, nos quais a soma total do número de acionistas chega a 14.214 nomes. Foi necessário, por isso, o estabelecimento de alguns critérios que a reduzisse de forma objetiva, da seguinte forma: 1) critério posicional, referente ao número de ações que possuía; 2) critério temporal, referente ao tempo que permaneceu sendo acionista da Rheingantz; e 3) critério relacional, referente ao número de conexões que estabeleceu com outros empreendimentos locais ou regionais. A aplicação do critério 1 exigiu diferentes linhas de corte proporcionais ao número de ações totais comercializadas por faixa de tempo (ver Tabela 1), ou seja, buscou-se os nomes dos acionistas com mais ações. Para o critério 2, tomou-se a permanência como acionista por um período mínimo de 5 anos. Assim, chegou-se a uma lista total de 39 instituições ou indivíduos, considerados para fins de análise, os maiores acionistas da Rheingantz ao longo do período estudado.

**Tabela 1. Linha de corte de acordo com o número total de ações comercializadas.**

Intervalo	Nº total de ações por ano	Linha de corte (ações)
1884-1885	1100	20
1886-1890	1500-1900	30
1891-1895	8500	60
1896-1913	17500	150

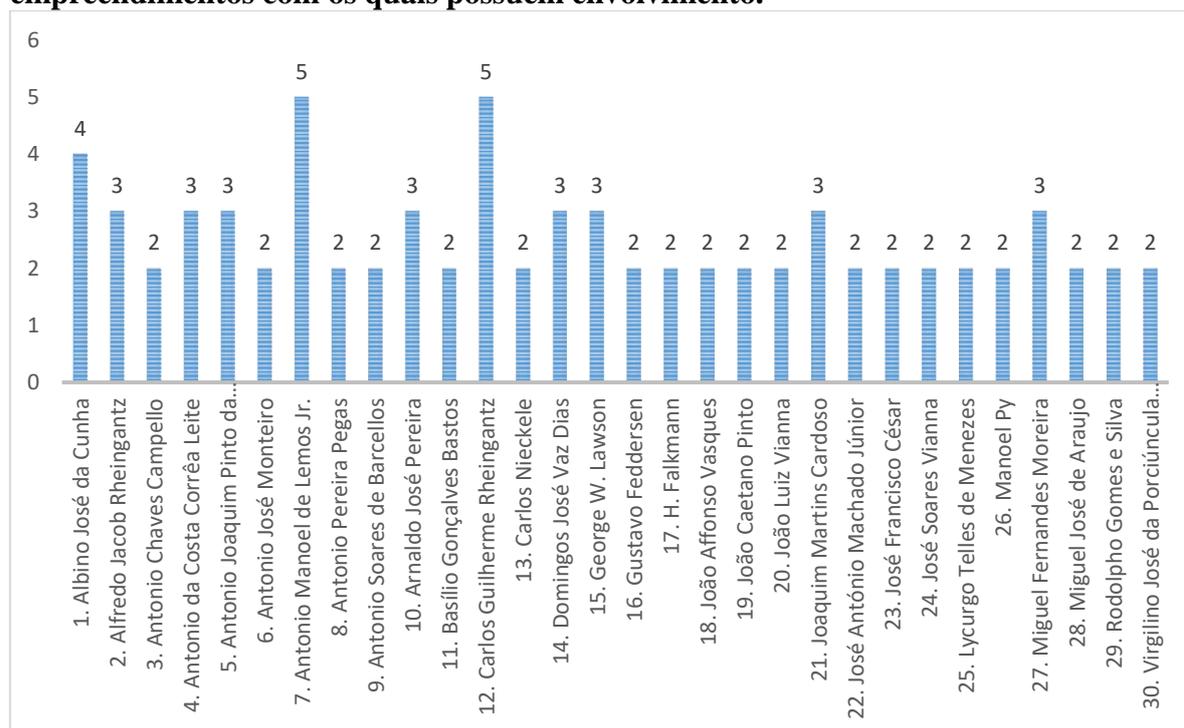
Quanto ao grupo de 39 acionistas da Fábrica Rheingantz acima citado, cabe ressaltar que entre 1884 e 1890, Carlos Guilherme Rheingantz é o sócio solidário e, portanto, o maior volume de seu capital investido na companhia não aparecia na lista de acionistas (apesar de estar registrada uma pequena quantidade de ações em seu nome nesses anos). É a partir de 1891, quando a companhia se transforma em Sociedade Anônima, que Rheingantz irá figurar como seu maior acionista. Naquele ano, registrou cinco vezes mais ações que o segundo maior: Rheingantz possuía 3.262 ações, e o conselheiro Mayrink, 600. A comparação entre a Tabela 1 e o Gráfico 1 permite observar que o número absoluto de ações dos maiores acionistas aumenta em conjunto com o aumento do número total de ações comercializadas a cada ano.

Também é interessante observar que o registro de ações da Fábrica Rheingantz estava distribuído em três escritórios: Rio Grande (sede principal), Porto Alegre e Rio de Janeiro. Ainda que Rio Grande represente sempre o local de maior concentração de acionistas da companhia, ao longo dos anos, Porto Alegre e Rio de Janeiro ganham espaço entre os investidores, como pode ser visualizado no Gráfico 2. Destaque-se que algumas das ações registradas no Rio de Janeiro pertenciam a indivíduos ligados por relações de parentesco aos Rheingantz, como é o caso de Maria Delfina Miranda de Sá, sogra de Carlos Guilherme Rheingantz.

**Gráfico 2. Distribuição dos acionistas da Rheingantz por sede.**

Para a aplicação do critério 3, quanto a relação dos acionistas da Rheingantz com outros empreendimentos locais, procedeu-se a criação de um banco de dados que permitiu o cruzamento entre a lista reduzida de acionistas da Fábrica Rheingantz e as listas de sócios-fundadores e investidores dos seguintes empreendimentos-chave: Fábrica de Charutos Poock, Moinho Rio-grandense, Viação Rio-grandense e Asilo de Mendicidade de Rio Grande. Também se adicionou as listas de diretorias da própria Fábrica Rheingantz. E, por fim, a participação nos empreendimentos-chave foi cruzada com a lista das diretorias da Câmara do Comércio de Rio Grande<sup>83</sup>, com o objetivo de verificar a relação desses industrialistas com o comércio, chegando-se a um total de 118 nomes. Destes, como regra, manteve-se apenas os que participaram de pelo menos dois dos empreendimentos-chave, chegando-se a uma lista final de 30 indivíduos que finalmente compõem o grupo prosopográfico de estudo, explícito no Gráfico 3.

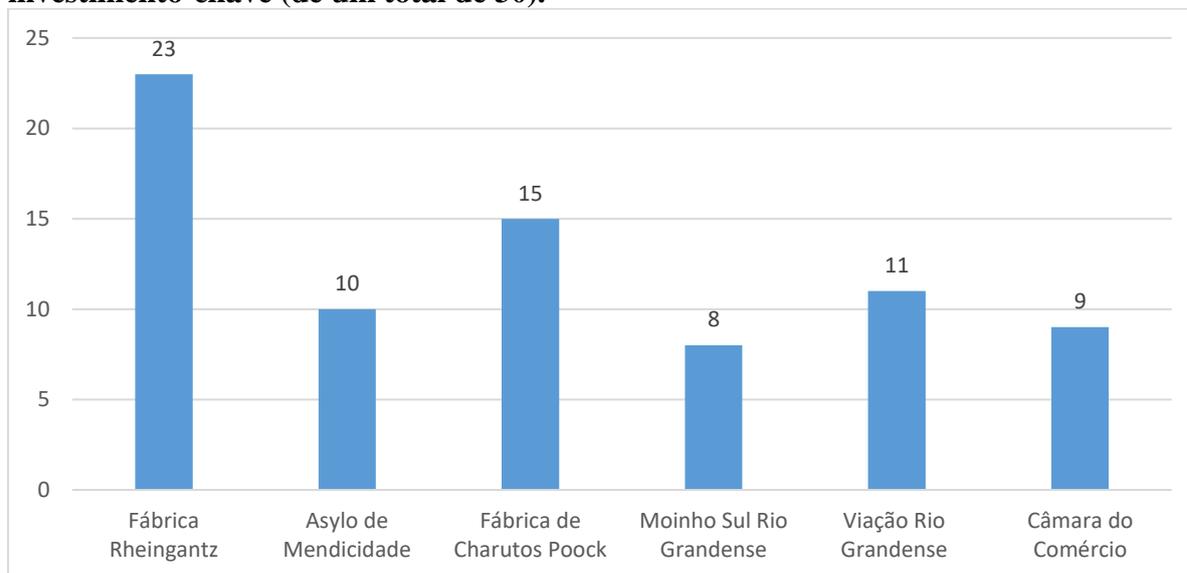
**Gráfico 3. Nome dos empreendedores a serem estudados e número de empreendimentos com os quais possuem envolvimento.**



O Gráfico 4 mostra quantos dos indivíduos estudados estavam relacionados a cada um dos empreendimentos-chave estudados.

<sup>83</sup> Atas e Estatutos da Câmara do Comércio do Rio Grande. Acervo da A.C. Santa Casa do Rio Grande; e Lista dos ex-presidentes da câmara do comércio do Rio Grande. Disponível em: <http://www.camaradecomercio.com.br/expresidentes>.

**Gráfico 4. Número de investidores do grupo prosopográfico que participam de cada investimento-chave (de um total de 30).**



Definida assim a população de estudo, busca-se posteriormente identificar suas particularidades através do método prosopográfico, ou da biografia coletiva. Após a construção do objeto, investiga-se quais seriam as características comuns aos indivíduos (se é que estas de fato existem). Cada personagem selecionado possui sua própria biografia, ou uma sequência de fatos que compõem suas diferentes trajetórias de vida. Através da prosopografia procura-se, portanto, identificar, pela aplicação de um questionário único, traços partilhados entre os membros do grupo. São abordados aspectos pré-estabelecidos, entre eles, relações pessoais (casamento, filiação, parentes próximos etc.) e relações profissionais (local e instituição de formação, cargos ocupados etc.). O maior desafio é analisar os dados de tal forma que seja possível ir além da mera descrição. Segue-se assim os princípios norteadores da prosopografia propostos por Charle (2006). Para o autor, o método pode ser explicado do seguinte modo:

Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.

[...]

Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens anuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou

análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes.<sup>84</sup>

Love e Barickman (2006), ao desenvolverem um estudo comparativo em que aplicam a prosopografia, ressaltam a necessidade de se superar a simples comparação biográfica de idade, educação e ocupação, com o objetivo de se verificar como esses indivíduos atuaram como elites<sup>85</sup>. O trabalho dos autores indica a necessidade de se acrescentar outras variáveis de análise, entre elas, a participação em eventos políticos, os atributos sociais, os vínculos com o exterior, os laços com outros estados, as ligações familiares, as características intra-estaduais (como origens urbanas e rurais ou procedência sub-regional) e os aspectos relativos à geração.<sup>86</sup> Para esta dissertação, além de laços de parentesco e relações familiares, foram acrescentadas as categorias de título, participação em outras companhias e ocupações desempenhadas ao longo da vida (ver Anexo XIV. Ficha prosopográfica: personagens). Entretanto, o centro focal de análise é a relação entre os indivíduos e os empreendimentos nos quais atuaram ao longo de suas trajetórias de vida. Objetiva-se, deste modo, compreender o significado dessas carreiras profissionais enquanto movimentos de um grupo mais amplo.

O título corresponde ao prefixo que acompanha o nome dos indivíduos em diferentes documentos: doutor, comendador, coronel, barão etc. Estes títulos dizem respeito a posição e aos diferentes papéis que os indivíduos desempenham na organização social. Também são um exemplo da reverência com que alguns eram tratados. A participação em outras companhias serve para expandir a área de cruzamento, não se limitando apenas aos empreendimentos-chave. É uma forma de verificar como cada personagem se conecta a diversos outros negócios. Por fim, as ocupações desempenhadas, apesar do termo vago, tentam ir além da simples designação de profissões ou cargos usuais. Por exemplo, Antônio Chaves Campello, além de ser chamado de comendador na lista de acionistas da Fábrica Rheingantz e de ter relação com dois dos cinco empreendimentos-chave, foi Tenente Coronel e Comandante Superior da Guarda Nacional na Comarca de Rio Grande (1885), Diretor da Fábrica Rheingantz (1892), Diretor do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1886); Tesoureiro do Asilo Coração de Maria (1889); e Diretor da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-grandense (1906). Em 1890, Campello possuía um escritório

---

<sup>84</sup> CHARLE, 2006, op. cit. p. 41.

<sup>85</sup> LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert J. **Elites regionais**. In: HEINZ, Flavio. (org.) Por outra história das elites. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77-97.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 78.

comercial que recebe proposta de concorrência para fornecimento do material para a construção da Estrada de Ferro Bagé - Uruguaiana. Em 1910, desempenha o cargo de Consul da Bélgica, em Rio Grande (1910). Além disso, Campello foi casado com Ricardina Maria de Sá Campello, irmã de Miguel Tito de Sá, que por sua vez era sogro de Carlos Guilherme Rheingantz.

Esses dados sobre Antônio Chaves Campello dão uma amostra do tipo de relações que acabam se tornando evidentes a partir da aplicação de um questionário padronizado. Aos poucos, uma verdadeira teia de relações pessoais vai se formando. O exemplo demonstra que a seleção de acionistas da Fábrica Rheingantz é apenas o pano de fundo para a visualização de um emaranhado de relações econômicas, políticas e sociais que guardam em si o *modus operandi* de um pequeno grupo local situado no topo da hierarquia social. O modelo aqui proposto para a construção do grupo de estudo prosopográfico faz uso de categorias amplas, que por si mesmas acabam incluindo novos indivíduos a essa rede observada, contribuindo, assim, para o adensamento dos dados obtidos.

### **1.3 Contributos analíticos: elites, redes e prosopografia**

As relações entre os investidores de Rio Grande parecem se desenvolver em dois campos: o econômico, do gerenciamento dos negócios e dos investimentos financeiros; e o social, das relações de parentesco, amizade e o tradicional “quem conhece quem”. Esses dois campos observados em conjunto, constituiriam uma extensa rede de relações, “flexível e discreta, em que os diferentes membros se podem ou não conhecer uns aos outros e interagir entre si”<sup>87</sup>. Adota-se, portanto, a perspectiva de Barnes, de que o conceito de rede é importante não apenas para revelar a estrutura social da elite estudada, mas para o entendimento de processos sociais fundamentais. Neste caso, trabalhar com a noção de rede social pode esclarecer como ocorriam alguns processos como, por exemplo, o acesso à informação para investimento de capital ou a obtenção de recursos (financeiros, sociais ou políticos) para a manutenção e sobrevivência dos negócios. Também útil para compreender estes mecanismos é a relação estabelecida por Sílvia Portugal entre o conceito de rede e o de capital social. Explica a autora que o capital social seria “um tipo de capital gerado nas ‘relações’”, ou seja, através das redes - o que o torna um conceito indissociável do próprio

---

<sup>87</sup> BARNES apud PORTUGAL. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES n. 271. Março, 2007. p. 4-5.

conceito de redes sociais. Os sujeitos se envolveriam em interações e redes de modo a produzir lucros (capital social). A aquisição do capital social envolveria constrangimentos e oportunidades estruturais, que dependem das escolhas e ações dos atores envolvidos<sup>88</sup>.

Também se faz útil o conceito de capital social apresentado por Pierre Bourdieu, que está diretamente relacionado à sua economia dos bens simbólicos. Segundo o autor, o capital social se multiplica diretamente através da reprodução da unidade social elementar que é a família<sup>89</sup>. Logo, para Bourdieu, capital social seria “o conjunto de recursos, efetivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma *rede durável de relações*, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento”<sup>90</sup>. Para o autor, “o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado”. Para Portugal,

a perspectiva de Bourdieu mostra que as redes sociais não são um dado natural, antes, são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fontes de benefícios. A definição do autor torna clara a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos aceder aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos<sup>91</sup>.

Entende-se, assim, que a aplicação do conceito de rede pode ser diretamente conectada ao método prosopográfico. Como define Portugal, “o ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga”<sup>92</sup>.

Percebe-se, por fim, os investidores, segundo o trabalho de Baechler sobre as redes de sociabilidade, enquanto um agente social capaz de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões<sup>93</sup>. Através da análise do conjunto das relações, a observação das redes busca também localizar regularidades e categorizações que, de modo indutivo, favoreçam a compreensão ampla dos grupos de estudos prosopográficos. Esta perspectiva da noção de redes vai um pouco na contramão do que propõe Imízcoz, ao

<sup>88</sup> LIN apud PORTUGAL, 2007, *Ibidem*, p.15.

<sup>89</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia dos bens simbólicos**. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.

<sup>90</sup> BOURDIEU apud PORTUGAL, 2007, *op. cit.*, p.17.

<sup>91</sup> BOURDIEU apud PORTUGAL, 2007, *op. cit.*, p.17.

<sup>92</sup> PORTUGAL, 2007, *op. cit.*, p.7.

<sup>93</sup> BAECHLER, Jean. **Grupos e sociabilidade**. In: BOURDON, Raymond (org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-66.

afirmar que ao invés de partir de categorias pré-estabelecidas, a análise de redes partiria da observação das relações efetivas entre os indivíduos para reconstruir suas redes e configurações reais<sup>94</sup>. A concepção do autor parece adequada a trabalhos em que é possível a observação direta dos personagens estudados. No caso dos estudos históricos, raramente é possível o acompanhamento das relações sociais no momento em que estão ocorrendo. A observação nos estudos históricos, geralmente, se estabelece por intermédio da documentação disponível – com todas as implicações envolvidas na construção e guarda dessas fontes. O próprio Imízcoz, porém, ao abordar o método indutivo de análise, propõe uma solução para este impasse – a de que as categorias sejam fundadas a partir dos próprios documentos e não de paradigmas ou teorias de análise externos<sup>95</sup>. Seria esse um modo de se escapar da hiper-descrição quantitativa proporcionada pela prosopografia de forma tão atraente. Deste modo, o método indutivo na observação das redes aliado à prosopografia favoreceria o estudo de dois aspectos analíticos fundamentais: os recursos do grupo e a ação (coletiva ou individual). Os diferentes autores podem centrar-se em um ou outro fator, mas ambos são fundamentais para a análise do conjunto.

O grupo prosopográfico de 30 indivíduos identificado através dos critérios anteriormente propostos de forma alguma é entendido como o único representante da elite local de Rio Grande. Seus indivíduos são uma amostra ou parcela desta elite tomados para fins analíticos. O objetivo da metodologia apresentada é o de servir de base para um estudo que identifique pontos de intersecção entre os sujeitos e as empresas selecionadas. Trata-se, em última instância, de tentar demonstrar através desse grupo que o processo de industrialização a que estão diretamente conectados é mais amplo do que a historiografia mais clássica sobre o tema vem abordando. A indústria em Rio Grande não surge apenas das pequenas manufaturas que se transformariam em fábricas devido ao árduo trabalho dos imigrantes e também não vem da acumulação de capital propiciada pela exportação do café como reza a cartilha para o centro do país. O grupo de industriais e investidores na indústria identificado é tão variado quanto se possa imaginar e serve como ponto de partida para se questionar e compreender essa diversificação de investimentos, origens sociais e interesses econômicos com que esses indivíduos se relacionam. O grupo também não é homogêneo e muitas das decisões tomadas em comum podem possuir múltiplas intenções quando observadas individualmente. Os empreendedores locais não são heróis que tomaram a frente

---

<sup>94</sup> IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global**. Revista da Faculdade de Letras - História, III Série, v. 5, Porto, 2004. p. 115.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 119-120.

de grandes empreitadas e construíram grandes fábricas sozinhos, isolados. Pelo contrário, estes homens de negócio parecem estar muito bem relacionados entre si e com outros indivíduos e instituições. São homens do comércio, da política, de famílias imigrantes, portuguesas e alemãs em sua maioria. Suas atitudes e escolhas ditaram os rumos da industrialização local. Porém, de forma alguma estão isolados na região sul do país. Como se demonstrará, esses indivíduos possuem conexões muito bem estabelecidas com a capital federal (Rio de Janeiro) e o comércio internacional da época. Acredita-se que o estudo aprofundado dos indivíduos listados, desenvolvido no próximo capítulo, permitirá compreender melhor quem eram e de que forma se articulavam esses homens de negócios do final do século XIX.

## 2 ELITES URBANAS E INDUSTRIAIS E SUAS REDES DE RELAÇÕES: FAMÍLIA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A industrialização do Brasil é um longo e lento processo histórico que perpassa as primeiras manufaturas coloniais, as investidas de D. João VI a partir de 1808, as mudanças nos processos produtivos advindas da Revolução Industrial e a adoção de um modelo capitalista de negócio. Explicações tradicionais sobre a própria organização das famílias de elite para esses momentos da história do país, que se apoiavam em modelos mais gerais e que tendiam a aplicar uma mesma lógica a todas as regiões, acabaram sendo reescritas quando observadas as particularidades locais. Também as análises sobre a origem do capital industrial foram revisitadas quando percebidas em contextos regionais ou locais. Nem todas as grandes indústrias têm sua origem nas pequenas manufaturas, como propôs Limeira Tejo em 1937, por exemplo. Caio Prado Júnior, em 1945, afirmava que havia, na verdade, um grande hiato na evolução da economia brasileira. Para o autor, as manufaturas coloniais teriam deixado de existir por completo antes que as “modernas maquinofaturas<sup>96</sup>” surgissem. Ainda assim, ao abordar a industrialização do país dentro de uma explicação global de desenvolvimento econômico, Caio Prado sugere que a organização das indústrias seria fruto do trabalho individual de alguns sujeitos:

A acumulação capitalista ainda é essencialmente no Brasil um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café. Quando depois de 1907, por exemplo, o café produzia larga margem de proveitos graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da recorrência da crise, muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que efetivamente, depois de 1910, se desenvolve com rapidez<sup>97</sup>.

Se a explicação de Caio Prado Júnior é correta para alguns casos, ela não aborda a totalidade dos investimentos no ramo industrial. O que o autor desconsidera em sua análise é que o modelo de organização das empresas comerciais que se consolidou ao longo do

---

<sup>96</sup> Termo utilizado por Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil* (1945) em oposição ao termo manufatura e refere-se às plantas industriais modernas, apoiadas na máquina a vapor. Para mais detalhes ver: PRADO JÚNIOR, Caio. **Capítulo 24. A Industrialização.** In: *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense (Edição digital), sd.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 200.

século XIX e no início do século XX, a Sociedade Anônima ou por ações, estaria inaugurando uma nova forma de organização coletiva do capital. O empresário industrialista, dentro deste contexto, não estava nem tão por conta própria, nem era tão independente. Pelo contrário, ele era alguém capaz de reunir ao seu redor todos os recursos necessários para inaugurar e dar seguimento aos seus empreendimentos. Para realizar seus propósitos, estava cercado de uma complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais. Tais recursos envolveriam não apenas a reunião de capital, mas o apoio de políticos e outros homens de negócio. O suporte do Estado também seria fundamental nesse período.

Para observar de perto esses empresários da virada do século e suas redes sociais de apoio mútuo, suas vivências e as estratégias na condução dos negócios, utiliza-se uma combinação dos métodos prosopográfico e indutivo de análise. A construção de uma lista nominal de sujeitos que se destacam por se envolverem em uma grande quantidade de empreendimentos ao longo de suas trajetórias individuais são o ponto de partida e o fio condutor da pesquisa<sup>98</sup>. É a pesquisa intensa e exaustiva da documentação que irá permitir essa aproximação com os indivíduos e suas redes de relações. Um dos exemplos mais completos deste tipo de estudo que privilegia um grande número de sujeitos e uma gama variadíssima de fontes é o clássico *Herança Imaterial*, de Giovanni Levi<sup>99</sup>. Nele, o autor parte da identificação dos atores sociais para observá-los em diferentes dinâmicas que mesclam a família, a economia, o poder e a cultura. O crucial na obra de Levi, aponta Imízcoz, não é tanto a escala reduzida de análise quanto o método de investigação indutivo, a partir dos indivíduos. Enquanto a prosopografia auxilia na organização de um grande número de fontes e dados, o método indutivo permite a construção de um conjunto argumentativo a partir das informações sistematizadas. Tecendo praticamente uma defesa dessa metodologia, explica o autor:

El análisis inductivo no necesita reducir la complejidad de los datos empíricos, sino al contrario: lejos de rechazar la diversidad de los comportamientos observados, asume la variación y la dispersión, elaborando sus categorías a partir de ellas. Las categorías se constituyen en el curso del análisis, a partir de la variabilidad misma de los datos empíricos. Este procedimiento se aleja de manera crítica de las categorías establecidas, pero da cuenta de los valores y de los contenidos que recubren en momentos y contextos diferentes<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> Para uma referência visual de alguns sujeitos e casais observados, ver: Anexo X. Sujeitos e famílias.

<sup>99</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>100</sup> IMÍZCOZ, 2004, op. cit., p. 119-120.

A partir dessa metodologia proposta, pretende-se alcançar a identificação das redes de relacionamento, ainda que parcialmente, dos sujeitos estudados e suas ações, levando-se em conta as combinações de capital econômico, social e político. Na primeira parte do capítulo, explica-se a organização do banco de dados prosopográfico e das categorias de análise; e, na segunda, são examinadas uma série de variáveis obtidas a partir do conjunto de dados constituído.

## 2.1 Sistema de análise prosopográfica (SAP)

O *Sistema de Análise Prosopográfica (SAP)*, para o desenvolvimento do estudo proposto, foi criado com o suporte de um desenvolvedor web<sup>101</sup>. O modelo foi construído com o uso da linguagem SQL, sigla em inglês para *Structured Query Language*, ou Linguagem de Consulta Estruturada, em português. A SQL é uma linguagem padrão de gerenciamento de dados, que interage com os principais bancos de dados baseados no modelo relacional, e caracteriza-se por ser essencialmente declarativa, ou seja, o programador apenas indica (ou declara) qual o objetivo pretendido para que este seja executado pelo sistema. Entre outras funcionalidades, é possível a criação de relações entre tabelas, o controle do acesso aos dados e a geração automatizada de gráficos. A descrição detalhada da construção do banco de dados do SAP que segue se fez necessária devido a uma dificuldade encontrada no andamento da própria pesquisa. A bibliografia consultada sobre o método prosopográfico, quase em sua totalidade, dedica-se a construções conceituais sobre o termo “prosopografia” e suas aplicabilidades enquanto método para os estudos históricos. Entretanto, pouco se encontrou sobre padrões de bancos de dados prosopográficos, como organizá-los e de que forma racionalizar o modelo relacional<sup>102</sup>.

A primeira etapa consistiu na criação de tipologias principais de cadastro de informações: tipos de personagens, personagens, tipos de empreendimentos, empreendimentos, cargos e funcionários. Para cada categoria, foi preciso listar quais os critérios observáveis, sendo a principal a de “personagens”, onde são armazenadas as principais informações sobre os indivíduos e onde as principais relações são registradas.

---

<sup>101</sup> Esta etapa do trabalho somente foi possível com o auxílio do amigo e desenvolvedor web Devanir Weber, que se dedicou à programação e construção do sistema de banco de dados.

<sup>102</sup> A exceção é o esforço de Tiago Gil em propor um trabalho que tentar nortear a organização inicial do banco de dados. Ver: GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

Para os tipos de personagens, criou-se três critérios: a) o *indivíduo-chave*, integrante do grupo prosopográfico previamente estabelecido; b) o *co-investidor*, personagem ligado a um ou mais indivíduos-chave por relação financeira ou de negócios através dos empreendimentos; e c) o *familiar*, é o personagem conectado a um ou mais indivíduos-chave ou *co-investidores* exclusivamente através de relações de parentesco. Ainda que um mesmo personagem ou indivíduo possa se relacionar com um indivíduo-chave através de ambas as modalidades (*co-investidor* e *familiar*), foi necessária a classificação em apenas uma das categorias devido a uma limitação gerada pela estrutura do SAP. Assim, um co-investidor pode ou não ser um familiar. A solução encontrada para contornar esta deficiência foi a descrição detalhada, ao longo do texto, das relações de parentesco envolvendo co-investidores e indivíduos-chave. Independentemente dessa categorização inicial dos personagens ser um tanto artificial, o sistema permite a identificação das relações familiares de qualquer indivíduo através da indicação de informações como pais, cônjuges, sogros, filhos, irmãos e cunhados no cadastro geral<sup>103</sup>, o que permite o cruzamento posterior desses dados. O ponto de partida das relações é sempre o indivíduo-chave, que pode por sua vez ocupar as posições de co-investidor e familiar, conforme o ângulo de observação. Por exemplo, Eufrásio Lopes de Araújo, falecido em 1890, foi um dos primeiros investidores da Fábrica Rheingantz e figura na lista de co-investidores por ter participação na fábrica e na Câmara do Comércio. Eufrásio, visconde de São José do Norte, teve quatro filhos com Maria Joanna de Araújo, entre eles, Gertrudes Preciliana de Araújo Lawson, casada com George W. Lawson, um indivíduo-chave. Ou seja, o visconde é, portanto, um co-investidor e um familiar (sogro de outro indivíduo-chave). Outro exemplo, é o caso de Oscar Philipe Rheingantz, que era irmão de Carlos Guilherme Rheingantz e Alfredo Jacob Rheingantz, ambos indivíduos-chave, mas entra inicialmente no sistema como familiar. Oscar Philipe teve participação importante na administração da fábrica de tecidos, formou-se em direito na escola de São Paulo e foi um membro ativo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). No total, o banco de dados ficou composto por 293 personagens: 30 indivíduos-chave, 128 co-investidores e 135 familiares.

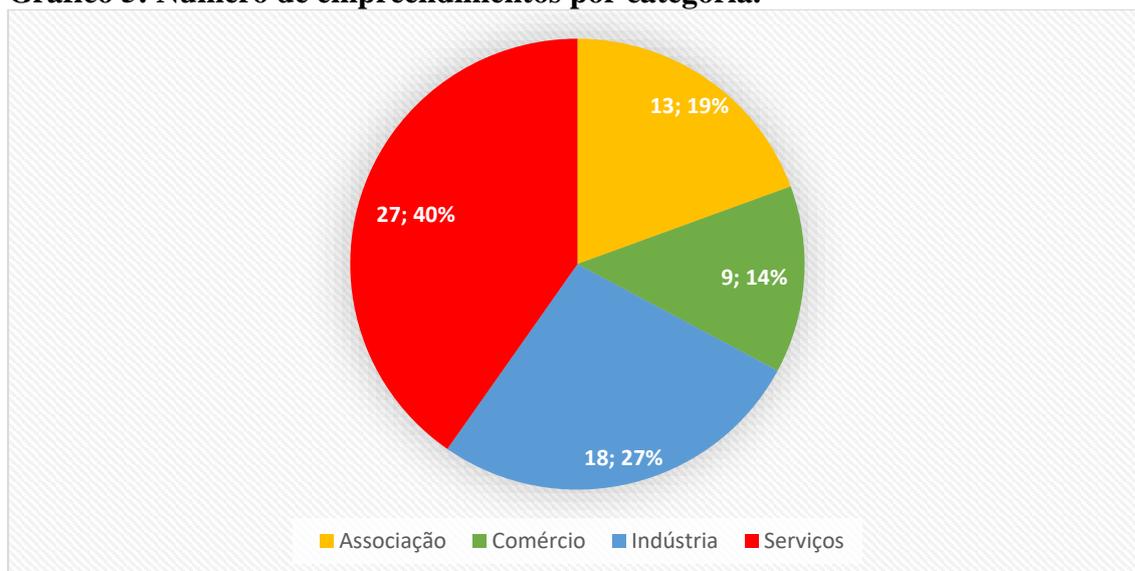
Para os tipos de empreendimento, optou-se por se utilizar quatro categorias: a) associação; b) comércio; c) indústria; e d) serviços. Além disso, foram observadas ainda outras 20 sub-categorias relacionadas a finalidade específica de cada negócio e que serão detalhadas mais à frente. Essa caracterização dos empreendimentos serve tanto para se

---

<sup>103</sup> Ver Anexo XIV. Ficha prosopográfica: personagens.

observar as relações estabelecidas entre os indivíduos-chave e os negócios, quanto para se compreender a natureza dos negócios em si. Ao todo, 158 personagens (indivíduos-chave + co-investidores) estão relacionados a 67 empreendimentos, distribuídos como mostra o Gráfico 5:

**Gráfico 5: Número de empreendimentos por categoria.**

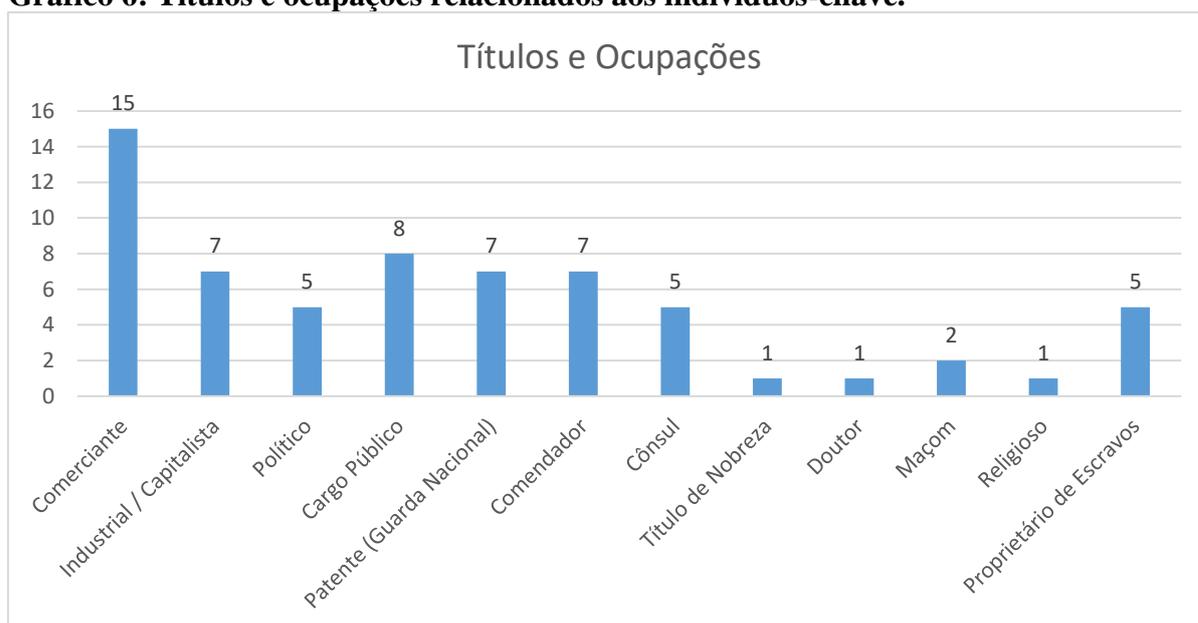


Outras tipologias também servem para que seja possível se observar características mais específicas do grupo de estudos. Os cargos e funções ocupados auxiliam no estabelecimento de relações propriamente ditas entre o indivíduos-chave e os empreendimentos através das funções que cada indivíduo exerceu nos negócios. A análise dos cargos diz sobre o modo como estas relações foram estabelecidas e como de fato operavam. Os títulos, entre eles, barão, comendador ou doutor, falam sobre como os indivíduos se posicionavam ou eram percebidos pelo restante da sociedade. As diferentes formações e ocupações em outros estabelecimentos (além dos empreendimentos-chave usados para compor o grupo prosopográfico) demonstram a multiplicidade de negócios com que os indivíduos-chave estavam envolvidos. Dados relacionados a nascimento, casamento e morte, filiação, parentes e fortuna, informam sobre aspectos sociais e econômicos. No conjunto, o estabelecimento de todas essas tipologias busca responder o propósito fundamental do estudo prosopográfico, que seria o de descobrir, a partir da observação de padrões gerais, algumas características fundamentais desses empresários industriais.

### 2.1.1 Títulos e ocupações: um quebra-cabeça de posições sociais.

Do ponto de vista do estudo prosopográfico e indutivo, as ocupações e títulos servem para se analisar o modo como os sujeitos transitavam e se apresentavam em diferentes esferas da vida pública. Trata-se da forma como os indivíduos-chave são mencionados nos diferentes tipos de documentos (corporativos, jornalísticos, jurídicos, entre outros). Todos esses sujeitos, por definição, estão relacionados ao meio econômico através dos empreendimentos com os quais se conectam. Entretanto, suas trajetórias de vida compreendem um universo bem mais amplo, e a observância dos títulos e ocupações procura proporcionar uma relativa aproximação com esta diversificada gama de atividades a que estes sujeitos se dedicavam. Esta aproximação é relativa devido a inconstância dos dados para alguns critérios como, por exemplo, inclinação política ou patente da Guarda Nacional. A não pontuação em algum desses aspectos significa apenas que não foi localizada essa informação para determinado sujeito; porém, não significa que ele não tenha de fato uma tendência partidária ou nunca tenha participado da Guarda Nacional. Como diz a máxima, “a ausência de evidências não é evidência de ausência”. Ainda assim, com base nos dados obtidos, é possível verificar alguns aspectos sociais e políticos sobre o grupo de estudo. O Gráfico 6 demonstra os títulos e ocupações relacionados.

**Gráfico 6: Títulos e ocupações relacionados aos indivíduos-chave.**



Na variada documentação consultada, as referências nominativas aparecem sempre acompanhadas de qualificações de natureza sócio-profissional. Para a historiadora Adeline Daumard, que trabalhou, em diversas obras sobre a sociedade francesa, a noção de que a sociedade está fortemente dividida em diferentes hierarquias sociais, a posição dos indivíduos na sociedade está diretamente relacionada às ascendências familiares, às relações sociais e a um universo de possibilidades “novas abertas às ambições pelo mundo contemporâneo”<sup>104</sup>. Do mesmo modo, o comportamento dos indivíduos, se dariam pela pressão social, mas seriam, em última instância, resultado de escolhas individuais, familiares e coletivas<sup>105</sup>. O trabalho de Daumard ressalta que,

A profissão — ou, eventualmente, uma qualidade como a de proprietário ou capitalista — dava uma primeira ideia, muito aproximada, das funções, dos recursos e do estilo de vida e era um símbolo da posição social na medida em que a ela se ligavam noções de cultura, de utilidade para a coletividade, de prestígio<sup>106</sup>.

Os tópicos que seguem procuram demonstrar como títulos e ocupações que aparecem junto à referências nominais dos indivíduos-chave estudados desvelam por trás da simples referência uma gama variada de papéis sociais e implicações históricas mais amplas.

**Comerciantes e Industrialistas.** As duas primeiras categorias correspondem aos termos genéricos com que eram feitas referências aos indivíduos e, até certo ponto, como estes se apresentavam e eram representados frente a sociedade em geral. Dos trinta indivíduos-chave, a metade aparece como “comerciante”, forma típicas de caracterização dos indivíduos ligados ao meio econômico, e sete como “industrial ou capitalista”. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de 1913, definia que *comerciante* era aquele que exercia o comércio, ou seja, praticava a troca de valores ou permuta de produtos<sup>107</sup>. O mesmo dicionário definiu *capitalista* como “aquele que vive do rendimento de um capital. Pessoa muito rica”, e *industrial* como “pessoa que exerce a indústria”. *Indústria*, por sua vez, estava longe de se relacionar com as grandes fábricas que surgiam, pois dizia respeito,

<sup>104</sup> DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1985, p. 253.

<sup>105</sup> ARAUJO, Nilton de Almeida. **Questões de teoria e metodologia num itinerário entre duas historiadoras: Kátia Mattoso e Adeline Daumard**. Recôncavos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Vol. 3(1), 2009. p. 91-92.

<sup>106</sup> DAUMARD, Adeline. **Os Burgueses e a Burguesia na França**. São Paulo: Livraria Martins Afonso, 1992. p. 457-458.

<sup>107</sup> FIGUEIREDO, Candido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1913. Versão digital. p. 484.

simplesmente, “à aptidão, ou destreza, com que se executa um trabalho manual. Arte. Ofício. Profissão mecânica ou mercantil. Conjunto dos trabalhos, de que se deriva a produção das riquezas”<sup>108</sup>. A leitura dos documentos pensada no contexto da virada do século XIX, e alinhada às definições genéricas do dicionário da época, indica uma mistura no uso dos termos, que muitas vezes eram empregados como sinônimos. Isto se deve, possivelmente, por não haver ainda uma grande diferenciação entre estas atividades que estavam se transformando no período, deixando de ser o que eram para surgir em novos moldes. Não havia maior distinção entre comércio e indústria. O próprio registro das indústrias e fábricas, nesse período, ainda é feito nas Câmaras do Comércio locais. Não por acaso, nove dos 30 indivíduos-chave, e 23, dos 128 co-investidores, possuíram cargos na diretoria da Câmara do Comércio de Rio Grande. A indústria não é um segmento produtivo a parte. Das seis entidades de classe cadastradas entre os empreendimentos, apenas uma, a Sociedade de Imigração Rio-grandense, não tem relação direta com o comércio.

**Tabela 2. Associações, sub-categoria: entidades de classe.**

<b>Empreendimento</b>	<b>Sede</b>	<b>Ano de fundação</b>
Associação dos Empregados no Comércio	Rio Grande	NI*
Praça do Comércio (Associação Comercial)	Porto Alegre	1858
Câmara do Comércio de Rio Grande	Rio Grande	1844
Câmara Portuguesa do Comércio	NI*	NI*
Clube Comercial de Pelotas	Pelotas	1881
Sociedade de Imigração Rio-grandense	Rio Grande	1884

\* Não identificado

Os próprios dados estatísticos sobre o período são confusos e de difícil comparação. Os Inquéritos Industriais de 1907 e 1912, de âmbito nacional, utilizaram categorias posteriormente questionadas. Um dos critérios pouco consistente foi a tentativa de demarcar a diferença entre produção industrial e pequenas oficinas (alfaiatarias, costureiras, equipamentos mecânicos etc.), pois os recenseados tinham dificuldade em aplicar os critérios de classificação – o que seria *indústria* ainda não estava bem estabelecido<sup>109</sup>.

**Políticos e Cargos Públicos.** O registro das atividades político-partidárias aparece pouco nas principais fontes consultadas, uma vez que, priorizou-se documentos voltados para o universo institucional e econômico das companhias, sociedades e associações. Para a

<sup>108</sup> Ibidem, p. 1094.

<sup>109</sup> ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 364.

obtenção de dados mínimos sobre o assunto, a lista de *indivíduos-chave* foi cruzada com o registro da Assembleia dos Representantes<sup>110</sup> do Rio Grande do Sul<sup>111</sup> e alguns outros dados biográficos obtidos isoladamente. Desse modo, dos trinta indivíduos-chave, localizou-se cinco que tiveram alguma atuação político-partidária mais efetiva, em geral, regional ou local, e oito que desempenharam cargos públicos. As funções exercidas podem ser melhor observadas na Tabela 3:

**Tabela 3: Ocupações e Cargos públicos dos indivíduos-chave.**

<b>Indivíduo-chave</b>	<b>Cargo ou ocupação</b>
1. Antônio Chaves Campello	Candidato a Senador (1915); Presidente da Câmara Municipal de Rio Grande (1880);
2. Antônio Joaquim Pinto da Rocha	Presidente do Conselho Municipal (1906);
3. Antônio Soares de Barcellos	Delegado de Polícia (1889-90); Membro da Assembleia dos Representantes (diversas legislaturas entre 1891 e 1915);
4. Carlos Guilherme Rheingantz	Conselheiro Municipal (1891); Conselheiro Municipal (1904);
5. João Affonso Vasques	Sub-delegado de polícia de Rio Grande (1884);
6. João Luiz Vianna	Vereador (Rio Grande, 1889); Delegado de Polícia (1885); Conselheiro Municipal (1904); Membro da Junta Médica da Santa Casa de Rio Grande;
7. Manoel Py	Membro da Assembleia dos Representantes (diversas legislaturas entre 1893 e 1908);
8. Virgilino José da Porciúncula Júnior	Conselho Municipal (1904); Membro da Assembleia dos Representantes (diversas legislaturas entre 1912 e 1928);

Entre os listados, a atuação de Virgilino José da Porciúncula Júnior em nome do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) talvez seja uma das mais interessantes. Porciúncula Júnior parece iniciar sua carreira política localmente, em Rio Grande, na primeira década do século XX, e é nomeado para o Conselho Municipal em 1904. Em 1912, elege-se pela primeira vez para a Assembleia dos Representantes do estado, onde permanece, com idas e vindas, até 1928. A campanha eleitoral de Porciúncula Júnior coincide com a morte de Júlio

<sup>110</sup> A Assembleia dos Representantes foi instituída no Rio Grande do Sul a partir da constituição estadual de 1891, de caráter fortemente comitiano e autoritário. O poder da assembleia limitava-se, quase exclusivamente, a matérias financeiras e orçamentárias. Essa constituição permitia, por exemplo, a reeleição do presidente do estado por tempo indefinido. Esse sistema só foi alterado durante a década de 1930, com a Era Vargas, quando se transforma em Assembleia Legislativa. Ver: AXT, Gunter. **Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891**. Revista Justiça e História. Vol. 2. N. 3. Sd.

<sup>111</sup> O cruzamento se deu através das listas de legislaturas disponíveis em: TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)**. V. 2. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho. Porto Alegre: CORAG, 2005. 176p.

de Castilho, em 1903. Nesse ano, ele irá enviar uma carta em homenagem ao chefe do PRR e participará ativamente da comemoração cívica organizada em Rio Grande em honra do “ilustre morto”, aparecendo nos eventos como “comandante da Brigada de Infantaria da Guarda Nacional” e “suplente do Juiz Seccional”<sup>112</sup>. Três anos depois, em 1906, a cidade de Rio Grande seleciona uma comissão que irá organizar a visita do presidente da República, Affonso Pena, e do presidente do estado, Borges de Medeiros, da qual faz parte, entre outros, Virgilino José da Porciúncula Júnior. Diz a nota no jornal *A Federação*:

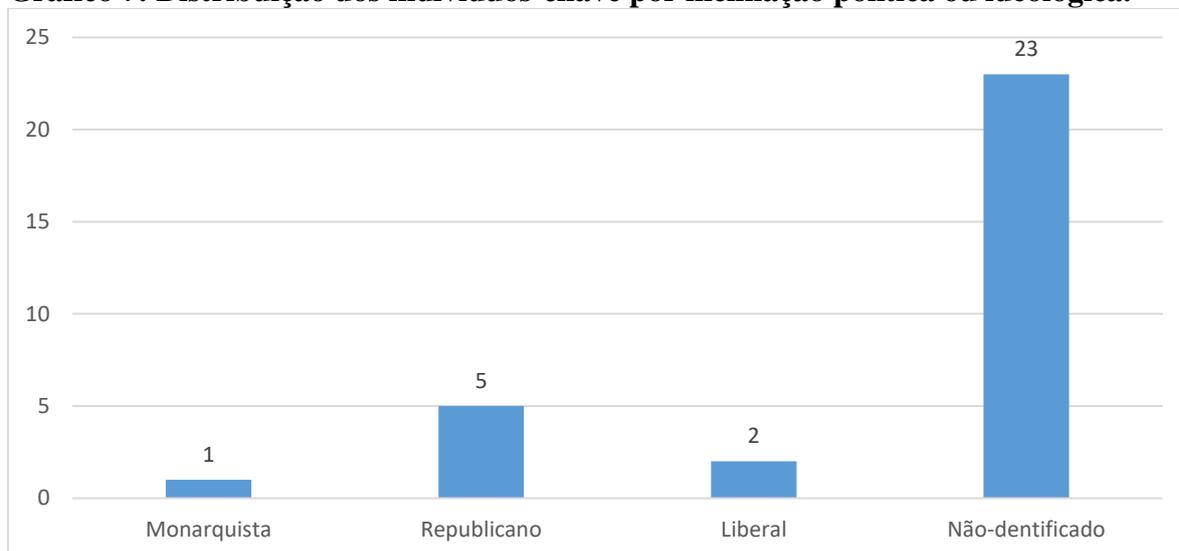
No Rio Grande preparam-se festas para receber o presidente eleito da República, tendo sido designada a seguinte comissão: dr. Juvenal Miller, intendente municipal; membros da diretoria da Associação Comercial; coronel Virgilino José da Porciúncula Júnior, presidente do conselho municipal; visconde de Pinto da Rocha; tenente-coronel Crescentino Baptista de Carvalho, inspetor da alfândega; e comendador Carlos Guilherme Rheingantz [...] <sup>113</sup>.

A nota do jornal permite observar, além da participação de Porciúncula Júnior, como os cargos e ocupações aparecem antes dos nomes dos indivíduos e servem para apresentá-los. Porciúncula Júnior é precedido por “coronel”, referência direta ao seu posto da Guarda Nacional. Na mesma comissão, dos indivíduos-chave, estão ainda Carlos Guilherme Rheingantz e Antônio Joaquim Pinto da Rocha. No caso de Rheingantz, o jornal dá destaque à sua condição de comendador, antigo título oferecido pelo Império, ainda que este já fosse um capitalista reconhecido e membro eleito do Conselho Municipal. Também no caso de Pinto da Rocha, mesmo em tempos republicanos, é destacado o seu título nobiliárquico.

Quanto a inclinação política ou ideológica, o grupo dos indivíduos-chave pode ser dividido conforme demonstra o Gráfico 7. Entretanto, é preciso observar que é difícil registrar o posicionamento da maioria dos sujeitos estudados, possivelmente porque as fontes de pesquisa, entre elas o jornal *A Federação* (órgão de propaganda do Partido Republicano Riograndense) não favorecem esta pesquisa. Tampouco, na lista de parlamentares gaúchos consultada consta esse tipo de informação. Para 23 dos 30 indivíduos-chave, não foram obtidos registros para essa tipologia. Do mesmo modo, não foi possível traçar paralelos mais claros entre Monarquistas e Republicanos, ou entre Liberais e Conservadores, por exemplo. Ainda assim, são pertinentes algumas considerações sobre as poucas informações localizadas.

<sup>112</sup> *A Federação*, 1903, Ed. 292, p.1.

<sup>113</sup> *A Federação*, 1906, Ed. 180, p. 1.

**Gráfico 7: Distribuição dos indivíduos-chave por inclinação política ou ideológica.**

Na lista de republicanos, aparecem, claramente ligados ao PRR, Antônio Soares de Barcellos e Manoel Py, ambos tendo sido eleitos para Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul em diversas legislaturas. José Soares Vianna e José Antônio Machado Júnior têm seus nomes ligados ao Partido Liberal, mas quase nada se obteve sobre esses sujeitos. O visconde de Pinto da Rocha faz jus ao título de nobreza e entra no banco de dados como monarquista, conectado à Liga Monárquica Dom Manoel II. Entretanto, seu filho, Arthur Pinto da Rocha, foi um proeminente político gaúcho, eleito pelo PRR para a Assembleia dos Representantes (1891-1893) e para deputado federal (1894-1905 e 1921-1923). O filho do visconde de Pinto da Rocha nasceu em Rio Grande, em 1860, e iniciou seus estudos na própria cidade, vindo a concluí-los em Portugal. Estudou em colégios e liceus em Lisboa e no Porto. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra (1884) e foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre/RS (1900). Politicamente, aproximou-se de Júlio de Castilhos, tendo sido nomeado promotor público da comarca de Porto Alegre, em dois momentos em que este fora presidente do Rio Grande do Sul. Como jornalista, foi redator-chefe do jornal *A Federação* (1889-1890) e diretor da *Gazeta do Comércio* (1901-1905). A convite de Rui Barbosa, assume a direção do jornal *Diário de Notícias*, mas deixa o posto quando Hermes da Fonseca ganha a disputa. Dedicou-se ainda a escrita de alguns livros históricos, de ficção e de peças teatrais. Em 1926, toma posse como

ministro do Supremo Tribunal Militar, onde permanece até o seu falecimento no Rio de Janeiro<sup>114</sup>.

Outro familiar relacionado no banco de dados e que se destacou no meio político foi James Fitzgerald Darcy, filho de James Darcy, um co-investidor, e sobrinho, por parte de sua mãe, de Carlos Guilherme Rheingantz, indivíduo-chave. Fitzgerald Darcy nasceu em Rio Grande, em 1876. Formou-se em direito pela Faculdade do Rio Janeiro, em 1896, onde também se doutorou na mesma área. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, junto com Arthur Pinto da Rocha, onde ministrou aulas de filosofia. Foi eleito para a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul (1901-1903). É eleito Deputado Federal, em 1903, e reeleito em 1906. Dois anos depois, renuncia ao seu mandato por divergências com Borges de Medeiros. Após seu período na câmara, passa a advogar no Rio de Janeiro, tornando-se membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, em 1920. Publicou alguns trabalhos literários e jornalísticos e foi também consultor geral da República e consultor jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Faleceu na capital federal em agosto de 1952.

A participação de Artur Pinto da Rocha e James Fitzgerald Darcy na fundação da Faculdade de Direito indica suas capacidades de relacionamento com o meio político no Rio Grande do Sul. A criação do curso estava fortemente ligada à figura de quatro personalidades marcantes no estado: Carlos Thompson Flores e James de Oliveira Franco, desembargadores do Supremo Tribunal do Estado (STE); e Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, líderes do Partido Republicano. A criação e manutenção da instituição só foi possível devido ao apoio das administrações públicas do governo estadual, na figura do próprio Borges, e da intendência municipal de Porto Alegre. A Faculdade de Direito esteve sempre fortemente relacionada às facções partidárias dominantes no estado, e os agentes da instituição, seus professores e alunos, acabavam profundamente engajados nas disputas políticas<sup>115</sup>. A história cruzada de Darcy e Pinto da Rocha são exemplos do modo como as estratégias familiares dos empresários de Rio Grande se estenderam para além do meio econômico e das fronteiras da localidade. Coube aos filhos desses homens de negócios de Rio Grande a

---

<sup>114</sup> DICIONÁRIO DA ELITE REPUBLICANA. Verbete: ROCHA, Artur. FGV CPDOC.

<sup>115</sup> Sobre a fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre e suas relações com a esfera política ver: GRIJÓ, Luiz A. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2005.; GRIJÓ, Luiz A. **Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. HISTÓRIA, São Paulo, 28 (2): 2009.

formação em cursos superiores no Brasil e na Europa, em áreas como medicina, direito, e engenharia – atividades símbolo de prestígio e capital social.

**Comendas, Títulos de Nobreza e Consulados.** Desde o oitocentos, pelo menos, o Império português promovia o reconhecimento da autonomia política e do papel das elites locais no governo como um dos pilares de sustentação de seu território ultramarino. Como reforço dessa dinâmica, fora colocado em prática um sistema de distribuição de mercês régias, patentes militares e comendas honoríficas que reforçavam a posição social de seus portadores. Com a vinda da família real e a instalação da corte em 1808, essa política se acentua no Brasil<sup>116</sup>. A coroa irá fazer uso desse sistema para firmar seu plano governativo no interior das elites locais. No início do século XX, já em período republicano, resquícios dessas políticas ainda faziam parte da cultura das elites brasileiras que, por muito tempo ainda, dariam valor aos títulos e condecorações, que se convertem em prestígio e forte capital social para seus possuidores.

Entre os indivíduos-chave, sete possuíam comendas honoríficas, um possuía título de nobreza e oito possuíam patentes da Guarda Nacional. No mesmo grupo também se mostrou relativamente frequente o papel de Cônsul. Dos trinta, pelo menos cinco desempenharam a função para os seguintes países: Bélgica, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. Esta última ocupação, ainda que não fosse um título honorífico especificamente, também tem a função de indicar e conferir prestígio social, principalmente porque o consulado representa, nesse período, uma função mercantil prática, uma vez que se envolvia com a negociação e a cobrança de impostos dos países que representavam.

**Guarda Nacional.** Quanto às patentes, o número também é expressivo. Dos 30 indivíduos-chave, seis possuíam altas patentes e funções na Guarda Nacional, que mereciam destaque nos documentos observados (Tabela 4). Alfredo Jacob Rheingantz, por exemplo, além de tenente-coronel, fora também Comandante do Estado Maior da Guarda Nacional. A conexão dos homens de negócios de Rio Grande com a distribuição de patentes da guarda nacional pode ser relacionada a certa tradição militar e de defesa do território estabelecida na província, principalmente, após o término da Revolução Farroupilha (1835-1845) e incentivada por parte do coroa como uma tática de manutenção da ordem na região.

---

<sup>116</sup> Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

**Tabela 4. Indivíduos-chave com alta patente na Guarda Nacional.**

<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Cargo</b>	<b>Ano_cargo</b>
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Tenente-coronel	<i>Não Informado</i>
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Coronel	1918
Antônio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Tenente-coronel	1891
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Tenente-coronel	1894
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Tenente-coronel	1893
Virgilino José da Porciúncula Júnior	Indivíduo-chave	Tenente-coronel	1891

Essa tradição remonta ainda ao surgimento da cidade como ponto estratégico de defesa do território já no início do século XVIII com as expedições do brigadeiro Silva Paes para assegurar a posse portuguesa da fronteira frente à ameaça espanhola, com a fundação do Forte Jesus, Maria, José. Entre 1773 e 1777, a então vila ficou sob domínio espanhol. As disputas sempre ocorreram devido a sua posição militar estratégica, pois permitia comunicações por terra entre Laguna e Colônia do Sacramento – possessões caras a Portugal. Rio Grande é elevada à condição de cidade em 1835, mesmo ano em que o também coronel da Guarda Nacional, Bento Gonçalves, desencadeia a Revolução Farroupilha. Quatro anos antes, em 1831, havia sido criada a Guarda Nacional e um de seus objetivos primeiros era, justamente, o de defender a “integridade do império”<sup>117</sup>. Após 1845, com o fim da revolução, tentativas pacificadoras trarão consequências para toda a região. Entre as ações tomadas pelo governo central estava a distribuição de patentes da Guarda Nacional. Como explica Mugge, a distribuição dos comandos de fronteira e dos comandos superiores da guarda após a revolução teve como objetivo a consolidação e manutenção da ordem. Esse processo deu origem à abertura de espaços de poder em que os potentados locais disputavam influência e legitimidade. A distribuição de cargos e patentes seria parte do processo de pacificação que marcou “a retomada das negociações entre a Coroa e a elite política e militar do Rio Grande do Sul”<sup>118</sup>. A reforma da guarda, de 1850, deixaria clara as intenções centralizadoras da coroa. As nomeações dos comandos locais (que passam a abranger regiões mais amplas que a localidade) passa a ser de incumbência do presidente da província e depende da aprovação do Ministério da Justiça. Estabelecia-se, assim, uma moeda de barganha poderosa e distribuída entre diferentes esferas: governo central, governo provincial e elites locais. Além disso, para a coroa, após a Revolução Farroupilha, o fortalecimento do poder central e a

<sup>117</sup> BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1831, Vol. 1, parte I, p. 49. Acesso online.

<sup>118</sup> MUGGE, Miquéias H. **Sobre pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha**. In: *Oficina do Historiador*. Suplemento Especial. Porto Alegre: EDIPUCRS, I EPHIS/PUCRS, 2014, p. 1473.

manutenção da paz interna são necessários, uma vez mais, devido a ameaças de invasão do território brasileiro vindas da região do Prata. Assim, os homens de Rio Grande, como os de outras regiões da província, já familiarizados com as patentes militares e os postos de comando, rapidamente apropriam-se de todo o universo simbólico de poder, negociação e prestígio social envolvidos nesse processo. Este é possivelmente um dos fatores que explica a permanência dos cargos e funções militares junto ao nome dos sujeitos no longo prazo. Encerram-se as guerras e pacificam-se as regiões, mas o sentido de importância e notoriedade das patentes perdura por anos posteriores.

As patentes acompanham os nomes não apenas nos textos de jornais, mas também nas listas de acionistas e nas atas das companhias. Estas funções, mais do que uma posição hierárquica dentro da instituição, representam um universo simbólico que denota poder e posição social. Afinal, após sua criação, a Guarda Nacional tornou-se um “palco de expressão política das elites locais”, como afirmam Canciani e Mugge<sup>119</sup>. Todo homem com idade entre 21 e 60 anos e com renda anual de 200 mil réis (100 mil réis para as províncias de fronteira) era obrigado a alistar-se. A partir das reformas da Guarda na década de 1850, os cargos oficiais passaram a ser nomeados pelo poder provincial. Com essa medida, o governo acabou adquirindo uma moeda extra para a negociação de lealdades com as elites locais. Para Martins, “a guarda ocupava um papel fundamental na manutenção e reprodução do poder familiar sobre as estruturas de mando locais”<sup>120</sup>. Explica ainda a autora,

O poder que representava o domínio das milícias pelas elites locais - além da questão do *status* que lhe seria inerente e do próprio poder de polícia provincial, inclusive durante os processos eleitorais - encontrava-se na possibilidade de controle de um grupo de homens livres que podiam ser entendidos como eleitores ou virtuais eleitores. A partir dessas reformas [da década de 1850], portanto, o Poder Executivo assumia a responsabilidade de nomeação para cargos públicos nas províncias, inclusive delegados de polícia, oficiais da Guarda Nacional e juizes, mas era uma decisão que, na prática, levava em consideração a estrutura do poder local a qual as elites governantes encontravam-se ligadas pelas mais variadas redes.<sup>121</sup>

A Guarda Nacional é, portanto, identificada como mais um instrumento que conferia diferenciação social. Como explica Mugge em sua tese sobre o tema, “ao galgar postos e chegar ao oficialato local, ao sujeito se reservava certo *status* social que revelava hierarquias

---

<sup>119</sup> COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (orgs.). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 179.

<sup>120</sup> MARTINS, 2007, op. cit., p. 186.

<sup>121</sup> MARTINS, 2007, op. cit., p. 186-187.

existentes e publicizadas tanto quanto fosse necessário”. Ainda para o autor, “o desempenho de cargos de oficial conferia privilégios, muitas vezes simbólicos, mas significativos, para aumentar, conseqüentemente, o prestígio de membros de elites”<sup>122</sup>. Os membros da Guarda recebiam, assim, maior margem de ação social. Com o advento da República, a Guarda Nacional foi perdendo sua expressividade, em parte porque o Exército, historicamente em oposição à Guarda, começa a ganhar força. Em 1918, a instituição que antes subordinava-se, em última instância, ao Ministério da Justiça, passa a responder ao Ministério da Guerra, o que representa sua absorção pelo próprio Exército. A Guarda Nacional foi desmobilizada oficialmente em 1922; porém, o presidente Arthur Bernardes seguiu emitindo cartas-patente de oficiais da Guarda até 1924. Curiosamente, estes últimos diplomas emitidos possuíam considerável visual artístico, feitos para impressionar a quem tivesse acesso e garantir a intensão de consolidar o poder do patenteado junto à sua comunidade. Assim, mesmo que a Guarda Nacional não representasse mais o mesmo tipo de influência local que em décadas anteriores, no início da República ainda é possível perceber que a participação em suas fileiras conferia certo *status* social aos seus membros.

**Propriedade de Escravos.** As fontes principais consultadas, os documentos corporativos, praticamente, não mencionam a questão da escravidão. Não foram localizados registros de escravos ou ex-escravos para os empreendimentos estudados, mesmo para aqueles criados pré-Abolição. Dos 67 empreendimentos listados, pelo menos 19 foram fundados antes de 1888. Por esta razão, e para ser possível testar o envolvimento dos indivíduos-chave com a escravidão, a lista nominal foi cruzada com os registros do projeto *Documentos da Escravidão*<sup>123</sup>, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Foram localizados um inventário, dois processos-crimes e dez cartas de liberdade. Os documentos estão relacionados a cinco indivíduos-chave.

No inventário de José Joaquim Gomes da Porciúncula (1852), avô de Virgilino José da Porciúncula Júnior, consta a herança de 7 escravos, no valor total de 3.100\$000 (três contos e cem mil-réis). Destes, pelo menos à mulata Umbelina, foi concedida carta de

<sup>122</sup> MUGGE, Miquéias H. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX.** Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, PPGH, 2012. p. 13.

<sup>123</sup> O projeto originou a publicação de quatro volumes: 1) Cartas de Liberdade; 2) Cartas de liberdade; 3) Inventários; 4) Processos Crimes. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão (4 volumes). PESSI, Bruno S.; SILVA, Graziela Souza e Silva (orgs.). Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

liberdade (em 1862), pelos herdeiros, pelos serviços prestados aos seus pais (José Joaquim Gomes da Porciúncula e Maria Bernardes de Jesus). Em 1844, o próprio José Joaquim concede alforria à “preta mina Maria Rita”, em retribuição aos “bons serviços que tem prestado criando alguns de meus filhos do dito matrimônio” (a escrava fazia parte dos bens do primeiro matrimônio do senhor).

Em 1860, Antônio Manoel de Lemos Júnior envolve-se na disputa entre dois escravos. Torquato, de sua propriedade, teria ferido com uma faca Camilo, de propriedade de João Alberto Teixeira Troes<sup>124</sup>. O réu foi absolvido. E, no ano de 1867, em meio à Guerra do Paraguai, Lemos Júnior negocia a liberdade de dois escravos em substituição aos serviços militares que deveriam ser prestados por seus senhores. O pardo Inácio Rodolfo França recebe a carta com a “condição de assentar praça no Exército Imperial, pelo tempo que for designado pelo Governo, em substituição do Guarda Nacional do 2º Batalhão de Infantaria, Rodolfo Augusto França”. E o também pardo Torquato de Brum Amaral recebe a carta de liberdade “com a condição do escravo substituir Ângelo de Brum Amaral (Guarda Nacional do 20º corpo de Cavalaria) no Exército, conforme o decreto Imperial nº 3513 de 12-09-65”. O decreto de 1865 isentava do recrutamento e do serviço da Guarda Nacional o Guarda que apresentasse uma “pessoa idônea” para servir em seu lugar. O apresentado deveria cumprir nove anos de tempo de serviço (ou seis se já tivesse servido antes) regulados pelas leis militares. Em caso de deserção, o substituído seria responsável pelo desertor pelo prazo de um ano. E os “apresentados” receberiam os mesmos prêmios e vencimentos dos voluntários do Exército<sup>125</sup>, o que tornava a oportunidade atraente inclusive para o próprio escravo. Em 1871, Lemos Júnior também é o intermediário no inventário de Maria Pereira Teixeira, no qual o escravo Tedolindo José Teixeira é deixado como herança para o marido e os filhos da senhora. Mas esse indivíduo-chave não apenas intermediava essas relações entre escravos e senhores. Ele era também proprietário. É o que indica a única foto encontrada de seu filho, Demócrito Martins de Lemos, na qual está acompanhado do escravo que o cuidava (ver Anexo X: Sujeitos e família, item M).

---

<sup>124</sup> FUNDO 005: COMARCA DE RIO GRANDE. Subfundo: II Vara Cível e Crime. Ano: 1860 – Processo nº: 142. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: processos crime : o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre : Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

<sup>125</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1865, Vol. 1, Parte II (Publicação Original), p. 336.

Em 1875, já no período de instalação das primeiras fábricas em Rio Grande, dois dos indivíduos-chave foram envolvidos em um caso de tentativa de roubo<sup>126</sup>. Aconteceu que o escravo Graciano, de propriedade de Bernardina Jacintha Alves, teria convidado os escravos Cirio, de propriedade de Antônio da Costa Correa Leite, e Lúcio, de propriedade de Miguel Fernandes Moreira, para roubarem a casa comercial de Correa Leite. Um ferreiro de nome Carlos Schimdt teria feito duas chaves que seriam usadas no crime. O acordo, supostamente, seria de que os três dividiriam o dinheiro para comprarem suas liberdades. Graciano foi condenado a um ano e sete meses de prisão, pena que foi comutada em açoites e ao uso de ferro no pescoço por seis meses. O ferreiro foi absolvido e as acusações contra Cirio e Lúcio foram julgadas improcedentes.

Em 1863 e 1870, Miguel Tito de Sá, que em um futuro próximo casaria uma de suas filhas com Carlos Guilherme Rheingantz, e era Coronel da Guarda Nacional e comandante superior de Rio Grande, concede cartas de liberdade a dois escravos. O primeiro, Pompeu, compra sua alforria, e o segundo, Miguel, ganha a carta em virtude dos “serviços prestados aos meus falecidos pais e a mim próprio por alguns anos”. Em 1873, a já viúva de Tito de Sá, Delfina de Miranda Ribeiro, vende a carta de liberdade à escrava Maria, pelo preço em que esta foi avaliada no inventário. O inventário de Tito de Sá registra a posse de 49 escravos, em 19 de setembro de 1873. Número bastante significativo para a época. Um ano depois, em setembro de 1873, a viúva declara a posse de 13 escravos, variando a idade entre 15 meses e 83 anos. Não fica claro o destino de todos esses sujeitos; porém, supõe-se que tenham morrido, fugido ou sido vendidos para o sustento da família e para o pagamento de dívidas. Em 1875, com o inventário ainda em aberto, Delfina e os filhos de Tito de Sá abrem mão de todo e qualquer direito de herança para que os bens sejam destinados ao pagamento dos credores. Entre os que haviam emprestado dinheiro a Tito de Sá e recebem seus respectivos pagamentos estão Antônio Chaves Campello (cunhado), Carlos Guilherme Rheingantz (genro), e Eufrásio Lopes de Araújo. Observe-se que os dois primeiros são indivíduos-chave, e Eufrásio, barão de São José do Norte, é um co-investidor, um dos primeiros acionistas da Fábrica Rheingantz e com uma longa passagem pela Câmara do Comércio de Rio Grande. Fato é que, primeiro com a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravidão, e depois com o processo de substituição da mão de obra escrava pela assalariada no campo e nas

---

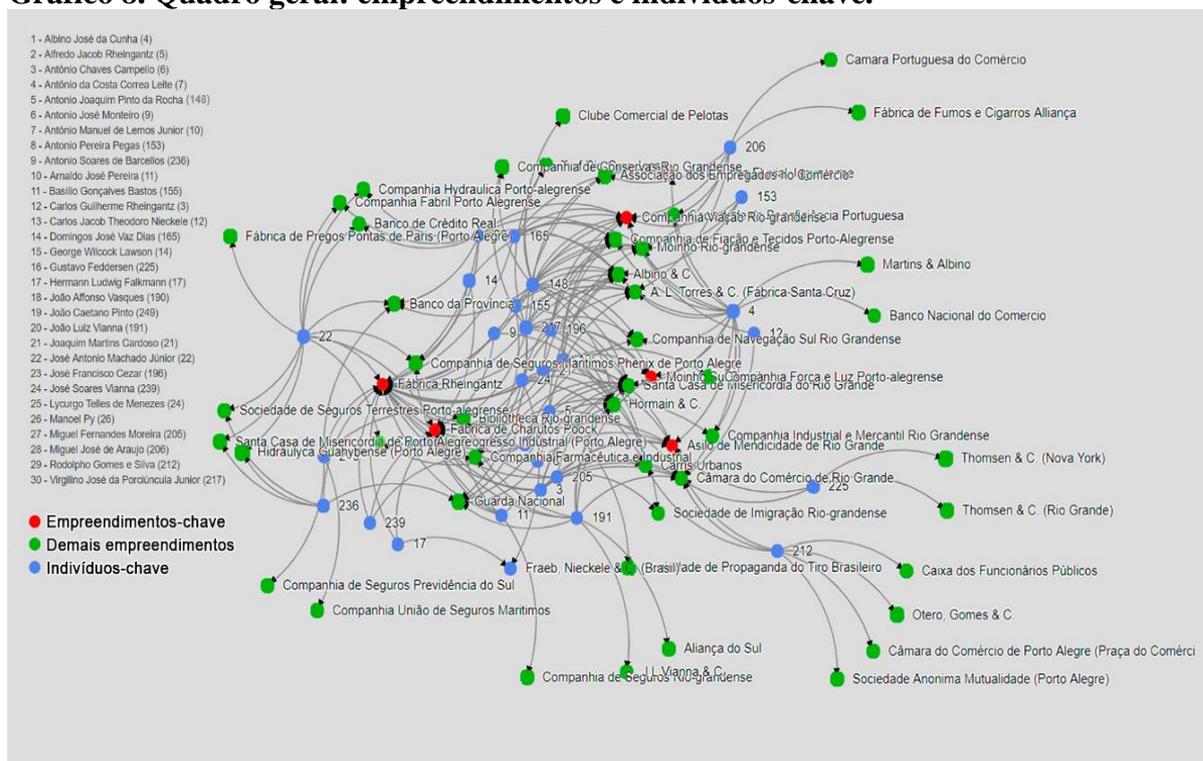
<sup>126</sup> FUNDO 005: COMARCA DE RIO GRANDE. Ano: 1875 – Processo n°: 341. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão : processos crime : o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

fábricas, os registros de escravos acabam não aparecendo nos documentos corporativos ou nas descrições dos jornais. Todavia, esta constatação, como se pode perceber, não significa que estes homens de negócio de Rio Grande, esses novos empresários industrialistas, estivessem à margem do fenômeno social da escravidão – é necessário, apenas, que novas fontes sejam consultadas e cruzadas com os dados. A questão da escravidão é, assim, um exemplo de como é importante que as atividades desses sujeitos sejam observadas em sua complexidade, de forma cruzada e em relação ao todo. Ser capitalista, ou industrial, ser membro da Guarda Nacional, ou exaltar comendas e títulos de nobreza não significa alienar-se do passado. Nesse contexto, a ruptura entre Império e República, e mesmo a transição do trabalho escravo para o assalariado, não parecem, assim, tão acelerados no início do século XX. As rupturas se dão de forma lenta e gradual, e algumas práticas, simplesmente, não desaparecem de um momento para o outro, mesmo em um mundo em que já concebível a existência sem a escravidão.

## **2.2 Empreendimentos, cargos e diversificada ação social**

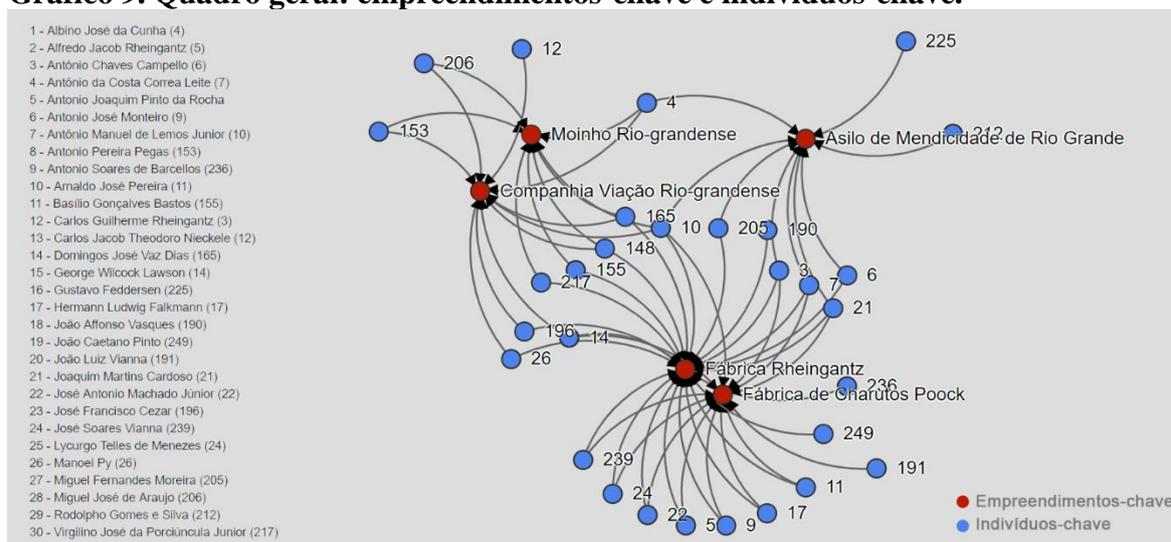
É a partir ainda da perspectiva de Daumard, que propõe que as posições sociais ocupadas pelos sujeitos se relacionam a questões familiares e às possibilidades abertas pelo mundo contemporâneo, que se analisa também os cargos ocupados pelos indivíduos-chave nos empreendimentos e as relações entre empresas e famílias. Os novos empreendimentos, que vão sendo criados no final do século XIX e início do século XX conferem a Rio Grande novos signos de riqueza, tanto para a cidade, que passa de entreposto comercial à condição de cidade industrial, quanto para os sujeitos individualmente, que passam a almejar e se identificar com novos constitutivos de identidade. Os empresários são tomados nesta análise enquanto elos de ligação entre diferentes empreendimentos, através do preenchimento dos seus quadros administrativos. Para a representação dessas relações empresa–empresário–empresa foram construídas algumas representações gráficas. O gráfico abaixo representa um quadro geral envolvendo os empreendimentos-chave, demais empreendimentos e indivíduos-chave e exemplifica o quão intrincada é a rede de relações estabelecida entre os empresários de Rio Grande e seus empreendimentos.

**Gráfico 8. Quadro geral: empreendimentos e indivíduos-chave.**



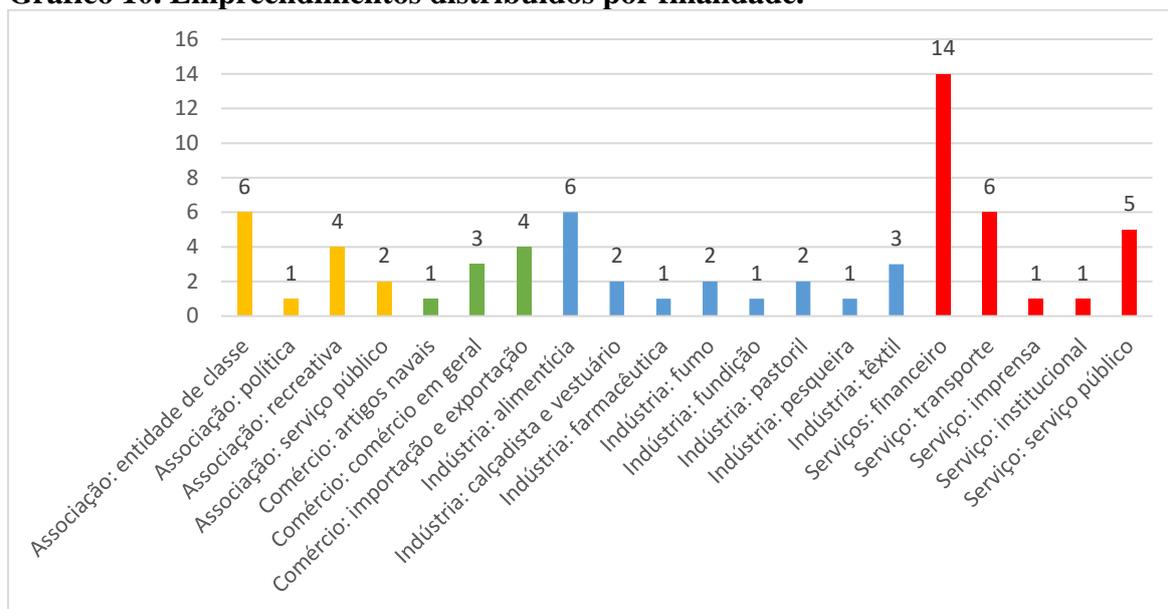
No modelo anterior, que reúne uma grande quantidade de informações, é possível a percepção da multiplicidade de investimentos a que um único sujeito está relacionado e, também, de como um empreendimento está conectado a vários outros através da ocupação de seus cargos administrativos. O sujeito 22, por exemplo, José Antônio Machado Júnior, está conectado a 11 empreendimentos. Por intermédio de três deles (Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense, Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e Hidráulica Guaybense), conecta-se ao sujeito 236, Antônio Soares de Barcellos. Os modelos dinâmicos, que permitem o isolamento de fatores de análise específicos. O gráfico abaixo reúne apenas os empreendimentos-chave e os indivíduos a eles relacionados, em uma representação simplificada das relações apresentadas.

**Gráfico 9. Quadro geral: empreendimentos-chave e indivíduos-chave.**



Nesse modelo, é mais simples a observação de como os indivíduos-chave conectam um negócio a outro. Os elos representam as relações que vão se estabelecendo a partir da constituição dos negócios. É possível verificar também a centralidade das fábricas Rheingantz e Poock. Dos 30 indivíduos-chave, apenas indivíduos não conectados diretamente a uma das duas companhias. Em síntese, ambos os gráficos tornam mais perceptível o quanto os negócios e os diferentes tipos de serviços prestados são desempenhados por um número restrito de sujeitos, apesar da grande quantidade de conexões apresentadas. Essa observação fica ainda mais evidente quando analisadas as categorias dos empreendimentos a partir de sua finalidade principal. Assim, os negócios encampados por esses empresários de Rio Grande abrangem os mais diversos setores. As 4 categorias dos empreendimentos (associação, comércio, indústria e serviços) foram subdivididas em 20 subcategorias (Gráfico 10). O principal tipo a que o grupo prosopográfico está relacionando são companhias de serviços financeiro, 14 de 67. Além disso, para essa elite empresarial que surge, critérios mais tradicionais como herança familiar e posse de terras, vão sendo substituídos, por exemplo, pelo investimento em ações de companhias e compra de casas de aluguel. Aos poucos, vai se constituindo um novo perfil para essa elite local<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> Sobre a inclusão de ações de empresas e propriedades urbanas como novos símbolos de riqueza para elites locais, ver: 1) CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)**. Tese de doutorado. São Paulo: PPGHE, 2006. 2) CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo 1845/1895. São Paulo: HUCITEC, 1985.

**Gráfico 10. Empreendimentos distribuídos por finalidade.**

Entre as companhias, destaca-se o setor de serviços financeiros, onde encontram-se os bancos de crédito<sup>128</sup> como, por exemplo, o Banco da Província<sup>129</sup> e o Banco Nacional do Comércio<sup>130</sup>. Este tipo de instituição atuou como incentivadora para a criação de outros tipos de companhias, industriais, comerciais e de serviços. É, porém, importante ressaltar que,

<sup>128</sup> O Banco de Crédito Real foi um dos primeiros a estabelecer a possibilidade de financiamento através de letras hipotecárias feitas exclusivamente no Rio Grande do Sul. Como incentivo, o governo propôs, em 1909, a isenção de todos os impostos que incidiam sobre a carteira de hipotecas. A hipoteca consiste na garantia de uma dívida representada por um bem imóvel que não sai da posse do devedor, exceto em caso de inadimplimento. Fontes: 1) **Discurso de Firmino Paim Filho**, presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, na data de sua inauguração. A Federação, 12/09/1928, p. 1. 2) Sobre os bancos de crédito, ver também: MULLER, Carlos Alves. **História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998. p. 72-82. 3) Sobre o conceito de hipoteca, ver: COMISSÃO NACIONAL DE BOLSAS DE VALORES. **Vocabulário do Mercado de Capitais**. Série Biblioteca. Belo Horizonte: CNBV, 1993. p. 45.

<sup>129</sup> O Banco da Província do Rio Grande do Sul foi a primeira instituição financeira do Rio Grande do Sul, fundado em 1858, por um grupo de comerciantes locais, e tinha como meta facilitar as transações comerciais. Inicialmente um banco de emissão de papel moeda, a instituição transforma-se em banco de depósitos na última década do século XIX. Em 1909, inicia a concessão de empréstimos hipotecários e de longo prazo para o setor rural, cobrindo uma lacuna histórica. Em 1910, também passa a investir em obras públicas e financia a construção estradas de ferro. Em 1973, o Banco da Província passa a integrar o Banco Sul Brasileiro, junto com o Banco Nacional do Comércio e o Banco Industrial e Comercial do Sul. Na década de 1980, passa para propriedade da União, sob o nome de Banco Meridional. Anos mais tarde, o Meridional é privatizado e incorporado ao Santander, que vinha agrupando bancos por todo o país desde a década de 1950. O Meridional foi o último banco privado gaúcho. O Santander Brasil é, atualmente, administrado de forma indireta pelo grupo Santander Espanha. Ver: CORAZZA, Gentil. **Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, s/d. p. 10-11.

<sup>130</sup> O Banco Nacional do Comércio, ou apenas Banco do Comércio, foi fundado em 1895 por comerciantes porto-alegrenses em 1895. Inicialmente dedicou-se ao crédito hipotecário, de onde adquiriu grande quantidade de imóveis através liquidação de credores inadimplentes. Envolveu-se ativamente na comercialização de produtos através do porto de Rio Grande, bem como no financiamento do comércio e da indústria de toda região sul, incluindo Santa Catarina e Paraná. Em 1906, participou junto com o Banco da Província, da constituição da Companhia Força e Luz, que depois veio a formar a CEEE. Ver: CORAZZA, Gentil. **Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, s/d. p. 12.

nesta análise, as companhias estão listadas por sua relação direta com indivíduos que ocuparam cargos específicos em seus quadros. Dos 30 indivíduos-chave, oito ocuparam vinte posições diferentes na subcategoria de *serviços: financeiro* (Tabela 5). Na mesma subcategoria, também estão incluídas as companhias de seguros e as de previdência privada.

**Tabela 5. Indivíduos-chave envolvidos com serviços financeiros.**

<b>Indivíduo-chave</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo ou função</b>	<b>Ano no cargo</b>
Albino José da Cunha	Banco Nacional do Comercio	Suplente do Conselho Fiscal	1926
Antônio Joaquim Pinto da Rocha	Banco da Província	Não identificado	Não informado
Antônio Soares de Barcellos	Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense	Conselho Fiscal	1890
Arnaldo José Pereira	Companhia de Seguros Marítimos Phenix de Porto Alegre	Conselho Fiscal	1891
	Companhia de Seguros Rio-grandense	Conselho Fiscal	1912
João Caetano Pinto	Banco da Província	Diretor	1899
	Banco da Província	Diretor	1913
	Companhia de Seguros Previdência do Sul	Conselho Fiscal	1913
José Antônio Machado Júnior	Banco da Província	Acionista	1888
	Banco de Crédito Real	Conselho Fiscal	1889
	Companhia de Seguros Marítimos Fênix de Porto Alegre	Conselho Fiscal	1890
	Companhia de Seguros Marítimos Phoenix de Porto Alegre	Suplente da diretoria	1891
	Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense	Acionista	1891
Manoel Py	Banco da Província	Acionista	1888
	Banco de Crédito Real	Conselho Fiscal	1889
	Companhia de Seguros Marítimos Phoenix de Porto Alegre	Suplente da diretoria	1891
Rodolpho Gomes e Silva	Caixa dos Funcionários Públicos	Acionista	1907
	Caixa dos Funcionários Públicos	Conselho Fiscal	1910
	Sociedade Anônima Mutualidade (Porto Alegre)	Conselho Fiscal	1907
	Sociedade Anônima Mutualidade (Porto Alegre)	Acionista	1907

Da mesma maneira, estão relacionados os empreendimentos voltados para o comércio de importação e exportação. Quatro indivíduos-chave, estão relacionados a três dessas companhias. Lycurgo Telles de Menezes e Hermann Ludwig Falkmann, por exemplo, eram associados às empresas da família Fraeb no Brasil, o que demonstra a aproximação dos indivíduos de Rio Grande com um extenso mercado internacional. Afinal,

a Fraeb & C.<sup>131</sup>, era representante da Royal Insurance Co; do Banco Transatlântico, Rio de Janeiro; do Banco Alemão, de Berlim; da Machine Cottons Co,<sup>132</sup>. A Royal Insurance era uma agência de seguros britânica fundada em 1845. Em 1919, o grupo adquiriu a Liverpool & London and Globe Insurance Company. Mais de cem anos depois de sua fundação, a Royal Insurance uniu-se à Sun Alliance, que tem suas origens nas empresas The Sun, fundada em 1710, e Alliance, de 1824, fundada por Nathan Mayer Rothschild, da segunda geração da família de banqueiros alemães, que se mudou para Londres no início do século XIX. Já o Banco Alemão, ou Deutsche Bank<sup>133</sup>, foi fundado em Berlim, em 1870, com o objetivo de facilitar o comércio entre a Alemanha e os mercados internacionais. Em 2017, está presente em 73 países, na Europa, Ásia e nas Américas, incluindo Argentina, Chile e Brasil, na América do Sul, onde se instalou a partir de 1874. Por fim, a Machine Cottons se popularizou no Brasil com a marca “Linhas Corrente”. A empresa foi fundada em 1755 pelos irmãos James e Patrick Clark, como um negócio de máquinas de tecelagem e fios de seda. Em 1806, devido à falta de fios de seda no mercado, os Clark teriam inventado uma forma de torcer os fios de algodão, abrindo a primeira fábrica do tipo em 1812. Em 1826, o grupo Clark abre filiais nos Estados Unidos, com o nome de Clark Thread Co. Na década de 1830, a segunda geração da família assume os negócios. A família Fraeb possuía firmas em Rio Grande (Brasil) e Hamburgo (Alemanha), e a família Thomsen, em Rio Grande (Brasil) e Nova York (Estados Unidos). Além dos produtos comerciais e industriais, os Fraeb atuavam desde meados do século XIX, como intermediadores da produção de couros e carne salgada das charqueadas da região de Pelotas<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> **IMPRESSÕES DO BRASIL NO SÉCULO VINTE: SUA HISTÓRIA, SEU POVO, COMÉRCIO, INDÚSTRIAS E RECURSOS.** Londres: Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>132</sup> Atualmente, a companhia é conhecida como *Coats Group* e movimenta mais de 159 milhões de dólares (2016), sendo a maior multinacional de materiais têxteis e de costura. KIM, Dong-Woon. **From a Family Partnership to a Corporate Company: J. & P. Coats, Thread Manufacturers.** In: *Textile History (journal)*, 25 (2), 185-225, 1994. Coats Group, Our heritage. Disponível em: <http://www.coats.com/index.asp?pageid=20>. Acesso em: 12/07/2017.

<sup>133</sup> No livro *Impressões do Brasil no século vinte, o Banco Alemão e o Banco Transatlântico* são citados como instituições diferentes; porém, o Transatlântico era uma empresa subsidiária do Deutsche Bank que se instalou no Rio de Janeiro em 1911. Fonte e mais informações: Deutsche Bank Brasil, Histórico. Ver: <https://www.db.com/brazil/pt/content/Historico.html>. Acesso em: 12/07/2017. DEUTSCHE BANK. Wikipedia. Verbete. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Deutsche\\_Bank](https://en.wikipedia.org/wiki/Deutsche_Bank).

<sup>134</sup> VARGAS, Jonas M. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / PPGHS, 2013. p. 362-363.

**Tabela 6. Empreendimentos, subcategoria comércio: importação e exportação.**

Empreendimento	Sede	Tipo	Principal finalidade	Ano de fundação
A. C. L. Fraeb (Hamburgo)	Hamburgo	Comércio	Importação e Exportação	1893
Fraeb, Nieckele & C. (Brasil)	Rio Grande	Comércio	Importação e Exportação	1893
Otero, Gomes & C.	Porto Alegre	Comércio	Importação e Exportação	1867
Thomsen & C. (Rio Grande)	Rio Grande	Comércio	Importação e Exportação	1884
Thomsen & C. (Nova York)	Nova York	Comércio	Importação e Exportação	1884

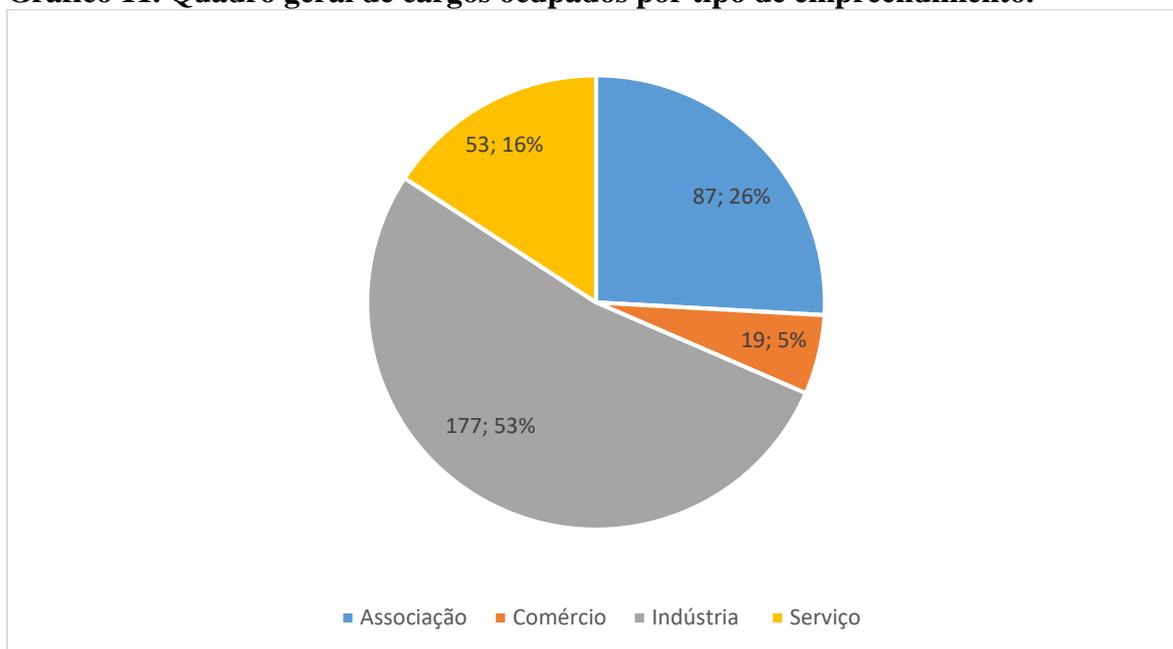
As subcategorias *comércio: importação e exportação* e *serviços: financeiro* estão correlacionadas e transitam no âmbito de sustentação dos demais negócios e conexão com um mercado capitalista internacional sofisticado. Também a categoria *indústrias* merece especial avaliação. Suas oito subcategorias (alimentícia, calçadista e de vestuário, farmacêutica, fumo, fundição, pastoril, pesqueira e têxtil), correspondem a oito empreendimentos, dos 67 cadastrados (27%) e empregam, possivelmente, grande parte da população da cidade. Apesar dos poucos dados estatísticos para o período, de acordo com a *Sinopse do Recenseamento*<sup>135</sup>, a população de Rio Grande em 1900, era de 29.492 habitantes (15.382 homens e 14.110 mulheres). No mesmo ano, a Fábrica Rheingantz, por exemplo, ocupava 829 operários, incluindo crianças. O censo de 1920 informa um grande crescimento da indústria brasileira entre 1907 e 1920<sup>136</sup>. No Rio Grande do Sul, os números saltam de 314 estabelecimentos industriais em 1907, para 1773 em 1920. E o número de operários passa de 15.426 para 24.661 no mesmo período. No país, são registradas 15 fábricas de fiação e tecelagem de lã em 1907, contra 26, em 1920, que empregavam no período, respectivamente, 1957 e 4000 operários. As fiações e tecelagens de algodão são 163 em 1907, contra 266 em 1920, com o número de operários passando respectivamente de 45.942 para 92.462. Já as fábricas de juta (aniagem) apresentam um total de 10 estabelecimentos tanto em 1907, quanto em 1920, e são a única modalidade que tem o número de operários reduzidos de 3489, em 1907, para 2820, em 1920. No mesmo período, a Rheingantz em 1907 empregava 1008 operários (incluindo crianças) em suas três fábricas (lã, algodão e

<sup>135</sup> MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICA. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. p. 86.

<sup>136</sup> MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento do Brasil de 1920**. Vol. 5. Parte 1. Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em 21/01/2018.

aniagens). Em 1920, o número de operários é praticamente o mesmo, 1908 empregados, incluindo menores. Os dados da Rheingantz, comparados com os números mais gerais obtidos através dos levantamentos censitários, podem ser um indício do pouco desenvolvimento industrial da região para o período posterior à Primeira Guerra; porém, para a confirmação ou não desta proposição seriam necessários novos dados que não competem ao escopo desta pesquisa. Um exemplo de setor em declínio nesse período é a indústria do fumo, em que o número de estabelecimentos varia de 14 (1907) para 113 (1912) e decresce para 47 (1920) no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, estado de grande expressividade, a variação vai de 2 fábricas (1907) para 458 (1912) e cai para 56 (1920). No total do país, os números também variam significativamente: 104 (1907), 1251 (1912) e 296 (1920).

Entretanto, mais do que uma análise exaustiva dos tipos de empreendimentos, interessa a relação que os empresários de Rio Grande estabeleceram com esses negócios. A lista dos cargos ocupados pelos indivíduos-chave nas companhias, com as datas de exercício das funções, cruzada com a classificação dos tipos de empreendimentos, aponta alguns parâmetros de comportamento dessa elite local. O primeiro critério é a quantidade de cargos ocupados ao longo da vida por um único indivíduo. No total, foram cadastrados 335 cargos ocupados pelos 30 indivíduos-chave em 67 empreendimentos, uma média de 11 cargos por sujeito. Excluindo-se a posição de acionista, que não significa necessariamente uma posição ativa dentro das diretorias, ainda ficam registrados 201 cargos, para os 30 indivíduos-chave. Dos mesmos 30, 19 ocuparam altos cargos (presidente ou diretor), em 16 empreendimentos. Além disso, quando os cargos são distribuídos conforme os tipos de empreendimentos, é possível verificar que mais da metade das ocupações correspondia a funções na indústria (53%). Em segundo lugar, as ocupações relativas a associações, entre elas as de caráter de classe, como a Câmara do Comércio ou a Associação dos Funcionários do Comércio, e as de caráter caritativo, como a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Mendicidade, correspondiam pouco mais de 1/4 dos cargos (26%). O setor de serviços aparece em 16% dos cargos e, ainda que vários desses homens tenham sua origem no comércio, apenas 5% das funções estão diretamente relacionadas a empreendimentos do tipo. O Gráfico 11 explicita os dados apontados.

**Gráfico 11. Quadro geral de cargos ocupados por tipo de empreendimento.**

Como indica o quadro geral de ocupação de cargos (Tabela 7), esses sujeitos, empresários do final do século XIX, ilustram uma prática ou um modelo reproduzido pelas elites do período. Atuam concomitantemente nos mais diversos ramos de negócios, sem se identificarem especificamente com nenhuma profissão ou com um único empreendimento. Essa multiplicidade característica garante a esses homens um amplo espectro de atuação no âmbito social como um todo.

**Tabela 7. Ocupações por tipo empreendimento.**

Indivíduo-chave	Associação	Comércio	Indústria	Serviço	Total
Albino José da Cunha	5	2	11	4	22
Alfredo Jacob Rheingantz	4	0	8	0	12
Antônio Chaves Campello	6	0	6	0	12
Antônio da Costa Correa Leite	2	1	5	1	9
Antônio Joaquim Pinto da Rocha	6	1	7	3	17
Antônio José Monteiro	0	1	11	0	12
Antônio Manoel de Lemos Junior	2	0	12	2	16
Antônio Pereira Pegas	0	0	4	1	5
Antônio Soares de Barcellos	2	0	5	2	9
Arnaldo José Pereira	2	0	5	2	9
Basílio Gonçalves Bastos	1	0	5	1	7
Carlos Guilherme Rheingantz	3	1	12	1	17
Carlos Nieckele	3	0	0	1	4
Domingos José Vaz Dias	0	0	6	3	9
George Wilcock Lawson	0	0	8	1	9
Gustavo Feddersen	2	3	0	0	5

Hermann Ludwig Falkmann	0	1	3	0	4
João Affonso Vasques	2	0	3	0	5
João Caetano Pinto	4	0	0	4	8
João Luiz Vianna	7	3	2	2	14
Joaquim Martins Cardoso	1	0	8	1	10
José Antônio Machado Júnior	1	0	6	8	15
José Francisco Cesar	0	0	4	2	6
José Soares Vianna	0	0	2	1	3
Lycurgo Telles de Menezes	8	3	19	1	31
Manoel Py	0	0	9	5	14
Miguel Fernandes Moreira	7	0	1	0	8
Miguel José de Araújo	5	0	5	1	11
Rodolpho Gomes e Silva	5	1	0	4	10
Virgílio José da Porciúncula Junior	9	2	10	2	23
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>19</b>	<b>177</b>	<b>53</b>	<b>336</b>

Um exemplo é o caso de Lycurgo Telles de Menezes, para o qual se registrou 31 ocupações, em nove empreendimentos distintos (Tabela 7). Menezes não foi proprietário de nenhuma dessas companhias ou associações. Em sua maioria, parece ter ocupado cargos relacionados aos setores financeiros ou de contabilidade, além de possuir diversas ações em diferentes estabelecimentos. Ao morrer em 1916, aos 77 anos, Menezes deixou uma fortuna considerável para suas três herdeiras: Maria Francisca de Menezes (esposa), Maria Carolina Telles de Mello (filha) e Conceição de Menezes Vaz Dias (filha). Maria Francisca, ao falecer em 1935, é descrita como “pertencente a uma das mais antigas famílias do sul do Estado e gozava de grande estima naquela cidade [Rio Grande], onde a notícia de sua morte causou pesar”<sup>137</sup>.

**Tabela 8. Lycurgo Telles de Menezes: cargos ocupados ao longo da vida.**

<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>Ano*</b>
Carris Urbanos	Conselho Fiscal	1884
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1884
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1886
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1888
Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1890
Hormain & C.	Acionista	1891
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1891
Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1891
Fraeb, Nieckele & C. (Brasil)	Sócio-representante	1893
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1893
Hormain & C.	Conselho Fiscal	1893
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1894
Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895

<sup>137</sup> AF, 1935, ed. 118, p. 4.

Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1895
A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Conselho Fiscal	1895
Fábrica Rheingantz	Diretor	1896
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1896
Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1896
Fábrica Rheingantz	Diretor	1898
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1898
Albino & C.	Acionista	1900
Fábrica Rheingantz	Diretor	1904
Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Fábrica Rheingantz	Acionista	1908
Albino & C.	Acionista	1906
Fábrica Rheingantz	Diretor	1909
Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1912
Fábrica Rheingantz	Acionista	1913

*\* O ano corresponde ao registro que se tem do indivíduo em exercício no cargo e pode não corresponder ao ano de ingresso no cargo ou função.*

Na partilha de bens<sup>138</sup>, entre imóveis, ações e títulos negociáveis, depósitos em bancos e casas comerciais, o valor total avaliado ficou em 440:458\$286 (mais de 440 contos de réis), ou £ 22.638,60 (libras esterlinas<sup>139</sup>). Somente em ações e títulos, o valor estimado era de 101:580\$000 (£5.231,00). Seu maior investimento era na Fábrica Rheingantz, com 176 ações foram avaliadas em 44:000\$000 (£2266,00) em 1916. Lycurgo Telles de Menezes possuía também depósitos em dinheiro no valor de 115:163\$189 (£5.930,90), distribuídos entre 4 instituições financeiras (Banco do Comércio de Porto Alegre, Banco da Província, Caixa Econômica e Casa Comercial Fraeb & Cia.). Em seu nome também aparecem 10 casas, todas em Rio Grande, possivelmente adquiridas com o propósito de investimento e usadas para aluguel, no valor total de 89:500\$000 (£4.609,25).

Registra a partilha ainda que a filha Maria Carolina Telles de Mello era casada com João Climaco de Mello, funcionário público, que desempenhou a função de escrivão da alfândega em diversas localidades do Rio Grande do Sul. Mello fora indicado, diversas vezes, por Borges de Medeiros, presidente do estado, para comissões que tinham como objetivo conter o contrabando na fronteira com o Uruguai. A outra filha, Conceição de Menezes Vaz Dias, era casada com Domingos José Vaz Dias Júnior, advogado, promotor

<sup>138</sup> APERS. Inventário de Lycurgo Telles de Menezes. Processo nº 171. Comarca de Rio Grande. 1916.

<sup>139</sup> Taxa cambial de setembro/1916: 12,36 pences. Observa-se que estas taxas são médias de mercado, isto é, taxas para letras cambiais à vista ou a três meses, cotadas livremente pelos bancos e operadores de câmbio. A libra esterlina tinha neste período uma subdivisão peculiar: 1 libra esterlina se divide em 20 xelins, 1 xelim se divide em 12 pences. Disponível em: <http://www.oaixa.com.br/bancodedados/libramediamensal.htm>. Acesso em: 30/11/2016.

público da comarca de Rio Grande, e filho de outro indivíduo-chave, Domingos José Vaz Dias. Conceição e Dias Júnior casaram-se no dia 7 de dezembro de 1901, em Rio Grande, ele com 25 anos, ela com 20. Dias Júnior, entre outras funções, fez também parte da diretoria da Biblioteca Rio-grandense (1904) e foi professor de lógica e literatura da primeira turma do Colégio Lemos Júnior<sup>140</sup> (1907) e diretor da Instrução Municipal (1913). Na classificação utilizada neste trabalho, aparece como co-investidor, sendo também suplente do conselho fiscal da Fábrica de Charutos Poock (1912) e parte da diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1884-1904). Seu perfil de investidor segue os passos do pai. O nome de ambos aparece em diversas listas de acionistas, incluindo Poock, Rheingantz, Moinho Rio-grandense e Companhia Viação Rio-grandense. Os netos de Lycurgo Telles de Menezes, João Climaco de Mello Filho e Aluísio Vaz Dias, tornam-se, respectivamente, promotor público e advogado.

Domingos José Vaz Dias (pai) deixou como legado uma fortuna avaliada em 483:740\$000<sup>141</sup>, ou £11.085,70<sup>142</sup>, em 1936. Apesar do valor nominal ser similar ao legado de Lycurgo Telles de Menezes, a fortuna de Vaz Dias foi reduzida à metade pela inflação nas duas décadas que separam as mortes, como evidencia a conversão para libras esterlinas. De todo modo, o padrão profissional e de investimento de Vaz Dias segue similar. Como mostra a Tabela 9, ele atuou ou investiu capital em, pelo menos, oito empreendimentos.

**Tabela 9. Domingos José Vaz Dias: cargos ocupados ao longo da vida.**

<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>Ano*</b>
Moinho Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Moinho Rio-grandense	Incorporador	1895
Companhia Viação Rio-grandense	Suplente da diretoria	1895
Companhia Viação Rio-grandense	Comissão Consultiva	1895
Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1900
Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Albino & C.	Acionista	1900
Companhia Fluvial Jaguareense	Acionista	1905
Albino & C.	Acionista	1906
Banco Comercial Franco-Brasileiro	Acionista	1920
Companhia Ítalo-brasileira	Acionista	1921

\* O ano corresponde ao registro que se tem do indivíduo em exercício no cargo e pode não corresponder ao ano de ingresso no cargo ou função.

<sup>140</sup> O Colégio Lemos Junior é parte do legado deixado por Antônio Manoel de Lemos Junior em seu testamento, onde destinou 48:750\$000 (£3497,81) para a construção da instituição.

<sup>141</sup> Inventário de Domingos José Vaz Dias. APERS. Comarca de Rio Grande. 2º Vara de Família e Sucessão. Processo Judicial/Inventário. N. 422-A, 1936.

<sup>142</sup> Taxa de câmbio média para o ano de 1930, de 5,50 (ver Anexo XV). Optou-se por usar como referência o ano de 1930, pois após esta data a referência cambial para a libra esterlina se altera. Assim, procura-se manter a consistência dos dados. O valor utilizado reflete a desvalorização cambial após a Crise de 1929.

Domingos José Vaz Dias deixou depósitos em quatro instituições financeiras (Banco Nacional do Comércio, Banco do Brasil, Banco da Província e Seção Bancária da União Fabril<sup>143</sup>), no valor total de 155:693\$600 (£3.567,98), sendo que mais da metade deste valor estava aplicado na própria Fábrica Rheingantz (81:722\$500 / £1.872,80). No inventário estavam registradas ainda algumas poucas ações da Fábrica Rheingantz (União Fabril), da Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres e da Companhia Força e Luz, correspondendo a um valor total de 7:960\$000 (£182,41). Quanto aos investimentos imobiliários, no inventário constam 16 imóveis, sendo 12 casas avaliadas em valores de 4 a 9 contos de réis, provavelmente, por suas descrições, destinadas à cobrança de aluguéis. O valor total dos imóveis ficou registrado em 114:750\$000 (£ 2.629,00).

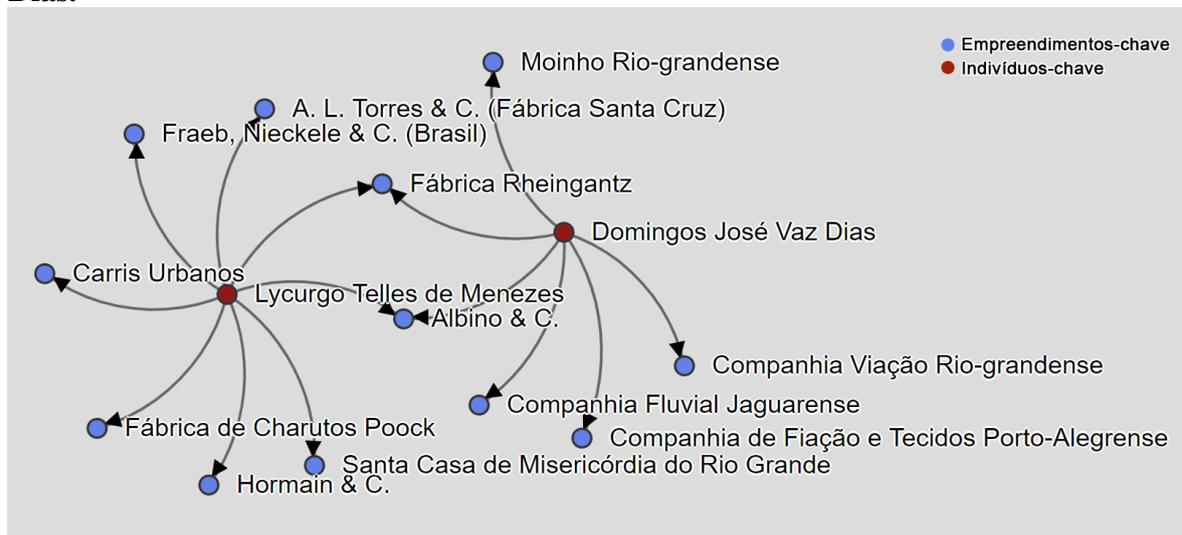
Além de Dias Júnior, seu irmão Albino Vaz Dias também segue o mesmo padrão do pai e do irmão, aparecendo na documentação também como negociante e comerciante. Casou-se com Rosália de Sequeira Vaz Dias (1911), filha do farmacêutico Eduardo Candido de Sequeira, logo sobrinha de Antônio Candido de Sequeira (co-investidor, fundador do Balneário Cassino, antiga Villa Sequeira). Participou das diretorias da Sociedade Instrução e Recreio (1904), do Club Caixeiral de Rio Grande (1907 e 1919), do Sport Club Rio Grande (1915) e da Cruz Vermelha Rio-grandense (1917). Possuiu ações da Companhia Ítalo-brasileira (1921) e foi de seu conselho fiscal (1922), acionista da Varig (1927), diretor do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1928), secretário da Companhia Rio-grandense de Estradas de Rodagem (1928), fundador e tesoureiro do Rotary Club de Rio Grande (1928) e integrante da diretoria da Câmara do Comércio de Rio Grande (1929).

As conjunturas político-econômicas dos inventários de Lycurgo Telles de Menezes e Domingos José Vaz Dias foram bastante diversas, o que dificulta a comparação entre as duas fortunas. Entretanto, o perfil profissional e o padrão de investimentos permanecem similares, ainda que em proporções diferentes. O Gráfico 12 ilustra as empresas relacionadas aos indivíduos, a partir da ocupação de cargos, mostrando que os pontos de intersecção entre ambos são a Fábrica Rheingantz e a Albino & C (Moinho Rio-grandense). Além disso, Menezes estava relacionado à Carris Urbanos, e Vaz Dias à sua sucessora, a Companhia Viação Rio-grandense.

---

<sup>143</sup> O mesmo que Fábrica Rheingantz.

**Gráfico 12. Empresas relacionadas a Lycurgo Telles de Menezes e Domingos José Vaz Dias.**



Imóveis, títulos negociáveis, ações e depósitos bancários são as principais formas de emprego do capital, configurando certa diversificação de investimento (Tabela 10). No inventário de Vaz Dias há uma baixa proporção de ações, apenas 1,66% dos seus bens correspondia a participações acionárias. No caso de Telles de Menezes, imóveis, ações e depósitos estão distribuídos quase na mesma proporção.

**Tabela 10. Quadro comparativo de distribuição de fortuna.**

Indivíduo-chave	Data de Falecimento	Fortuna total (mil-réis)	Fortuna total (libras)	Imóveis	Ações	Outros títulos	Depósito bancário
Lycurgo Telles de Menezes	28/09/1916	440:458\$289	22683,60	20,32 %	20,40 %	2,66%	26,15%
Domingos José Vaz Dias	24/10/1936	483:740\$000	11005,09	23,90 %	1,66 %	34,66%	32,42%

Similar também é a proporção que ambos os indivíduos-chave, Lycurgo Telles de Menezes e Domingos José Vaz Dias, direcionam para o investimento em imóveis, 20,32% e 23,90%, respectivamente. A fortuna de Vaz Dias, como já foi reiterado, acabou consideravelmente reduzida ou desvalorizada, quando comparados os valores em libras esterlinas. Além disso, os índices apontam a significativa inflação ocorrida no período. Apesar do poder de compra reduzido, o legado de Vaz Dias ainda é significativo. Se para o Rio Grande do Sul, em geral, a posse de terras, os grandes latifúndios e os planteis de gado eram antes indicadores de riqueza, a fortuna dessa nova elite empresarial, capitalista e

industrial que surge, se constrói em outras bases. Mesmo que muitos sujeitos apareçam ligados às famílias tradicionais, há uma reconfiguração dos padrões e símbolos de riqueza. Além disso, as próprias alianças de casamento parecem mais fluidas e menos ligadas aos antigos proprietários de terras, como é o caso também em outras regiões do país. Nem o fenômeno do investimento imobiliário urbano nem o do investimento em ações são particularidades do grupo de Rio Grande. Zélia Cardoso de Mello<sup>144</sup> e Cristina Donza Cancela<sup>145</sup> registram o mesmo comportamento das fortunas para os casos de São Paulo e Belém, respectivamente. Em São Paulo, Mello relaciona o investimento imobiliário ao declínio do investimento em escravos. E Cancela, em uma análise mais sofisticada, percebe para a elite gomífera belenense, que “a compra de imóveis em áreas urbanas centrais e de periferia da cidade cresce no patrimônio das famílias, sendo este um dos investimentos mais requisitados pela elite local”<sup>146</sup>. Segundo a autora, no período entre 1870 e 1920, era comum a pessoa ser proprietária de várias casas e terrenos de diferentes dimensões e qualidades. Essa quantidade é que indicaria o uso de aluguel. Ainda para Cancela, “os imóveis se configuravam, dessa forma, na alternativa mais viável de investimento do período, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário, que gerava desconfiança entre os proprietários”<sup>147</sup>. Em Rio Grande, casas de aluguel e terrenos poderiam representar também investimentos rentáveis, dada a necessidade de expansão de moradia oriunda do próprio processo de modernização e industrialização da cidade. A diversificação de investimentos é observada, ainda, no trabalho de Fonseca<sup>148</sup> sobre a elite portuguesa do Alentejo, no século XIX. O autor percebe que a aplicação do capital vai se diversificando aos poucos na região. De início, era predominantemente agrária e vai se expandindo para a indústria, o comércio, os títulos bancários de crédito e, para uma geração mais tardia (1841-1870), também no setor imobiliário. Explica o autor:

A poliformia do investimento detectado na elite económica alentejana da segunda metade do século XIX concretizou-se pela sua participação em diversos tipos de negócios. Na década de 1840 ela caracterizou-se essencialmente pela combinação de uma carteira imobiliária com aplicações agrícolas e atividades comerciais formais (através de estabelecimentos comerciais) e informais (negócios de arrendamentos, de

<sup>144</sup> CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo 1845/1895. São Paulo: HUCITEC, 1985.

<sup>145</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Relações Familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. Tese de doutorado. São Paulo: PPGHE, 2006.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 252.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>148</sup> FONSECA, Helder. *Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)*. *Análise Social*, vl. XXXIII, 1998. p. 502-503.

gêneros e dinheiro), através de acções individuais ou societárias, em que participaram fundamentalmente negociantes e lavradores; alguns deles tinham também algumas aplicações financeiras, em particular como subscritores de títulos de dívida pública. Mas a partir dos anos 1850 estes interesses generalizaram-se e diferenciaram-se ainda mais. Negociantes, lavradores e aristocratas não só participaram em sociedades industriais localizadas noutras áreas do país (Lisboa, Porto, Covilhã, etc), como promoveram aplicações industriais na região<sup>149</sup>.

Depósitos e títulos bancários, ações e imóveis para aluguel, além da larga participação em firmas comerciais e industriais parecem ser alguns dos principais indicadores do padrão de fortuna observado também para a elite de Rio Grande, mas não uma exclusividade desse grupo. Ainda nos inventários e testamentos de Albino José da Cunha, Antônio José Monteiro e Antônio Manoel de Lemos Júnior é possível se visualizar os mesmos fatores. Comprar e alugar casas, investir em ações e títulos, participar de múltiplas atividades nas companhias comerciais e industriais e nas associações recreativas, de lazer ou de organização de classe são características, portanto, que podem ser pensadas para definir essa elite empresarial. São, em síntese, comportamentos de diversificação de investimentos e diluição do risco de falência completa no caso de algum dos empreendimentos não ter o sucesso esperado. As exigências financeiras para participação nessa multiplicidade de negócios extrapolaram amplamente as capacidades de autofinanciamento, abrindo espaço para o modelo das sociedades por ações. Os indivíduos passam a abrir firmas comerciais e fábricas, ou a se associar às existentes, estabelecendo relações que misturam indivíduos, fortunas, casamentos e famílias. A próxima parte analisa o caso da família de Carlos Guilherme Rheingantz e seu principal empreendimento, a Fábrica Rheingantz, a partir da perspectiva dos investimentos financeiros, das participações de capitais e das próprias relações familiares.

### **2.3 Sujeitos e família. O caso de um empresário industrialista na virada do século XIX**

O papel das relações familiares na reprodução do poder das elites locais e regionais tem sido rediscutido pela historiografia. Durante décadas predominou a noção de família proposta por Gilberto Freyre, em 1933, em *Casa Grande & Senzala*, que se caracterizaria pelo patriarcado rural e escravista. A parentela seria estendida a todos os membros que

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 509-510.

frequentavam a casa grande, envolvendo os senhores, seus filhos, os compadres e os escravos<sup>150</sup>. Antônio Cândido, na década de 1950, amplia a proposição de Freyre para todo o território brasileiro e em todas as épocas<sup>151</sup>. Com a migração para as cidades e o desenvolvimento do trabalho urbano, haveria uma transformação da família que seria menor, apoiada em um modelo nuclear e urbano<sup>152</sup>. A partir da década de 1970, estudos de história social e história demográfica passaram a investigar a família sob novos pontos de vista – das mulheres, dos pobres, das classes subalternas, dos operários, dos escravos, dos bastardos, dos expostos etc. Diferente do que defendia Antônio Cândido, a modernização das cidades e a industrialização não provocaram o distanciamento dos indivíduos de suas famílias na zona rural. Ao contrário, o parentesco teria atuado na acomodação das pessoas aos novos ambientes. Grande parte dos movimentos migratórios para as cidades se deu sob proteção de redes de parentesco, inclusive na transferência de recursos do local de origem para as grandes cidades.

No contexto urbano, as redes de parentesco atuavam como mediadoras entre os trabalhadores e as instituições locais (o Estado, a Igreja, os empregadores etc.); sustentariam a ligação com a localidade de origem dos sujeitos; e incentivariam a criação de associações de ajuda mútua, em respostas às necessidades do sistema fabril<sup>153</sup>. No caso das famílias de elite, o parentesco foi considerado fundamental na sustentação de redes de poder político e econômico. O matrimônio arranjado seria uma garantia para a preservação do grupo e do patrimônio e um reforço na aliança entre diferentes ramos familiares. O casamento como forma de selar alianças estaria conectado à manutenção do poder e ao engajamento das famílias locais a uma rede política mais extensa<sup>154</sup>. Linda Lewin, ao estudar a elite da Paraíba, adota a noção de família extensa, ou parentela, para o estudo das elites agrárias

---

<sup>150</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira**. 1 ed. 1933. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

<sup>151</sup> SOUZA, Antônio Cândido. “The Brazilian Family”. In: **Smith, T.L. (org.). Brazil, portrait of half a continent**. Nova York: Marchand General, 1951.

<sup>152</sup> Sobre história da família e seu uso conceitual ver: 1) TERUYA, Marisa T. **Apontamentos bibliográficos para o estudo da família de elite no Brasil**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. N. 25-1. 2007. pp. 177; 182. 2) FARIA, Sheila de Castro. **História da família e da demografia histórica**. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>153</sup> TERUYA, 2007, op. cit., p. 177. Ibidem, 182.

<sup>154</sup> Para uma síntese sobre o estudo de “famílias de elite” ver: TERUYA, Marisa Tayra. **Apontamentos bibliográficos para o estudo da família de elite no Brasil**. Clío. Revista de Pesquisa História. N. 25-1. 2007; VARGAS, Jonas M.; FARINATTI, Luís Augusto E. **Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações**. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. Sobre alianças políticas através do matrimônio na virada do século XIX para o XX, ver LEWIN, Linda. **Some historical implications of kinship organization for Family – based politics in the Brazilian Northeast**. Society for Comparative Studies in Society and History. Vol. 21, No. 2 (Apr., 1979), pp. 262-292 Cambridge University Press.

paraibanas das primeiras décadas do século XX. Nesse conceito, a autora inclui “o grupo de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo os ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Dela faziam parte também os colaterais consanguíneos – tias e tios ou sobrinhas e sobrinhos”<sup>155</sup>, além de uma numerosa parentela sem relação de sangue e incorporada a família extensa por rituais como o matrimônio e o apadrinhamento. Propõe-se, assim, a reconstrução parcial do espaço relacional de Carlos Guilherme Rheingantz e sua mulher, Maria Francisca de Sá Rheingantz, tendo como ponto de partida suas relações familiares e os investimentos financeiros a que cada membro desse grupo estariam conectados. Essa forma de estudo, que interliga o familiar e o econômico, tendo como ponto de partida os investimentos financeiros, oferece uma perspectiva diferenciada para a análise da rede social desses dois personagens, a partir da perspectiva de uma família de elite, extensa e multinuclear.

Carlos Guilherme Rheingantz nasceu em Pelotas, cidade distante 75 quilômetros de Rio Grande, no dia 14 de abril de 1849, o primeiro de dez filhos do imigrante alemão Jacob Rheingantz. O pai chegara ao Brasil em 1843, após uma jornada curiosa, que envolveu outras duas tentativas de migração. Em 1839, Jacob sai de sua cidade natal, Sponheim, região da Prússia Renana (Alemanha), para trabalhar na *Veuve Clicquot*, uma tradicional fábrica de champanhe em Reims, na França. Em 1840, embarca em uma nova viagem, dessa vez para os Estados Unidos, com o objetivo de trabalhar com um irmão que lá se estabelecera. Ao chegar no Novo Mundo, descobre que o irmão havia falecido. Três anos depois, recebe a informação de que o navio *Rio-grandense* estaria sendo exportado para o sul do Brasil e pega carona nessa travessia. Chegando assim a Pelotas, emprega-se na firma do alemão Guilherme Ziegenbein, que explora o transporte lacustre entre Pelotas e Rio Grande. Casa-se com a enteada de seu patrão, Maria Carolina Von Fella, e dessa união nasce Carlos Guilherme Rheingantz. Em 1856, Jacob fecha contrato com o governo imperial para a compra de terras devolutas na Serra do Tapes e a criação de uma empresa privada de colonização que ficaria conhecida como Colônia de São Lourenço. A relação direta com a imigração confere a Jacob prestígio local, tanto entre os colonos quanto com os presidentes

---

<sup>155</sup> LEWIN, Linda. **Política e parentela da Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 117.

da província e o governo central<sup>156</sup>. Em viagem à Alemanha, com planos de expansão da colônia, Jacob acaba falecendo subitamente em Hamburgo, em 1877<sup>157</sup>.

Seguindo o costume das famílias de elite do século XIX, Jacob envia seu primogênito para completar os estudos na Europa. Ao retornar a Pelotas após uma longa viagem por diversos países europeus, Carlos Guilherme dedica-se inicialmente ao comércio, mas seus pensamentos estavam cheios de novas ideias sobre tecnologia, máquinas a vapor, administração e investimentos financeiros. Aos 24 anos, em 1º de março de 1873, Carlos Guilherme Rheingantz casa-se com Maria Francisca de Sá. A esposa, por sua vez, era a filha mais velha de Miguel Tito de Sá que, dentre tantas atividades, fora comandante superior da Guarda Nacional<sup>158</sup>, Juiz da Praça do Comércio de Rio Grande, Membro da Comissão Consultiva de Obras Públicas da Província<sup>159</sup> e Provedor da Santa de Casa de Misericórdia de Rio Grande durante décadas<sup>160</sup>, além de ter recebido a Comenda da Ordem da Rosa. Nascido na corte, filho de família tradicional, transferiu-se para Rio Grande onde casou e nasceram seus oito filhos. Soube articular bem o casamento das filhas. Além da ligação da primogênita com os Rheingantz, a filha Noemi Miranda de Sá casou-se com o Barão do Iboracahy, que recebera o título do Imperador, em 1888, por sua ação no processo de abolição da escravidão em Alegrete/RS. No Rio de Janeiro, o barão foi presidente da Associação Comercial, do Club dos Diários e corretor de fundos<sup>161</sup>. Josepha Maria de Sá casou-se com James Darcy, gerente do *London and Brazilian Bank*, em Rio Grande, e acionista da Fábrica Rheingantz.

---

<sup>156</sup> A correspondência entre Jacob Rheingantz e o governo provincial (1860-1890) está disponível na Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande, e contém descrições sobre a situação da colônia, reivindicações dos colonos e medidas tomadas pelo governo da província.

<sup>157</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Jacob Rheingantz, ver: 1) IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia se São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2008. 2) VOLGT, Olgário. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social**. Tese de doutorado. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006.

<sup>158</sup> Sobre a atuação de Tito de Sá na Guarda Nacional, ver: MUGGE, Miquéias H. **A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

<sup>159</sup> É nomeado em 4 de julho de 1862. Relatório dos Presidentes da Província (Pereira Rocha). Setembro de 1862. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1862. Ed. 1. p. 104.

<sup>160</sup> Para uma lista dos provedores e diretorias da Santa Casa e sobre a participação de Tito de Sá na instituição, ver RODRIGUES, Sued de O. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: Editora da Furg, 1985.

<sup>161</sup> VASCONCELOS, Rodolfo. VASCONCELOS, Jaime. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lousanne: Imprimerie La Concorde, 1918. p. 181.

No mesmo ano de seu casamento, Carlos Guilherme Rheingantz associa-se ao sogro e mais um parceiro para a construção de uma fábrica de tecidos de lã<sup>162</sup>. Um ano após a inauguração da fábrica, em 1875, a sociedade é desfeita devido a morte de Tito de Sá, e o controle da companhia passa inteiramente para Rheingantz<sup>163</sup>. Se a relação com o sogro dá início à fábrica, a conexão entre os Rheingantz e os de Sá seguirá produzindo resultados para Carlos Guilherme nas décadas futuras. As relações familiares reforçam não apenas a notoriedade local, mas também os recursos financeiros disponíveis. A partir de 1884, quando a companhia de Rheingantz passa a ser dividida em ações para financiar sua ampliação, os concunhados James Darcy e o Barão de Iboracahy figuram na lista de investidores. Possuem algumas poucas ações também os cunhados Eduardo Tito de Sá, Frederica Cordeiro de Sá e Hermínia Gloria de Sá. Um dos maiores investidores da fábrica, Antônio Chaves Campello, figura na lista dos parentes, sendo casado com uma das irmãs de Tito de Sá.

Na década de 1890, Carlos Guilherme faz planos para a instalação de uma filial na corte. A construção do empreendimento ficaria a cargo de seu irmão Luiz Valentim Rheingantz, engenheiro civil formado na Suíça, e de seu filho mais velho, Frederico Luiz Rheingantz, que estava no Rio de Janeiro para concluir o curso de engenharia. Ambos acabam vindo a falecer devido a um surto de febre amarela na capital, e Carlos Guilherme Rheingantz abandona a iniciativa. Ele morre aos 60 anos, no Rio de Janeiro, em 1909, quando tentava justamente embarcar para a Europa para cuidar de sua saúde.

Os fatos e conexões familiares apresentados acima são o esboço de um sistema familiar amplo em que é preciso se considerar as particularidades individuais. Carlos Guilherme Rheingantz possuía objetivos próprios que, de algum modo, não seguiram por completo as orientações de sua família de origem. Quando da morte do pai, Jacob Rheingantz, em 1877, Carlos Guilherme recebe como herança algumas terras em São Lourenço e passa a ser o diretor da colônia – atividade que pouco tempo depois delega a um de seus irmãos, por preferir seguir a frente de seu empreendimento, a fábrica de tecidos. Logo, percebe-se que ao se trabalhar com a noção de família, é preciso que haja cautela quanto a conclusões deterministas. O comportamento dos indivíduos não é definido apenas por seu pertencimento à família. Os objetivos individuais nem sempre estão alinhados com os familiares, provocando disputas, conflitos ou, no mínimo, mudança de rumos.

---

<sup>162</sup> Em 8 de março de 1874, o jornal *Echo do Sul* anuncia que chegaram à cidade todos os maquinismos necessários para a fábrica de tecidos de Rheingantz e Vater. *Echo do Sul*, Rio Grande, 8 de março de 1874, p.2.

<sup>163</sup> APERS. Inventário de Miguel Tito de Sá. Processo nº 989. Inventariante Maria Delfina de Miranda Sá. 1875. Comarca de Rio Grande.

As ligações apontadas entre os Rheingantz e os de Sá, a partir do casamento entre Carlos Guilherme e Maria Francisca, acabam não permitindo a identificação de uma organização coesa sob a tutela de um único patriarca. Ao contrário, Jacob Rheingantz, Miguel Tito de Sá e Carlos Guilherme Rheingantz possuem sua própria carga de protagonismo tanto nas relações pessoais e familiares estabelecidas quanto na condução de seus empreendimentos particulares. A família aparece dividida em diferentes núcleos. Nem por isso, as redes sociais e as relações familiares se tornaram mais fracas ou menos relevantes e articuladas. O emaranhado de casais, irmãos, sogros, cunhados e filhos, ainda que não residam em um mesmo local e não respondam a um único chefe da família, constitui uma ampla estrutura de apoio financeiro e social. Os laços reforçam o prestígio que essas famílias possuem em diferentes círculos sociais, além de darem suporte, uns aos outros, nos investimentos financeiros comandados por cada um de seus membros. Essa perspectiva fica mais evidente quando observado o quadro administrativo da Fábrica Rheingantz.

### **2.3.1 A dança das cadeiras, ou apenas uma rede de confiança na condução dos negócios**

Se a industrialização do Rio Grande do Sul é um longo e lento processo histórico. A narrativa sobre a Fábrica Rheingantz acompanha este processo mudando sua razão social diversas vezes durante esta jornada. Desfeita a sociedade com Tito de Sá e Hermann Vater, a empresa passa a se denominar Rheingantz & Cia. Em 1884, dividido seu capital em ações, transforma-se em Sociedade Comanditária em Ações Rheingantz & Cia. Em 1891, visando a ampliação dos setores de investimento, com a abertura de uma fábrica de tecidos de algodão e uma criação de ovelhas para produção de matéria-prima própria, a empresa transforma-se em Companhia União Fabril e Pastoril. Com o fracasso da investida na criação, chama-se apenas Companhia União Fabril, já em 1895. Na década de 1960, sem condições de quitar ou renegociar suas dívidas, é decretada a falência da companhia, e o empreendimento é comprado pela João Abdala e Cia., de São Paulo. Anos mais tarde, em 1972, a indústria é novamente vendida, agora a um grupo pelotense, e passa a se chamar Inca Têxtil até o seu fechamento total no final da década de 1980. A bibliografia consultada costuma misturar nomes e períodos em relação à razão social da companhia. Para facilitar a compreensão, neste trabalho optou-se pela expressão “Fábrica Rheingantz” para se referir a todos esses períodos citados, levando em conta a forma tradicional como é chamada a empresa.

À frente de todas essas mudanças está um quadro administrativo que pouco se altera ao longo dos 29 anos que são objeto de análise deste trabalho (1884-1913). No alto escalão da companhia, apenas 13 nomes (incluindo o de Carlos Guilherme Rheingantz) se alternam em seis cargos (diretor-superintendente, diretores, gerente, subgerente, tesoureiro/guarda-livros e conselheiro fiscal). Em geral, a alternância de função acontece apenas em caso de ausência temporária por motivo de viagem ou tratamento de saúde e quando do falecimento de um de seus membros. Nos primeiros cinco anos, de 1884 a 1889, Rheingantz controla completamente os negócios, autodenominando-se sócio-gerente ou superintendente. A partir de 1890 e em especial após a transformação em Sociedade Anônima, a condução da empresa passa a ser dividida com outros indivíduos. O primeiro a aparecer na lista é Alfredo Jacob Rheingantz, irmão de Carlos Guilherme, que assume o posto de gerente, função que controla efetivamente a produção das três fábricas da companhia (lãs, algodão e aniagem). Alfredo Jacob permanece na função por 12 anos (até 1902), quando vem a falecer. Em seu lugar, assumindo o mesmo posto, entra o irmão Oscar Philipe Rheingantz. O jornal *A Federação* publica uma breve nota sobre a morte de Alfredo Jacob na qual dá pistas de sua relação estreita com Oscar Philipe: “No Rio Grande, faleceu anteontem à noite o sr. Alfredo Rheingantz, irmão do nosso amigo dr. Oscar Rheingantz. Pêsames”<sup>164</sup>.

Formado em direito, Oscar Philipe foi promotor e defensor público, tendo trabalhado ao lado de Júlio de Castilhos em pelo menos um caso de que se obteve registro<sup>165</sup>. Em 1889, quando da parada em homenagem à Proclamação da República, ele desfilou junto com os partidários do jornal *A Federação*, representante do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), empunhando o estandarte do grupo junto de Castilhos<sup>166</sup>. Após cinco anos exercendo a função na Fábrica, Oscar Philipe morre em 7 de fevereiro de 1908, quando retorna de uma viagem à Europa que tinha como objetivo a recuperação de sua saúde. O jornal *A Federação* assim enalteceu o falecido:

#### Registro Mortuário

Com profundo pesar *A Federação* registra o falecimento do dr. Oscar Rheingantz, patricio distintíssimo, cheio de vida, moço e esforçado cooperador dos progressos industriais em nossa terra.

Na cidade do Rio Grande, onde residia, bem como nesta capital e por toda parte onde granjeou radicadas afeições e muita estima, a morte do malgrado dr. Oscar Rheingantz infunde enorme tristeza e pesar doloroso.

<sup>164</sup> Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1903, Ed. 40, p. 2.

<sup>165</sup> Em 1889, Oscar Philipe Rheingantz, Júlio de Castilhos e Graciano de Azambuja trabalharam na defesa do coronel Martins Habr. Jornal *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1889, p.1.

<sup>166</sup> Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 16 de dezembro de 1889, p. 1. O jornal era órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense.

A sua desolada família e a seu ilustre irmão, comendador Rheingantz, A *Federação* apresenta sinceras condolências<sup>167</sup>.

Outra amostra do prestígio familiar dos irmãos Rheingantz e um exemplo de que ambos trabalhavam em sintonia com os interesses familiares é a petição de julho de 1902, na qual os comerciantes pedem a revogação do decreto das faturas consulares<sup>168</sup>. Resumidamente, o decreto exigia que os consulados emitissem faturas de cobrança de impostos sobre produtos oriundos de seus países de origem. Entre os muitos nomes contidos no documento, Oscar Philipe assina pela Praça de Porto Alegre e Alfredo Jacob em nome da Câmara do Comércio de Rio Grande<sup>169</sup>. Com a morte de Oscar Philipe, a gerência da fábrica passa para mais um membro da família, Eduardo M. Rheingantz, sobrinho dos dois primeiros e filho de Carlos Guilherme Rheingantz. Eduardo exercia a função de subgerente da fábrica ao lado do tio desde 1905, quando finalizou seus estudos na Europa. Formado em engenharia mecânica, fez cursos sobre manufatura têxtil na Inglaterra e na Alemanha e estagiou em algumas empresas europeias<sup>170</sup>. Em 1908, quando assume a função de gerente, o relatório da fábrica enaltece o seu conhecimento técnico<sup>171</sup>. A formação profissional de Eduardo M. Rheingantz parece deliberadamente voltada para que ele assumisse funções na própria companhia. Entretanto, esta constatação sobre a educação formal não deve ser generalizada para todo o grupo. Nem sempre as opções individuais são unicamente uma resposta à exigências e estratégias do grupo familiar. Ainda assim, esta não deixa de ser em si mesma uma decisão estratégica importante para o conjunto. No mesmo ano, Alberto Luiz de Sá Rheingantz, também filho de Carlos Guilherme Rheingantz, deixa a agência da Fábrica Rheingantz no Rio de Janeiro, onde exercia a função de ajudante do responsável, para trabalhar dentro da fábrica em Rio Grande ao lado do irmão Eduardo. Isso acontece menos de um ano antes do falecimento de Carlos Guilherme Rheingantz (1909), quando Lycurgo Telles de Menezes deixa a função de Conselheiro Fiscal que exerceu por, pelo menos, 18 anos para sumir a vaga na diretoria.

---

<sup>167</sup> Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1908, ed. 35, p. 2.

<sup>168</sup> O Decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, exigia que os consulados locais emitissem uma fatura para a cobrança de impostos sobre produtos importados de seus países de origem. O documento pode ser interpretado como um exemplo da importância que o cargo de cônsul possuía para os comerciantes – caso de alguns dos indivíduos integrantes do grupo de estudo deste trabalho. BRASIL. Decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, dá regulamento para o serviço de faturas consulares. In: *Coleção de Leis do Brasil*. 31/12/1900. p. 758. Acesso online.

<sup>169</sup> Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 11 de junho de 1902, ed. 160, p. 1.

<sup>170</sup> Relatório da Companhia União Fabril sucessora da Rheingantz & C. Ano social de 01 de setembro de 1904 a 31 de agosto de 1905. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-grandense. p. 5.

<sup>171</sup> Relatório da Companhia União Fabril sucessora da Rheingantz & C. Ano social de 01 de setembro de 1907 a 31 de agosto de 1908. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-grandense. p. 4.

Outra função importante na constituição da companhia era a de diretor. Em geral, a diretoria era composta por três nomes: Carlos Guilherme Rheingantz, Antônio Chaves Campello e George W. Lawson (apesar de no estatuto de criação da sociedade anônima estarem previstos dois diretores). Para o período de 1891 a 1913, outros nomes viriam a ocupar uma dessas posições apenas na ausência de algum de seus integrantes efetivos. Assim, o principal agente de transição é a morte de um dos membros do grupo, da mesma forma que ocorreu com a função de gerente. Porém, era também comum que um dos membros do Conselho Fiscal ou da Gerência substituíssem os diretores em caso de viagens longas ou ausências para tratamentos de saúde, por exemplo. Nessas circunstâncias, a troca se dava entre os mesmos 13 nomes que compunham o escalão administrativo mais alto da empresa. Nesses casos, também é evidente as relações de parentesco. Antônio Chaves Campello, tio de Maria Francisca de Sá Rheingantz, casado com uma irmã de Tito de Sá, exerce a função de diretor durante 22 dos 29 anos da empresa analisados neste trabalho (de 1891-1913). É bem provável que Campello seja o sujeito que por mais tempo esteve na direção dos negócios. Em 1921, assina uma convocação de assembleia como diretor-presidente da companhia<sup>172</sup>.

Não foram encontradas relações parentais diretas entre o diretor George W. Lawson e os Rheingantz ou os de Sá. No entanto, é interessante observar que dada sua ausência por motivo de viagem, em 1909 e em 1913, quem assume temporariamente a sua posição na fábrica é o seu filho Edward E. Lawson, então acionista. O ano de 1916 foi particularmente difícil para os administradores da Fábrica Rheingantz, quando perdeu dois de seus principais diretores. Lycurgo Telles de Menezes em 30 de junho e George W. Lawson em 29 de agosto. Os cargos foram ocupados por Edward E. Lawson e Gustav Pook Júnior<sup>173</sup>. Gustav Pook Júnior é filho do diretor e gerente da Fábrica de Charutos Pook, de quem herdou também o nome. Em 1912, quando a Fábrica Pook se transforma em sociedade anônima, 20 anos após a Rheingantz tomar a mesma decisão, Edward e Gustav Júnior são acionistas e participam ativamente da assembleia constituinte da nova firma<sup>174</sup>. Na mesma lista da Pook figuram ainda: Fructuoso Gonçalves Mostardeiro, que exerceu a função de Conselheiro Fiscal da Rheingantz por, pelo menos, 15 gestões; Lycurgo Telles de Menezes, já diretor da

---

<sup>172</sup> Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 1 de setembro de 1921, p. 7.

<sup>173</sup> Relatório da Companhia União Fabril sucessora da Rheingantz & C. Ano social de 01 de setembro de 1915 a 31 de agosto de 1916. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1915. p. 3-4.

<sup>174</sup> Escritura dos Estatutos de Constituição da Companhia de Charutos Pook, sucessora da Sociedade Comanditária em Ações Pook & C. Jornal *A Federação*, 9 de abril de 1912, p. 2.

Rheingantz nesse momento; Eduardo M. Rheingantz, gerente da companhia; além de Fraeb e Cia. e Frederico Falkmann, também acionistas da Fábrica Rheingantz.

As relações parentais observadas mostram a passagem das empresas para uma segunda geração, quando da morte dos sócios fundadores e líderes das famílias. Entretanto, o envolvimento dos filhos nos negócios tem início muito antes. Estes eram enviados para estudar do exterior e, quando retornavam, assumiam, inicialmente, funções secundárias. A consolidação de parcerias financeiras, para a criação das empresas, podia ocorrer tendo como mediadoras as relações de casamento. As sociedades e os co-investimentos podiam ser firmados entre sogros e genros, entre cunhados e concunhados, ou até, como em um dos exemplos, com o tio da esposa. Para Lewin, as associações baseadas no cunhadio dificilmente podem ser vistas como uma inovação do século XIX<sup>175</sup>. Entretanto, assim como no trabalho da autora, também no caso dos empresários de Rio Grande, as relações entre cunhados ou concunhados, ou outros arranjos sem consanguinidade, envolveram laços de quase-irmandade. Para os indivíduos do grupo prosopográfico, esses laços poderiam significar a manutenção da família no acesso ao controle de suas sociedades por ações, por exemplo.

Ainda, a participação feminina formal era praticamente inexistente no ambiente corporativo. As mulheres aparecem apenas na condição de “esposas”. Tanto na Rheingantz, quanto nas outras empresas de que se teve acesso, não há registros de nomes femininos nas listas de diretorias. Aos poucos, vão aparecendo alguns registros nas listagens de acionistas, como herança ou parte de dotes<sup>176</sup>. Aos homens era destinada a condução dos negócios, mesmo que, como explica Lewin, a Lei do Matrimônio, de 1890, evidenciasse “um patriarcado restringido e uma endogamia declinante”<sup>177</sup>. A nova legislação republicana reduziu o poder que os pais exerciam sobre seus filhos (principalmente filhos homens) e diminuiu os incentivos aos casamentos entre indivíduos com laços consanguíneos (entre primos ou entre tios e sobrinhos), mas os maridos (e pais) continuavam a ter prerrogativas legais sobre suas esposas e filhas. Somente em 1907, a nova lei de sucessões, em uma alteração sem precedentes, permitiu que viúvas e outros parentescos sem laços de sangue tomassem o lugar dos consanguíneos no direito à herança, quando não existissem descendente ou ascendente lineares<sup>178</sup>. As próprias relações de cunhadio assumem, também,

---

<sup>175</sup> LEWIN, 1993, op. cit., p. 180.

<sup>176</sup> Ver como exemplos Anexos XIX e XX.

<sup>177</sup> LEWIN, 1993, op. cit., p. 156.

<sup>178</sup> LEWIN, 1993, op. cit., p. 157.

aspectos de fraternidade e machismo, como apontadas por Lewin. Quando essas relações eram estabelecidas entre indivíduos de uma mesma faixa etária, o cunhadio poderia significar uma igualdade de *status* vantajosa para os pares e um laço de intimidade importante entre os homens. Em outras palavras, “a troca de irmãs alicerçava um plano comum de respeito entre dois chefes político”<sup>179</sup>, ou entre dois empresários e líderes locais, no caso de Rio Grande.

Assim, sintetiza a autora, a família de elite passa a assumir no início do século XX, um núcleo familiar definido conjugalmente e de maneira “exogâmica”, em que os cônjuges não são parentes de sangue, e relega ao passado uma família extensa, baseada na consanguinidade e no reforço “endogâmico”. Entretanto, afirmar que a família está mais “exogâmica”, como propõe a autora, não significa que tenha havido um acesso substancial a esses grupos de elite através do casamento. No caso de Rio Grande, a elite local se restringe a um pequeno grupo de famílias que casam entre si e dominam a política e a economia locais. Nesse sentido, talvez seja preferível considerar-se os casamentos no sentido “endogâmico”, ainda que se perca a questão consanguínea apontada por Lewin, pois os matrimônios seguem ocorrendo entre membros do próprio grupo. Para que uma relação de casamento seja estabelecida, é necessário antes fazer parte do grupo mais amplo. Essa apreciação de parte da parentela dos Rheingantz e dos de Sá, que toma como pano de fundo a participação dos membros da família na constituição do grupo diretor da Fábrica Rheingantz, tem como objetivo demonstrar de que forma as relações familiares podem ser observadas nesse contexto corporativo específico. Ou, dito de outro modo, demonstra-se assim de que maneira as organizações empresariais estariam entremeadas das relações familiares. Toma-se os indivíduos no âmbito dos investimentos financeiros, mas sem deixar de lado as parentelas estabelecidas. No último capítulo, a análise dos empreendimentos a partir de alguns contextos específicos do período estudado procura exemplificar até que ponto ia a influência e a participação desses grupos de elite local em diferentes aspectos da sociedade.

---

<sup>179</sup> Ibidem, p. 184.

### 3 OS EMPREENDIMENTOS NA MODERNIDADE: NO COMPASSO DAS FÁBRICAS OU NA VELOCIDADE DOS BONDES

Na modernidade da máquina a vapor, da energia elétrica, dos bondes, das recomendações terapêuticas e das promessas de progresso sem fim, a sociedade brasileira vê nascer também um universo de contradições. No caso de Rio Grande, o compasso acelerado da fábrica opõe-se ao cotidiano lento e quase rural dos subúrbios. É o período em que se desenvolvem políticas de intervenção nas cidades lideradas pelo Estado e pelas elites locais, e regidas por preceitos médicos e urbanísticos que se disseminam no mundo ocidental. Era em nome da modernidade, do progresso e do bem comum que se impunham novos saberes técnicos, endossados por leis e decretos que infligiam sobre a população novos comportamentos sociais esperados, novas percepções sobre o corpo humano e novas formas de lidar com os enterramentos e a morte. Ao mesmo tempo em que o progresso faz crescer o interesse pela cidade, atraindo trabalhadores que vêm do campo, o próprio processo de industrialização, que não é capaz de incluir a todos, faz crescer na cidade um grupo de subempregados, desempregados, pobres e inválidos. A medicina alinhada ao assistencialismo passa a intervir, propondo retirar da rua esses indesejados. O urbanismo propõe projetos que facilitam a circulação e a limpeza das ruas, criando empreendimentos com o intento de purificar o ambiente e o homem. Beatriz Olinto ao pensar Rio Grande a partir de algumas características do que considera “modernidade” avalia a relação que se estabelecia entre ricos e pobres na cidade.

Nesse sentido, desenvolveram-se práticas intervencionistas no meio urbano, afinal a concentração de pessoas havia-se revelado um paradoxo: se por um lado possibilitava a aglutinação de mão de obra, a divisão do trabalho, a maior produtividade, por outro representava uma ameaça potencial permanente à “sociedade civilizada”, não só pelo perigo de rompimento da ordem estabelecida, mas também pelo espectro da contaminação, já que o pobre era visto pelas elites como um transmissor potencial de doenças devido aos seus hábitos “degradados”<sup>180</sup>.

Em oposição a todas essas situações execradas, estavam as exposições universais, nacionais e regionais, verdadeiras apologias ao progresso e ao desenvolvimento constante, que eram, em resumo, o símbolo de uma nova ordem mundial em construção. Como explica

---

<sup>180</sup> OLINTO, Beatriz Anselmo. **Fragmentos de uma cidade: a Cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da Modernidade**. Biblos, Rio Grande, v. 8, 147-158, 1996, p. 148.

Sandra Pesavento em sua síntese sobre o período, “considera-se que, no decorrer da segunda metade do século XIX, dois processos fundamentais presidiram a expansão do capitalismo e a constituição de um imaginário burguês: o sistema de fábrica e a modernidade”<sup>181</sup>. Para a autora,

As exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos "novos tempos" e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de "efeito-demonstração" das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica, etc.<sup>182</sup>

Entretanto, nesses grandes eventos, não haveria espaço para as contradições advindas com o “progresso”. Os conflitos nas fábricas, as greves, os acidentes de trabalho e o mar de “indesejados” resultantes do próprio processo, não são partes do debate das feiras e exposições. Nesses eventos apareciam apenas o belo, o progresso, as demonstrações do presente e daquilo que era desejado para o futuro. Esse é o momento, por tudo isso, das contradições. De um lado a modernidade, o capitalismo e o futuro; do outro, o atraso de um mundo malquisto. Nicolau Sevcenko, ao abordar esse período sob a ótica dos costumes, relaciona esse processo a uma falaciosa noção de progresso, que teria sido encampada pela chamada “geração de 70”<sup>183</sup>. O império brasileiro teria saído desestabilizado e endividado dos conflitos bélicos na região platina, em especial após a Guerra do Paraguai. Esse contexto teria dado abertura e fortalecido a fundação do Partido Republicano (1870), que viria com a proposta de abolição da monarquia. Segundo o autor, jovens políticos, intelectuais, militares e artistas teriam tomado para si as plataformas e o projeto de modernização e atualização das estruturas imperiais, apoiando-se nas diretrizes científicas e técnicas oriundas da Europa e dos Estados Unidos. No Rio Grande do Sul, essas novas elites inspiravam-se no cientificismo, no darwinismo social e no positivismo comtiano, este último tendo particular influência nos integrantes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Esse contexto abriria espaço para a proclamação da República a partir de um golpe envolvendo militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos engajados na causa republicana. Entre as medidas

---

<sup>181</sup> PESAVENTO, Sandra J. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 14.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14.

tomadas pelas novas elites no poder, como já foi visto, estavam a abertura da economia ao capital estrangeiro, a permissão para emissão de moedas por bancos privados, uma nova lei para as sociedades anônimas e a criação de um mercado de ações moderno, centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Para Sevcenko, a ideia por trás de todas essas políticas era “promover uma industrialização imediata e a modernização do país a ‘todo custo’”<sup>184</sup>. E os resultados, em síntese, foram um fluxo até então inédito de penetração de capital inglês e americano nas empresas, e uma das maiores fraudes do mercado de ações brasileiro de todos os tempos, o *Encilhamento*. Resume o autor, esta “era a entrada triunfal do Brasil na modernidade”.

Este capítulo tem como objetivo observar os cinco empreendimentos-chave (o Asilo de Mendicidade, a Companhia Viação Rio-grandense, a Fábrica de Charutos Poock, a Fábrica Rheingantz e a Moinhos Rio-grandense), que serviram para a composição do grupo prosopográfico, a partir desse contexto contraditório de busca pela modernidade e pelo progresso. Procura-se, deste modo, observar os significados desses empreendimentos em relação a sua conjuntura mais ampla. O Asilo de Mendicidade e a Companhia Viação Rio-grandense, liderados pelas elites locais, estão diretamente relacionados a perspectivas de intervenção na organização e higienização da cidade e no modo de vida de seus habitantes, seja para as próprias elites, seja para a população menos favorecida. A Fábrica de Charutos Poock e a Fábrica Rheingantz são observadas sob a ótica de seu posicionamento como centros de emprego de tecnologia e representantes do progresso local para o resto do país e para o mundo. Por fim, a Moinho Rio-grandense é entendida a partir de um modelo de organização capitalista dos negócios que extrapola os limites locais, inserindo-se de forma mais clara no mercado internacional. Trata-se, por fim, de se considerar o processo de industrialização encadeado a algumas das principais transformações advindas com os desejos de modernização acelerada do país, quais sejam, a urbanização e o saneamento das cidades, as mudanças e o deslumbramento com as tecnologias, o cuidado com a saúde e a higiene do corpo e as mudanças na organização dos negócios.

---

<sup>184</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.** In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14-15.

### 3.1 O Asilo de Mendicidade e a Misericórdia: o controle dos indesejados

No século XIX, uma significativa quantidade de asilos de mendicidade, que buscava atuar sobre a população de rua, fora inaugurada por todo o país, principalmente após a promulgação do Código Criminal do Império, de 1830<sup>185</sup>. A nova lei passou a criminalizar a vadiagem e a mendicância, prevendo penas que iam de prisão a trabalho forçado e variavam de oito dias a um mês. Da época do código são algumas das primeiras iniciativas de reprimir o ato de pedir esmolas. Retoma Thomas Hallowey<sup>186</sup> que, na corte, o então chefe de polícia Eusébio de Queirós baixou uma instrução para recolher os mendigos das ruas, determinando que os juízes de paz estariam autorizados a detê-los, desde que respeitado o período de tolerância previsto. Os agentes policiais receberiam como forma de incentivo uma recompensa em dinheiro por mendigo capturado em bom estado de saúde. As disposições repressivas contra o ato de andar mendigando nas ruas do Rio de Janeiro consistia, até então, na detenção dos indivíduos em prisões comuns. A partir de 1850, os mendigos recolhidos e em condições seriam encaminhados para a Casa de Correção da Corte, a primeira “prisão modelo” do Império, onde as penas seriam cumpridas com trabalho. O Código Penal de 1890 mantém a criminalização da mendicância e da vadiagem e acrescenta a questão da penalização dos ébrios<sup>187</sup>.

No Rio de Janeiro, em 1854, fora inaugurado um asilo de mendicidade que ficou conhecido como “Albergaria”. Nesse caso,

os mendigos ganhavam, assim, uma instituição especial, cujo fim era recolher e realizar uma certa triagem sobre a população indigente, separando doentes e inválidos de delinquentes. Menos de um ano depois de sua inauguração, a instituição [do Rio de Janeiro] passaria a encarcerar permanentemente a mendicância. Como justificativa, a ameaça à salubridade pública<sup>188</sup>.

---

<sup>185</sup> BRASIL. Código Criminal do Império do Brazil, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 07/11/2017. Ver Anexo XIII.

<sup>186</sup> HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 130.

<sup>187</sup> BRASIL. CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm). Acesso em: 07/11/2017. Ver Anexo XIV.

<sup>188</sup> GROISMAN, Daniel. **Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice**. Trabalho apresentado no GT antropologia e envelhecimento, na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em 1998. Recebido para publicação em julho de 1999. p. 182

Em Porto Alegre, em 1898, foi inaugurado o Asilo de Mendicidade Padre Cacique, após quase quinze anos de construção. A instituição tinha como objetivo a noção um tanto vaga de “abrigar mendigos”. A construção do asilo de Porto Alegre tivera início por volta de 1884 e fora objeto de um longo debate público. O governo imperial embargou a iniciativa por considerar que a obra estava sendo realizada em terreno da coroa<sup>189</sup>. Em 1º de janeiro de 1886, o padre Cacique de Barros, responsável pela empreitada, publicou uma carta aberta ao imperador na tentativa de dar continuidade ao projeto<sup>190</sup>. Também em defesa da construção do asilo, em 1888, o jornal *A Federação* estampou:

A população desta capital, que vê contristada todos os sábados percorrer as ruas da cidade uma multidão andrajosa, que a envergonha; que sabe que com a verdadeira miséria vivem da caridade pública a especulação e a ociosidade, concorrerá certamente para que tal estado de coisas não perdure por mais tempo do que é preciso para levantar o edifício do Asilo de Mendicidade<sup>191</sup>.

Mais do que argumentar quanto a propriedade da obra, o excerto do jornal exemplifica o pensamento da época. A partir da justificativa de que a necessidade de um asilo para mendigos se dá devido à vergonha que estes representam para a cidade, é possível perceber que as soluções não estavam apoiadas na ideia de resolver as causas, mas unicamente em dar fim ao sintoma. Para Sevcenko, este tipo de raciocínio tinha o apoio das novas elites que surgiam na época:

No afã do esforço modernizador, [...] se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso.

Na mesma linha, em junho de 1885, é sugerida a construção de um asilo do tipo na cidade de Pelotas<sup>192</sup> e em dezembro do mesmo ano, *A Federação* menciona a intenção também em Rio Grande<sup>193</sup>. A data de registro de fundação do Asilo de Mendicidade,

---

<sup>189</sup> *A Federação*. Julho de 1884. Números 153, 155, 156 e 158.

<sup>190</sup> *A Federação*. 1 de janeiro de 1886. p. 3.

<sup>191</sup> *A Federação*. 10 de fevereiro de 1888. p. 1.

<sup>192</sup> *A Federação*. 2 de junho de 1885. p. 2.

<sup>193</sup> *A Federação*. 21 de dezembro de 1885. p. 2.

posteriormente chamado Asilo de Pobres de Rio Grande, é 27 de dezembro de 1885, e sua inauguração oficial ocorre em 1º de janeiro de 1886<sup>194</sup>. Situado no centro da cidade, o asilo tinha por finalidade “dar abrigo e sustento às pessoas de ambos os sexos, reconhecidamente indigentes, que por defeito físico, senilidade, cegueira, não possam entregar-se a qualquer trabalho, ou meio de vida honesto, nem tenham alguém a quem [cumpra] abrigá-los ou sustentá-los”<sup>195</sup>. A primeira lista de diretores do asilo, conforme a Tabela 11, era formada por nove dos 30 indivíduos-chave, e por outros oito co-investidores. No ano de 1906, um despacho da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul registra como presidente Joaquim Domingues Pereira, este listado no banco de dados como co-investidor e atuante em outros cinco empreendimentos. Entre outras funções, Pereira fora também mesário da Santa Casa de Misericórdia.

**Tabela 11. Lista de diretores/fundadores do Asilo de Mendicidade de Rio Grande.**

<b>Função</b>	<b>Nomes</b>
Presidente	Antônio da Costa Correa Leite
Vice-presidente	Carlos Guilherme Rheingantz
Secretario	Benjamin Flores
Tesoureiro	Joaquim Martins Cardoso
Procurador	Pedro de Azevedo Machado
Administrador	Antônio José Ferreira Primo
Diretores	Miguel Fernandes Moreira Antônio Manoel de Lemos Júnior João Wladislao Correa Gustavo Feddersen João Affonso Vasques Albino José da Cunha Rodolpho Gomes e Silva Felix Lopes Guilherme Constantino Lucio Jardim Eugenio Maria da Costa Paiva Antônio Chaves Campello Francisco Rodrigues de Oliveira

\* Fonte: *Jornal A Federação*, 07/11/1886, p. 2.

A participação dos indivíduos-chave e co-investidores no asilo demonstra o quanto a instituição representa um espaço de trânsito para a elite local. A ocupação dessas funções, em última análise, reforça ou exemplifica a rede de relações sociais e políticas de seus integrantes. A fundação de um asilo de mendicidade em Rio Grande parece seguir um

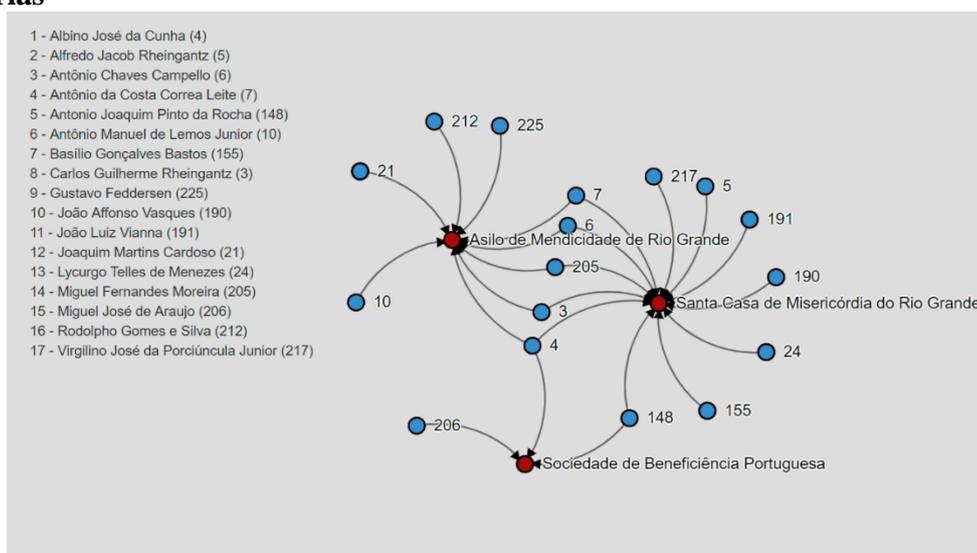
<sup>194</sup> Estatuto do Asilo de Pobres da Cidade do Rio Grande, 03/07/1918 in: *Jornal A Federação*, 10/07/1918, p. 7.

<sup>195</sup> Estatuto do Asilo de Pobres da Cidade do Rio Grande, 03/07/1918 in: *Jornal A Federação*, 10/07/1918, p. 7.

fenômeno de sua época. A entidade é mais um empreendimento na lista desses homens de negócios que ocupam múltiplas funções, simultaneamente, ao longo de suas trajetórias de vida. Um decreto do governo do Rio Grande do Sul de 1915, que distribui subvenção estatal a diferentes estabelecimentos pios, cita além de três asilos em Porto Alegre, dois em Pelotas, e três em Rio Grande, a existência de estabelecimentos para abrigo de pobres e mendigos em Jaguarão, Bagé, Taquari e Santa Vitória do Palmar<sup>196</sup>.

Alinhada às tentativas de controle da mendicância como objetivo dessa elite local, para além das questões legislativas e correcionais, está a caridade. Tal prática tinha “uma importância muito grande para uma sociedade que via nesta uma forma de aliviar o peso de seus pecados tendo, assim, uma conotação sagrada”<sup>197</sup>. O Gráfico 13 representa a relação entre os indivíduos-chave e três das principais instituições de caridade de Rio Grande, o Asilo de Mendicidade, a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa<sup>198</sup>. Também ficam explícitas as correlações entre uma instituição e outra partir dos indivíduos que ocupam cargos em suas diretorias. Albino José da Cunha (4) está relacionado aos três empreendimentos. Outros cinco conectam-se a duas das três associações. A Santa Casa ocupa uma posição de maior centralidade, reunindo 12 indivíduos. Alguns desses sujeitos deixarão doações destinadas a essas instituições em seus testamentos.

### Gráfico 13. Instituições caritativas e indivíduos-chave que ocupam cargos em suas diretorias



<sup>196</sup> *A Federação*, 18/03/1915, p. 1.

<sup>197</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. Capítulo 3. "Uma esmola pelo amor de deus!": caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930). In: *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c. 1876 – c.1922)*. 2004. Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2004. p. 277.

<sup>198</sup> Para visualizar o porte desses estabelecimentos, ver também: Anexo VIII. Empreendimentos: caridade.

Conforme atesta Jefferson Pinto em estudo sobre Juiz de Fora, em Minas Gerais, para o mesmo período, a presença da caridade aparece como um dos pré-requisitos que garantiriam a boa partida e poderia ser verificada em muitos inventários *post-mortem*. Os inventários seriam, assim, um atestado da vida caritativa e generosa de quem se preparava para a viagem eterna. Para o caso de Rio Grande, isso pode ser observado no inventário e no testamento de Antônio Manoel de Lemos Júnior, de novembro de 1902, onde estava previsto, entre outros legados, a distribuição de esmolas no valor de cem mil-réis aos pobres durante sua missa de sétimo dia ou de um mês de falecimento. Também estava registrado um valor a ser distribuído pelo testamenteiro a “viúvas pobres, honestas e com filhos, em partes de 40 mil-réis, para cada uma”. O jornal *Echo do Sul* receberia 500 mil-réis para distribuir em esmolas de quatro mil-réis. Além disso, três instituições de caridade, o Asilo de Mendicidade de Rio Grande, o Asilo de Órfãos Coração de Maria e a Sociedade Portuguesa de Beneficência receberiam o usufruto de ações de empresas da qual Lemos Júnior era um dos principais acionistas. Também sobrinhos, afilhados, amigos próximos e mais alguns parentes foram beneficiados. Da mesma forma, o testamento de sua viúva, D. Joaquina de Castro Martins de Lemos, de 7 de abril de 1920<sup>199</sup>, irá destinar valores em dinheiro a asilos e igrejas no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Portugal, como pode ser observado na Tabela 12.

**Tabela 12. Valores destinados à esmola e instituições de caridade nos inventários do casal Lemos Júnior.**

Testamentário	Data	Localidade	Destino	Valor
Antônio Manoel de Lemos Júnior	1902	Rio Grande	Asilo de Mendicidade	20 ações da Companhia Viação Rio-grandense (usufruto)
			Asilo de Órfãos Coração de Maria	10 ações da União Fabril (usufruto)
			Sociedade Portuguesa de Beneficência	20 ações da União Fabril (usufruto)
Joaquina de Castro Martins de Lemos	1920	Rio Grande	Asilo de Pobres (antigo Asilo de Mendicidade)	quinhentos mil réis
			Asilo Coração de Maria	quinhentos mil réis

<sup>199</sup> Publicado no Diário Oficial da União, no Rio de Janeiro, em 28/07/1920, p. 12618. Disponível em: <http://bit.ly/2qvCFbq> (JusBrasil). Acesso em: 29/05/2017.

		Santa Casa de Misericórdia	quinhentos mil réis
		Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim	quinhentos mil réis
		Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	quinhentos mil réis
		Sociedade Beneficente das Crianças Pobres	quinhentos mil réis
		Igreja Nossa Senhora da Penha	Um conto de réis
	Portugal	Igreja Santo Antônio de Lamba	Um conto de réis
	Rio de Janeiro	Igreja do Divido Espírito Santo do Maracanã	Duzentos mil-réis
		Asilo da Velhice Desamparada	Duzentos mil-réis
		Igreja da Conceição do Engenho Novo	Duzentos mil-réis
		Asilo dos Menores Órfãos	Duzentos mil-réis
		Asilo dos Cegos	Duzentos mil-réis

Quase duas décadas após o falecimento do marido, dona Joaquina de Lemos ainda irá seguir os mesmos costumes, destinando valores a igrejas, asilos e hospitais. Como no caso dos Lemos Júnior, também Albino José da Cunha, em testamento, irá destinar esmolas aos pobres e recursos a diversas instituições de caridade. No caso desse capitalista, os valores são divididos entre sua terra natal, Condeixa, cidade próxima a Coimbra, em Portugal, e Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, cidades onde se localizavam seus moinhos e armazéns. No caso de Condeixa, a distribuição das esmolas deveria durar cinco anos e seria feita através da distribuição de juros de uma conta bancária criada com esse propósito. Em Rio Grande, as esmolas deveriam ser distribuídas nos quatro primeiros aniversários de sua morte. Quanto a distribuição de esmolas e caridades, diz o testamento de Albino José da Cunha:

Deixo aos pobres da minha terra, Condeixa, dez contos de réis que serão depositados em conta corrente para acumulação de juros semestrais. Cada seis meses serão distribuídas cem esmolas de dez mil-réis de maneira que em cinco anos estarão distribuídos os dez contos-de-réis, fazendo-se então a distribuição dos juros acumulados; estas esmolas serão feitas pelo vigário de Condeixa que melhor conhece o pobre.

Deixo à Santa Casa de Condeixa cinco contos de réis.

Deixo à Igreja de Condeixa para a sua conservação, dois contos de réis.

Deixo ao Orpheão de Condeixa instituído pelo Dr. Padre João Antunes três contos de réis.

Deixo à Santa Casa do Rio Grande dois contos de réis.

Deixo à Beneficência Portuguesa do Rio Grande dois contos de réis.

Deixo ao Club Beneficente de Senhoras do Rio Grande dois contos de réis.

Deixo ao Asilo Coração de Jesus, dois contos de réis, de Rio Grande.

Deixo aos salesianos do Rio Grande um conto de réis.

Deixo a irmandade de N. S. Da Conceição, a irmandade do Bom Fim e a irmandade de S. Francisco do Rio Grande um conto de réis a cada uma.

Deixo aos pobres do Rio Grande quatro contos de reis para quatrocentas esmolas de dez mil reis, que serão distribuídas no 1, 2, 3 e quarto aniversário do meu falecimento.

Deixo a Santa Casa de Pelotas dois contos de réis.

Deixo aos pobres de Pelotas um conto de réis para cem esmolas de dez mil réis para distribuir no primeiro aniversário do meu falecimento.

Deixo a Santa Casa de Porto Alegre dois contos de réis.

Deixo aos pobres de Porto Alegre um conto de réis para cem esmolas de dez mil réis a serem distribuídas no primeiro aniversário de meu falecimento.

Deixo ao asilo São Benedito de Porto Alegre um conto de reis.

Deixo ao Pão dos Pobres de Porto Alegre um conto de réis.

Deixo a três estabelecimentos de beneficência ou que atendam aos pobres um conto de réis a cada um.<sup>200</sup>

Observa-se através do testamento a vontade de Albino Cunha de ser lembrado, através das esmolas, durante alguns anos após a sua morte. As Misericórdias dos quatro municípios também recebem doações, bem como alguns asilos. O testamento ainda beneficia cinco sobrinhos (Maria, Marina, Carlos, Dulce e Jorge) com dois contos de réis para cada um, e duas netas (Elisabeth e Lia), com cinco contos de réis para cada uma. É difícil estimar o significado real das doações, uma vez que, os índices de preços para o século XIX e início do XX são bastante variados.<sup>201</sup> Entretanto, se pensarmos que o salário médio de um trabalhador na Fábrica Rheingantz, em 1907, era de 80\$000 (80 mil-réis) mensais, um ano de trabalho corresponderia a 960\$000, menos de 1 conto de réis<sup>202</sup>. Logo, as doações que variavam entre um e dez contos de réis representariam entre 1 e 10 anos de serviço de um trabalhador da fábrica, ou seja, uma pequena poupança para a pessoa ou instituição favorecida.

<sup>200</sup> Testamento de Albino José da Cunha. APERS. Processo Judicial/Testamento. N. 117. Comarca de Porto Alegre. 1926.

<sup>201</sup> Para uma comparação e análise de preços no Brasil, ver: LOBO, E. (et. al.); Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, n. 25 (4)., out./dez. 1971. p. 235-265. Para Portugal, ver: PIMENTA, C. **Salários e preços no século XIX em Portugal: análise económica**. Boletim de Ciências Económicas, n. 26, p. 168-240.

<sup>202</sup> Relatório da Diretoria da Companhia União Fabril, sucessora de Rheingantz & C. Ano social 1906-1907. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-grandense, 1907.

As longas listas de distribuição de esmolas a pobres e necessitados e o legado destinado a instituições de caridades relacionam-se às práticas religiosas e crenças desses empresários da virada do século XIX para o XX. Estariam ligadas, sobretudo, à preocupação maior dos indivíduos com a “boa morte”, práticas que teriam se alterado ao longo do XIX no Brasil, e adquirido novas formas e sentidos. Novos símbolos de fortuna, como as ações e títulos das companhias, por exemplo, passam a fazer parte do que era destinado às instituições piás e de caridade, como no testamento de Lemos Júnior, que faz a doação de ações. O historiador João José Reis, em artigo sobre o cotidiano da morte, explica que os homens e mulheres do oitocentos pensavam, falavam e escreviam muito sobre os mortos, os santos e os espíritos, sobre como se devia esperar a morte, o momento ideal de sua chegada e os ritos que a precediam e sucediam. Sobre tudo isso, se criavam símbolos, organizavam-se ritos e devoções e movimentavam-se muitos negócios<sup>203</sup>.

Os testamentos serviam para organizar o cortejo, os ritos fúnebres e, inclusive, o local da sepultura. Mesmo aspectos não religiosos poderiam ter implicações místicas. A morte representava um importante mecanismo de reordenação econômica. O morto não descansaria se não visse pagas suas dívidas com os vivos, daí as instruções de pagamentos aos credores. Longas listas de esmolas e doações para igrejas poderiam significar também o pagamento de dívidas com o divino. Os advogados sabiam da sua obrigação de fazer cumprir a vontade do morto também no plano das divindades, pois os santos não perdoavam o calote dos mortos. Os legados destinados a parentes e amigos eram uma forma de fazer justiça aos que ficavam, o que significava “limpar-se para enfrentar a justiça divina”<sup>204</sup>. O testamento de Albino José da Cunha é um exemplo de como partes das fortunas eram distribuídas aos poucos entre um grande número indivíduos relativamente próximos. O testamento de Lemos Júnior, além da distribuição de esmolas e donativos a entidades de caridade, também distribuiu ações e títulos de companhias a 28 sujeitos, entre afilhados, sobrinhos e amigos próximos. Declara sua isenção de dívidas afirmando que “nada deve nesta cidade [Rio Grande] ou fora dela”, mas deixa nominalmente descrita a listagem de pessoas a quem deve e os valores a serem pagos. O texto também é bastante específico sobre o seu enterramento:

Que seu enterro seja feito sem pompa alguma, mas com decência, sendo o responso simplesmente rezado e que o seu corpo seja vestido com a melhor roupa de seu uso.

---

<sup>203</sup> REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96.

<sup>204</sup> REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 104-105.

Pede que não deem seu corpo a sepultura antes de aparecer nele a putrefação ou se – para evitar que suceda consigo o que se deu com o cardeal Figaniere e outros, como recomenda o grande historiador Michelet – lhe enterrem um poson de aço no coração.<sup>205</sup>

O testamento de Antônio José Monteiro<sup>206</sup> é outro exemplo de como o legado desses homens de negócios era distribuído. Monteiro, que fora guarda-livros e tesoureiro da Fábrica Rheingantz por 14 anos (1891-1905), ao se aposentar, voltou a residir em Portugal, na pensão de Marianna Adelaide de Freitas, em Lisboa. Natural do Porto, foi batizado católico na freguesia de Cedo Leta. Era viúvo e destinou sua fortuna no Brasil e em Portugal a afilhados, sobrinhos, amigos e duas irmãs. Entre os bens estavam valores em dinheiro e ações da Fábrica Rheingantz, da Fábrica de Charutos Poock, da Companhia de Seguros e da Hidráulica Rio-grandense. As ações da Rheingantz foram destinadas, em parte, à Sociedade Beneficência Portuguesa de Rio Grande (50), à Santa Casa de Misericórdia (30), ao Asilo de Pobres (30), ao Asilo Coração de Maria (30), à Sociedade Beneficente de Senhoras do Rio Grande para sustento do Hospital de Crianças Pobres (30) e, por fim, à Sociedade Mutualidade dos Operários da própria fábrica (10). Os responsáveis pelo cumprimento de suas vontades no Rio Grande eram os amigos Affonso Faverett, Domingos José Vaz Dias, Pinto da Rocha e Porciúncula Júnior. Como não possuía filhos, sua principal herdeira foi a senhora Marianna, a quem legou além de 70:000\$000 (70 contos de réis) em dinheiro e algumas ações de companhias, o seu “jazigo no Cemitério dos Prazeres, livre de contribuição de registro”. Também ficou para a mesma senhora suas “roupas brancas e de cor para ser distribuídas aos pobres”. Coube à Marianna também a incumbência de distribuir o valor de 250\$000 a diversas instituições.

Seguindo-se ainda a questão da caridade, em um obituário de Antônio da Costa Correia Leite publicado em 1907 no *Almanak Litterario e Estatístico*, o homenageado é lembrado como o principal fundador do asilo de Rio Grande<sup>207</sup>. No mesmo texto, o comendador é descrito como “modesto em extremo”, “inteiramente avesso a qualquer ostentação”, “bolsa aberta aos grandes rasgos generosos” e “deixa a maior e mais sólida fortuna do Rio Grande”, fruto de sua “notável inteligência” e seu “acendrado amor ao trabalho” – todas características desejadas ou merecidas de um bom cristão. Entretanto, apesar de o ato de dar esmolas ser a prática de uma elite devota, como mostram os inventários

---

<sup>205</sup> Testamento de Antônio Manoel de Lemos Junior. APERS. Processo judicial / Testamentos. N. 2606. Comarca de Rio Grande. 1903.

<sup>206</sup> APERS. Inventário de Antônio José Monteiro. Processo nº 59. Comarca de Rio Grande. 1913.

<sup>207</sup> *Almanak Litterario e Estatístico* (RS), 1907, p. 35.

e testamentos analisados ou o obituário de Correia Leite, essa prática ganha outros contornos com o advento da modernidade, a necessidade de higienização dos meios urbanos e uma nova postura que começa a ser adotada frente à pobreza. Passa-se, como já mencionado, a punir os pobres que, mesmo podendo, escolhiam não trabalhar. Apenas aos “velhos indigentes, às crianças sem pais, aos estropiados de todos os tipos, aos cegos, parálíticos, escrofulosos e idiotas [...] por isso, isentos da obrigação de trabalhar” caberia a piedade<sup>208</sup>.

A questão da caridade em territórios de colonização portuguesa está intimamente relacionada à fundação das misericórdias. O próprio vocabulário da caridade fora transferido para as comunidades coloniais com a criação das confrarias de misericórdias, a partir do século XVI<sup>209</sup>. Desde o início, eram as misericórdias responsáveis por obras de caridade e pelos enterramentos, sendo em muitos casos a única autorizada a possuir mobiliário fúnebre. Neste último caso, o controle sobre a morte e os rituais era fundamental, pois não se referia apenas à visibilidade entre cidadãos locais, mas à transferência de bens a favor da caridade. Os indivíduos tendiam a confiar seus bens às entidades que realizavam seus enterros. Explica Sá que,

Nenhuma misericórdia prescindiu, por maior que fosse a sua área de angariação de esmolas, de doações testamentárias para a constituição de seu patrimônio, que estava na origem da amplitude dos serviços de assistência prestados. Sempre que estava em jogo a imagem pública das misericórdias, invocava-se o prejuízo que o descrédito traria ao desencorajar os benfeitores de as apoiar economicamente. Dessa forma, o capital social implícito na realização de enterros traduzia-se em capital econômico [...].<sup>210</sup>

Outro fator de atração das misericórdias para as elites locais era o caráter restritivo de sua composição social, que garantia que dela faziam parte os indivíduos capazes de exercer o poder local. As regras para admissão explicitavam preconceitos de hierarquia social, credo e cor, limitando a participação a indivíduos com capacidade econômica e prestígio social. Excluía-se desse processo, mulheres, negros e pobres. Para tornar-se irmão, era preciso “ser limpo de sangue, livre de toda infâmia, de bom entendimento, sabendo ler e escrever; e possuir meios financeiros a fim de acudir a irmandade”<sup>211</sup>. Nesse contexto, “essas

---

<sup>208</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005. p. 41.

<sup>209</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 1. A formação do Império (1415-1570). Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 1998. p. 360-368.

<sup>210</sup> *Ibidem*. p. 362.

<sup>211</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Shaping social spaces in the centre and periphery of the Portuguese empire: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century*. In: *Portuguese Studies*, v. 13, 1997a. Edited by the Department of Portuguese King's College London.

instituições de caridade se constituíram, primariamente, em arenas decisivas nas lutas pelo poder local, propiciando aos seus membros as chances de prestígio, afirmação social e distinção”<sup>212</sup>.

O exercício de cargos nas misericórdias constituía, portanto, fator decisivo nas estratégias políticas de alternância no exercício do poder nas instituições locais<sup>213</sup>. As misericórdias também representavam uma posição privilegiada de relação direta com o governo, e os integrantes de suas diretorias acabavam isentos de uma série de obrigações a que os outros indivíduos estavam condicionados como, por exemplo, o pagamento de impostos e taxas. Em síntese, o autofinanciamento, a autonomia administrativa e sua ligação com o poder central é que tornavam a instituição tão forte e atraente às elites locais. Para os estudos sobre casos brasileiros, a questão do pertencimento a instituições formadoras de poder e *status* é fundamental. No caso, as misericórdias acabam sendo consideradas um “espaço eficiente de organização política das elites”<sup>214</sup> e “pilar de sustentação do governo”<sup>215</sup>

Em relação à questão do estudo das elites urbanas de Rio Grande, a lista de fundadores do Asilo de Mendicidade pode ser comparada às listas nominais das diretorias da misericórdia da cidade. No final do século XIX, com a dissolução do império e, posteriormente, com o advento da República, as misericórdias já haviam perdido um pouco de sua força de outrora. Entretanto, se mudara a forma de encarar a pobreza, a mendicidade e até a morte, se as cidades possuem novas necessidades frente aos desprovidos, as práticas da elite parecem ainda carregar um pouco dos antigos hábitos quanto ao “dar esmolas”, “fazer caridade” e “buscar a boa morte”. Seja no antigo modelo das misericórdias, seja nos novos asilos do século XIX, integrantes da elite seguem disputando estes espaços. Há também, nesse período, um debate sobre a responsabilidade do Estado em relação à organização dos sistemas de caridade, que deveria, antes de tudo, separar vadios adultos das

---

<sup>212</sup> BILAC, Maria B. Bianchini. **Elites e Retratos. Um estudo sobre as galerias de honra das misericórdias de São Paulo e Santos**. Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, p. 333-348, JAN./JUN. 2014. p. 333-348.

<sup>213</sup> SÁ, 1998, op. cit. p. 362-363.

<sup>214</sup> Para um levantamento sobre a importância do estudo das misericórdias para o período colonial ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império português**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>215</sup> Para uma análise sobre as câmaras e misericórdias como pilares do império ver: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da Universidade, 1981; e BOXER, Charles R. **Portuguese Society in the Tropics**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965. Para uma história geral das misericórdias no mundo luso ver: PAIVA, José Pedro (coord.). **PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM: Fazer a História das Misericórdias**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

crianças para que as últimas pudessem crescer direcionadas para o trabalho<sup>216</sup>. Daí, possivelmente, a distinção entre os asilos de pobres e os asilos de órfãos, como se observa, por exemplo, em Porto Alegre e em Rio Grande. Observadas no conjunto, essas ações refletem uma resposta desses grupos de elites locais a um anseio maior da sociedade em geral e das próprias autoridades, primeiro imperiais e depois republicanas, em promover um controle social da pobreza. Os asilos acabam canalizando os donativos e tentam evitar a distribuição do dinheiro nas ruas. A comparação da lista de diretores/fundadores do Asilo de Mendicidade de Rio Grande com as listas das administrações da Irmandade do Espírito Santo e Caridade e da Associação de Caridade da Santa Casa do Rio Grande (Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande)<sup>217</sup> demonstra que ambas as instituições reúnem integrantes da elite empresarial local e parte do grupo prosopográfico deste estudo. A misericórdia de Rio Grande foi criada em 1835. Toma-se, entretanto, como ponto de observação central, as administrações formadas entre 1884 e 1914, período em que se centra esta dissertação, e extrapola-se o tempo quando de interesse para a análise.

Das quinze diretorias selecionadas, em 11 aparecem indivíduos-chave. Entre eles, destaca-se a presença de Antônio Chaves Campello, que no mesmo período também se dedica ao Asilo de Mendicidade. Campello figura na lista ainda como escrivão entre 1876 e 1878 e como provedor (função mais alta na hierarquia) entre 1884 e 1888 (duas gestões). Na função de tesoureiro, aparece Lycurgo Telles de Menezes, de 1886 a 1900 (sete gestões). Também figura Carlos Guilherme Rheingantz como mordomo de 1886 a 1888 (uma gestão). Além disso, há um especial destaque para o sogro de Rheingantz, Miguel Tito de Sá, que aparece em 13 gestões diferentes, a primeira delas em 1853, como tesoureiro, e de 1869 até 1875 (seis gestões) como provedor. Entre 1916 e 1932, entra na diretoria Alberto de Sá Rheingantz, filho de Carlos Guilherme, e logo, neto de Tito de Sá (entre 1916-1920, como vice-presidente, e de 1920-1932, como presidente)<sup>218</sup>. Ainda, Antônio Soares de Barcellos e José Antônio Machado Júnior tiveram participação na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, como provedor (1894) e irmão (1891), respectivamente. Por fim, do total de

---

<sup>216</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. Capítulo 3. **"Uma esmola pelo amor de deus!": caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930)**. In: Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c. 1876 – c.1922). 2004. Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2004. p. 282-283.

<sup>217</sup> Disponíveis em: RODRIGUES, 1985, op. cit.

<sup>218</sup> Em 1912 ocorre uma reorganização dos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, e o cargo principal e mais alto na hierarquia da organização deixa de se denominar “provedor” e passa a ser o de “presidente”. RODRIGUES, 1985, op. cit.

indivíduos pesquisados, seis atuaram na Misericórdia de Rio Grande e no Asilo de Mendicidade como mostra a Tabela 13.

**Tabela 13. Indivíduos que atuaram na Santa Casa de Misericórdia e no Asilo de Mendicidade.**

Personagem	Tipo	Empreendimento	Cargo	Ano
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1884
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Provedor	1886
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Presidente	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1888
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1886
		Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Vice-presidente	1886
Constantino Lucio Jardim	Co-investidor	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Escrivão	1886
João Wladisláo Correa	Co-investidor	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1888
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
		Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1886

A tabela indica uma relação direta entre o trabalho na Santa Casa de Misericórdia e a criação do Asilo de Mendicidade, embora os únicos estatutos do asilo localizados, de 1919, não mencionem nenhum tipo de associação oficial entre as duas instituições. Os donativos aos pobres e as participações no asilo e na misericórdia falam sobre um grupo social com valores ambivalentes preocupado tanto com as antigas crenças cristãs de expiação de pecados e pagamento de promessas, quanto com os novos hábitos modernos de limpeza das cidades e cuidados com o corpo. Conectados por princípios comuns, esses indivíduos, ao mesmo tempo, adquirem prestígio social e preparam a “boa morte”. Assim, ainda que a fundação do Asilo de Mendicidade seja, em última análise, um empreendimento sem fins lucrativos, que sobrevive da doação de terceiros e de verbas do Estado, a participação em

sua diretoria acaba atraindo ou reforçando um certo tipo de capital social e político para os seus integrantes, bem como o faziam também nas misericórdias. Além disso, demonstra a preocupação de seus membros em conduzir os rumos da cidade de acordo com sua visão de mundo e de suas próprias necessidades particulares, argumento último este que fica mais claro quando observado o caso da Companhia Viação Rio-grandense.

### **3.2 A Companhia Viação Rio-grandense: o urbanismo intervencionista**

A Companhia Viação Rio-grandense pode ser interpretada a partir da perspectiva histórica de um urbanismo intervencionista, qual seja, a ideia de que se deveria intervir nas cidades de modo a fazer chegar os benefícios do progresso e da modernização dos hábitos e costumes. Trata-se da organização de certos grupos de elites com objetivos de criar espaços urbanos que fizessem valer seus desejos, vontades e visões de mundo, que atendessem, em última análise, suas necessidades, fossem econômicas ou sociais. No caso dos transportes públicos, as linhas de bondes locais e os trens intermunicipais provocam alterações profundas tanto para os indivíduos que se deslocam para fins de trabalho ou lazer quanto para as empresas comerciais e fábricas que veem acelerados o trânsito dos produtos e matérias-primas. Mais do que mero investimento de capital, o surgimento dessas empresas estaria conectado a uma série de outros negócios. Facilitam a chegada da matéria-prima e o escoamento da produção das fábricas, aceleram o recebimento de produtos pelo comércio, viabilizam empreitadas que misturam o investimento econômico e o lazer, permitem que os funcionários de uma empresa ou fábrica morem em lugares cada vez mais distantes.

A Viação Rio-grandense tem origem em dois outros empreendimentos, a Carris Urbanos de Rio Grande, responsável pela implantação das linhas de bondes na cidade<sup>219</sup>, e a Companhia Estrada de Ferro Rio Grande à Costa do Mar, que fundou o balneário Villa Sequeira, futura praia do Cassino<sup>220</sup>. Os privilégios para a exploração do transporte de cargas e pessoas na cidade foram dados a Carlos Augusto Flores, em 1876. A concessão passa para o tenente-coronel Abel da Costa e Silva em 1884, e este, por sua vez, a passa no mesmo ano para a diretoria da empresa Carris Urbanos, que tem como gerente e idealizador do projeto

---

<sup>219</sup> Para ter uma melhor ideia dos bondes, ver Anexo III. Transporte público: bondes.

<sup>220</sup> Para ter uma melhor ideia da construção da estrada de ferro Rio Grande-Costa do Mar, ver Anexo IV. Transporte público: trens e linhas férreas. Para os trens e estações que atendiam a linha Bagé – Costa do Mar, ver: Anexo V. Transporte público: estações férreas - Rio Grande.

Antônio Cândido de Sequeira. A diretoria da Carris Urbanos fora composta como mostra a Tabela 14.

**Tabela 14. Diretoria da Companhia Carris Urbanos de Rio Grande (1884).**

Cargo	Nome
Gerente	Antônio Cândido Sequeira
Administradores	José Francisco Cezar Rodolpho Gomes e Silva
Conselho Fiscal	Lycurgo Telles de Menezes Carlos Guilherme Rheingantz Antônio Manoel de Lemos Júnior

\* Fonte: *A Federação*, 28/04/1884, p. 2.

No ano seguinte, 1885, a companhia divulga a intenção de promover uma estação balnear na costa e levar suas linhas de transporte coletivo até ela. Porém, a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway*, proprietária dos privilégios para a construção da estrada de ferro Rio Grande-Bagé, tenta impedir o empreendimento alegando que a Carris Urbanos deveria se restringir apenas ao perímetro da cidade. Em 1888, a Carris Urbanos cria a Companhia da Bonds Suburbanos da Mangueira, posterior Companhia Estrada de Ferro Rio Grande à Costa do Mar<sup>221</sup>, para obter a concessão para explorar a linha férrea local e evitar novos processos. Em maio de 1892, fora colocado à venda o acervo da Companhia Carris Urbanos, quando duas propostas foram apresentadas. Na primeira, Felipe Caldas oferece 360 contos a prazo, e na segunda, os comendadores Carlos Guilherme Rheingantz e Antônio da Costa Correa Leite ofereceram 351 contos em dinheiro<sup>222</sup>. Somente em março de 1895, cerca de três anos depois, uma nova sociedade anônima é constituída, a Companhia Viação Rio-grandense, que tinha como sua primeira finalidade:

1º Adquirir por compra a Companhia Carris e Estrada de Ferro Rio Grande a Costa do Mar, ou a quem suas vezes fizer, pela quantia de quatro centos e cinquenta contos de réis (450:000\$000) todos os imóveis, móveis, semoventes, direitos, dividas ativas pertencentes a mesma companhia e bem assim os privilégios concedidos ao dr. Carlos Augusto Flores, em 23 de maio de 1876, para exploração da viação urbana sobre trilhos por tração animada, a vapor ou elétrica; e a companhia Carris Urbanos do Rio Grande para estabelecimento de linhas férreas suburbanas do Parque à Costa do Mar, conforme lei n. 1551 de 17 de dezembro de 1885 e contrato lavrado

<sup>221</sup> Não está claro quando essa mudança de nomenclatura ocorre. Apesar de a bibliografia consultada mencionar a criação da *Companhia de Bonds da Mangueira* para que a Carris Urbanos evitasse novos processos e de esse termo ter sido encontrado também em algumas notas de jornais referentes ao avanço das obras no litoral de Rio Grande, as fontes primárias sobre o Balneário Villa Sequeira (Guia do Banhista, Traslados de Propriedade dos Privilégios e os Estatutos da Companhia Viação Rio-grandense) mencionam apenas a Companhia Estrada de Ferro Rio Grande a Costa do Mar.

<sup>222</sup> *Jornal A Federação*, 25/05/1892, p. 2.

em 21 de julho de 1888 em notas do tabelião Joaquim Antônio Dias de Oliveira, cujas concessões pertenciam a aludida Companhia Carris e Estrada de Ferro Rio Grande a Costa do Mar<sup>223</sup>.

A administração eleita pelos acionistas para o controle da nova empresa demonstra alguma continuidade dos envolvidos no projeto da Carris Urbanos, onze anos depois, com a presença de José Francisco Cezar e Antônio Manoel de Lemos Júnior, como gerente e conselheiro fiscal do novo arranjo, respectivamente. Na ata de constituição, Lemos Júnior recebe uma menção especial: “que se registrasse em ata o agradecimento a que fizeram jus todos os membros do sindicato, de que o senhor Antônio Manoel de Lemos Júnior foi representante, pelos serviços prestados para a organização da empresa”, do qual foi o incorporador.

**Tabela 15. Diretoria da Companhia Viação Rio-grandense (1895).**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
Presidente	Antônio Joaquim Pinto da Rocha
Gerente	José Francisco Cezar
Caixa	Francisco Pinto de Azambuja Filho
Suplentes da diretoria	G. W. Lawson (presidente) Carlos Fuhre (gerente) Domingos José Vaz Dias
Conselho Fiscal	Antônio Manoel de Lemos Júnior Carlos Nieckele Miguel José de Araújo
Suplentes do Conselho Fiscal	Antônio Pereira Pegas Luiz dos Santos Farias Joaquim Domingues Pereira
Comissão Consultiva	Alfredo da Costa Correa Leite Manoel Py Albino José da Cunha Domingos José Vaz Dias Francisco José de Almeida

\* Fonte: Ata da Assembleia Geral da Constituição da Companhia Viação Rio-grandense, 28/02/1895. Biblioteca Rio-grandense. Rio Grande.

Dos 30 indivíduos-chave que compõem o grupo prosopográfico, 13 estavam envolvidos com a Viação Rio-grandense, além de outros sete co-investidores. O presidente da companhia, é outro caso de empresário e capitalista típico da cidade. Para Antônio Joaquim Pinto da Rocha, obteve-se 17 registros de cargos em 16 empreendimentos:

<sup>223</sup> Estatutos da Companhia Viação Rio-grandense. Capítulo 1. Em *A Federação*, 14/03/1895, p. 2-3.

**Tabela 16. Antônio Joaquim Pinto da Rocha: cargos ocupados ao longo da vida.**

<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>Ano*</b>
Clube Comercial de Pelotas	Diretor	1881
Hormain & C.	Acionista	1891
Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1891
Moinho Sul Brasil	Diretor	1892
Biblioteca Rio-grandense	Diretor	1894
Companhia Viação Rio-grandense	Presidente	1895
Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Moinho Rio-grandense	Suplente do Conselho Fiscal	1895
Albino & C.	Acionista	1900
Sociedade de Beneficência Portuguesa	Presidente	1901
Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Companhia de Navegação Sul Rio-grandense	Diretor-presidente	1905
Associação dos Empregados no Comércio	Presidente	1905
Albino & C.	Acionista	1906
Turf Rio-grandense	Acionista	1911
Companhia de Conservas Rio-grandense	Sócio-fundador	1911
Banco da Província	NI**	NI**

\* O ano corresponde ao registro que se tem do indivíduo em exercício no cargo e pode corresponder ou não ao ano de ingresso no cargo ou função. \*\* Não informado.

Pinto da Rocha nasceu na cidade de Chaves, em Portugal, em 1833. Iniciou como comerciante em Braga, onde residiam seus pais, e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde começou no ramo de importação e exportação. Não foi possível precisar a data de sua vinda para o Brasil. Porém, sabe-se, através dos registros de batismo de seus dois filhos (Arthur e Isabel), que na década de 1860 Pinto da Rocha já estava estabelecido como comerciante na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Com o avanço dos negócios, mudou-se com a família para Rio Grande, onde se localizava o porto. No ramo dos transportes, atuou como presidente também da Companhia de Navegação Sul Rio-grandense (1905)<sup>224</sup>, que tinha por finalidade o transporte a vapor entre Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Bahia e Recife. Essa companhia possuía dois vapores em atividade e um encomendado, no ano de sua fundação. A firma Correa Leite & C., de Antônio da Costa Correa Leite e seus irmãos, era sócia de Pinto da Rocha nesse empreendimento, e também se dedicava ao ramo de importação e exportação. Entre os acionistas da companhia de navegação estavam Manoel Py, Albino José da Cunha e Virgilino José da Porciúncula Júnior. Observa-se que Pinto da Rocha teve participação também nos empreendimentos liderados por Albino Cunha: Moinho Sul Brasil (diretor, 1892), Moinho Rio-grandense (suplente do conselho fiscal, 1895) e Albino & C. (acionista, 1900 e 1906). Essas informações reforçam a ideia de que havia uma

<sup>224</sup> Estatutos da Empresa de Navegação Sul Rio-grandense. *A Federação*, 07/10/1909, p. 2.

grande rede de suporte mútuo, na qual os mesmos indivíduos acabavam apoiando e se envolvendo administrativamente nos negócios uns dos outros. Ainda sobre a área dos transportes, das 67 empresas cadastradas, seis dedicavam-se à atividade.

**Tabela 17. Empreendimentos dedicados ao transporte.**

<b>Empreendimento</b>	<b>Sede</b>	<b>Tipo</b>	<b>Principal finalidade</b>	<b>Ano de fundação</b>
Duvivier & C.	Rio de Janeiro	Serviços	Transporte	1883
Carris Urbanos	Rio Grande	Serviços	Transporte	1884
Companhia de Navegação Sul Rio-grandense	Rio Grande	Serviços	Transporte	1905
Companhia Fluvial Jaguareense	Jaguarão	Serviços	Transporte	1908
Companhia Força e Luz Porto-alegrense	Porto Alegre	Serviços	Transporte	1906
Companhia Viação Rio-grandense	Rio Grande	Serviços	Transporte	1895

A Duvivier & C. apareceu na lista de empreendimentos, inicialmente, por sua relação com Antônio Cândido de Sequeira, da Carris Urbanos. Ao voltar para o Rio de Janeiro, Sequeira investe na companhia de Duvivier, que detinha os direitos de instalação das linhas de bondes de Copacabana e atuava na construção de estradas de ferro no Rio de Janeiro. Entretanto, uma breve busca sobre a constituição da companhia já demonstra que seus laços com os empresários de Rio Grande são bem mais antigos e perpassa as relações familiares. A Duvivier & C. foi constituída a partir da sociedade entre o francês Theodoro Duvivier e seu sogro, o húngaro Alexandre Wagner. Wagner era proprietário de uma antiga casa comercial na capital federal que levava seu nome. Em 1882, após 27 anos de atuação no mercado, a firma é passada para o genro, Duvivier. Na década de 1860, Alexandre Wagner tinha negócios com Jacob Rheingantz (pai de Carlos Guilherme Rheingantz). Sua empresa comercial vendia por consignação, no Rio de Janeiro, os excedentes produzidos na Colônia de São Lourenço<sup>225</sup>. Em 1855, Wagner foi o mediador entre o governo imperial e Jacob Rheingantz na compra das terras devolutas na Serra dos Tapes, onde iniciaria sua colônia<sup>226</sup>. Pareceria pouco, não fosse o caso de que Wagner era casado com Josefa Geraldina de Sá, irmã de Miguel Tito de Sá. Em 1855, a firma de Alexandre Wagner teve início, no Rio de Janeiro, em sociedade com seu próprio sogro, José Maria de Sá, e um cunhado, Evaristo

<sup>225</sup> Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul. Ed. 21. 1908. p. 169-170.

<sup>226</sup> Jacob Rheingantz era proprietário de uma empresa de colonização particular que seria herdada por seus descendentes. Para uma análise exaustiva das gerações da família Rheingantz e seu legado ver: BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS / PPGS, 2017.

Juliano de Sá<sup>227</sup>. Assim, Theodoro Duvivier, ao casar com Amália Wagner, acaba tendo uma relação de parentesco distante com a família Rheingantz.

Também a Companhia Força e Luz Porto-alegrense atuava na área de transporte público e é constituída com a finalidade de substituir os bondes de tração animal por elétricos na capital do Rio Grande do Sul. A Companhia Fluvial Jaguareense promovia o transporte fluvial de passageiros e cargas entre Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão. Em síntese, os empresários locais acabavam promovendo o desenvolvimento dos transportes locais e nacionais em paralelo aos seus principais investimentos. Encurtar e baratear os deslocamentos favorecia o escoamento da produção das fábricas, beneficiava os habitantes das localidades e integrava a região ao resto da economia nacional e mundial. Por vezes, essas companhias de transporte, na verdade, poderiam dedicar-se a múltiplos propósitos. A Companhia Viação Rio-grandense, por exemplo, tinha ainda outras cinco finalidades expostas da seguinte forma:

2º Transportar passageiros e toda a espécie de cargas nas linhas férreas das concessões que vai adquirir e nas que de futuro obtiver ou prolongar.

3º Explorar o ramo da estação balnear na Costa do Mar, arrendando as propriedades ali existentes e promovendo do melhor modo a acomodação dos hóspedes e suas famílias.

4º Comprar, vender, arrendar terrenos, prédios ou instalações.

5º Edificar de conta própria ou alheia, montar oficinas de ferreiro, carpinteiro ou outras que convenham à empresa.

6º Exercer qualquer ramo de comércio ou indústria, que possa interessar o tráfego.

7º Promover o povoamento ao longo de suas linhas férreas e suas adjacências<sup>228</sup>.

Nas finalidades da Viação Rio-grandense estão descritas, de certa forma, a intenção de seus administradores e acionistas, de fazer da companhia mais do que uma empresa de transporte de passageiros ou de abertura de estradas. A companhia irá investir nos loteamentos, na construção de casas, na oferta de hotéis e restaurantes, e na promoção do comércio das mais diferentes formas. Sua proposta, quando colocada em execução acaba alterando de forma contundente o cotidiano da cidade e de seus habitantes. Trata-se de uma intervenção direta sobre a localidade, que parece se dar por duas vias distintas: a) através da abertura de novas linhas de bondes na cidade e de estradas de ferro nos arredores (finalidades

---

<sup>227</sup> Jornal do Commercio, 1855, ed. 2, p. 4.

<sup>228</sup> Estatutos da Companhia Viação Rio-grandense. Em *A Federação*, 14/03/1895, p. 2-3.

2 e 3); e b) através do povoamento do litoral e da exploração econômica da região (finalidades 4, 5 e 6).

### 3.2.1 Linhas de bondes e estradas de ferro.

As linhas de bondes e estradas de ferro podem ser interpretadas a partir do desenho que impõem às cidades. Os habitantes passam a experimentar uma nova forma de relação com o meio. Os horários de saída para o trabalho e de chegada em casa após a jornada são definidos pelos horários dos bondes e das fábricas. Também o trajeto de casa para o trabalho e o retorno passam pelo trajeto do bonde. Encontra-se, assim, nova forma de se experienciar o cotidiano. Nesse contexto, as linhas de transporte urbano em Rio Grande, como propõem Pedroso e Ferreira, são “uma das formas de ler essa cidade que se encontra em transformação na segunda metade do século XIX e que é atravessada pelos signos da modernidade que circulam pelo território brasileiro em forma de trilhos, *tramways* e bondes”<sup>229</sup>. Para os autores, os carris impõem novos sentidos. A nova forma de deslocamento impacta a vivência urbana e transforma a relação-homem cidade, fornecendo novas matrizes para a própria representação da experiência urbana no Brasil do século XIX<sup>230</sup>.

Entretanto, para além das questões de significado mais amplo para a população em geral, as linhas da Carris Urbanos podem ser compreendidas, também, sob o ponto de vista dos interesses econômicos por trás dos investidores da companhia. Um exemplo é o caso de Carlos Guilherme Rheingantz, que é citado na “escritura de traslado de posse” dos privilégios de exploração das linhas de bonde na condição de gerente da Fábrica Rheingantz. Sobre o investimento na Carris Urbanos de Rio Grande, diz o Relatório Anual da Fábrica Rheingantz, de 1884:

Carris Urbanos

Havendo para nós grande vantagem na realização da projetada linha de *tramway*, que pretende unir as duas fábricas entre si e com o litoral, e encontrando a respectiva empresa grande dificuldade na passagem de suas ações, resolvi depois de consultar o conselho fiscal auxiliá-la, assinando a quantia de 5:000\$000.

Desprezando o dividendo que a empresa Carris Urbanos possa dar, constitui o *fato da existência* [grifo original] dessa viação só por si uma

<sup>229</sup> PEDROSO, Ticiano D.; FERREIRA, Felipe N. **Na hora do bonde: a implantação do transporte urbano na Rio Grande do século XIX**. AEDOS, Porto Alegre, n. 10, v.4 - Jan/Jul 2012, p. 111.

<sup>230</sup> PEDROSO; FERREIRA, 2012, op. cit., p. 111. Para um debate sobre a influência do bonde no imaginário urbano, ver também: OLINTO, 1996, op. cit.

incalculável vantagem para nós, de qualquer lado que queiramos encará-lo<sup>231</sup>.

O relatório é assinado pelo próprio Carlos Guilherme Rheingantz e o Conselho Fiscal da fábrica de tecidos a que se refere é composto por Antônio Manoel de Lemos Júnior e Miguel Fernandes Moreira. As duas fábricas que as linhas irão unir são as fábricas de tecidos de lã e de tecidos de algodão, ambas partes do complexo fabril da Rheingantz. Na escritura de traslado de posse, outros integrantes do grupo prosopográfico aparecem:

Compareceram perante mim, de um lado como outorgante o mesmo senhor tenente-coronel Abel Gomes da Costa e Silva e de outro lado como outorgados os senhores Antônio Cândido Sequeira, por si e por seus filhos de nome Luiza, Cecília, Antônio e Alfredo. Dois por si e como procurador de Manoel Py, como fez certo com procuração legal desses presentes, comendador José Ferreira da Silva Motta, tenente-coronel Abel Gomes da Costa e Silva por seus filhos João Maria e Antônio Flávio, capitão Rodolfo Gomes e Silva, Carlos Eugênio Fontana, Lourenço Barra, tenente-coronel Antônio Chaves Campello, José Francisco Cezar, Carlos Guilherme Rheingantz como gerente da comanditória Rheingantz Companhia, Domingos Vaz Dias, Antônio Marques de Oliveira Reis, Joaquim Gomes de Campos Fernandes, todos acionistas e representantes de acionistas que, como acionistas que não compareceram, devem formar a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande [...] <sup>232</sup>.

Como mostra o traslado de posse, além da diretoria já apresentada (Tabela 14), outros nomes da elite local estavam envolvidos com o projeto desde 1884. Entre estes, sete estão listados no banco de dados, e cinco são indivíduos-chave. Duas vantagens aparecem para que estes empresários sentissem a necessidade de promover este tipo de investida: 1) as questões referentes à produção (venda de produtos e recebimento de mercadorias); 2) a facilidade de transporte para os empregados nos trajetos casa-trabalho e vice-versa. O desenvolvimento da malha do transporte público passa a permitir que os trabalhadores residam cada vez mais distantes da fábrica. Limita-se também a necessidade de construção de moradias operárias de propriedade da fábrica. Com o tempo, desenvolvem-se os chamados bairros operários na localidade. Outro ponto estratégico da cidade, além das fábricas e comércios, que depende das linhas de bondes da companhia, é o Matadouro

---

<sup>231</sup> Relatório da Sociedade Comanditória em Ações Rheingantz & C. apresentado à assembleia geral em 31 de outubro de 1884. Rio Grande: Typografia do Echo do Sul, 1884. p. 8.

<sup>232</sup> Documento disponível em: FERREIRA, Felipe N. Ao sul do sul o mar também é pampa. Sensibilidades de verão na Villa Squeira, Rio Grande/RS (1884-1892). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS / PPGH, 2012.

Municipal. Em fevereiro de 1885, a linha de *tramway* da Carris Urbanos chega ao matadouro e viabiliza o transporte da “carne verde”<sup>233</sup> em um carro especial próprio para o serviço. Em 1903, é iniciada a construção de um novo matadouro mais afastado da cidade, na região denominada Volta da Praia (no Mapa 1, em amarelo), inaugurado dois anos depois<sup>234</sup>.

Sobre a construção das linhas de bondes, noticiou *A Federação* em 1884:

A linha de bondes que se vai estabelecer naquela cidade tem seu ponto inicial junto a casa da câmara, passando pelas ruas General Osório, Andradas, Uruguaiana, Marquês de Caxias, General Vitorino, Vinte e quatro de maio, atravessando a praça do Quartel até a estação. Daí, prosseguirá até a nova fábrica de tecidos, matadouro, hidráulica, etc. Da linha que passa em frente à alfândega partirá um ramal que seguirá pela rua Pedro II até o gasômetro (Macega), outro que descendo a rua Eubank alcance a rua Riachuelo e siga toda a extensão do litoral, subindo pela rua Imperatriz com direção à antiga fábrica de tecidos<sup>235</sup>.

O antigo matadouro estava localizado mais abaixo, entre a Hidráulica e a Fábrica Rheingantz (Mapa 1). O trabalho de Pedroso, sobre o loteamento do bairro operário Cidade Nova, de Rio Grande, indica que a criação das linhas de bonde que uniam o antigo e o novo matadouro<sup>236</sup> teria favorecido o aumento populacional na região em direção ao oeste da península onde se localiza a cidade<sup>237</sup>. Para o autor, à medida que o bairro operário crescia, eram ampliadas as linhas de bonde, e quando estas passavam a circular por determinada rua, as mesmas recebiam uma cobertura de cinzas que eram colocadas por cima da areia.

Essas cinzas derivavam da queima de carvão na usina de energia da cidade de Rio Grande, pertencente na época a prefeitura municipal. As cinzas eram largadas nas ruas em forma de pequenas pedras, com o decorrer da passagem de carroças e pessoas pelas ruas, essas cinzas iam se desmanchando e formando um terreno rígido e empoeirado, muito parecido com o saibro que temos hoje. Essa prática além de deixar o solo mais duro, transformava as ruas de areia solta em lugares de passeio<sup>238</sup>.

<sup>233</sup> *A Federação*, 1885, ed. 36, p. 1.

<sup>234</sup> Almanak Litterario e Estatístico (RS). 1908. Edição 20. p. 22. Disponível em: <http://bit.ly/2rfrQ1z>.

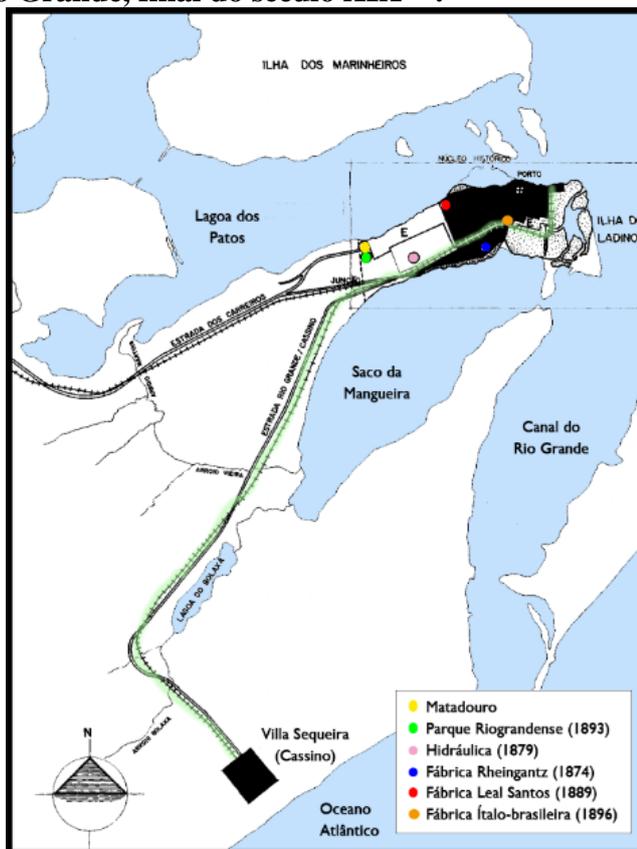
<sup>235</sup> *A Federação*, 1884, ed. 57, p. 1.

<sup>236</sup> Ver Anexo III-B. Bonde de tração animal que fazia as viagens do matadouro (1921).

<sup>237</sup> PEDROSO, Ticiano D. **Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande (1950)**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Dissertação de mestrado. Pelotas: UFPel, 2012. p. 91-92.

<sup>238</sup> PEDROSO, Op. Cit. p. 6

Mapa 1. Cidade do Rio Grande, final do século XIX<sup>239</sup>.



Aos poucos, as ruas do centro da cidade e dos bairros vão alterando o cenário urbano<sup>240</sup>. Ambos os exemplos, da Fábrica Rheingantz e do Matadouro, demonstram como, desde o início, a Carris Urbanos é criada com o objetivo de complementar outras atividades existentes na região. A Fábrica Rheingantz será uma das investidoras da empresa com o propósito de fazer chegar uma linha da fábrica ao porto. A Carris Urbanos, primeiro, e a Viação Rio-grandense, depois, terão papel fundamental no transporte dos operários dos bairros mais afastados para as fábricas e na configuração das ruas que ganham áreas mais largas e limpas para a passagem de bondes, carros e pedestres. Será fundamental, por último, a participação das empresas de transporte na exploração econômica do litoral, em uma nova forma de a população se relacionar com a região, em especial com o mar.

<sup>239</sup> Adaptado de SALVATORI, HABIAGA & THORMANN. **Crescimento Horizontal da cidade do Rio Grande**. IN: *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-124, jan-mar, 1989. p. 34.

<sup>240</sup> Para ter uma ideia do alargamento de ruas, passagem de bondes e obras de melhoramentos na cidade, ver: Anexo XI. Espaços de sociabilidade: o porto e as ruas.

### 3.2.2 Povoamento e exploração econômica do litoral.

Desde a constituição da própria Carris Urbanos, o desenvolvimento de uma estação balnear na costa do mar, próxima à cidade, era uma das propostas de Antônio Candido de Sequeira, seu primeiro diretor. A empresa de Sequeira havia iniciado os trabalhos, oficialmente, em março de 1884<sup>241</sup>, e em nota do mesmo ano já expressava a vontade de promover o balneário: “desejaríamos aproveitar a presente sessão da assembleia provincial para obtenção do alargamento de nossa zona até a costa do oceano, na Mangueira, afim de, por uma linha de cerca de 13 quilômetros, criarmos uma estação balnear”<sup>242</sup>. O empreendimento liderado por Sequeira estaria direcionado para dois tipos de interesses: a) a divulgação das “propriedades terapêuticas” dos banhos de mar; e b) o impulso econômico que uma proposta de lazer no litoral poderia proporcionar à região. O prospecto publicado pela companhia em 1885, é bastante específico quanto às inspirações de referência e os motivos de escolha da localidade. A leitura do documento deixa evidente que por detrás das intenções para com a saúde da população, está a questão do investimento econômico. A estrutura das praias relativamente mais próximas é criticada, pois deseja-se investir em loteamentos urbanos, comércios, casas de aluguel. Após listas as principais praias próximas a Rio Grande, diz o documento:

Parece-nos supérfluo analisar, uma por uma, essas praias para demonstrar o ingente sacrifício que representa a procura de qualquer delas como alívio de males físicos, ou descanso aos labores da vida. Em umas, o banhista habita a grande distância da costa, dispondo como meios de locomoção disformes e vagarosos veículos que lhe torturam o corpo. As mesmas habitações são impróprias para a higiene pela imperfeição da construção e deficiência de limpeza e má disposição dos aposentos. E felizes os que tais habitações podem obter; em praias menos habitadas a residência é em carreta, e tão extravagante é este recurso que prescindimos de analisá-lo.  
[...]

A única solução para a criação de um centro balnear é sem dúvida a costa da Mangueira. A sua ligação à cidade do Rio Grande por uma linha de Carris e a competente linha telefônica, constituem o cúmulo dos requisitos que se possa pretender. Os banhistas d'esta Província contam as semanas por centenas de mil réis despendidos. Os médicos desistem de mandar indivíduos e famílias de limitados recursos ao banho de mar; seria voltá-los à ruína; e assim, veem-se na difícil contingência de substituir pelas fórmulas das farmácias o meio terapêutico que só os banhos de mar podem suprir. Um serviço de transportes com intervalos de tempo multiplicados e

<sup>241</sup> Nota. A *Federação*, 3/4/1884, p. 1.

<sup>242</sup> Nota. A *Federação*, 05/11/1884, p. 1.

a preço reduzido, permitirá o uso dos banhos a indivíduos isolados e famílias de pequenos recursos<sup>243</sup>.

Foram necessários alguns anos para colocar em funcionamento a estação balnear Villa Sequeira. As primeiras notícias sobre as intenções de construção de um balneário são de 1884, mas o prospecto para investimento foi lançado dois anos depois. A primeira estação de veraneio local ocorreu em 1889; ou seja, o balneário Villa Sequeira é “contemporâneo dos primeiros grandes balneários brasileiros de Guarujá, Santos e Copacabana, e também de Piriápolis, no Uruguai, e Mar del Plata, na Argentina”<sup>244</sup>. Foi durante décadas o local de veraneio escolhido pelas elites da campanha gaúcha, favorecido pela estrada de ferro Rio Grande-Bagé. Para dar seguimento ao projeto, além da licença para a ampliação da linha férrea, a companhia precisava adquirir os terrenos para loteamento. Por investida de Sequeira junto ao governo local, em 1889, a intendência municipal declarou de utilidade pública uma área 720 hectares, da beira-mar até a localidade do Bolaxa, que foram incorporados pela companhia. Outros terrenos que faziam frente para a estrada de ferro foram adquiridos pela Carris Urbanos, sem a necessidade de desapropriação, porque os moradores da área acreditaram que a abertura da estrada de ferro e a criação de um balneário iriam valorizar o local. Explica Pinheiro, em dissertação sobre as transformações do balneário ao longo do século XX, que a localidade do Bolaxa era um corredor em sentido paralelo ao oceano e os proprietários venderam à companhia faixas de fundos dos seus terrenos, que iam até a costa, e ficaram com as casas de frente para a estrada. Durante a construção da linha férrea, o retângulo do Bolaxa foi dividido ao meio. Paralela à estrada de ferro foi aberta também uma estrada de rodagem (Mapa 1). Dessa forma, a empresa concessionária teria executado o primeiro loteamento da região, que não passaria por alterações até 1914<sup>245</sup>.

Em 1895, a compra da Carris Urbanos pela Viação Rio-grandense daria continuidade ao projeto de Sequeira, que iria morar com a família no Rio de Janeiro, mas sem abandonar alguns outros empreendimentos no sul do país. Em 1900, a Southern Rio Grande do Sul Railway, que mantinha a linha férrea entre Rio Grande e Bagé, adquiriu o ramal da “Costa do Mar”. O restante do acervo permaneceu com a Viação Rio-grandense, que se encontrava em dificuldades financeiras na sua administração do transporte coletivo de Rio Grande

---

<sup>243</sup> Estatutos da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande do Sul e Prospecto para a linha da Mangueira destinada a crear uma Estação de Banhos no Mar Grosso. Biblioteca Riograndense. Rio Grande, 1886, p. 14 - 15.

<sup>244</sup> PINHEIRO, Maria T. G. **A fundação do balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, Departamento de Geociências, Mestrado em Geografia, 1999. p. 67-68.

<sup>245</sup> PINHEIRO, Op. Cit. p. 53-55.

(bondes puxados por mulas), precisando leiloar seus bens. Em 1º de agosto de 1909, vendeu por 80:000\$000 (80 contos de réis), ao coronel Augusto Cezar de Leivas, o estabelecimento balnear com hotel, quadra de casas, hidráulica, bondes puxados por burros e uma fração de terras limítrofes às residências. A negociação também incluiu todos os direitos e privilégios, inclusive das marinhas. Foram excluídos do negócio apenas os lotes e casas já vendidos a terceiros.

Aos poucos, após sua criação, o balneário passou a desfrutar de uma série de atividades de lazer, em locais fechados e abertos, identificando uma nova forma de viver o cotidiano que se distanciava dos eventos de caráter mais privado do período colonial. Como aponta Enke em sua dissertação sobre as sociabilidades na Villa Sequeira, a praia e a larga avenida principal permitiam longas caminhadas ou “passeios de charretes e bicicletas, corridas de cavalo, piqueniques, e bailes de carnaval”<sup>246</sup>. No hotel Cassino, eram oferecidos bailes, jogos, apresentações de orquestras e matinês musicais e um serviço de restaurante “*de primeira classe*”. Os chalés particulares também promoviam encontros que movimentavam a vida social das famílias mais abastadas. Eram proprietários de residências no balneário, entre outros, os Rheingantz, os Lawson, os Lemos Jr, os Poock, os Nieckele e os Fernandes Moreira. As construções variavam em tamanho e refinamento<sup>247</sup>. Outros nomes também figuram em notas de jornais como frequentadores do balneário e do hotel, juntamente com suas famílias, ou seja, não apenas como empresários ou negociantes, mas como quem usufrui das opções de lazer oferecidas. Antes, portanto, da constituição da própria Viação Rio-grandense, sua futura diretoria e, possivelmente, alguns de seus principais acionistas, já frequentavam a Villa Sequeira e usufruíam das opções de lazer disponíveis. Um exemplo que comprova essa afirmação é a nota publicada em jornal, de fevereiro de 1892, período de funcionamento da estação de banhos, sobre um dos donos de chalés do balneário: “Quando, na Villa Sequeira, fazia o sr. G. W. Lawson o seu passeio a cavalo, aconteceu que, enredando-se o animal em um arame da cerca, foi o cavaleiro cuspidado da sela, e por forma tão deplorável que a face direita ficou seriamente contundida”<sup>248</sup>. Não há notas posteriores sobre a recuperação de Lawson, mas se supõe que o acidente não tenha deixado sequelas, pois mais de 20 anos após o ocorrido ele ainda era um dos diretores da

---

<sup>246</sup> ENKE, 2005, op. cit., p. 8.

<sup>247</sup> Para visualizar os chalés de veraneio construídos no balneário no final do século XIX e início do século XX, ver: Anexo I. Chalés de veraneio no Balneário Villa Sequeira.

<sup>248</sup> Jornal *A Federação*, 02/03/01892, p. 2.

Fábrica Rheingantz. Dos que alugavam casas da companhia aparecem Antônio Chaves Campello e Domingos Vaz Dias, entre outros<sup>249</sup>.

Além da Estrada de Ferro Rio Grande – Costa do Mar, as conexões com a estrada de ferro Rio Grande – Bagé foram elementares para que famílias da campanha e da fronteira frequentassem com assiduidade a Villa Sequeira, uma vez que, o trem reduzia o tempo e o custo da viagem. A conexão possuía 7 paradas: Central, Junção, Vieira, Senandes, Bolaxa, Villa Sequeira e Parada da Praia. Para chegar à Villa Sequeira de qualquer lugar, os valores variavam entre 1\$500 (primeira classe) e 1\$000 (segunda classe); da Central até a Junção \$500; e do Bolaxa até a Villa Sequeira \$200. A conexão com a estrada Rio Grande – Bagé era na estação da Junção<sup>250</sup>. O transporte de encomendas e bagagens custavam \$250 a cada 10 quilos, artigos perecíveis pagavam \$100 por 10 quilos, e fretes de mercadorias em geral \$150 a cada 10 kg<sup>251</sup>. Em 1908, a Viação Rio-grandense anunciava o aluguel mensal de casas na Villa Sequeira, com água e serviços de higiene, por 200\$000 mensais, ou 600\$000 para toda a temporada. As passagens de trem até a praia eram bastante acessíveis, por isso eram comuns as excursões de dia inteiro, em que se chegava pela manhã e retornava-se para a cidade ao anoitecer. O aluguel das casas representava um valor um pouco mais alto, ao alcance apenas de uma parte mais abastada da população.

Em fevereiro de 1893, *A Federação* divulgou um relatório oferecido por “um banhista que presentemente se acha na Villa Sequeira” que relatava que naquele mês a população da praia era de 463 pessoas (133 homens, 129 mulheres, 116 crianças e 85 criados). Desse total, como pode ser melhor visualizado no Gráfico 14, mais da metade da população era composta por moradores de Rio Grande; porém, também é expressiva a presença de pessoas de Porto Alegre e da região da campanha-fronteira (Bagé, Jaguarão e Uruguaiana). Na mesma nota, entre os banhistas estão listados Carlos Nieckele, Carlos Guilherme Rheingantz, Miguel Fernandes Moreira, José Francisco Cesar e Albino José da Cunha.

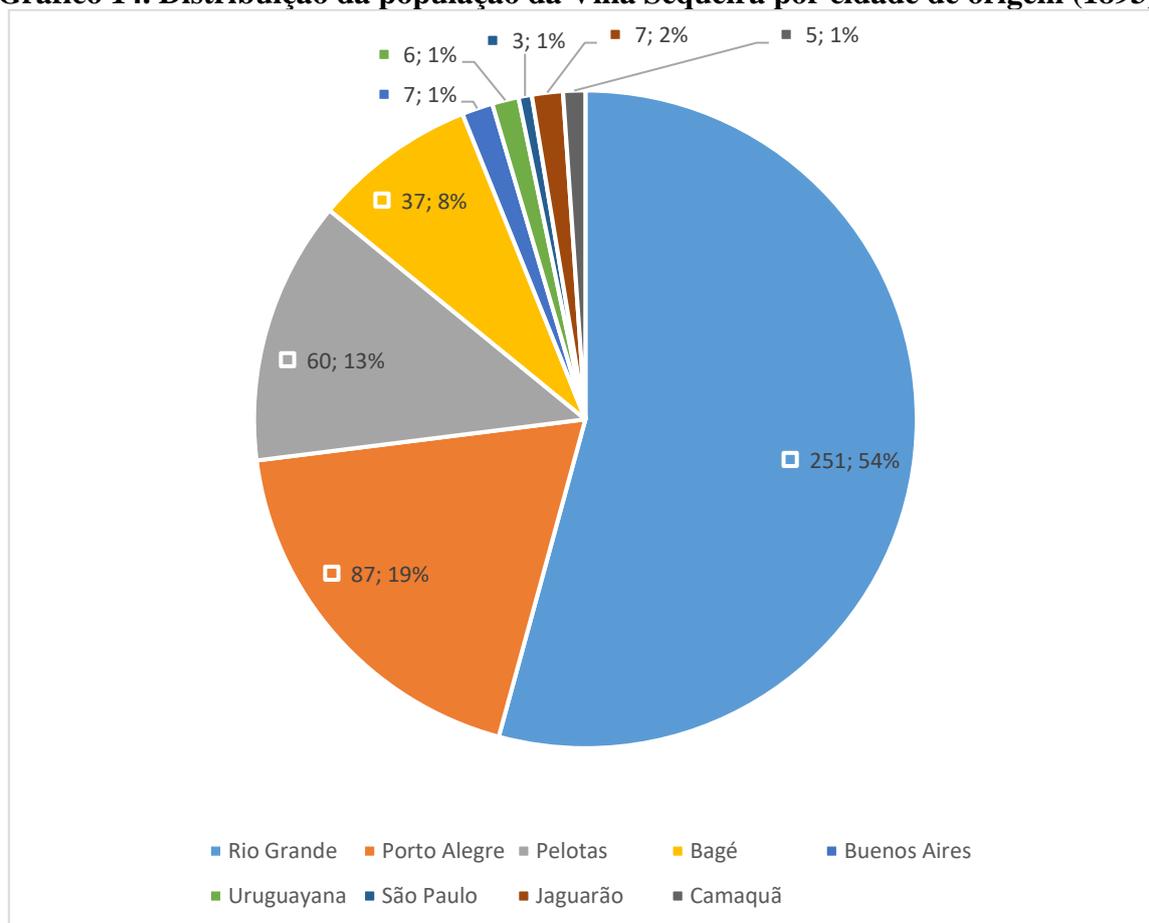
---

<sup>249</sup> Para algumas atividades ao ar livre na Villa Sequeira, ver: Anexo XII. Espaços de sociabilidade: Villa Sequeira.

<sup>250</sup> Para visualizar algumas das estações construídas a partir de 1884, ver: Anexo V. Transporte público: estações férreas - Rio Grande.

<sup>251</sup> **ALMANAK LITTERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RS**. Ed. 22. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Pinto & C. editores, 1910. p. 260.

**Gráfico 14. Distribuição da população da Villa Sequeira por cidade de origem (1893).**



\* Fonte: *A Federação*, 09/02/1893, p. 2.

Se ocorreram transformações, se surgiram novas formas de entretenimento, estas não se destinavam a todos. Além disso, para a elite local, os espaços de lazer e sociabilidade representavam também oportunidades para os negócios. Novas linhas férreas e loteamentos abriam espaço para novos investimentos no comércio e na construção de imóveis para aluguel. O fluxo contínuo de banhistas, promovido pelas linhas de trens e conexões ferroviárias, garantia a freguesia necessária. No final, tudo se resumiria à busca constante desses empresários industrialistas por oportunidades de diversificação de investimentos. O crescimento industrial trouxe alterações profundas para a estrutura sócio-econômica do país. Explica Enke:

Ao promover o investimento em estradas de ferro, os capitais estrangeiros ampliaram e integraram um mercado de produtos voltado para a exportação em grande escala e ajudaram a implantar um amplo projeto das elites nacionais que era o de transformar o Brasil e um país 'civilizado', de

pessoas socializadas, à imagem da Europa, e inserindo-o no concerto das nações modernas do ocidente<sup>252</sup>.

O civilizado e o moderno seriam representados, em última análise, por essa elite investidora e seus negócios. Os empresários industriais, em consonância aos modismos da época, buscariam meios de demonstrar ao mundo seus avanços produtivos e tecnológicos.

### 3.3 A Charutos Poock e a Rheingantz: exemplos da modernidade local

As Exposições Universais, ou Feiras Mundiais, sintetizaram o que o século XIX compreendeu como modernidade: a liberdade fundamentada no livre mercado e o progresso alicerçado na ciência e na indústria. As cidades onde essas exposições foram montadas (Londres, Paris, Chicago, Filadélfia etc.) funcionaram como epicentros desse processo. Ocupando espaços monumentais, especialmente construídos para a ocasião, as exposições apresentavam as novidades das ciências, as produções industriais e as riquezas naturais de países de diferentes continentes<sup>253</sup>. Em geral, cada país, ou mesmo região participante, era convidado a construir seu próprio pavilhão onde expunha suas maravilhas. Essa tendência espalhou-se por todo o globo, e mesmo cidades menores como Pelotas ou Bagé, no extremo sul do Brasil, desenvolveram versões simplificadas desses grandes eventos. As indústrias brasileiras aderiram rápido ao modismo das feiras. Grandes ou pequenas, luxuosas ou mais simples, representavam oportunidades de mostrar produtos aos consumidores em um mundo onde a propaganda restringia-se a pequenos anúncios em preto-e-branco nos jornais locais. Eram as feiras a oportunidade perfeita para que a população em geral pudesse conhecer tanto os novos lançamentos da indústria, quanto as modernas tecnologias adotadas no modelo de produção fabril.

Nas feiras eram expostas amostras das fábricas, da agricultura e de todo o tipo de avanços e virtudes que o país ou região poderia oferecer. Além disso, muitos desses eventos estiveram relacionados a festas e calendários nacionais e proporcionaram material simbólico para o culto da nação e para a construção dos nacionalismos. Em 1876, por exemplo, a Exposição Universal da Filadélfia comemorava o centenário da assinatura da carta de

---

<sup>252</sup> ENKE, Rebeca Guimarães. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos / PPGH, 2005. p. 39.

<sup>253</sup> HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Geociências, 2005. p. 26.

independência dos Estados Unidos. Nesse evento, um grande pavilhão fora construído para exaltar o café brasileiro e no mesmo local os tecidos de lã da Fábrica Rheingantz serviram como exemplos da nascente indústria do império brasileiro. A Exposição de Paris, de 1889, celebrava o centenário da Revolução Francesa. Da mesma forma, a Exposição Universal do Rio de Janeiro, de 1922, foi pensada em conjunto com as comemorações do Centenário de Independência do Brasil – e teve mais de dez mil expositores, permanecendo aberta até abril de 1923, para se ter uma ideia do tamanho e duração desses eventos.

O hábito de construção de pavilhões nacionais teve início na Exposição da Filadélfia, em 1876. Entes disso, as feiras foram organizadas em grandes e ostentosos edifícios. O *Crystal Palace* de Londres, em 1851, foi o expoente máximo dessa tendência de grandes construções e inspirou edificações semelhantes ao redor do globo, entre elas, o *Palácio de Cristal*, do Jardim Botânico de Curitiba, no Brasil, inaugurado em 1990. Outros exemplos são a construção arquitetada por Le Play e Krantz para a Exposição de Paris (1867) e a grande Rotunda de Viena, na exposição de 1873. O Brasil construiu pavilhões na Filadélfia (1876), em Paris (1889), Chicago (1893), em Saint Louis (1904) e em Bruxelas (1913)<sup>254</sup>.

Diferentes autores, desde a década de 1980, têm trabalhado a questão das Exposições Universais a partir das mais diversas perspectivas e definido as exposições de diferentes formas: “Vitrines do Progresso”, “Festas Didáticas”, “Espetáculos da Modernidade” e “Era do Espetáculo”, entre outros<sup>255</sup>. Para Heizer, em sua tese sobre a exposição de Paris de 1889, “a Exposição Universal de Londres [1851] inaugurou uma série de exposições que tinham como fio condutor apresentar, de forma lúdica, contemplativa e interativa, o triunfo da sociedade burguesa / liberal / capitalista”. Tratava-se assim, de um trabalho de “exaltação coletiva” mais do que de “iluminação pessoal”<sup>256</sup>. A autora explica também, a partir das perspectivas de Turazzi e Plum, que as exposições se apresentavam como um recurso didático poderoso, de duplo objetivo: convencimento e celebração. “Convencimento porque as exposições ‘camuflam os antagonismos sociais e as rivalidades nacionais’ e celebração porque escolhiam o passado que se queria reter na memória”. Sobre esse caráter pedagógico, explica Plum:

---

<sup>254</sup> Para uma ideia dos pavilhões nas exposições internacionais, ver: Anexo XIII. Grandes exposições, itens E-G.

<sup>255</sup> Para uma síntese sobre as diferentes abordagens sobre as Exposições Universais, ver: HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Geociências, 2005. 235p.

<sup>256</sup> HEIZER, op. cit. p. 235.

O valor pedagógico e a significação ideológica destas mostras espetaculares na época da incipiente sociedade industrial eram de um nível extraordinariamente elevado. Não por casualidade efetuaram-se, com breves intervalos, numerosas exposições mundiais, precisamente naquela fase, em que a burguesia industrial estava empenhada em chegar a dominar o mundo e, inclusive, a criar um mundo à sua imagem e semelhança<sup>257</sup>.

As exposições universais pretendiam, assim, apresentar um retrato em miniatura de um mundo moderno, avançado, que caminhava ao ritmo do progresso constante, e liderado pelos avanços das áreas das indústrias, das ciências e das tecnologias. Em síntese, pretendiam ensinar sobre as maravilhas do tempo presente e as garantias de um futuro excepcional. Dessa forma, esses eventos acabaram contribuindo também para a construção de uma imagem de superioridade ocidental, burguesa e europeia. Essas grandes exposições suscitaram uma onda de eventos nacionais, regionais ou locais, de menor porte, mas com as mesmas características e intenções em diferentes países, entre eles, o Brasil. Fazer parte desses eventos era, de certa forma, ser convidado a entrar nesse universo mágico de progresso e modernidade.

Os organizadores desses eventos eram membros de sociedades da indústria, do comércio, políticos e intelectuais que, através de comissões organizadas, idealizavam a participação de seus países, selecionando o que e como o material escolhido deveria ser exposto. Além disso, havia, como no caso brasileiro, as Secretarias de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860; a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; o Museu Nacional, instituições que, por intermédio dos membros que integravam as comissões, tiveram um papel fundamental na organização desses eventos. No entanto, havia discordância sobre o que deveria ser exposto e sobre a liberação de verbas para as exposições<sup>258</sup>.

A obra *O império do Brasil na exposição universal de 1876 na Philadelphia*, uma síntese prévia sobre a participação brasileira no evento, abre com a seguinte advertência:

Si as exposições universais não podem, ainda por parte do Brasil, servir para competência industrial, é inegável, que lhe tem proporcionado ensejo para ser melhor conhecido, e apreciado, como região agrícola de solo fertilíssimo, e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa.

[...]

Não só pelas importantes relações comerciais, entre os Estados Unidos da América do Norte, e o Brasil, como, também, pela antiga, e constante

<sup>257</sup> PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979. p. 10.

<sup>258</sup> HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Geociências, 2005. p. 28.

amizade, que une as duas nações, aproveitaram-se novas informações, e estudos mais recentes, para conseguir-se trabalho menos incompleto do que os anteriores<sup>259</sup>.

O texto de mais de quinhentas páginas faz um apanhado geral da situação brasileira, apresentando riquezas naturais, população, arsenais de guerra, cultura, imprensa, entre outros aspectos. Sobre a indústria afirmava:

Há, no Brasil, plena liberdade de indústria garantida pela constituição, com tanto que não se oponha aos bons costumes, à segurança, e à saúde pública; podendo ser exercida, individualmente, ou por associação.

Nenhuma lei, ou privilegio a restringe, senão nos casos excepcionais do exclusivo temporário, em favor da invenção, ou introdução de indústria nova.

Com quanto o Brasil não seja, propriamente, nação industrial, nem por isso sua indústria manufatureira tem deixado de progredir, em muitos de seus diferentes ramos. Importantes fabricas existem, na capital do Império, e nas províncias, sendo muitas a vapor, e dando trabalho a numeroso pessoal. Algumas, pelo maquinismo, e perfeição dos produtos, competem com as das nações mais adiantadas.

A prova d'esta asserção encontra-se, em grande número dos produtos industriais enviados às exposições internacionais, e nelas premiados<sup>260</sup>.

O excerto acima exemplifica como o governo imperial fazia questão de ressaltar a permissão de livre comércio e o incentivo ao progresso da indústria por parte do Estado. A afirmação contrasta com o período colonial, quando a indústria foi proibida no Brasil, numa tentativa de privilegiar a produção da metrópole. Além disso, exalta a ideia de que os produtos brasileiros são capazes de concorrer com “as nações mais adiantadas”, posicionando-se claramente em uma situação inferior, de segundo plano, quando o objetivo maior seria alcançar o progresso em que já se encontram essas outras nações. Sobre a Fábrica Rheingantz, descreve a mesma publicação:

A fábrica de tecidos de lã, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, só emprega matéria-prima nacional. Principiou a trabalhar em 1874, não estando ainda assentados todos os maquinismos constantes de máquina a vapor com a força de 70 cavalos para o serviço de 1.200 fusos, e 40 teares. Ocupa, atualmente, 100 pessoas e produz, com os 20 teares em atividade, perto de 200 kg por dia em cobertores, baetas e xales, no valor de 400:000\$000 anualmente.<sup>261</sup>

---

<sup>259</sup> **O IMPERIO DO BRAZIL NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1876 EM PHILADELPHIA.** Rio de Janeiro : Typografia Nacional, 1875. p. 8.

<sup>260</sup> *Idem*, 1875. p. 316.

<sup>261</sup> *Ibidem*, 1875. p. 324.

Observa-se, neste caso, a necessidade de exaltação ao emprego da matéria-prima nacional. O estande brasileiro foi inaugurado pelo próprio D. Pedro II, e os produtos da Rheingantz figuravam como amostras da indústria brasileira<sup>262</sup>. Em 1885, a Fábrica também recebe medalha de prata na Exposição Continental de Buenos Aires<sup>263</sup>. Sobre essas investidas, diz o relatório da Rheingantz de 1888 a respeito de algumas feiras regionais:

Tendo tirado vantagem das exposições que efetuamos nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, facilitando assim o maior conhecimento dos nossos produtos, levamos a efeito mais duas, uma na cidade de Uruguaiana e outra em Bagé, esta por ocasião de uma festa que costuma atrair os habitantes dos arrabaldes.

Tencionamos preparar uma completa coleção de nossos produtos para a exposição de Paris, assim como concorreremos à Exposição Municipal que vai ser amanhã inaugurada<sup>264</sup>.

O relatório da Rheingantz deixa claro que a participação nas feiras é intencional e é também uma prática comum. É uma opção administrativa e requeria investimentos. Também não há grande distinção entre a participação em uma feira regional de uma cidade próxima, como Bagé ou Pelotas, e uma “grande exposição” na Europa. O objetivo parece ser, em última análise, a participação no maior número possível de eventos com dois propósitos distintos: 1) tornar conhecidos os produtos da companhia e seu modo de produção moderno; e 2) estabelecer uma rede de contatos externa à localidade de origem, seja para a venda, seja para a aquisição de equipamentos, ou ainda, para o estabelecimento de uma rede contatos com empresários e autoridades de outras regiões. Uma breve nota sobre a exposição estadual de 1901, em Porto Alegre, reúne a elite política e econômica provincial com os diretores da Fábrica Rheingantz e da Fábrica de Charutos Poock, demonstrando as possibilidades de estabelecer novas relações sociais que este tipo de evento podia representar:

Vimos hoje, pela manhã, na Exposição, o presidente do Estado desembargador Borges de Medeiros, o dr. Júlio de Castilhos, dr. Parobé, coronel Bento Porto, tenente-coronel Aurélio Bittencourt, dr. Montaury, Domingos Martins, Fernando do Amaral, dr. Rheingantz, dr. Englert, Gustavo Poock e muitas outras pessoas e expositores<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> D. Pedro II esteve presente na inauguração da própria exposição, ao lado do presidente dos Estados Unidos, Ulisses Grant e sua esposa, ajudando a cortar a faixa de inauguração. Foi na mesma exposição que aconteceu a famosa cena do Imperador com o telefone. Conta-se que ao ouvir uma mensagem, D. Pedro teria exclamado: “Meu Deus, isso fala!”. FERRARETTO, 2012, op. cit., p. 30.

<sup>263</sup> Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1885, p. 1-2.

<sup>264</sup> Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. 30 de outubro de 1888. p.8.

<sup>265</sup> *A Federação*, 18/02/1901, p. 2.

A participação da Poock na exposição de Porto Alegre lhe rendeu uma medalha de ouro na categoria *Fumos e Preparados* e mereceu um longo e elogioso texto no jornal *A Federação*:

Entre os múltiplos produtos industriais que opulentam a Exposição Estadual, figuram, com incontestável notoriedade, os charutos confeccionados na fábrica Poock & C., do Rio Grande.

Bastante conhecido como é este estabelecimento, não só neste Estado como fora dele, não precisamos encarecer os seus produtos, pois não há fumante que lhes regateie encômios.

Dispondo sempre de fumos de várias escolhas e qualidades, não só nacionais como estrangeiros, a fábrica Poock & C. tem 80 marcas diferentes, desde o charuto finíssimo, que rivaliza com o de Havana, pois é preparado com matéria-prima daquela procedência, até o gênero barato, ao alcance dos menos favorecidos da fortuna.

Na confecção de seus produtos, a fábrica emprega simultaneamente fumos do Rio Grande, da Bahia e do estrangeiro. Acrescente-se a isso o maior cuidado na escolha destes e na feitura dos charutos e ter-se-á o motivo porque apresentam aroma e sabor característicos que tanto deliciam os apreciadores.

Os produtos da fábrica Poock & C. estão reunidos em um elegante quiosque de metal e vidro que figura na sala “Visconde do Rio Grande” do pavilhão central da Exposição.

Em uma parede junto a qual está o quiosque, há três quadros com vistas da frente e dos fundos da fábrica do distinto e estimado industrial, cavalheiro Gustavo Poock<sup>266</sup>.

Nos dias seguintes à premiação, o jornal ainda publicou notas sobre a festa que os funcionários da companhia fizeram para comemorar o recebimento da medalha e agradecimentos da parte de Gustav Poock. De certo modo, o evento marcou para a companhia o coroamento de um esforço de anos para demarcar o lugar da empresa no mercado. A Poock & C. havia começado a funcionar dez anos antes, em 1891. Em 1893, *A Federação* publicou nota sobre uma amostra dos produtos da Poock que recebera do “senhor Fraeb, importante comerciante desta praça: os experimentamos e em nada achamos diferente do produto similar estrangeiro, o que é a melhor recomendação que se pode fazer”<sup>267</sup>. A comparação com os produtos estrangeiros é, assim, uma constante no discurso sobre esses produtos da indústria local. A participação em exposições e feiras internacionais, regionais ou locais foi um movimento que envolveu muitos dos industriais da época. Significava oportunidades de demonstrar sucesso, grandeza e desenvolvimento. O Anexo IIa traz um anúncio da Rheingantz que ilustra a noção de que a fábrica usava a participação nesses

<sup>266</sup> *A Federação*, 16/04/1901, p. 2.

<sup>267</sup> *A Federação*, 05/05/1893, p. 2.

eventos para se promover. As medalhas e outras premiações recebidas eram usadas, muito tempo depois, como argumento sobre a companhia. O anúncio lista 11 premiações recebidas entre 1875 e 1901 em oito exposições diferentes e de âmbito mundial (Filadélfia, 1876; Buenos Aires, 1882; Berlim, 1882), nacional (Rio de Janeiro, 1875, 1881 e 1889) e regional (Porto Alegre, 1881 e 1901). Assim, a participação nas feiras extrapolava o âmbito dos eventos em si e rendia propagandas e comentários anos após as premiações.

Na virada do XIX, em Porto Alegre, uma grande exposição fora pensada para marcar o final do século<sup>268</sup>. O evento foi inaugurado apenas em janeiro de 1901 devido a atrasos nas obras e ficou conhecido localmente como “a grande exposição de 1901”. Não era nem uma exposição universal, nem nacional, mas pretendia, acima de tudo, demarcar os avanços do Rio Grande do Sul diante dos outros estados, à revelia de uma crise nacional em andamento. Assim, a cidade preparou-se para organizar com “brilho aquela que seria a feira de encerramento de uma era de progresso e o início dos novos tempos de continuidade daqueles avanços”<sup>269</sup>. Seu objetivo era bastante claro, os organizadores queriam transformar a exposição no “repositório modesto do progresso e da civilização do Rio Grande do Sul, nos princípios do século XX”<sup>270</sup>. Com o “Pavilhão das Máquinas”, o governo exaltou todo o cuidado que sua orientação positivista nutria pela questão tecnológica, pelo ensino profissional, pelo progresso e pelo espírito empreendedor do seu empresariado<sup>271</sup>.

Sobre o evento, avalia Pesavento:

Razões de natureza ideológica não lhe faltavam para justificar esse espetáculo de modernidade no sul do país. Apoiado numa matriz de orientação política e administrativa de origem positivista, o governo estadual Rio-grandense tinha bem presentes as noções do progresso como uma meta e da manutenção da ordem como o pressuposto da evolução desejada. [...] Para os positivistas gaúchos, a questão ia mais além: a república positivista correspondia ao último estágio comtiano de evolução, etapa na qual os princípios da ciência orientariam o mundo e o governo de uma elite de sábios garantiria a administração dos mais capazes sobre a ordem material e social<sup>272</sup>.

Partindo-se dessa perspectiva política republicana e positivista, o progresso no Rio Grande do Sul não era apenas desejável, mas a força evolutiva que conduzia a humanidade por estágios sucessivos de aprimoramento tecnológico, científico e moral. A Exposição de

<sup>268</sup> Para uma ideia da exposição de Porto Alegre de 1901, ver: Anexo XIII. Grandes exposições, itens A-D.

<sup>269</sup> PESAVENTO, 1997, op. cit., p. 226.

<sup>270</sup> Catálogo da Exposição Estadual de 1901. Porto Alegre, Gundiach e Becker, s.d.

<sup>271</sup> PESAVENTO, 1997, op. cit., p. 229.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 226.

Porto Alegre saudava, em última análise, a força do próprio Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Desse modo, as exposições possuiriam um caráter que vai muito além de mostra de mercadorias e máquinas, ou de trocas comerciais. Existiria, ainda segundo Pesavento, um elemento comum dado pela relação entre as exposições e a visão de uma época a partir do “ponto de vista da burguesia”. Por intermédio das exposições, manifestava-se certa forma de representação do real que busca socializar determinadas imagens e ocultar outros tantos processos subjacentes àquela realidade.

Assim, a exposição procura transmitir valores e ideias, como a solidariedade entre as nações e a harmonia entre as classes, a crença no progresso ilimitado e a confiança nas potencialidades do homem no controle da natureza, a fé nas virtudes da razão e no caráter positivo das máquinas, etc., etc. Por outro lado, a exposição busca ocultar a exploração do homem pelo homem, a concorrência imperialista entre as nações e o processo de submissão do trabalhador à máquina<sup>273</sup>.

Pode-se pensar, portanto, a questão da participação nas exposições e feiras, a partir da visão própria dos empresários e comerciantes de Rio Grande. Em pesquisa anterior<sup>274</sup>, constatou-se que a participação nas feiras poderia ser usada pelas indústrias locais tanto como forma de promoção dos seus produtos quanto de afirmação da qualidade das mercadorias nacionais frente a concorrência estrangeira<sup>275</sup>. Apesar do alto investimento que demandavam, acabavam trazendo reconhecimento social e político além, obviamente, de contatos comerciais e do conhecimento de novas técnicas a serem empregadas na linha de produção. No caso brasileiro, as fábricas e demais expositores buscavam igualar-se às similares estrangeiras, o governo procurava paridade com as nações “mais adiantadas” e os visitantes desejavam estar a par das últimas invenções do progresso e da ciência. As indústrias de Rio Grande, como se buscou demonstrar até aqui, não poderiam ficar distantes de todo esse movimento, procurando estratégias para a sua participação e colhendo os resultados desses esforços. Nesse contexto, também começam a se esboçar firmas que se fundiriam a outras similares e que, no futuro, se transformariam em grandes multinacionais, como é o caso da Moinho Rio-grandense, de Albino José da Cunha.

---

<sup>273</sup> PESAVENTO, 1997, op. cit., p. 44.

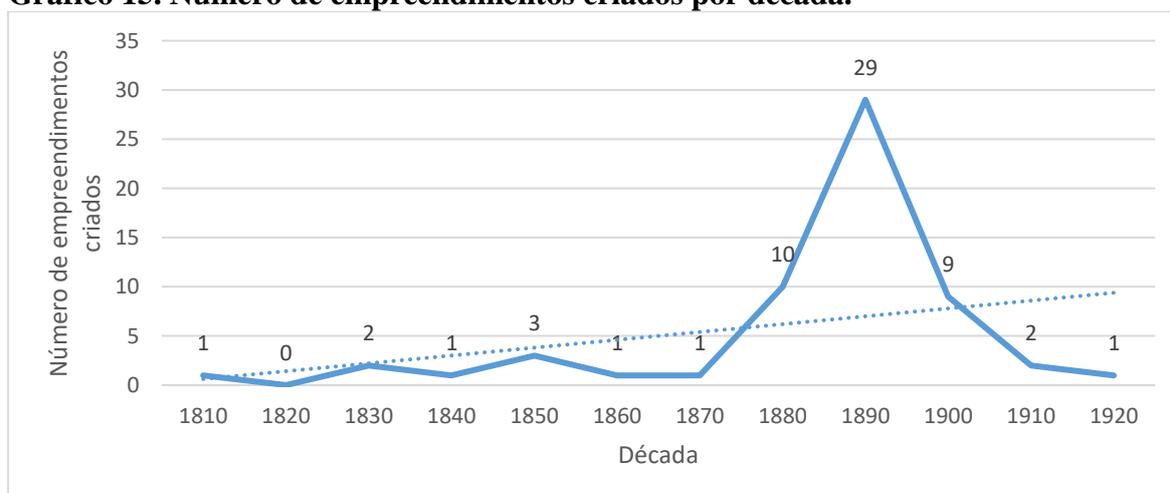
<sup>274</sup> FERRARETTO, Maria Karina. **Fábrica Rheingantz: a Empresa, o Empresário e os Acionistas. Um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do Século XIX (1873-1895)**. Trabalho de conclusão. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 65

<sup>275</sup> Para uma ideia de como as fábricas podiam se autopromover, ver: Anexo II. Anúncios comerciais. No item A, a Fábrica Rheingantz exalta as premiações em diferentes eventos.

### 3.4 A Moinhos Rio-grandenses: inserção no modelo capitalista internacional

No Brasil, desde o século XIX, o sistema econômico e financeiro favoreceu a constituição de empresas familiares, ainda que a legislação que regulava as sociedades anônimas contivesse exigências para evitar que parentes próximos atuassem diretamente na direção das companhias. O desenvolvimento das empresas brasileiras desde o Império foi fortemente marcado pelo protecionismo alfandegário, pela regulamentação excessiva e por subsídios e créditos estatais. Um dos principais impostos que alimentava os cofres públicos eram as taxas de importações. Em 1897, correspondeu a 73,5% da renda arrecadada pelo tesouro, e em 1898, a 67%<sup>276</sup>. Em síntese, o sistema econômico-financeiro herdado pela República consistia na exportação de produtos primários e no controle dos instrumentos de câmbio como mecanismo básico para assegurar a continuidade da produção exportadora. Um modelo industrialista e inflacionários marcou os três primeiros governos republicanos: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes (1889-1898). Na década de 1880 e, principalmente, na década de 1890, ocorre uma grande expansão no número de empreendimentos criados, favorecida por toda a conjuntura política e econômica do país que se desenvolveu com o advento da República e a política econômica do *Encilhamento*. O Gráfico 15 mostra que o auge do processo para o grupo de estudo ocorre justamente na década de 1890, quando são criados 29, dos 67 empreendimentos observados (43,28%).

**Gráfico 15. Número de empreendimentos criados por década.**



\* Referente aos 67 empreendimentos conectados aos 30 indivíduos-chave que compõem o grupo prosopográfico.

<sup>276</sup> FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 8. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 37

Se muitos dos novos empreendimentos surgidos no país foram a falência devido à forte especulação cambial do período, alguns sobreviveram e saíram fortalecidos do processo, inserindo-se em um amplo e complexo processo capitalista mundial. Um exemplo são os moinhos de Albino José da Cunha. Em 30 de março de 1895, o governo do Rio Grande do Sul, concede a ele e a Domingos José Vaz Dias, a autorização para organizarem uma sociedade anônima desde que preenchidas “as formalidades exigidas pela legislação em vigor”<sup>277</sup>. A companhia é constituída a partir da compra da Companhia Moinho Sul Brasil, de Rio Grande, pelo valor de 225:000\$000 (225 contos de réis), com todos os seus bens, incluindo, entre outros, as suas linhas de carris que chegavam até o porto. No dia 26 de abril, são publicados os estatutos da companhia que definem como seus fins, além da compra de sua predecessora:

2º Explorar a margem do trigo e outros cereais, fabricar farinha de trigo, produtos ou manufaturas correlativas, aproveitando o bem montado estabelecimento fabril.

3º Importar os trigos de onde mais convier, exportar os produtos da fábrica quando por superabundância no mercado ou conveniência, e empregar todos os esforços para que os nossos agricultores se dediquem ao plantio do trigo em larga escala.

A diretoria da companhia ficou assim definida em sua primeira composição:

**Tabela 18. Diretoria da Companhia Moinho Rio-grandense (1895)**

Cargo	Nome
Diretor-presidente	Albino José da Cunha
Caixa	Joaquim Martins Garcia
Suplentes da Diretoria	Miguel José de Araújo José Rodrigues Meira
Comissão Fiscal	Domingos José Vaz Dias Antônio Manoel de Lemos Jr Virgilino da Porciúncula Jr
Suplentes do Conselho Fiscal	Antônio Joaquim Pinto da Rocha Basílio Gonçalves Bastos Antônio Pereira Pegas

\* Fonte: *Estatutos da Companhia Moinho Rio-grandense, 20/02/1895, publicado no jornal A Federação, 26/04/1895, p. 2.*

O direito de exploração da moagem e produção de farinha de trigo da Moinho Sul Brasil pertenciam a Delfino G. Borges. De uma lista de cem acionistas, 18 estão presentes no banco de dados dessa pesquisa, sendo 13 indivíduos-chave, e cinco co-investidores.

<sup>277</sup> A Federação, 09/04/1895, p. 1.

**Tabela 19. Lista de acionista da Moinho Sul Brasil integrantes do banco de dados.**

<b>Acionista</b>	<b>Número de ações</b>
Albino José da Cunha	15
Alfredo Jacob Rheingantz	10
Antônio Caetano Ferraz	2
Antônio Chaves Campello	1
Antônio Joaquim Pinto da Rocha	84
Antônio José Monteiro	10
Antônio Manoel de Lemos Júnior	84
Basílio Gonçalves Bastos	5
Domingos José Vaz Dias	10
Fructuoso José Gonçalves Mostardeiro	2
Joaquim Domingues Pereira	3
José Francisco Cezar	1
Luiz dos Santos Faria	5
Lycurgo Telles de Menezes	5
Manoel Py	84
Miguel José da Araújo	10
Vicente Ashlin	84
Virgilino José da Porciúncula Júnior	10

\* Fonte: *Estatutos da Companhia Moinho Sul Brasil, 27/03/1893, publicado no jornal A Federação, 13/04/1893, p. 2-3.*

Além de ser mais um exemplo do comportamento investidor dos mesmos indivíduos que vão se reproduzindo nos mais variados empreendimentos, a comparação entre a lista de acionistas da Moinho Sul Brasil (1893) e a diretoria do Moinho Sul Rio-grandense (1895) demonstra que a companhia muda de nome, de proprietário, e, em parte de finalidade, pois lhe é acrescentada a possibilidade de plantar diretamente o trigo que usa para a moagem, mas boa parte dos envolvidos segue sendo a mesma. Em março de 1900, em um caminho contrário à tendência até então verificada nos outros empreendimentos estudados, a Moinhos Rio-grandense transforma-se na sociedade comanditária em ações Albino & C., da qual Albino José da Cunha é o único sócio solidário e gerente da companhia. Ou seja, passa de sociedade anônima a sociedade comanditária. Em dezembro de 1906, os acionistas da Albino & C. votam pela liquidação da companhia e a venda de seus bens ativos e passivos para Albino José da Cunha pelo valor de estimado de 450:000\$000 (450 contos de réis), o que incluía todos os terrenos, construções, linhas férreas, matérias-primas e produtos acabados, inclusive do Moinho Pelotense (localizado na cidade vizinha de Pelotas). Dos 22 acionistas da nova companhia, oito são indivíduos-chave.

**Tabela 20: Lista de acionistas da Albino & C. em 1906.**

<b>Acionistas</b>	<b>Número de ações</b>
Antônio Joaquim Pinto da Rocha	18
Abílio Luiz Gomes Guimaraes	50
Albino José da Cunha	1072
Antônio Calandrini Chermont	25
Antônio José Ferreira Primo	25
Antônio Marques Rey	100
Antônio Pereira Pegas	75
Banco da Província	200
Banco da Província	25
C. Albertch & C.	25
Carl Nicol Bornhorst	10
Domingos José Vaz Dias	75
Joaquim Domingues Pereira	109
Joaquim Francisco Marques	25
Joaquim Saturnino dos Santos Paiva	50
José Antônio de Carvalho Guimarães	25
Luiz Maria Correa Brandão	100
Lycurgo Telles de Menezes	50
Manoel Py	195
Possidônio M. da Costa Júnior	25
Rosa Neves & C.	25
Virgilino José da Porciúncula Júnior	25
<b>Total</b>	<b>2329</b>

Em 1907, os estabelecimentos de Albino José da Cunha passam por um processo de reorganização e modernização da produção. Em 1916, foi inaugurado o Moinho Rio-grandense em Porto Alegre. O terreno para a instalação da companhia na capital fora adquirido pelo valor de 125:900\$000 (125 contos e 900 mil-réis) e situava-se na avenida Voluntários da Pátria<sup>278</sup>. Em novembro de 1915, pede “isenção de impostos e outros favores”<sup>279</sup> ao governo do estado. Em agosto de 1916, a firma é registrada na Junta Comercial de Porto Alegre. Em setembro do mesmo ano, Albino Cunha segue sua cruzada contra as altas taxas do governo e abre um processo,

certificado pelo engenheiro civil Amaro Baptista, para certificar se o moinho emprega como combustível de petróleo bruto impuro escuro, afim de poder gozar da taxa especial de 2% de expediente nos termos do artigo 8 da lei n. 2841, de 31 de dezembro de 1913 e revigorado pelo artigo 3º da lei da receita do exercício corrente<sup>280</sup>.

<sup>278</sup> A Federação, 22/09/1915, p. 4.

<sup>279</sup> A Federação, 11/11/1915, p. 2.

<sup>280</sup> A Federação, 06/09/1916, p. 5.

Também em 1917, a companhia adquire um terreno em Passo Fundo para a construção de um depósito de trigo e um escritório para a compra do produto diretamente dos agricultores, promovendo a ideia de que assim o produtor rural lucraria mais<sup>281</sup>. Em síntese, o empresário possuía empresas para a moagem de trigo em Porto Alegre e Pelotas, com uma filial em Rio Grande, além de três estabelecimentos para a compra de trigo. Em 1921, Albino José Cunha divulga que passou a gerência dos negócios para seus genros, Brasil Cesar e Arthur Coimbra Ferros<sup>282</sup> e um ano depois altera seu testamento, declarando, entre outros legados, que “é de meu desejo que meus estabelecimentos se tornem um patrimônio de família, para que assim fique garantida a subsistência de minha mulher e filhos”. Como seus testamenteiros, ou seja, como os responsáveis por cumprir o seu legado estão em ordem de preferência 1º) sua mulher D. Alcira Lucília de Araújo Cunha, também herdeira de metade de seus bens; 2º) seu genro Brasil Cesar; 3º) seu genro Arthur Coimbra Ferros; e 4º) seu filho Alberto de Araújo Cunha.

Albino Cunha morre em 4 de abril de 1926, e seu testamento é aberto em 24 de maio do mesmo ano. Nesse momento é criada a firma Viúva Albino Cunha & C. que fica responsável pela administração dos bens da família. Três anos após a morte de Albino Cunha, a Moinhos Rio-grandense, que tem então como diretor e sócio solidário Brasil Cesar, é reorganizada, voltando a ser uma sociedade anônima. Nesse momento, a Moinhos Rio-grandense une-se à Sociedade Anônima Grandes Moinhos do Sul, transformando-se na Samrig (Sociedade Anônima Moinhos Rio-grandenses). A Grandes Moinhos fazia parte do grupo Bunge, uma multinacional com sede na Argentina, que até a década de 1920 já havia comprado uma longa lista de moinhos de trigo e soja e fábricas de tecido no Brasil, e do qual a companhia criada por Albino Cunha passa a fazer parte nesse momento. A Bunge & C. foi originalmente criada em 1818, em Amsterdã, na Holanda, pelo negociante Johann Peter Gotlieb Bunge, que comercializava produtos importados das colônias holandesas (madeira, especiarias, algodão, borracha) e grãos de diversos países. Em 1859, sob o comando de Edouard Bunge, neto de Johann, e a convite do reino da Bélgica, a Bunge & C. transfere sua sede para a Antuérpia, quando passa a comercializar com a Ásia e a África. Em 1884, um irmão de Edouard, Ernest Bunge, emigra para a Argentina, onde associa-se ao cunhado, Jorge Born, e cria a Bunge y Born. “Em pouco tempo, a empresa seria dona de 60 mil hectares de campos de trigo de alta qualidade, uma fábrica de embalagens metálicas (La

---

<sup>281</sup> *A Federação*, 20/08/1917, p. 7.

<sup>282</sup> APERS. Testamento de Albino José da Cunha, 29/04/1922; *A Federação*, 24/10/1921, p. 4.

Centenera, 1899) e uma das maiores empresas moageiras argentina, a *Molinos Río de la Plata*, fundada em 1902<sup>283</sup>. Após a constituição da nova firma no Rio Grande do Sul, sua diretoria ficou organizada como mostra a Tabela 20, abaixo:

**Tabela 20. Diretoria da Companhia Moinhos Rio-grandenses (1929).**

Cargo	Nome
Diretores	Ismael Chaves Barcellos Brasil Cesar Antônio Chaves Barcellos Filho Alberto de Araújo Cunha
Conselho Fiscal	Victor de Azevedo Bastian Abílio Chaves de Souza Thomas Matthiezen Oswaldo Vergara
Suplentes do Conselho Fiscal	Lucio Lopes dos Santos Sobrinho Frederico Guilherme Ludwig Ismael C. Torres Plínio de Almeida Chaves Figueiredo

\* Fonte: *Atos Constitutivos, Estatutos e Ata da primeira assembleia geral da Sociedade Anônima Companhia Moinhos Rio-grandenses, publicados no jornal A Federação, 20/02/1929, páginas 7-9.*

Na diretoria da nova Moinhos Rio-grandenses, como pode ser observado na tabela, estão o genro e o filho de Albino da Cunha, Brasil Cesar e Alberto de Araújo Cunha, respectivamente, ao lado dos irmãos, Ismael Chaves Barcellos e Antônio Chaves Barcellos Filho, filhos de Antônio Chaves Barcellos. As relações familiares seguem presentes na constituição do novo negócio.

Os Chaves Barcellos eram uma das famílias mais influentes e tradicionais do Rio Grande do Sul. Na mesma época, eram proprietários do Lanifício São Pedro, com sede em Porto Alegre e fábrica na localidade de Galópolis, município de Caxias do Sul, na região da serra gaúcha. A fábrica havia sido fundada em 1898, por tecelões imigrantes vindos da região italiana de Schio, e fora vendida em 1907 a Hércules Galló, um imigrante italiano que exerceu entre tantas outras atividades a função de diretor técnico e químico-tintureiro da Fábrica Rheingantz, de Rio Grande. Em 1907, Galló associou-se à empresa Chaves Irmãos & C., de Antônio Chaves Barcellos e seus filhos. Em 1928, os Chaves Barcellos tornaram-

<sup>283</sup> A Bunge Brasil atua hoje em diferentes ramos da economia, entre eles, de importação e exportação de cereais e outros produtos agrícolas, e na produção de têxteis (Santista Textil), minero-químicos, fertilizantes, rações animais e tintas (Coral SA). Mais informações sobre o grupo Bunge, ver: HISTÓRICO BUNGE BRASIL. Centro de Memória Bunge. São Paulo. sd. p. 3. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-bunge-brasil.pdf>. Acesso em: 05/07/2017.

se os únicos proprietários do lanifício, constituindo a Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro, com a seguinte composição:

**Tabela 21. Diretoria da Companhia Lanifício São Pedro (1928).**

Cargo	Nome
Diretores	Antônio Chaves Barcellos Filho Ismael Chaves Barcellos Plínio de Almeida Chaves Figueiredo
Conselho Fiscal	Oscar Bastian Pinto Generoso Vieira da Rosa Fábio de Araújo
Suplentes do Conselho Fiscal	Raul de Azevedo Teltscher Bastian José Bertaso Antônio Monteiro Martinez

\* Fontes: *Ata da assembleia preparatória de constituição da Companhia Lanifício São Pedro*; *Ata da assembleia de constituição definitiva da Companhia Lanifício São Pedro*; *Estatutos da Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro*; publicados no jornal *A Federação* de 25/05/1928, p. 7-8.

Uma nota de jornal de 1948<sup>284</sup> indica que o outro genro de Albino Cunha, Arthur Coimbra Ferro, passou a trabalhar em algum momento no Moinho Santista, primeiro empreendimento do Grupo Bunge no Brasil, constituído em Santos, no estado de São Paulo, em 1905. A vontade de Albino José da Cunha em seu testamento parece ter sido levada a cabo por seus descendentes e testamentários, tendo seus bens servido de sustento para sua mulher e filhos durante muitos anos após a sua morte. Os herdeiros não apenas deram continuidade aos negócios, como também, associaram-se a importantes grupos de empresários locais, nacionais e, por fim, multinacionais. A comparação com a diretoria do Lanifício São Pedro demonstra mais uma vez como esses grupos empresariais vão se ligando através de suas sociedades. A Moinho Rio-grandense excede os limites de Rio Grande, primeiro ao transferir sua sede principal para a capital, Porto Alegre, e depois ao fundir-se a um grupo multinacional. Os laços de parentesco seguem visíveis mesmo quando se extrapola o período de pesquisa em busca de registros sobre os descendentes de Albino Cunha. Nesse conjunto de relações que mistura o econômico e o familiar fica evidente que ao longo do tempo essas relações entre negócios e família seguem sendo indissociáveis ainda que menos aparentes.

Procurou-se, assim, demonstrar neste capítulo o quanto os empreendimentos-chave desta análise podem ser representativos do período aqui estudado, e o quanto o mapeamento dos homens de negócios a eles conectados é essencial para a compreensão dos elos de ligação

<sup>284</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19/12/1948, p. 5

tanto entre diferentes ramos da indústria, quanto entre a indústria e o comércio, ou entre a indústria e as ações sociais dos sujeitos envolvidos. Os indivíduos observados através da constituição dos empreendimentos formavam extensas redes de relações familiares e econômicas, que atuavam em todas essas diferentes esferas. Examinando-se algumas decisões tomadas pelos diretores dos empreendimentos, ou mesmo o rumo dado aos negócios, é possível perceber o quanto esse grupo, ainda que não fosse intencionalmente coeso, acabava demonstrando um comportamento comum. Esse *modus operandi* da elite local pode ser verificado, portanto, através de alguns aspectos apontados aqui: 1) a forma de lidar com seus legados através da doação de esmolas e da participação em associações de caridade; 2) através da necessidade e da capacidade real de influenciar no próprio cotidiano da cidade, seja no gerenciamento dos excluídos, seja através da construção de melhoramentos que beneficiam tanto a população em geral quanto os próprios negócios; 3) a partir do próprio modo de condução das empresas, que combinava diferentes necessidades econômicas e financeiras, se transformando em um grande emaranhado de associações e desassociações, em que prevalecia, de todo modo, o rearranjo das relações familiares; 4) e, por fim, essas associações representam ainda todo um momento de mudanças sociais relacionadas a questões chegadas com a modernidade e com a instituição de um modo capitalista de gerenciamento dos negócios. O comportamento econômico das famílias ou dos gestores se dava pelas mais diferentes razões, nem sempre financeiras, mas quase sempre inspiradas pelos acontecimentos ou modismos do período – daí os investimentos em empresas balneárias ou as participações em feiras internacionais. Os empreendimentos-chave acabam, assim, não se restringindo ao universo econômico, mas extrapolando seu alcance ao social ou ao político. Pode-se dizer que esses diferentes negócios se complementavam, e as atitudes dessa elite ganham sentido quando pensadas de maneira conjunta, num intenso processo de mesclagem entre modernidade, capitalismo e relações familiares.

## CONCLUSÃO

Este trabalho reuniu em uma única análise 30 empresários, 263 indivíduos a eles relacionados e 67 empreendimentos aos quais estavam ligados. A tarefa inicial consistiu na organização de uma extensa documentação distribuída entre testamentos, inventários, relatórios das fábricas, estatutos e atas de fundação e de assembleias das empresas estudadas, além de um número excessivo de notas e artigos de jornais. O objetivo geral era descobrir quem eram e como se comportavam, viviam e interagiam no cotidiano esses homens de negócios que faziam parte da elite local de Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul. A industrialização percebida enquanto processo histórico de longa duração, quando observada pela escala reduzida da localidade e das famílias que a compõem, revelou-se uma perspectiva de estudo bastante profícua, ao se distanciar dos antigos debates mais gerais sobre as origens da indústria e do capital empregado, e aproximando-se dos sujeitos. A tentativa de retomar a história de algumas das primeiras indústrias gaúchas, sob o ponto de vista de uma história social do meio econômico e empresarial, permitiu a reconstrução de um panorama em que era essencial o comprometimento de um conjunto de sujeitos, os empresários industriais, com um sistema apoiado na organização de sociedades por ações, no estabelecimento de zonas industriais e comerciais e no investimento de capital nos mais diversos setores.

Os empresários de Rio Grande eram “homens de posses”, mas o significado dessa expressão estava começando a se alterar para as elites urbanas que surgiam e se reorganizavam na virada do século XIX para o XX. Em seus legados, não aparecem mais extensas propriedades de terras e plantéis de escravos, como no caso das elites charqueadoras de Pelotas, por exemplo. Nos inventários estudados, foram encontradas dezenas de propriedades urbanas para aluguel, ações em uma multiplicidade grande de empreendimentos e altas somas aplicadas em contas bancárias e apólices de companhias de crédito. Entretanto, antigas crenças ainda transpareciam nesses documentos e indicavam permanências de um modo tradicional de agir e pensar. As expectativas futuras sobre a morte e a religiosidade faziam dos inventários e testamentos atestados da vida caritativa dos sujeitos. Dezenas de contos de réis eram deixados para a caridade ou distribuídos na forma de esmolas em missas e eventos religiosos – desejo que parecia misturar um acerto de contas com o plano divino e uma vontade mundana de ser lembrado nos anos após a morte. Essas crenças contrastavam com o discurso de modernidade que se importava dos Estados Unidos e da Europa e se espalhava por todos os cantos do país. De certo modo, os desejos de

progresso através da tecnologia e da ciência se somavam aos antigos hábitos mais tradicionais da elite local, construindo algo novo, sem nunca criar uma situação de conflito ou constrangimento.

O perfil traçado para os empresários de Rio Grande revela que esses sujeitos desempenhavam múltiplos papéis sociais, sem estarem apegados a uma profissão ou ramo de atividades específicos. Era um comportamento típico de uma elite em ascensão. Alguns desses homens de negócios estavam relacionados a mais de 30 ocupações diferentes, e outros tantos a médias que variavam entre 10 e 20 cargos. Muitas dessas atividades eram desempenhadas concomitantemente. Esses indivíduos não cuidavam apenas de suas fábricas, faziam nascer estradas para sua produção, alteravam o perfil da cidade para atender suas necessidades e desejos e tinham ingerência sobre as mais diversas situações da vida cotidiana, afetando inclusive os cidadãos menos favorecidos e mais distantes desse grupo de elite. Desempenhando funções de juízes e delegados, resolviam disputas e decidiam sobre o futuro dos sujeitos. Envolvidos com escolas, misericórdias, asilos e demais instituições de caridade, promoviam a divulgação de seus valores e ideais. Através de suas companhias de transporte e de construção de estradas, influíam no dia a dia do cidadão comum, definindo trajetos e horários para trabalho e descanso, promovendo novos hábitos de lazer e de cuidado com o corpo. Não se está aqui tentando diminuir a participação dos cidadãos comuns na construção de suas próprias realidades, mas unicamente tentando-se demonstrar parte da abrangência dessa elite sobre a população local.

A observação direta sobre a constituição dessas companhias permitiu perceber também que a própria forma de organização das empresas, as sociedades anônimas e as sociedades comanditárias por ações, teve papel fundamental no estabelecimento e fortalecimento das redes de relações pessoais desses indivíduos. Os próprios critérios legais de constituição das empresas favoreciam a criação de redes de confiança na condução dos negócios. Nenhuma das empresas observadas se fez “do nada” ou apoiada apenas na figura de seus principais proprietários ou diretores. Se a historiografia mais tradicional reforça o papel desses homens na liderança de um ou outro empreendimento, a observação de um conjunto de negócios demonstrou que nenhuma dessas empresas era propriedade e obra de apenas um único indivíduo. Carlos Guilherme Rheingantz é relacionado à sua fábrica de tecidos. Gustav Poock era o dono da fábrica de charutos. Antônio Cândido Sequeira construiu um balneário. Porém, quando olhados os detalhes, fica claro que haviam muitíssimas relações envolvidas. O próprio capital inicial dos negócios não saía das reservas pessoais dos indivíduos, mas eram agregados através da subscrição de ações. As redes de

acionistas mostram sistemas complexos que indicam um esquema de ajuda mútua. Esses empresários empregavam capital nos negócios uns dos outros. Para quem iniciava o empreendimento, significava ter fundos para dar sequência aos seus projetos. Para o investidor, havia uma expectativa de lucros futuros e poupança. Os maiores acionistas, geralmente aqueles com maior capital investido em ações e que, por consequência, possuíam mais poder de voto nas assembleias, envolviam-se diretamente nos processos de decisão e nos rumos dos empreendimentos. Estes acabavam desempenhando diferentes papéis gerenciais e administrativos, como conselheiros fiscais, gerentes, incorporadores, sócios etc. O processo inverso também era uma possibilidade. Funcionários do alto escalão das companhias compravam ações e, assim, garantiam suas posições de decisão nos processos administrativos. Estes homens eram, em resumo, empresários.

Retomando-se o conceito de empresário de Schumpeter, apresentado no início deste trabalho, é possível incluir, também, na mesma categoria, sujeitos como Domingos José Vaz Dias, George Lawson e Lycurgo Telles de Menezes. Estes são, como definiria o autor, “empregados dependentes” de algumas companhias, em oposição aos fundadores “independentes” já citados. Desempenhavam papéis de gerentes, membros de diretorias ou controlavam maiorias de ações. Não estavam vinculados a nenhuma empresa individual e, ao mesmo tempo, desempenharam inúmeras funções em diferentes negócios. Para Lycurgo Telles de Menezes, foram registrados 31 cargos, e para Domingos José Vaz Dias e George Lawson, nove, cada. Percebeu-se que esses homens eram muito mais do que empregados dessas empresas, pois investiam capital nos negócios, participavam das diretorias e tinham voz ativa nas decisões tomadas nas assembleias de acionistas. Praticaram políticas de casamento que os deixaram social e politicamente bem relacionados e promoveram o mesmo para seus filhos. Construíram fortunas com base na compra de ações de diversas companhias, e investiram capital em propriedades de aluguel e contas bancárias. Todo esse longo processo envolveu os mais diversos ramos empresariais, entre eles, indústrias, comércios, bancos e instituições das mais variadas.

O olhar sobre essas redes empresariais não exclui ainda o papel fundamental das relações familiares na condução dos negócios. Utilizou-se como base a noção de família extensa ou parentela, proposta por Lewin, da qual fazem parte os laços consanguíneos e as relações por casamento. Na verdade, as redes empresariais em Rio Grande se apresentavam entremeadas pelas relações familiares. A organização das sociedades por ações, em especial as sociedades anônimas, em conformidade com a legislação da época, favorecia que um

grupo pequeno de pessoas, que pertenciam a um número menor ainda de famílias, estivesse no controle de um grande número de empreendimentos.

Nos sistemas de parentesco do grupo de Rio Grande aparecem sogros, cunhados pais e filhos, o que indica que as políticas de casamento ainda possuíam um papel importante na constituição das empresas. Não foi localizado nenhum caso em que alguma herança financeira, paterna ou materna, tenha contribuído diretamente na organização das firmas. O capital inicial dos investimentos tinha origem no trabalho e em outros empreendimentos dos próprios sujeitos. Os irmãos desempenham, igualmente, um papel singular. Na maioria dos casos, eram co-investidores, ou seja, aparecem como sócios ou acionistas ao mesmo tempo em que exercem atividades administrativas. O universo das redes empresariais é, ainda, predominantemente masculino. A participação feminina é praticamente inexistente nos altos escalões do mundo corporativo da virada do século. As mulheres começam a aparecer nas firmas, geralmente nas listas de acionistas, já em um momento posterior, quando tornam-se herdeiras de seus maridos e filhos. Seus nomes são citados, em grande parte, através das relações de casamento. Por exemplo, Carlos Guilherme Rheingantz casa-se com Maria Francisca de Sá e abre sociedade com o sogro, Miguel Tito de Sá. Os filhos não são sócios dos pais nos negócios e, em geral, começam a aparecer quando essa próxima geração da família irá assumir a condução dos empreendimentos. Essa constatação é válida não apenas para as famílias tidas como proprietárias das firmas, mas para todos os empresários envolvidos. Interessante observar que, mesmo nesses casos, é excluída a participação das mulheres. Os filhos dos Rheingantz e o filho de Gustav Poock passam a se envolver com os negócios. Também os genros (e não as filhas) de Albino José da Cunha transformam-se em administradores. Mesmo no caso da firma Viúva Albino Cunha & C., quem a administra na prática, através de uma procuração assinada pela mãe, é seu filho Alberto Cunha.

O objetivo mais geral desta pesquisa, de forma bastante simples, era o de demonstrar como os sujeitos envolvidos no processo de industrialização de Rio Grande eram os elos que conectavam os mais diversos setores da economia. Privilegiou-se, assim, trabalhar de forma exploratória o assistencialismo e a caridade, os transportes públicos, a construção de estradas e a formação de algumas indústrias, como forma de conectar conhecimentos que estavam dispersos na bibliografia existente. Se haviam trabalhos sobre o surgimento das fábricas, sobre ramos específicos da indústria como o têxtil e o de fumos, sobre a constituição de novos modos de sociabilidade, havia também a necessidade de se demonstrar que todos esses aspectos não eram condições isoladas. Em síntese, eram sempre os mesmos sujeitos por trás de todos os negócios. Muitos são os trabalhos que se dedicam a apenas um aspecto desse

grupo, a um indivíduo ou a um só empreendimento. O objetivo aqui foi o de tentar reunir ou aglutinar vários desses.

As considerações finais apresentadas até aqui só foram possíveis devido à aplicação dos métodos prosopográfico e indutivo de análise, baseados na descrição detalhada das trajetórias de vida dos sujeitos estudados e suas relações com os empreendimentos a que estavam ligados. Seu desenvolvimento permitiu a organização dos dados e posterior aproximação com as particularidades de cada indivíduo que compunha o grupo de estudo, ainda que houvessem lacunas no quadro mais geral. Informações originalmente dispersas na documentação puderam ser organizadas de forma a promover novas interpretações. Procurou-se encontrar, assim, os significados por trás de pequenos detalhes que vão sendo reproduzidos sem muita reflexão a partir das fontes disponíveis. A avaliação dos títulos e ocupações é, talvez, o melhor exemplo desse procedimento. As palavras que precedem alguns indivíduos nas listas nominais, entre elas comendadores, doutores ou viscondes e barões, são símbolos de distinção entre os sujeitos e falam sobre *status* e reconhecimento social. Também as patentes da Guarda Nacional servem para se verificar a ascensão social de alguns, sua capacidade de se relacionar com outros, ou em outras palavras, seu capital social e político. Do mesmo modo, a questão da propriedade de escravos tratou brevemente do passado e das origens de alguns.

Os cinco empreendimentos-chave, usados para compor o grupo prosopográfico, foram analisados a partir do contexto histórico da modernidade. O termo modernidade carrega em si uma gama variada de conceituações teóricas. Entretanto, buscou-se utilizá-lo em seu sentido mais genérico de exaltação do progresso e dos feitos tecnológicos e científicos, e sua apropriação pelas elites locais. Tratou-se de se buscar as consequências e implicações que esse contexto mais amplo ocasionou ao ser incorporado pelos indivíduos ao longo do período de estudos (1884-1913). Desse modo, não foi pretensão deste trabalho a definição ou caracterização da modernidade enquanto momento histórico específico. Ainda assim, foi impossível ignorar que suas ideias mais gerais permeavam algumas ações dos sujeitos estudados. Um exemplo trabalhado foi a criação do Asilo de Mendicidade e o uso da caridade em prol do reconhecimento público e do exercício da fé. A instituição aparece conectada aos mesmos sujeitos que compõem a Misericórdia da cidade e carrega, com isso, alguns significados simbólicos de disputa de espaço político e capital social. Fazer parte das diretorias dessas entidades significava ter acesso direto ao poder central, ter capital social para distribuir auxílio ao mais necessitados e ingerir diretamente sobre a própria aparência da cidade.

O estudo das empresas de transporte público e de construção de estradas de ferro, a partir do caso da Viação Rio-grandense, é outra situação em que foi possível observar a atuação desses homens de negócios sobre os rumos e o cotidiano citadino. Essas empresas, constituídas, inicialmente, para atender a necessidades primárias de outros empreendimentos dos quais seus diretores faziam parte, acabavam tendo grande influência sobre o dia a dia da cidade e de seus habitantes, ao definir trajetos e horários de deslocamentos, criar ruas mais propícias ao trânsito e aos passeios a pé e, no caso específico da Viação Rio-grandense, promover o surgimento de uma nova forma de lazer e de cuidado com o corpo a partir da criação do balneário. As ruas aos poucos vão ficando mais largas, limpas e arejadas, o ritmo da vida vai entrando em compasso com o apito das fábricas e se acelerando com a velocidade dos bondes, dos trens e das máquinas a vapor. Os moinhos de Albino Cunha foram interpretados à luz de um capitalismo em expansão, que se fez sentir também nas pequenas localidades. As grandes fábricas, como a Rheingantz e a Poock, surgem como símbolos do desenvolvimento local e seus produtos são exemplos de um progresso que pode ser demonstrado em todos os lugares do globo através das Grandes Exposições. A referência a aspectos mais simbólicos sobre os empreendimentos e as decisões dos empresários de Rio Grande sobre seus bens e seus negócios buscou, portanto, demonstrar outros fatores que estariam relacionados ao direcionamento dado às companhias.

O banco de dados criado para essa dissertação em linguagem SQL se mostrou profícuo para estes estudos prosopográficos, nos quais é caro o cruzamento entre dados. Esse sistema não é um modelo fechado e propiciará, em momento posterior, a inclusão de novos dados a partir de novos conjuntos de fontes. Essencialmente, é possível integrar ao conjunto qualquer lista nominal que seja interessante relacionar com a base de dados. Os gráficos dinâmicos criados dentro do sistema permitem a seleção de critérios específicos e a construção de apresentações visuais de forma rápida e bastante explicativa. Assim, segue existindo todo um arcabouço de novas possibilidades. É viável, a título de exemplo, a inclusão de outras empresas de Rio Grande que ficaram de fora deste trabalho, ou o cruzamento com empresas de Porto Alegre, Caxias do Sul ou qualquer outra região que possa ser interessante para a construção de novos dados de análise. Por fim, o exercício de construção do Sistema de Análise Prosopográfica demonstra o quanto a História ou os historiadores, de modo geral, ainda podem e devem se aproximar das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esse processo será mais proveitoso se trabalhado de modo interdisciplinar, com áreas como a Ciência da Computação e a Matemática.

## LISTA DE DOCUMENTOS

### Leis e decretos

BRASIL. Código Comercial. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm). Acesso em: 07/11/2017.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 07/11/2017.

BRASIL. Código penal dos Estados Unidos do Brasil. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm)impressao.htm. Acesso em: 07/11/2017.

BRASIL. Decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, dá regulamento para o serviço de faturas consulares. In: *Coleção de Leis do Brasil*. 31/12/1900. p. 758. Acesso online.

BRASIL. Decreto nº 434, de 4 de Julho de 1891. Consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonyms. Coleção de Leis do Brasil - 1891, Página 34 Vol. 2 pt. I.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1831, Vol. 1, parte I, p. 49. Acesso online.

BRASIL. Lei n. 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM1083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm). Acesso em: 17/11/2017.

BRASIL. Lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonyms. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm). Acesso em: 07/11/2017.

### Fontes manuscritas

APERS. Fundo 005: Comarca de Rio Grande. Ano: 1875 – Processo nº: 341. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

APERS. Fundo 005: Comarca de Rio Grande. Subfundo: II Vara Cível e Crime. Ano: 1860 – Processo nº: 142. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

APERS. Inventário de Albino José da Cunha. Processo nº 117. Inventariante Alcira Lucilia de Araujo Cunha. Comarca de Porto Alegre. 1926.

APERS. Inventário de Antônio José Monteiro. Processo nº 59. Comarca de Rio Grande. 1913.

APERS. Inventário de Antônio Manoel de Lemos Júnior. Processo nº 12. Inventariante Joaquim Domingos Pereira. Comarca de Rio Grande. 1902.

APERS. Inventário de Carolina Amélia Monteiro. Processo nº 1064. Inventariante Domingos José Vaz Dias. Comarca de Rio Grande. 1879.

APERS. Inventário de Domingos José Vaz Dias Júnior. Processo nº 3257. Inventariante Conceição de Menezes Vaz Dias. Comarca de Rio Grande. 1936.

APERS. Inventário de Domingos José Vaz Dias. Processo nº 422-A. Comarca de Rio Grande. 1936.

APERS. Inventário de Georg Wilcock Lawson. Processo nº 5228. Inventariante Gerturdes De Araujo Lawson. Comarca de Rio Grande. 1920.

APERS. Inventário de Hugo Alberto Thonsen. Processo nº 5234. Inventariante: Juana Petrona Blanca Thomsen. Comarca de Rio Grande. 1919.

APERS. Inventário de Luis Fraeb. Processo nº 490. Inventariante Carlos Meireles. Comarca de Rio Grande. 1903.

APERS. Inventário de Lycurgo Telles de Menezes. Processo nº 171. Comarca de Rio Grande. 1916.

APERS. Inventário de Maria Angélica da Conceição. Processo nº 1055. Inventariante Domingos José Vaz Dias. Comarca de Rio Grande. 1879.

APERS. Inventário de Miguel Tito de Sá. Processo nº 989. Inventariante Maria Delfina de Miranda Sá. 1875. Comarca de Rio Grande.

APERS. Inventário de Ricardina Maria de Sá Campello. Processo nº 1273. Inventariante: Antônio Chaves Campello. Comarca de Rio Grande. 1888.

APERS. Justificação. Processo nº 1385. Justificado: João José Correa Barboza. Justificante: Albino José da Cunha e Companhia. Comarca de Rio Grande. 1894.

APERS. Justificação. Processo nº 912. Prenome-Nome Justificado: Hermann Ludnig Falkmann. Prenome Justificante: H. A. Schiott. Comarca de Porto Alegre. 1897. Comarca de Porto Alegre.

APERS. Testamento de Antônio Manoel de Lemos Júnior. Processo nº 2606. Comarca de Rio Grande. 1903.

BRG. Coleção Rheingantz. Latas 1 a 4.

IHGRGS. Fundo Borges de Medeiros. Correspondências.

## Documentos corporativos

BND. Hemeroteca Digital Brasileira. Estatutos, atas de assembleias, prospectos e listas de acionistas e notas das seguintes empresas (diversas datas):

A. C. L. Fraeb (Hamburgo)	Companhia Hydraulica Porto-alegrense
A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Companhia Industrial e Mercantil Rio Grandense
Albino & C.	Companhia Industrial e Pastoril
Aliança do Sul	Companhia Progresso Industrial (Porto Alegre)
Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Companhia União de Seguros Maritimos
Associação dos Empregados no Comércio	Companhia Viação Rio-grandense
Banco da Província	Correa Leite & C.
Banco da República	Duvivier & C.
Banco de Crédito Real	Fábrica de Charutos Poock
Banco do Commercio de Porto Alegre	Fábrica de Fumos e Cigarros Alliança
Banco do Rio Grande do Sul	Fábrica de Pregos Pontas de Paris (Porto Alegre)
Banco Nacional do Comercio	Fábrica Rheingantz
Biblioteca Rio-grandense	Fraeb, Nieckele & C. (Brasil)
Caixa dos Funcionários Públicos	Guarda Nacional
Câmara do Comércio de Porto Alegre (Praça do Comércio)	Hidráulica Guahybense (Porto Alegre)
Câmara do Comércio de Rio Grande	Hormain & C.
Camara Portuguesa do Comércio	J L Vianna & C.
Carris Urbanos	Martins & Albino
Centro Republicano	Moinho Rio-grandense
Clube Comercial de Pelotas	Moinho Sul Brasil
Companhia de Conservas Rio Grandense	Otero, Gomes & C.
Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande
Companhia de Navegação Sul Rio Grandense	Silva, Sequeira & C.
Companhia de Seguros Maritimos Phenix de Porto Alegre	Sociedade Alemã de Tiro (Deutscher Schützenverein)
Companhia de Seguros Mercúrio	Sociedade Anonima Mutualidade (Porto Alegre)
Companhia de Seguros Previdência do Sul	Sociedade de Beneficência Portuguesa
Companhia de Seguros Rio-grandense	Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro
Companhia Fabril Porto Alegrense	Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense
Companhia Farmacêutica e Industrial	Sport Club Rio Grande
Companhia Fluvial Jaguareense	Thomsen & C. (Rio Grande)
Companhia Força e Luz Porto-alegrense	Turf Rio-Grandense

BND. Acta da reunião da assembleia geral de constituição da Sociedade Commanditaria em Acções Poock & C. de 15 de agosto de 1881, publicada no jornal *A Federação* 01/09/1891.

BND. Estatuto do Asilo de Pobres da Cidade do Rio Grande de 03/07/1918. In: *Jornal A Federação*, 10/07/1918, p. 7

BND. Estatutos da Empresa de Navegação Sul Rio-grandense. In: *A Federação*, 07/10/1909, p. 2.

BND. Estatutos de Constituição da Companhia de Charutos Poock, sucessora da Sociedade Comanditária em Acções Poock & C. In: *A Federação*, 09/04/1912, p. 2.

BRG. Estatutos da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande do Sul e Prospecto para a linha da Mangueira destinada a crear uma Estação de Banhos no Mar Grosso. Rio Grande, 1886.

BRG. Relatórios da Diretoria da Companhia União Fabril e Pastoril, sucessora de Rheingantz & C. Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16. P.1. (1891-1894).

BRG. Relatórios da Diretoria da Companhia União Fabril, sucessora de Rheingantz & C. Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16. P.1. (1895-1920).

BRG. Relatórios da Sociedade Comanditária em Ações Rheingantz & C. Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16 P.1. (1884-1890).

NPH / UFRGS. Acervo: Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1945.

NPH / UFRGS. Banco de Dados: O processo de Industrialização no RS entre 1889-1945.

SCRG. Atas e Estatutos da Câmara do Comércio do Rio Grande. Acervo da A.C. Santa Casa do Rio Grande; Lista dos ex-presidentes da câmara do comércio do Rio Grande. Disponível em: <http://www.camaradecomercio.com.br/expresidentes>.

### Fontes editadas

ALMANAK LITTERARIO E ESTATISTICO (RS), 1907, 1908, 1910.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1901. Porto Alegre, Gundiach e Becker, s.d.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Versão digital.

LLOYDS GREATER BRITAIN PUBLISHING COMPANY LTDA. **Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos**. Londres: Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltda., 1913. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em 10/05/2017.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. **Recenseamento do Brazil de 1920**. Vol. 5. Parte 1. Industria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em 21/01/2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICA. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. p. 86.

O IMPERIO DO BRAZIL NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1876 EM PHILADELPHIA. Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1875. p. 316.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

VASCONCELOS, Rodolfo. VASCONCELOS, Jaime. *Achico Nobiliarchico Brasileiro*. Lousanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

**Sites e fontes online**

BND. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 08/11/2017.

COATS. Disponível em: <http://www.coats.com/index.asp?pageid=20>. Acesso em:  
12/07/2017.

DEUTSCHE BANK BRASIL. DISPONÍVEL EM:  
<HTTPS://WWW.DB.COM/BRAZIL/PT/CONTENT/HISTORICO.HTML>. ACESSO EM  
08/11/2017.

FAMILY SEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/hr/search/>. Acesso em  
08/11/2017.

FGV/CPDOC. Dicionário da Elite Republicana. Vários Verbetes. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 08/11/2017.

FUNDAÇÃO BUNGE. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br>. Acesso em:  
05/07/2017

GENI. Disponível em: <https://www.geni.com/home>. Acesso em: 08/11/2017.

GETTY IMAGES. Disponível em: [www.gettyimages.com.br/](http://www.gettyimages.com.br/) Acesso em: 08/11/2017.

JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 08/11/2017.

ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em: 12/11/2016.

PAPAREIA. Disponível em: <http://guaiecapapareia.blogspot.com.br/>. Acesso em:  
08/11/2017.

PRATI. Disponível em: [prati.com.br](http://prati.com.br). Acesso em: 08/11/2017.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais (direito de empresa)**. 20 ed. (revista e atualizada). São Paulo: Saraiva, 2012.

AMARAL, Thiago F. **Origem e evolução da atividade industrial no município de Rio Grande no contexto econômico do estado do RS: do final do século XIX aos meados da década de 1960**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC / PPGG, 2011.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **Questões de teoria e metodologia num itinerário entre duas historiadoras: Kátia Mattoso e Adeline Daumard**. In: *Recôncavos*. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 3 (1) 2009.

AXT, Gunter. **Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891**. Revista Justiça e História. Vol. 2. N. 3. Sd.

BAECHLER, Jean. **Grupos e sociabilidade**. In: BOURDON, Raymond (org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul - Arte - Sociedade – Ideologia**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BILAC, Maria B. Bianchini. **Elites e Retratos. Um estudo sobre as galerias de honra das misericórdias de São Paulo e Santos**. Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, P. 333-348, JAN./JUN. 2014. p. 333-348.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional**. Col. Panorama da história do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS / PPGS, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia dos bens simbólicos**. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

BOXER, Charles R. **Portuguese Society in the Tropics**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.

BUESCU, Miercea. **História econômica do Brasil: leitura básica**. Edição. [S.L.]: Centro de documentação do pensamento brasileiro (CDPB), 2011. 505 p.

BUESCU, Miercea. **O reerguimento econômico (1903-1913)**. In: *Revista de informação legislativa*. Vol. 25, n. 99 (jul./set. 1988).

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)**. Tese de doutorado. São Paulo: PPGHE, 2006.

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia balanço e perspectivas**. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DE BOLSAS DE VALORES. **Vocabulário do Mercado de Capitais**. Série Biblioteca. Belo Horizonte: CNBV, 1993.

COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miqueias (orgs.). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

COPSTEIN, Raphael. **O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande**. Revista Geografía Histórica y Planeamiento. 1966.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CORAZZA, Gentil. **Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, s/d. 25 p.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1985.

DAUMARD, Adeline. **Os Burgueses e a Burguesia na França**. São Paulo: Livraria Martins Afonso, 1992.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

ENKE, Rebeca Guimarães. \_\_\_\_\_. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos / PPGH, 2005. 143 p.

ENKE, Rebeca Guimarães. **O espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul: a vilegiatura marítima na Villa Sequeira / Praia do Cassino (1885-1960)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP / PPGHS, 2013. 354 p.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. **História da família e da demografia histórica**. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 8. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERRARETTO, Maria Karina. **Fábrica Rheingantz: a Empresa, o Empresário e os Acionistas. Um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do Século XIX (1873-1895)**. Trabalho de conclusão. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERREIRA, Felipe N. **Ao sul do sul o mar também é pampa. Sensibilidades de verão na**

**Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892).** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FONSECA, Helder. **Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910).** *Análise Social*, vl. XXXIII, 1998, 42p.

FONSECA, Helder. **Elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial.** *Análise Social*, vol. XXXI, 1996, 38p.

FERREIRA, Maria Leticia M. **"Quando o apito da fábrica de tecidos": memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, 1950-70.** Tese. Rio Grande: FURG, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império português.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Freyre, Gilberto. *Casa grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira.* 1 Ed. 1933. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987;

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 17<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Gil, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história).** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GRIJÓ, Luiz A. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937).** Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2005.

GRIJÓ, Luiz A. **Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937).** *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (2): 2009.

GROISMAN, Daniel. **Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice.** Trabalho apresentado no GT antropologia e envelhecimento, na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em 1998. Recebido para publicação em julho de 1999.

HANSMANN, Henry; PARGENDLER, Mariana. **Voting Restrictions in 19th Century Corporations: Investor Protection or Consumer Protection?** Conference on Firm Governance: Law in History, Tel Aviv University, June 13-15, 2010.

HEES, F.; **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956).** Em *Tempo de Histórias*, Vol. 10, p. 79-99, 2011.

HEINZ, F. & CODATO, A. **A prosopografia explicada para cientistas políticos.** In: *PERISSINOTTO & CODATO (editores). Como estudar elites.* Curitiba: Editora UFPR, 2015. pp. 249–275.

HEINZ, Flávio. \_\_\_\_\_. **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flávio. **O historiador e as elites – à guisa de introdução**. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Geociências, 2005. 235p.

HISTÓRICO BUNGE BRASIL. Centro de Memória Bunge. São Paulo. sd. 32 p. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-bunge-brasil.pdf>. Acesso em: 05/07/2017.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia se São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una História más global**. Revista da Faculdade de Letras- História, III Série, volume 5, Porto, 2004.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria B. **A indústria do RJ através de suas sociedades anônimas, esboços de história empresarial**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

LEWIN, Linda. **Some historical implications of kinship organization for Family – based politics in the Brazilian Northeast**. Society for Comparative Studies in Society and History. Vol. 21, No. 2 (Apr., 1979), pp. 262-292, Cambridge University Press.

LEWIN, Linda. **Política e parentela da Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMEIRA TEJO, Aurélio. **A indústria Rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre: Globo, 1937.

LIMEIRA TEJO, Aurélio. **Estatística industrial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1939;

LOBO, Eulália L. (et. al.); **Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, n. 25 (4), out. /dez. 1971. p. 235-265.

LOBO, Eulália L. **História das Empresas**. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Edição Digital. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LONER, Beatriz. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese. Porto Alegre: UFRGS / PPGH, 1999.

LONER, Beatriz. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade – UFPel/Rede Unitrabalho, 2001.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais.: In: HEINZ, Flavio. (org.) Por outra história das elites. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. P. 77-97.

LUZ, Nícia V. **A luta pela industrialização do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

MARTINS, Maria F. V. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda. **O Conselho de Estado no Segundo Reinado**. Artigo. Disponível em <http://redememoria.bn.br/2012/01/o-conselho-de-estado-no-segundo-reinado/> Acesso em: 19/9/2016.

MARTINS, Solismar. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia Rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**. In: *Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005.

MARTINY, Carina. **Saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro (na transição do Império para a República)**. In: FERREIRA, T. M. C.; NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P. (Orgs.) *Elites, fronteiras e cultura no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013. p. 65-87.

MERTZ, Marli. **A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930**. Ensaio FEE. Porto Alegre, vol. 12. 1991.

MONTEIRO, Lorena. **Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História**. In: *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan. /jun. 2009.

MUGGE, Miquéias H. **A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Departamento de História de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

MUGGE, Miquéias H. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, PPGH, 2012.

MUGGE, Miquéias H. **Sobre pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – eISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.1472-1494.

MULLER, Carlos Alves. **História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. **As Vitrines do Progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais**. Rio de Janeiro:PUC-RJ/FINEP/CNPq, 1986.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **Fragmentos de uma cidade: a Cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da Modernidade**. Biblos, Rio Grande, v. 8, 147-158, 1996

PAIVA, José Pedro (coord.). **PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM: Fazer a História das Misericórdias**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

PARGENDLER, Mariana. **Cinco mitos sobre a história das sociedades anônimas no Brasil**. São Paulo: SP Direito FGV, 2013.

PEDROSO, Ticiano D. **Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande (1950)**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Dissertação de mestrado. Pelotas: UFPel, 2012.

PEDROSO, Ticiano D. **ENTRE O APITO E O CHEIRO DE PEIXE. História, cotidiano e sociabilidades no bairro Cidade Nova**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PEDROSO, Ticiano D.; FERREIRA, Felipe N. **Na hora do bonde: a implantação do transporte urbano na Rio Grande do século XIX**. AEDOS, Porto Alegre, n. 10, v.4 - Jan/Jul. 2012

PESAVENTO, Sandra J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 14.

PIMENTA, C. **Salários e preços no século XIX em Portugal: análise econômica**. Boletim de Ciências Econômicas, n. 26, p. 168-240.

PINHEIRO, Maria T. G. **A fundação do balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, Departamento de Geociências, Mestrado em Geografia, 1999.

PINTO, Jefferson de Almeida. Capítulo 3. **"Uma esmola pelo amor de deus!": caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930)**. In: Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c. 1876 – c.1922). 2004. Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2004. p. 277.

PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES n. 271. Março, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Capítulo 24. A Industrialização**. In: *História Econômica do Brasil*. Editora Braziliense. Edição digital.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das Letras: São Paulo, 2011.

RAMOS, José Hugo. OSÓRIO, Ivan. **A industrialização posta à prova.** Porto Alegre: Centro de Estudos Sociais/IFCH/UFRGS, 1969.

REICHEL, Heloisa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930).* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista.** *In: História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista.** *In: História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul (Tomo I e Tomo II).** Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia.** Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Editora da Universidade, 1981;

SÁ, Isabel dos Guimarães. **As Misericórdias.** *In: História da Expansão Portuguesa. Vol. 1. A formação do Império (1415-1570).* Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 1998. p. 360-368.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Assistência: as misericórdias e os poderes locais.** *In: OLIVEIRA, César (dir.). História dos municípios e do poder local.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 136-142.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Shaping social spaces in the centre and periphery of the Portuguese empire: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century.** *In: Portuguese Studies*, v. 13, 1997a. Edited by the Department of Portuguese King's College London.

SAES, Flávio A. M. de. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República.** *In: Estudos Avançados.* Vol. 3. nº 7. São Paulo, Set-Dez. 1989. P. 20-39.

SALVATORI, HABIAGA & THORMANN. **Crescimento Horizontal da cidade do Rio Grande.** *IN: Revista Brasileira de Geografia.* IBGE, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-124, jan.-mar., 1989.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.** *In: História da Vida Privada no Brasil.* Vol. 3. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMONSEN, R.C. 1973. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

SOUZA, Antônio Cândido. "The Brazilian Family". Em: Smith, T.L. (org.). *Brazil, portrait of half a continent*. Nova York: Marchand General, 1951.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TERUYA, Marisa T. **Apontamentos bibliográficos para o estudo da família de elite no Brasil**. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. N. 25-1. 2007. pp. 177; 182.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores Da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - (1851-1864)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2007. p. 63-64.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937). V. 2. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho. Porto Alegre: CORAG, 2005. 176p.

VARGAS, Jonas M.; FARINATTI, Luís Augusto E. **Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações**. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014.

VARGAS, Jonas M. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / PPGHS, 2013.

VARGAS, Jonas M. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS / PPGH, 2007.

VERONA, Antônio Folquito. **O mundo é nossa pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, 1993.

VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

VOLGT, Olgário. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social**. Tese de doutorado. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006.

## ANEXOS

Anexo I. Chalés de veraneio no Balneário Villa Sequeira.

Anexo II. Anúncios comerciais.

Anexo III. Transporte público: bondes.

Anexo IV. Transporte público: trens e linhas férreas.

Anexo V. Transporte público: estações férreas - Rio Grande.

Anexo VI. Empreendimentos: Fábrica de Charutos Poock.

Anexo VII. Empreendimentos: Fábrica Rheingantz.

Anexo VIII. Empreendimentos: caridade.

Anexo XIX. Empreendimentos: diversos.

Anexo X. Sujeitos e famílias.

Anexo XI. Espaços de sociabilidade: o porto e as ruas.

Anexo XII. Espaços de sociabilidade: Villa Sequeira.

Anexo XIII. Grandes exposições no Brasil e no mundo.

Anexo XIV. Ficha prosopográfica: personagens.

Anexo V. Ficha prosopográfica: empreendimentos.

Anexo XVI. Código Criminal do Império do Brasil.

Anexo XVII. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Anexo XVIII. Taxa cambial pence/mil-réis (1870-1930).

Anexo XIX. Lista de Acionistas da Fábrica Rheingantz (exemplo).

Anexo XX. Listas de acionistas e diretorias (diversos empreendimentos).

Anexo XXI. Quadro geral de indivíduos-chave e cargos ocupados.

**Anexo I.** Chalés de veraneio no Balneário Villa Sequeira.



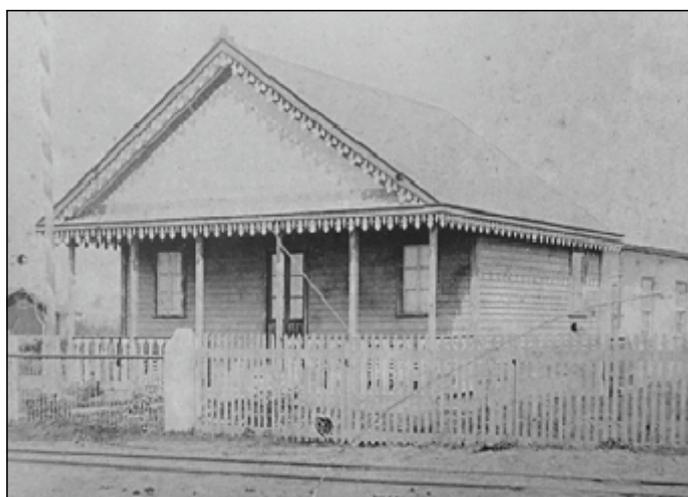
a) Proprietário: Família Rheingantz. s.d. Acervo Bibliotheca Rio-grandense



b) Proprietário: Família Poock. A residência foi vendida à família Lawson em 1912. Acervo: Othero.



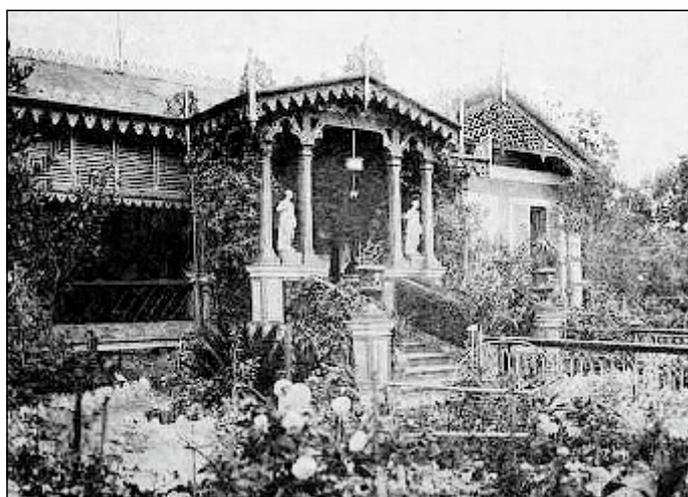
c) Proprietário: Carlos Jacob Theodoro Nieckele. Final do século XIX. Acervo Bibliotheca Rio-grandense.



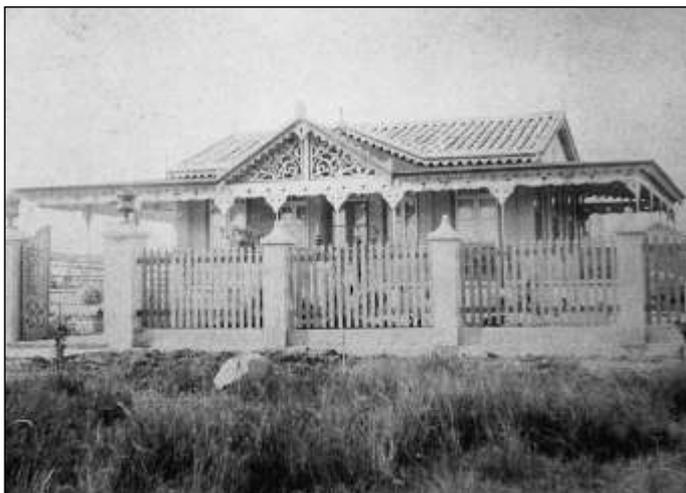
d) Proprietário: João Batista Raffo. 1890. Primeiro chalé construído no balneário. Acervo Bibliotheca Rio-grandense.



e) Proprietário: George Edward Lawson. Construção: 1893-95. O terreno e a planta foram deixados de herança pelo barão de São José do Norte, Eufrásio Lopes de Araujo, sogro de Lawson.



f) Proprietário: Visconde de Pinto da Rocha. Final do século XIX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



g) Proprietário: Miguel Fernandes Moreira. Final do século XIX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



h) Proprietário: Carlos Alberto Cuello (1919). Projeto: Alberto Rheingantz. Acervo Bibliotheca Rio-grandense.



i) Proprietários: Francisca Assumpção Osório e Fernando Luis Osório, filho do Marquês do Herval. Construção: 1919.



j) Restaurante Beira-mar. Final do século XIX. A propriedade resistiu até a década de 1940. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



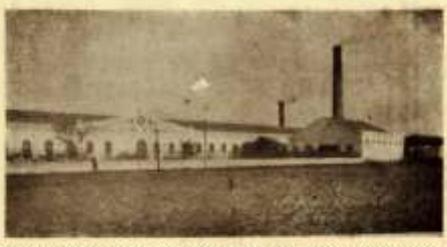
l) Proprietário: Leonel Pancada, dono também da fábrica de biscoitos Leal, Santos & C. S.d. Acervo: Theatro Polytheama.



m) Proprietário: Miguel José de Araujo. Final do século XIX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense

Anexo II. Anúncios comerciais.

**COMPANHIA UNIÃO FABRIL**  
 SUCESSORA DE  
**Rheingantz & C.<sup>ia</sup>**



Fabrica Nacional de Tecidos de Lã  
 Fabrica de Algodões Rio Grandense  
 Fabrica de Anlagens Rio Grandense

Endereço telegraphico: FABRICAS

**PREMIADAS:** Medalha de bronze, Rio de Janeiro, 1878; Philadelphía, 1876 - Diploma de Honra, Rio de Janeiro, 1891 - 5 Medalhas de Ouro, Prata e Bronze, Porto Alegre, 1893 - Medalha de Prata, B. Aires, 1893 - Grande Diploma, Berlim, 1893 - Diploma de Merito, Rio de Janeiro, 1899 - 5 Medalhas de Ouro, Porto Alegre, 1901.

**RIO GRANDE**

**ALBINO CUNHA**

MOINHOS:  
**RIO GRANDENSE**  
 e **PELOTENSE**  
 Fábricas a vapor de moinhos de trigo



É incontestável a superioridade dos productos d'estas fabricas:

**FLOR EXTRA**  
 em fardos e cisternas empacadas de 5 kilos

Primor, Eclipse, Coqueiro, Centeirina, Rolão, Farelo Fino, Farelo

A farinha PRIMOR é rica em gluten, tem uma panificação de 46 gram e dá o augmento de um terço de peso

Endereço Telegraphico: "Moinho"

**RUA Dr. PIO Núm. 5**  
**RIO GRANDE**

a) Anúncio da Fábrica Rheingantz, no qual é possível observar a promoção de suas três fábricas e dos prêmios obtidos nas exposições.

b) Anúncio: Moinho Rio-grandense e Moinho Pelotense.

**Domingos José Vaz Dias**



**CASA VAZ DIAS**



Casa fundada em 1877  
 Rua General Boccato, N.º 138, opp. da  
 Rua Galvão e 13  
 desde de 18 maio

Completo sortimento de Fazendas de lã, nacionais e estrangeiras, Artigos de phantasia e Miudezas  
 Grande e permanente deposito de cordões, fardos e outros artigos cunqueres  
 Importação directa  
 Vendas por ATACADO e a VAREJO  
**RIO GRANDE**

**J. L. Vianna & CIA**

Casa Comissaria, Confitearia e Casa Propria



Fundada por FRIVA & S

ARMAZEN:  
 RUA RIACHUELO

TRAPICHE  
 RUA MARECHAL FLORIANO E  
**RIO GRAN**

**José da Silva Fresteiro & C.**  
 Rua Riachuelo, 68 e 70  
 Endereço Telegraphico: "FRESTEIRO" - Caixa de Correio Ann 11  
**RIO GRANDE**  
 Succesores de Fresteiro & Irmão e Graciar Robbeuz & C.  
 CASA FUNDADA EM 1830



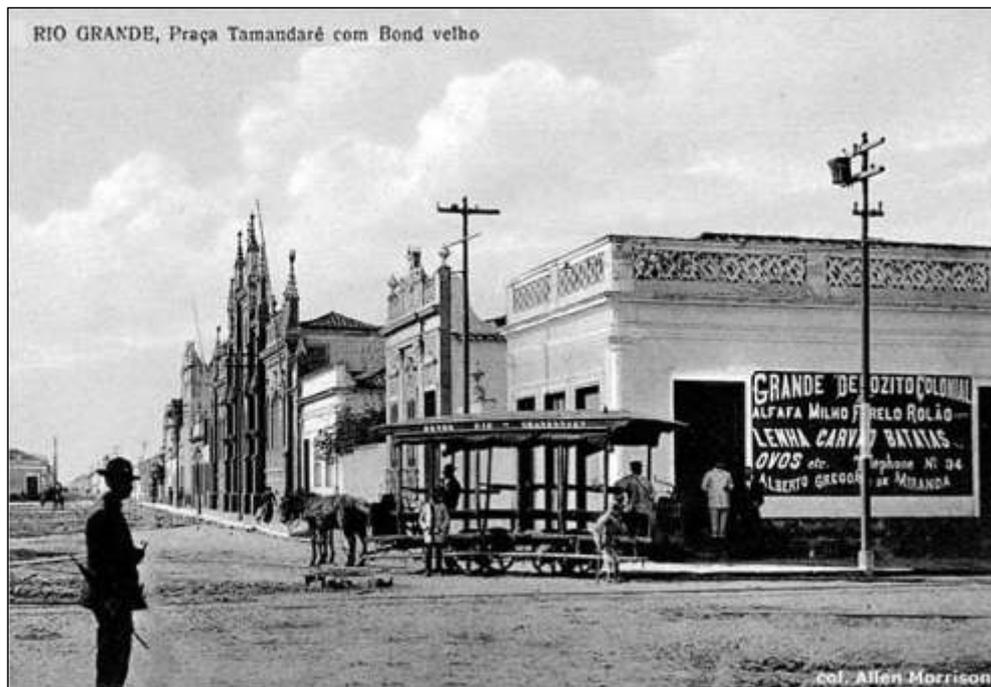
IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMISSOES e CONSIGNAÇÕES

Agencia de Importação de lã: Meret & Co., Langert & Co., Empresa de Navegação Rio de Janeiro, Comp. Sul America, Walter Scott & C., Empresa Navegação do Rio-Grandense LUNA AGENCIA LLOYD'S DE LONDRES

Trabalha exclusivamente com lã e Botão  
 Rua dos Machado de S. Paulo, 100 - RIO GRANDE - Tel. 1111  
**CHÁ SOL**

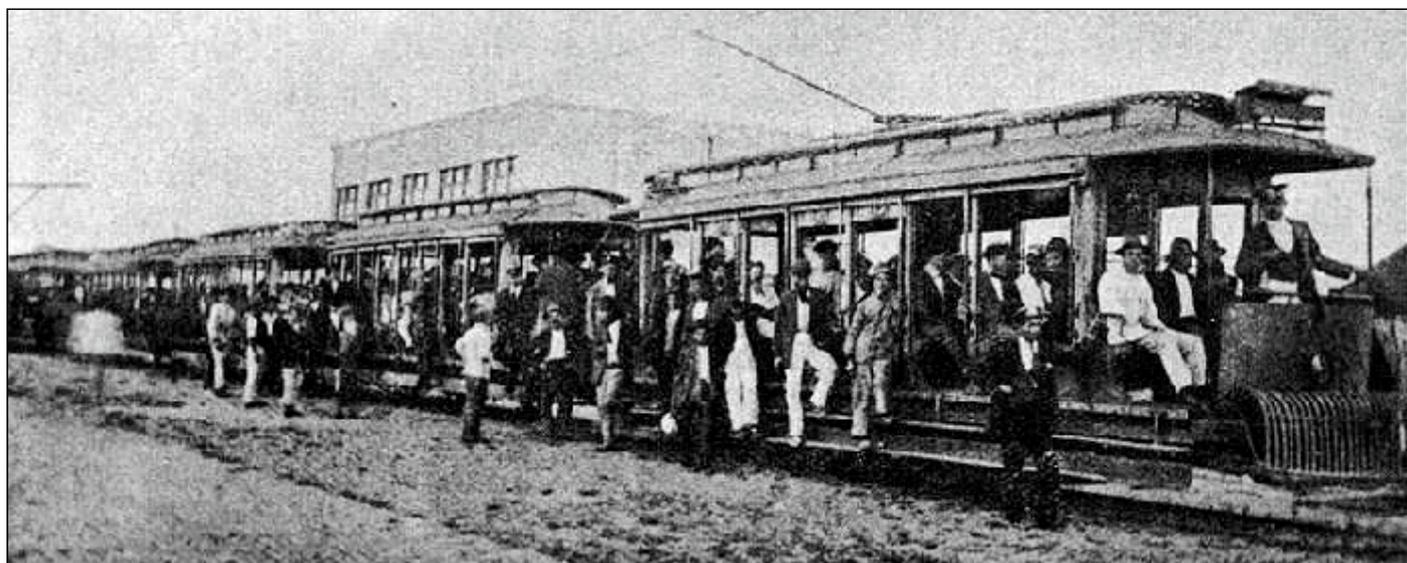
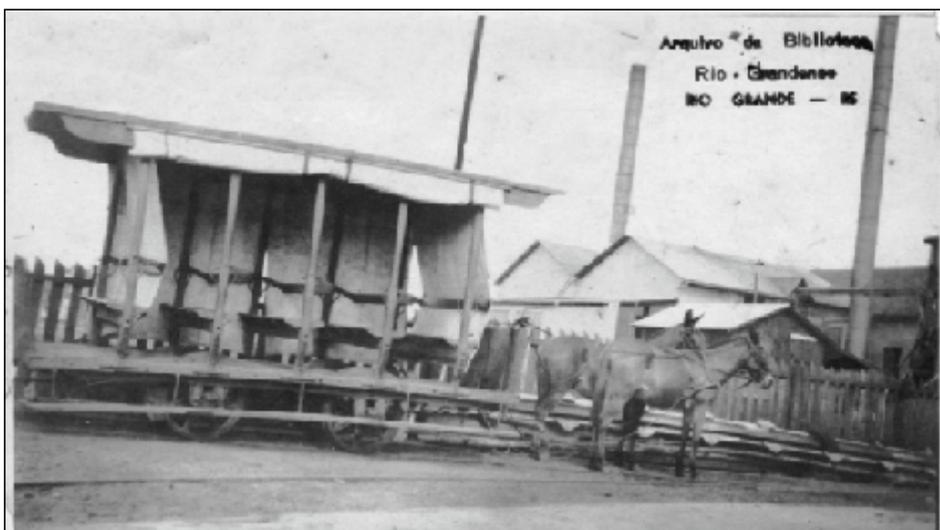
c) Anúncios / casas comerciais: Casa Vaz Dias, de Domingos José Vaz Dia; J. L. Vianna & C, de João Luiz Vianna; e Fresteiro & C, de José da Silva Fresteiro.

### Anexo III. Transporte público: bondes.



a) Bonde de tração animal. Início do século XX.  
Acervo: Biblioteca Rio-grandense.

b) Última viagem do Porto ao Matadouro Municipal. 14/11/1921.  
Acervo: Biblioteca Rio-grandense.



c) Comboio de bondes elétricos transportando empregados da Companhia Swift. Rio Grande. Acervo: Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo / SP, Livro: Rio Grande do Sul. 1920.

**Anexo IV. Transporte público: trens e linhas férreas.**



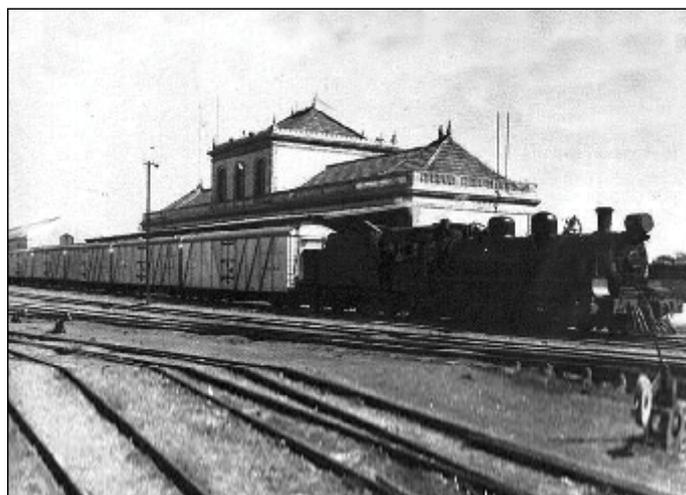
a) Estação Férrea da Villa Sequeira, sede da Companhia Viação Rio-grandense. Início do século XIX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



b) Trem parando na Villa Sequeira. Final do Século XIX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



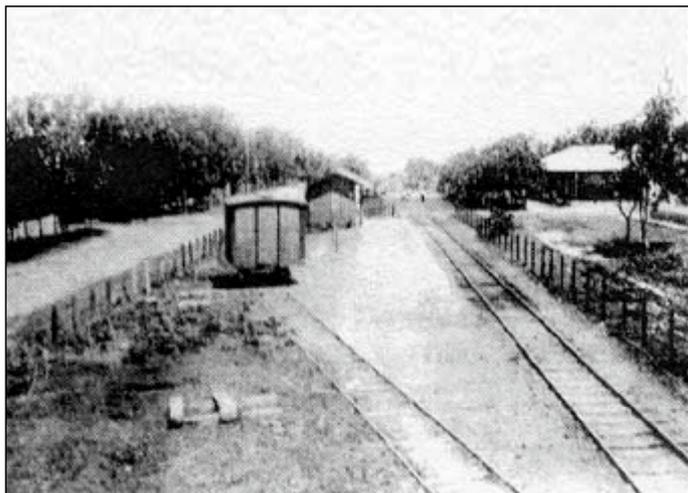
c) Trem chegando ao Balneário Cassino (Villa Sequeira). Década de 1950. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



d) Trem de carga saindo da Estação Central. Rio Grande. Década de 1950. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



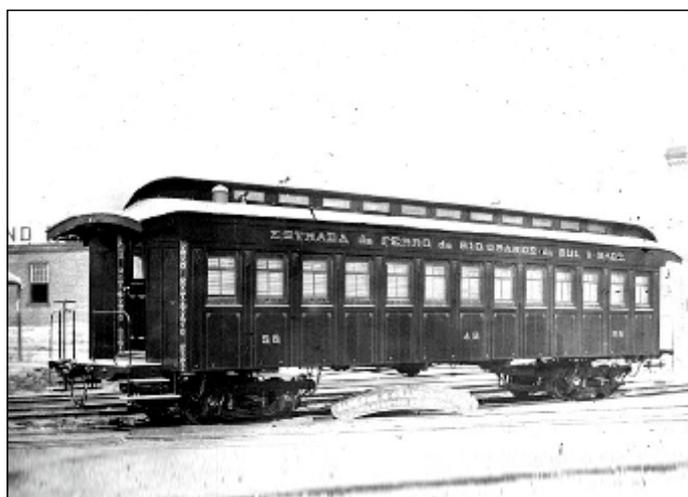
e) Última viagem de trem da Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé. Acervo: Viação Férrea.



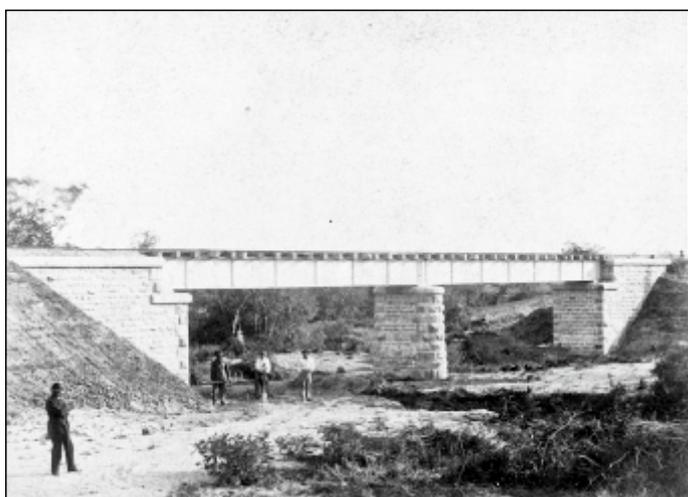
f) Construção da Estrada Rio-grande a Costa do Mar. 1884.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



g) Construção da Estrada Rio-grande a Costa do Mar. 1884.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



h) Vagão da Companhia Estrada de Ferro Rio Grande - Bagé.  
s.d. Acervo: Papareia.



i) Ponte Maria Gomes, Estrada de Ferro Rio Grande - Bagé.  
Década de 1880. Acervo: Papareia.



j) Final da construção da Estação Central. 1884. Sede administrativa da Companhia Estrada de Ferro Rio Grande - Bagé até 1905.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.

**Anexo V. Transporte público: estações férreas - Rio Grande.**

a) Estação Ferroviária Central, Rio Grande.  
Meados do século XX. Acervo: Papareia.



b) Estação Ferroviária do bairro Quinta, Rio Grande. s.d.  
Acervo: Papareia.



c) Estação Ferroviária da localidade do Bolaxa, Rio Grande,  
inaugurada em 1884. s.d. Acervo: Papareia.



d) Estação Ferroviária do  
bairro Povo Novo, Rio  
Grande. s.d. Acervo:  
Papareia.

**Anexo VI. Empreendimentos: Fábrica de Charutos Pook.**



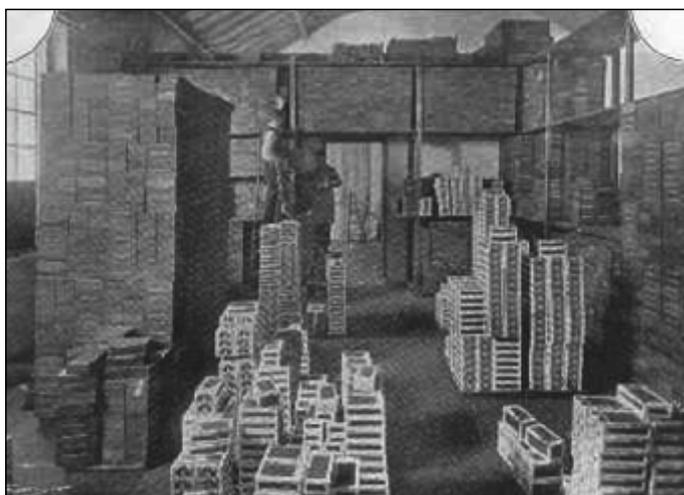
a) Fábrica de Charutos Pook, operários. s.d.  
Acervo: Papareia.



b) Fábrica de Charutos Pook, operários. Década de 1910.  
Acervo: Prati.



c) Fábrica de Charutos Pook, instalação principal. Avenida  
Buarque de Macedo. s.d. Acervo: Papareia.



d) Fábrica de Charutos Pook, depósito. s.d. Acervo: Papareia.

e) Fábrica de Charutos Pook,  
administração. Rua Marechal  
Floriano. s.d. Acervo: Papareia.



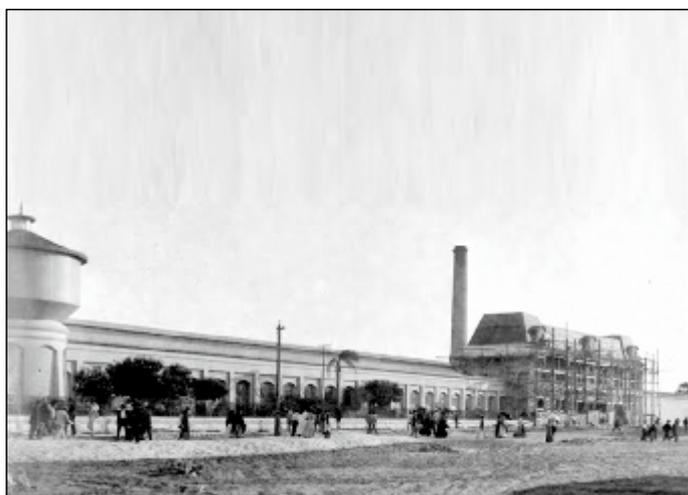
## Anexo VII. Empreendimentos: Fábrica Rheingantz.



a) Fábrica Rheingantz, armazém de separação de lã. s.d. Acervo familiar.



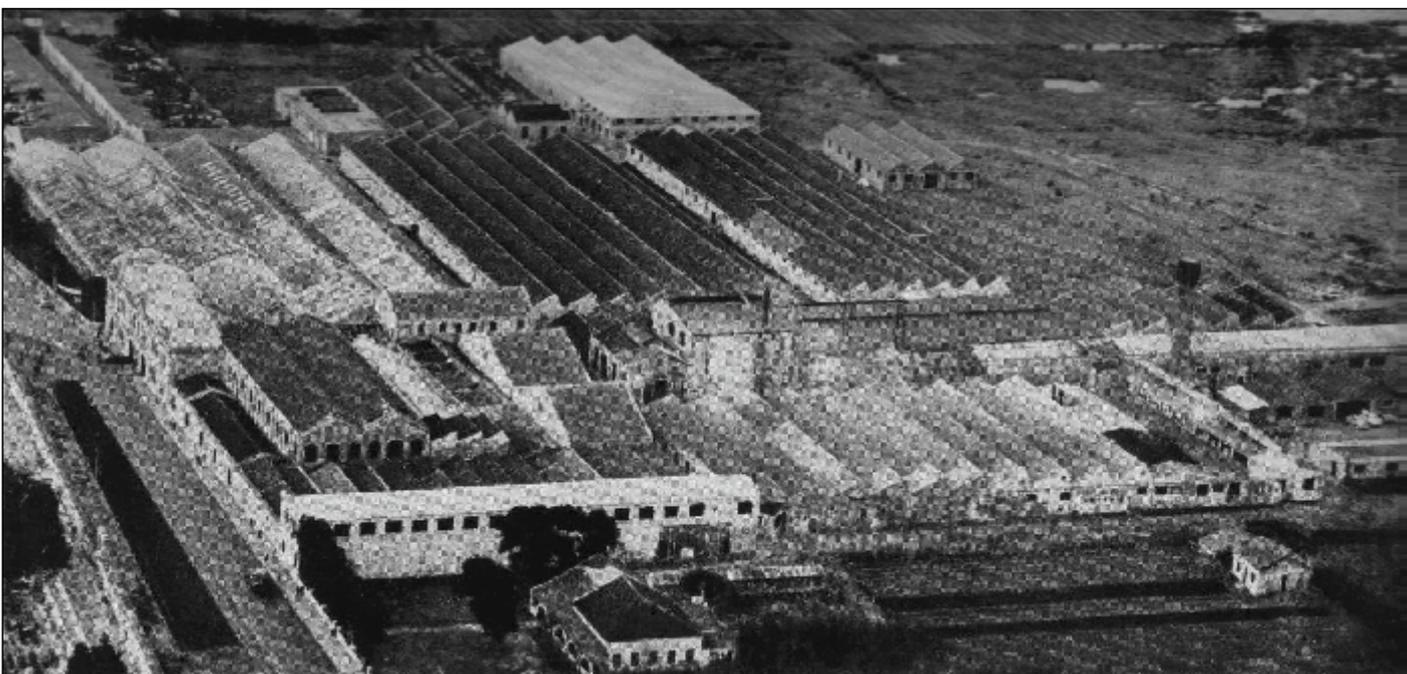
b) Fábrica Rheingantz, armazém da Sociedade Mutualidade. Acervo Papareia.



c) Construção do prédio administrativo. Final do século XIX. Acervo Biblioteca Rio-grandense.



d) Saída dos operários da fábrica. Início do século XIX. Acervo Biblioteca Rio-grandense.

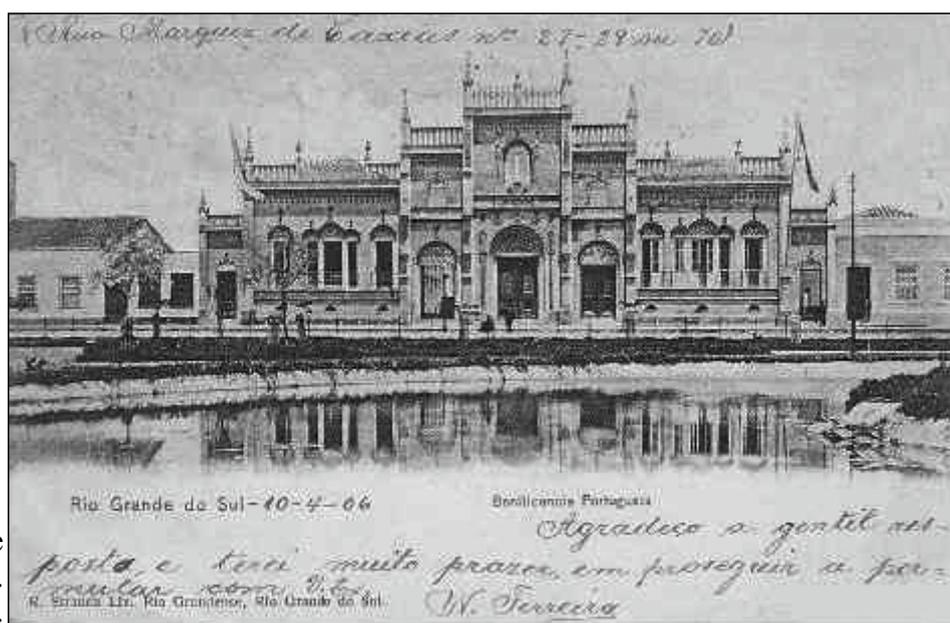


e) Vista geral do complexo fabril da Rheingantz. Meados do século XX. Acervo familiar.

## Anexo VIII. Empreendimentos: caridade



g) Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Cartão Postal. Final do Século XX. Acervo: Arquivo Central do IPHAN ACI/RJ.



h) Beneficência Portuguesa de Rio Grande. Cartão Postal. 1906. Acevo: Bibliotheca Rio-grandense.



i) Asilo de Mendicidade de Rio Grande, final do século XIX. Acervo: Prati.

**Anexo XIX. Empreendimentos: diversos.**



a) Banco da Província. Rio Grande, 1913. Fonte: Impressões do Brasil no Século XIX.



b) Moinho Rio-grandense, 1913. Fonte: Impressões do Brasil no Século XIX.



c) Loja do Pegas, fachada. s.d. Acervo: Prati.



d) Loja do Pegas, interno. s.d. Acervo: Prati.



e) Fábrica Leal Santos. s.d. Acervo Prati.



f) Fábrica de Fósforos, Rio Grande. s.d. Acervo Prati.

## Anexo X. Sujeitos e famílias.



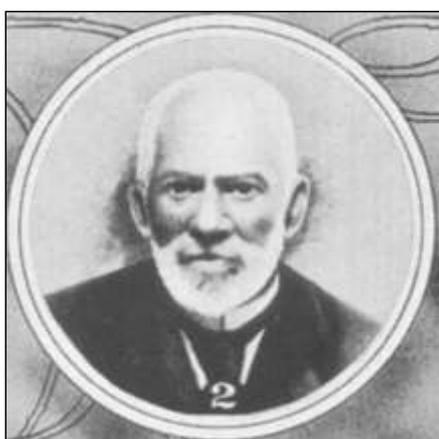
a) Christian Nygaard.



b) Gustav Feddersen.



c) Joaquim Martins Garcia.



d) Francisco Leal Pancada



e) Charles Fraeb



f) Ricardo Niecele



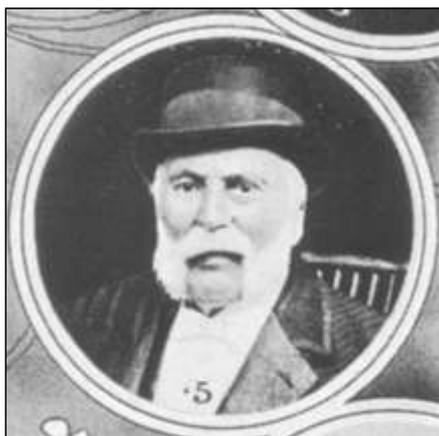
g) Carlos Guilherme Rheingantz



h) Augusto Cesar de Leivas



i) Augusto Cesar de Leivas



j) Adalbert Thomsen

\* Fonte dos retratos: Impressões do Brasil no Século XX.



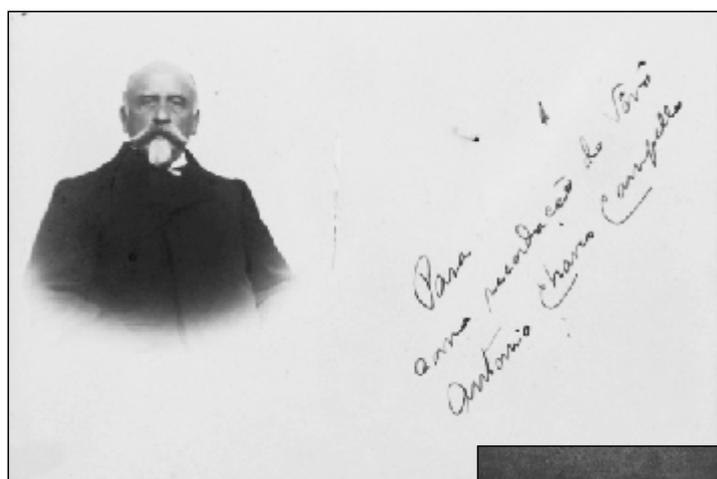
l) Carlos Guilherme Rheingantz e Maria Francisca de Sá Rheingantz. 1873. Acervo familiar.



m) Demócrito Martins de Lemos, filho de Manuel de Lemos Jr. e o escravo.



n) Jacob Rheingantz e Maria Carolina Von Fella. 1873. Acervo familiar.

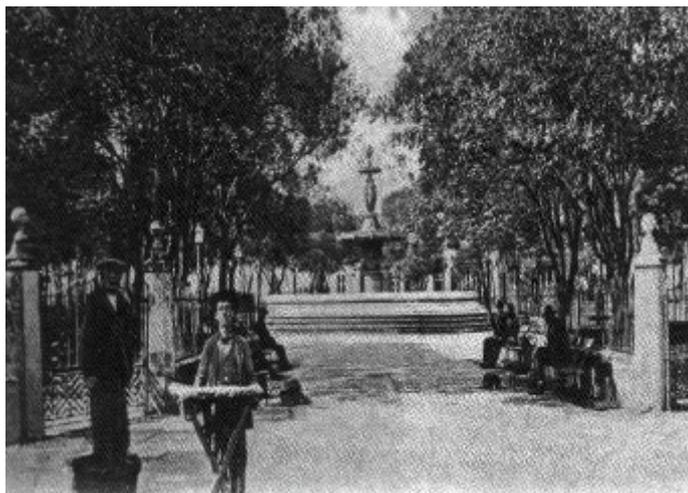


o) Antônio Chaves Campello, recordação pra a neta Anna. s.d. Acervo pessoal.



p) Maria Ricardina de Sá. s.d. Acervo Family Search.

**Anexo XI. Espaços de sociabilidade: o porto e as ruas.**



a) Chafariz, Praça Xavier Ferreira, Rio Grande, 1874. Acervo: Papareia.



b) Rua larga para passeio e passagem dos bondes. Século XX. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



c) Obras do cais do porto, Rio Grande, 1872. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



d) Movimento no porto, cartão postal, 1912. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



e) Passeio alargado, cais do porto de Rio Grande, 1900. Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.

**Anexo XII.** Espaços de sociabilidade: Villa Sequeira.



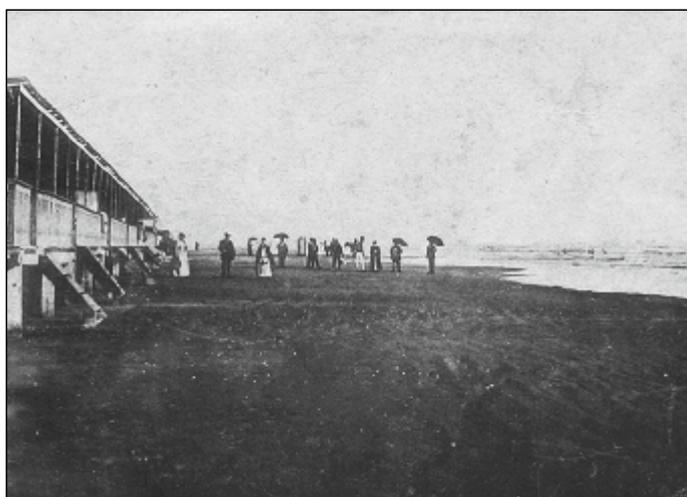
a) Passeio a beira-mar. Final do século XIX.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



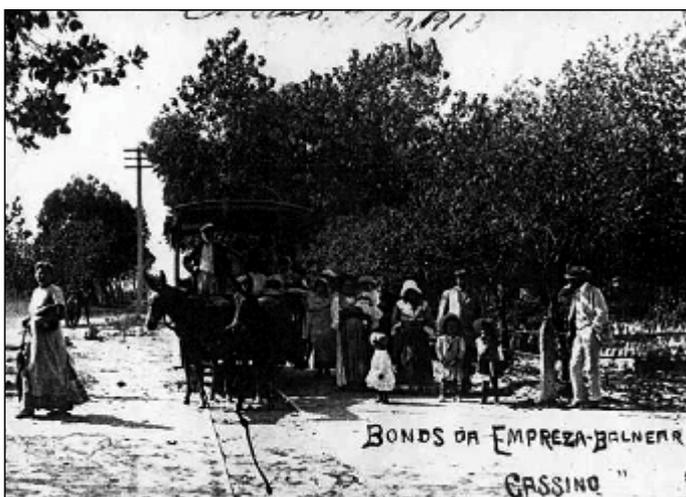
b) Passeio a beira-mar. Final do século XIX.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



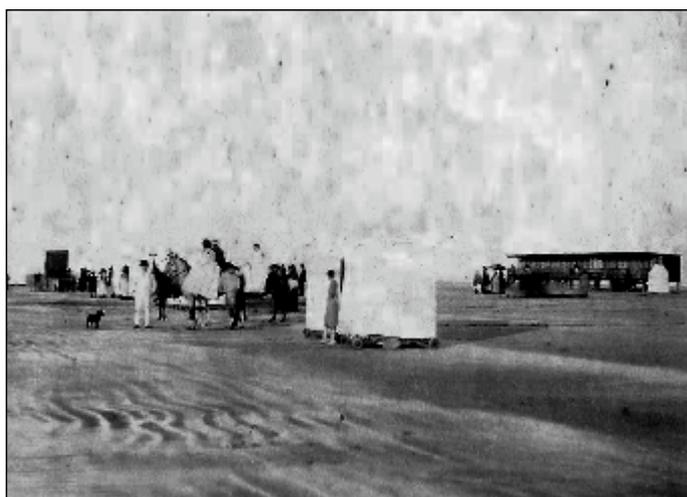
c) Passeio a beira-mar. Final do século XIX.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



d) Passeio a beira-mar. Final do século XIX.  
Acervo: Bibliotheca Rio-grandense.



e) Bondes de tração animal na Villa Sequeira, 1913.  
Acervo: Prati.



f) Passeio de cavalo, s.d. Acervo: Prati.

**Anexo XIII.** Grandes exposições no Brasil e no mundo.



a) Vista interna da Exposição Estadual de 1901.  
Acervo: Fototeca, Museu Joaquim José Felizardo.



b) Vista interna da Exposição Estadual de 1901.  
Acervo: Fototeca, Museu Joaquim José Felizardo.



c) Pavilhão da Fábrica Rheingantz.  
Exposição Estadual de 1901.  
Acervo: Prati



d) Certificado de Medalha de Ouro na Exposição Estadual de 1901.  
Acervo: Prati.



e) Postal, Exposição de Londres, 1851. Fonte: Getty Images.



f) Cartaz Exposição de Paris, 1889. Fonte: Getty Images.



g) Exposição Internacional da Filadélfia, 1876. Prédio principal. Fonte: The Encyclopedia of Greater Philadelphia.



h) Exposição Internacional da Filadélfia, 1876. Pavilhão da Agricultura. Fonte: The Encyclopedia of Greater Philadelphia.



g) Cartaz, Exposição de Viena, 1873. Fonte: Getty Images.



g) Gravura, Pavilhões da Exposição de Viena, 1873. Fonte: Getty Images.

## Anexo XIV. Ficha prosopográfica: personagens.

SAP

Home / Personagens - Carlos Guilherme Rheingantz / Editar

## Editar Personagem: Carlos Guilherme Rheingantz

**Nome:** Carlos Guilherme Rheingantz

**Sexo:**  Feminino  Masculino

**Local Nascimento:** Pelotas / RS / Brasil

**Local Casamento:** Rio Grande

**Local Falecimento:** Rio de Janeiro

**Formacao:**

**Titulos:** Comendador

**Nome:** Carlos Guilherme Rheingantz

**Fonte ID:** Indivíduo-chave

**Origem Étnica:** Alemã

**Data Nascimento:** 1940-04-14

**Data Casamento:** 1973-03-01

**Data Falecimento:** 1909-05-30

**Ocupacoes:** Comerciante, Industrial

**Fontes:** Relatórios anuais da Fábrica Rheingantz

**Filiação**

**Pai:** Jacob Rheingantz

**Mãe:** Maria Carolina von Fells Rheingantz

**Fonte Filiação:**

SAP

Home / Personagens - Carlos Guilherme Rheingantz / Editar

## Conjuge(s)

**Conjuge:** Seleccione o(a) conjuge

**Nome:** Maria Francisca de Sá Rheingantz

**Fonte:** InventárioFiliaAPERS

## Sogro(a)

**Sogros:** Seleccione o(a) sogro(a)

**Nome:** Miguel Tito de Sá  
Maria Delfina Ribeiro

**Fonte:** familysearch.org  
familysearch.org

## Irmãos

**Irmãos:** Seleccione o irmão(ões)

**Nome:** Teresa Guilherme Rheingantz  
Friedrich Guilherme Rheingantz  
Maria Angélica Rheingantz

**Fonte:** familysearch.org  
familysearch.org  
familysearch.org

SAP

Info. Pessoal > Info. Empreendedor > Relações > Liquid Informal

### Filhos

Filhos:  Fonte Filhos:

Nome	Fonte
Olga Clotilde de Sá Rheingantz (Pocineira)	familysearch.org
Mãe de Sá Rheingantz	familysearch.org
Carlos Frederico de Sá Rheingantz	familysearch.org
Francisco Alberto de Sá Rheingantz	familysearch.org
Eduardo de Miranda Rheingantz	familysearch.org
Alberto Luis de Sá Rheingantz	familysearch.org
Adolfo Lourenço de Sá Rheingantz	familysearch.org
Guilherme Adolfo de Sá Rheingantz	familysearch.org
Paulo Afonso de Sá Rheingantz	familysearch.org

### Cunhados

Cunhados:  Fonte Cunhados:

Nome	Fonte
Joséfa Maria de Sá Darcy	
James Darcy	familysearch.org
Sophia Clotilde de Sá	familysearch.org
Theresa Clotilde de Sá (Rheingantz de Pessiga)	familysearch.org

SAP

Info. Pessoal > Info. Empreendedor > Relações > Liquid Informal

### Informação profissional

Empreendimento:  Cargo:  Início no Cargo:

Empreendimento	Cargo	Data
Fábrica Rheingantz	Superintendente	(not set)
Ateliê de Mendicidade de Rio Grande	Vice-presidente	1888-01-01
Câmara do Comércio de Rio Grande	Presidente	1882-01-01
Carris Libanos	Conselho Fiscal	1884-01-01
Fábrica Rheingantz	Diretor	1891-03-10
Fábrica Rheingantz	Gerente	1889-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1894-01-01
Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	Médico	1888-01-01
Fábrica de Charutos Pisco	Acionista	1891-01-01
Fábrica de Charutos Pisco	Acionista	1895-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1891-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1890-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1901-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1900-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1911-01-01
Fábrica Rheingantz	Acionista	1913-01-01
Hartman & C.	Acionista	1893-01-01

**Observações**

Em 1885, Carlos Guilherme afasta-se da gerência efetiva da fábrica (onde exerceu o cargo de superintendente), passando o controle efetivo para seu irmão Alfredo Eusebio



**Anexo XVI.** Código Criminal do Império do Brasil.

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Manda executar o Código Criminal do Império do Brasil.

CAPITULO IV  
VADIOS E MENDIGOS

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma occupação honesta, e util, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda sufficiente.

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se offereça a sustental-os.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades.

4º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cégos.

Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez.

Fonte: CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL. 16 de dezembro de 1830. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm).

**Anexo XVII.** DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Capítulos XII e XIII.

**CAPITULO XII**

**DOS MENDIGOS E EBRIOS**

Art. 391. Mendigar, tendo saude e aptidão para trabalhar:

Pena - de prisão celllular por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos logares onde existem hospicios e asylos para mendigos:

Pena - de prisão celllular por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio:

Pena - de prisão celllular por um a dous mezes.

Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor:

Pena - de prisão celllular por um a tres mezes.

Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem:

Pena - de prisão celllular por um a tres mezes.

Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta:

Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias.

Art. 397. Fornecer a alguem, em logar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal-o, ou de augmentar-lhe a embriaguez:

Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias.

Paragrapho unico. Si o facto for praticado com alguma pessoa menor, ou que se ache manifestamente em estado anormal por fraqueza ou alteração da intelligencia:

Pena - de prisão celllular por dous a quatro mezes.

Art. 398. Si o infractor for dono de casa de vender bebidas, ou substancias inebriantes:

Penas - de prisão celllular por um a quatro mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

**CAPITULO XIII**

**DOS VADIOS E CAPOEIRAS**

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão celllular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.

Fonte: Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2664 Vol. Fasc.X (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>

## Anexo XVIII. Taxa cambial pence/mil-réis (1870-1930)

## Década de 1870

	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
<b>Jan</b>	19,80	24,38	24,88	26,13	26,13	26,50	26,69	24,75	24,90	21,50
<b>Fev</b>	19,75	24,13	24,13	26,25	25,88	26,69	26,28	24,56	24,25	21,25
<b>Mar</b>	20,38	25,13	24,38	26,69	26,00	26,75	25,31	24,38	23,25	20,63
<b>Abr</b>	23,00	25,25	24,50	26,25	25,69	26,63	25,56	23,50	23,00	20,44
<b>Mai</b>	23,25	25,13	24,25	25,75	25,13	26,88	25,63	23,50	23,25	19,88
<b>Jun</b>	22,13	24,25	24,25	25,75	24,94	27,19	25,44	23,94	23,50	19,50
<b>Jul</b>	22,88	22,75	24,50	25,50	25,31	26,63	25,19	24,19	23,50	20,13
<b>Ago</b>	20,63	24,25	25,50	25,81	25,94	27,00	25,00	24,63	23,13	21,31
<b>Set</b>	20,25	24,25	25,75	26,00	26,25	27,13	24,44	24,50	23,31	21,50
<b>Out</b>	22,06	23,75	25,75	25,81	26,44	27,50	24,00	25,13	23,31	21,75
<b>Nov</b>	22,88	24,13	25,88	26,00	26,75	27,44	24,94	25,19	22,50	22,13
<b>Dez</b>	23,88	25,50	25,81	25,88	26,31	27,06	25,06	24,63	21,63	23,19

## Década de 1880

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
<b>Jan</b>	23,31	22,50	20,81	21,63	21,75	19,50	17,81	22,19	24,06	27,38
<b>Fev</b>	23,13	21,75	20,56	21,38	22,13	19,00	17,81	22,13	24,50	27,63
<b>Mar</b>	22,56	21,25	20,88	21,50	21,63	18,63	18,94	21,81	23,44	27,75
<b>Abr</b>	21,06	21,19	21,38	21,50	21,00	18,25	20,56	21,63	23,44	27,44
<b>Mai</b>	21,06	21,31	21,44	21,50	20,38	18,19	21,88	22,25	23,88	26,88
<b>Jun</b>	22,25	21,88	21,50	21,31	20,25	18,13	21,13	22,13	24,38	26,88
<b>Jul</b>	23,13	22,50	21,50	21,25	20,00	18,00	20,75	22,38	25,56	27,00
<b>Ago</b>	23,19	22,88	21,31	21,25	19,63	18,06	21,13	22,38	26,06	27,13
<b>Set</b>	23,50	22,44	21,19	21,25	19,88	18,38	21,56	22,63	26,50	27,44
<b>Out</b>	23,44	22,38	21,44	21,50	19,75	18,00	22,00	22,63	27,06	27,56
<b>Nov</b>	23,00	22,44	21,56	21,50	19,50	17,88	21,88	22,75	27,06	27,44
<b>Dez</b>	22,50	21,81	21,25	21,63	19,50	18,00	22,31	23,19	27,06	25,81

## Década de 1890

	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
<b>Jan</b>	24,88	19,78	12,30	13,31	10,07	10,43	9,11	8,69	6,88	7,44
<b>Fev</b>	24,13	19,34	12,06	13,25	9,64	9,80	8,91	8,56	6,70	7,20
<b>Mar</b>	22,94	18,62	11,75	12,63	9,69	9,63	8,75	8,17	6,31	6,82
<b>Abr</b>	21,63	17,69	11,50	12,20	9,36	9,47	9,16	7,81	5,81	7,01
<b>Mai</b>	21,13	16,56	11,12	11,16	9,47	9,16	9,84	7,56	6,21	7,64
<b>Jun</b>	21,44	17,59	10,84	10,62	9,25	9,55	10,00	7,69	7,30	7,96
<b>Jul</b>	22,75	16,56	10,22	11,25	9,25	10,66	9,56	7,53	7,29	8,10
<b>Ago</b>	22,81	15,31	10,53	12,06	9,28	10,66	8,94	7,61	7,35	8,05
<b>Set</b>	22,00	15,34	12,31	11,02	10,88	10,70	8,78	7,61	7,76	7,67
<b>Out</b>	22,94	14,41	14,41	10,62	11,84	10,21	8,47	7,38	8,56	7,19
<b>Nov</b>	23,13	12,96	12,91	10,38	11,57	9,38	8,06	7,09	8,52	7,00
<b>Dez</b>	21,88	12,09	13,38	10,19	10,72	9,16	8,68	7,09	7,77	6,96

## Década de 1900

	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
<b>Jan</b>	7,45	9,95	12,04	11,72	12,11	13,78	17,22	15,42	15,16	15,16
<b>Fev</b>	7,87	10,58	11,58	11,68	12,27	13,77	16,97	15,41	15,16	15,16
<b>Mar</b>	8,36	11,57	11,97	12,03	12,06	14,58	16,19	15,27	15,16	15,06
<b>Abr</b>	8,24	12,36	11,92	12,01	12,12	16,06	15,20	15,16	15,16	15,14
<b>Mai</b>	8,62	12,31	12,27	12,36	12,80	16,42	15,80	15,19	15,16	15,09
<b>Jun</b>	9,68	11,43	11,98	12,26	12,16	16,19	16,59	15,19	15,16	15,09
<b>Jul</b>	11,98	10,80	11,87	12,04	12,07	16,64	16,88	15,20	15,16	15,09
<b>Ago</b>	10,61	10,34	11,97	11,99	12,03	17,53	16,83	15,27	15,16	15,09
<b>Set</b>	9,95	11,00	11,85	12,02	12,16	17,25	16,16	15,19	15,16	15,11
<b>Out</b>	10,22	11,46	11,97	12,02	12,33	15,91	15,39	15,19	15,16	15,19
<b>Nov</b>	10,37	11,84	11,95	11,87	12,41	16,44	15,58	15,19	15,16	15,26
<b>Dez</b>	9,84	12,29	11,87	11,89	13,03	16,72	15,41	15,20	15,16	15,25

## Década de 1910

	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
<b>Jan</b>	15,14	16,12	16,11	16,26	16,06	13,87	11,56	12,00	13,75	13,08
<b>Fev</b>	15,08	16,01	16,11	16,22	16,05	12,75	11,67	11,89	13,42	13,16
<b>Mar</b>	15,06	16,01	16,14	16,14	16,89	13,01	11,73	11,84	13,34	13,25
<b>Abr</b>	15,45	16,05	16,19	16,08	15,83	12,20	11,64	12,05	13,11	13,58
<b>Mai</b>	15,84	16,16	16,11	16,09	15,86	12,28	12,05	13,31	13,05	14,42
<b>Jun</b>	16,34	16,09	16,14	16,05	16,05	12,42	12,30	13,66	12,98	14,52
<b>Jul</b>	16,65	16,09	16,16	16,06	15,81	12,83	12,59	13,36	12,22	14,51
<b>Ago</b>	17,06	16,11	16,14	16,08	13,53	12,31	12,56	13,05	12,28	14,42
<b>Set</b>	17,81	16,18	16,14	16,08	11,95	12,09	12,36	12,86	12,14	14,50
<b>Out</b>	17,37	16,20	16,20	16,08	12,56	12,25	12,19	13,05	12,51	14,72
<b>Nov</b>	17,22	16,20	16,28	16,08	13,59	12,25	12,00	13,12	13,51	16,48
<b>Dez</b>	16,16	16,20	16,23	16,08	14,05	12,09	11,97	13,69	13,70	17,64

## Década de 1920

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
<b>Jan</b>	17,73	9,72	7,50	5,94	6,17	5,92	7,42	5,86	5,95	5,95
<b>Fev</b>	18,22	9,75	7,58	5,94	6,73	5,69	7,34	5,91	5,96	5,95
<b>Mar</b>	17,51	9,39	7,76	5,75	6,45	5,62	7,20	5,91	5,96	5,93
<b>Abr</b>	16,37	8,51	7,69	5,56	6,28	5,44	7,03	5,87	5,96	5,94
<b>Mai</b>	16,37	8,33	7,64	5,44	6,09	5,23	7,36	5,89	6,96	5,94
<b>Jun</b>	15,00	7,81	7,62	5,47	6,01	5,50	7,73	5,89	5,94	5,94
<b>Jul</b>	14,14	7,17	7,51	5,48	5,45	5,70	7,75	5,87	5,95	5,94
<b>Ago</b>	13,07	7,95	7,37	5,19	5,33	6,08	7,67	5,89	5,95	5,94
<b>Set</b>	12,51	8,23	6,94	5,20	5,47	6,76	7,58	5,91	5,95	5,94
<b>Out</b>	12,14	8,12	6,31	5,08	6,06	7,42	7,01	5,94	5,96	5,94
<b>Nov</b>	11,58	7,86	6,56	4,84	6,01	7,31	6,42	5,92	5,96	5,87
<b>Dez</b>	10,45	7,67	6,28	5,22	5,94	7,12	5,94	5,94	5,94	5,66

## Década de 1930

	1930
<b>Jan</b>	5,62
<b>Fev</b>	5,64
<b>Mar</b>	5,79
<b>Abr</b>	5,87
<b>Mai</b>	5,88
<b>Jun</b>	5,71
<b>Jul</b>	5,40
<b>Ago</b>	5,05
<b>Set</b>	5,14
<b>Out</b>	5,29
<b>Nov</b>	5,23
<b>Dez</b>	5,46

A tabela apresenta valores mensais para as taxas de câmbio entre libra esterlina e mil-réis (pence / mil-réis) a partir de 1870. Observa-se que estas taxas são médias de mercado, isto é, taxas para letras cambiais à vista ou a três meses, cotadas livremente pelos bancos e operadores de câmbio. A partir de 1930, cresce significativamente o grau de intervenção governamental sobre o câmbio e, assim, aumentam também as dificuldades de se definir a taxa de câmbio livre e efetivamente utilizada nas transações internacionais.

Até 1971, uma libra esterlina valia 20 xelins (que valiam por sua vez 12 pence cada um), ou 240 pence.

Fontes: Jornal do Comércio. Retrospecto Comercial, vários números (1870-1905), Câmara Sindical de Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal. Relatórios, vários números (1905-1930). Dados e textos disponível em: <http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/libramediamensal.htm>.

## Anexo XIX. Lista de Acionistas da Fábrica Rheingantz (exemplo).

Arquivo da Biblioteca  
R40 - Operários  
R0 GRANDE -- 83

## LISTA DOS ACCIONISTAS

DA

SOCIEDADE COMMANDITARIA EM ACCÕES

**Rheingantz & C.**

	57	ACCÕES
Comendador Antonio C. Corrêa Leite.	57	ACCÕES
Antonio Chaves Campello.	6	"
Antonio Campos.	1	"
Antonio da Cunha Silveira	1	"
Antonio José Monteiro.	30	"
Antonio José Martins de Castro.	1	"
Antonio José da Costa.	1	"
Antonio José Marques Junior.	2	"
Antonio José Rodrigues de Cerqueira.	8	"
Antonio Jacomo Villaga.	1	"
Antonio Manoel de Lemos Junior.	26	"
Antonio Marques d'Oliveira Rey.	2	"
Antonio d'Oliveira Piedade.	1	"
Antonio Pereira Pegas.	1	"
Antonio de Paula Teixeira.	5	"
Antonio Pereira de Castro.	24	"
Antonio Soares de Barcellos.	20	"
Antonio de Souza Neves.	4	"
Antonio dos Santos Lisboa.	4	"
Antonio dos Santos Rocha.	7	"
Antonio Tavares Leite.	2	"
André A. Leite d'Oliveira Salgado.	3	"
Alfredo Palmor Fuão	2	"
Albano Jacobi	8	"
Alpio Mendes	2	"
Augusto Hormain	4	"
Alexandre José da Silva	2	"
Alvaro de Carvalho.	1	"
Asylo do Coração de Maria.	6	"
	<b>232</b>	<b>accões</b>

## RELATORIO

DA

SOCIEDADE COMMANDITARIA EM ACCÕES

**Rheingantz & C.**

APRESENTADO

A

### ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Em 29 de Outubro de 1886.



**RIO GRANDE**  
TYP. DA LIVRARIA EVANGELICA

1886

Transporte 659 ACÇÕES

Francisco Caetano Soares.	1	"
Francisco Costa.	4	"
Francisco Frisoni.	10	"
Francisco José da Costa Ferreira.	1	"
Francisco José Teixeira Guimarães.	1	"
Francisco dos Santos Faria.	2	"
Francisco da Silva Rasteiro.	1	"
Francisco Telles de Menezes Junior.	1	"
F. Laetzs.	100	"
Fernando Hackrad.	10	"
Freitas Valle & C.	5	"
Fructoso J. Gonçalves Mostardeiro.	2	"
Fonseca & Filho	1	"
Fresteiro & Irmão.	2	"
Fortunato Joaquim da Rosa.	1	"
Felippe B. de Freitas Noronha.	1	"
Felippe Enck.	8	"
Guilherme Saam.	10	"
Guilherme Iung.	6	"
Germano Lourenço dos Santos.	1	"
Gabriel José d'Oliveira	2	"
Guimarães & Silva.	1	"
George W. Lawson.	3	"
Henrique Kühleke.	4	"
Henrique Antonio Vianna	1	"
H. Fraeb.	200	"
H. Falkmann.	22	"
H. A. Schiött.	6	"
Honorio Soares de Barcellos.	2	"
D. Herminia Gloria de Sá	10	"
D. Hercília Celina de Mello Reis.	4	"
D. Ida Chaves Barcellos	2	"
Dr. Ignacio Alves Pereira	1	"
Ismael Maia	5	"
Commandador João Baptista Ferreira d'Asevedo	15	"
João Afonso Vasques	21	"
João Baptista Rallo.	1	"
João Caetano da Rocha Moreira	1	"
João Dias da Rocha.	2	"
João David Seidel	1	"
João Francisco Monteiro.	1	"
	<u>1132</u>	acções

Transporte 232 ACÇÕES

D. Antonieta de Sá.	1	"
D. Anna Moreira Lamas.	1	"
D. Anna Zeferina da Costa Amaro.	1	"
D. Alcida de Menezes M. Rodrigues.	6	"
D. Avelina Noronha	1	"
D. Arlinda Martins Cardoso.	5	"
D. Angelina Martins Cardoso	5	"
D. Alzira Chaves Barcellos.	2	"
D. Augusta Kühleke	2	"
D. Amalia B. da Porciuncula	1	"
Banco da Provincia	20	"
Barão de S. José do Norte	12	"
Belizario Ferreira dos Santos	3	"
Bastian & Meyer.	1	"
Baronesa Theresinha von Steinberg	2	"
D. Balbina Corrêa dos Santos	1	"
Carlos G. Rheingantz.	69	"
Dr. Carlos Augusto Flores	25	"
Carlos Augusto da Costa Lima.	2	"
Carlos Eugenio Fontana	1	"
Carneiro & Irmão	4	"
Candido Rozario da Silva.	1	"
Cahxto Antonio Filgueiras	1	"
Chaves & Almeida.	10	"
Custodio Gonçalves Marques.	1	"
D. Camilla Martins Cardoso.	5	"
D. Carolina F. Ferraz Vianna	2	"
Domingos José Rodrigues Dias.	3	"
Duarte & Bastos	2	"
Dulce de Carvalho.	1	"
D. Delminda Martins de Freitas	1	"
Ernesto Carneiro da Fontoura	1	"
Ernesto Levy.	1	"
Emilio de Barros	7	"
Emilio Hornain.	3	"
Eduardo Tito de Sá.	10	"
D. Eleuteria Barbosa Vasques	6	"
D. Ernestina Rodolphina Fuhrmeister.	6	"
D. Estephania Domingues Pereira.	1	"
Commandador Francisco de Paula Mayrinck	200	"
	<u>659</u>	acções

Transporte 1132 AÇÕES

João Ignacio Soares . . . . .	4
João Gonçalves Valladas . . . . .	1
João Gonçalves Belchior . . . . .	2
João Mauricio de Carvalho . . . . .	10
Dr. João do Miranda Ribeiro Sobrinho . . . . .	2
João Mario de Carvalho e Silva . . . . .	1
Monsenhor João P. de Miranda Vêras . . . . .	2
João Pinto Ribeiro . . . . .	5
John William Broadbent . . . . .	4
Joaquim Alves Rebello & C. . . . .	1
Joaquim Fernandes Moreira . . . . .	2
Joaquim Gomes Campos . . . . .	1
Joaquim Henriques d'Azevedo & C. . . . .	2
Joaquim da Silva Campos . . . . .	1
José Antonio Machado Junior . . . . .	20
José Bernardino Teixeira Barbosa . . . . .	6
Dr. José Francisco Diana . . . . .	10
José Francisco Pereira Duarte . . . . .	2
José Francisco da Silva . . . . .	1
José Joaquim Dias . . . . .	1
Comendador José M. de Mello Alvim . . . . .	10
José da Rocha Monteiro . . . . .	1
José Soares Vianna . . . . .	6
Dr. Jorge Frederico Fayet . . . . .	6
Jacob Sehl . . . . .	5
Jacinto Gonçalves dos Santos . . . . .	2
James Stansfield . . . . .	2
D. Joaquina Emiliana da Silva Cintra . . . . .	1
D. Julieta Noronha . . . . .	1
Luiz Anastacio Cadaval . . . . .	2
Luiz Arthur Masseron . . . . .	1
Luiz Kalfelz . . . . .	1
Luiz dos Santos Faria . . . . .	2
Lycurgo Telles de Menezes . . . . .	20
Lourenço Barra . . . . .	1
Lourenço Ferreira dos Santos . . . . .	1
Laurentino Alberto Fróes . . . . .	3
D. Lydia M. Lefebvre . . . . .	3
D. Laudecena Martins Cardoso . . . . .	5
D. Lavina Preller . . . . .	2
D. Luiza Machado de Freitas Prestes . . . . .	2

1287 ações

Transporte 1287 AÇÕES

Manoel Alexandre da Fonseca . . . . .	5
Linoel d'Almeida . . . . .	2
Manoel João de Abreu . . . . .	2
Manoel José Gomes Magriço . . . . .	8
Manoel Joaquim Nogueira . . . . .	1
Manoel da Silva Passos . . . . .	2
Mathias José Bins . . . . .	20
Miller & C . . . . .	2
Comendador Mignel F. Moreira . . . . .	6
Mignel Soares de Barcellos . . . . .	2
D. Manoela Chaves Barcellos . . . . .	2
D. Maria Elisa Fayet . . . . .	10
D. Maria Francisca de Sá Rheingantz . . . . .	1
D. Maria José Amaro Lacroix . . . . .	1
D. Maria Saboia Viriato de Madeiros . . . . .	4
D. Maria Thereza R. da Porciuncula . . . . .	1
Dr. Nicolau Alves Pitombo . . . . .	4
D. Nathalia Rosa de Menezes . . . . .	1
Pedro Iung . . . . .	10
Pedro Iung Filho . . . . .	10
Pedro João Lacroix . . . . .	2
Pedro Steffens . . . . .	20
Paulo Rodrigues de Castro . . . . .	1
DD. Paulina e Emilia Cardoso Ramos . . . . .	4
D. Otília Manoela Fróes . . . . .	2
Rodrigues Vianna & Julio . . . . .	4
Roberto Jacobi . . . . .	10
Ramão Alvares . . . . .	1
D. Regina Ribas Cadaval . . . . .	2
D. Rose Derrepas . . . . .	1
Santiago de Castro . . . . .	5
Sociedade Portuguesa de Beneficencia . . . . .	2
Theodoro Cardoso Rangel . . . . .	4
Tito Chaves Barcellos . . . . .	2
D. Thereza de Miranda Henriques . . . . .	4
Vicente José de Barcellos Junior . . . . .	2
Virgílio José da Porciuncula Junior . . . . .	3
D. Virgínia Amalia da Porciuncula . . . . .	1
Visconde da Cruz Alta . . . . .	20

1471 ações

208

Centro da Biblioteca  
Rio - Grandense  
RUA GRANDE - 85

94

	Transporte	1471 AÇÕES
Dr. W. Hermann . . . . .	.	2 "
Wilhelm ter Brüggem . . . . .	.	15 "
Wilhelm Deecke . . . . .	.	1 "
D. Zelinda Zignago V. Frisoni . . . . .	.	10 "
D. Zulmyra de Moraes Braga . . . . .	.	1 "
<b>Total</b>		<u>1500 ações</u>
a 500,\$000 cada uma	Rs.	750:000,\$000
C. G. Rheingantz, capital soli-		
dario não dividido em ações . "		50:000,\$000
	Rs.	<u>800:000,\$000</u>

## Anexo XX. Listas de acionistas e diretorias (diversos empreendimentos)

Lista nominativa dos subscriptores da sociedade comanditãria em acções			
POOCK & C.			
SUBSCRIPTORES	CAPITAL SUBSCRIPTO	N. DE ACÇÕES	ENTRADAS RÉIS
Antonio da C. Corrêa Leite . . . . .	18.000\$000	90	1.800\$000
Antonio José Monteiro . . . . .	4.000\$000	20	400\$000
Alfredo Rheingantz . . . . .	1.000\$000	5	100\$000
Arnaldo José Pereira . . . . .	6.000\$000	30	600\$000
Carlos Guilherme Rheingantz . . . . .	16.000\$000	80	1.600\$000
George W. Lawson . . . . .	6.000\$000	30	600\$000
H. Falkmann . . . . .	4.000\$000	20	400\$000
H. A. Schiött . . . . .	1.000\$000	5	100\$000
Henrique Kuhlcke . . . . .	3.000\$000	15	300\$000
João Luiz Vianna . . . . .	18.000\$000	90	1.800\$000
José Soares Vianna . . . . .	2.000\$000	10	200\$000
Luiz Kallfels . . . . .	3.000\$000	15	300\$000
Lycurgo Telles de Menezes . . . . .	2.000\$000	10	200\$000
Sa. tiago de Castro . . . . .	1.000\$000	5	100\$000
D. Guilhermina Poock . . . . .	10.000\$000	50	1.000\$000
Somma . . . . .	95.000\$000	475	9.500\$000
Gustavo Poock, socio solidario . . . . .	5.000\$000		500\$000
Somma total . . . . .	100.000\$000		10.000\$000

a) Lista de acionistas da Fábrica de Charutos Poock. Recorte de Estatutos. Sociedade Comanditãria em Ações Poock & C. Ata da reunião da assembleia geral de constituição da Sociedade Comanditãria em Ações Poock & C. Publicado em: *A Federação*, 1891, ed. 202, p. 2-3.

A directoria do projectado Asylo de Mèndicidade da cidade do Rio Grande compõe-se dos srs. :  
 Presidente, commendador Antonio da Costa Corrêa Leite.  
 Vice-presidente, commendador Carlos Guilherme Rheingantz.  
 Secretariê, Benjamin Flores.  
 Thesoureiro, Joaquim Martins Cardoso.  
 Procurador, Pedro de Azevedo Machado.  
 Administrador, Antonio José Ferreira Primo.  
 Directores: commendador Miguel Fernandes Moreira, Antonio Manoel de Lemos Junior, João Wladislão Corrêa, Gustavo Feddersen, João Affonso Vasques, Albino José da Cunha, Rodolpho Gomes e Silva, Felix Lopes Guilherme, Constantino Lucio Jardim, Eugenio Maria da Costa Paiva, coronel Antonio Chaves Campello, Francisco Rodrigues de Oliveira.

b) Lista da Diretoria do Asilo de Mendicidade de Rio Grande. Recorte. Publicado em: *A Federação*, 1886, ed. 5, p. 2.



**Anexo XXI:** Quadro geral de indivíduos-chave e cargos ocupados.

<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1884
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Diretor	1887
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia Industrial e Mercantil Rio Grandense	Conselho Fiscal	1890
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Suplente da diretoria	1892
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Martins & Albino	Sócio-proprietário	1892
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Incorporador	1895
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Comissão Consultiva	1895
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Diretor-presidente	1895
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Sócio-solidário	1900
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Gerente	1900
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Sociedade de Beneficência Portuguesa	Comissão de exame de contas	1901
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1901
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia Fluvial Jaguarense	Acionista	1905
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia de Navegação Sul Rio Grandense	Conselho Fiscal	1905
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Vice-presidente	1906
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Suplente do Conselho Fiscal	1918
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Suplente do Conselho Fiscal	1918
Albino José da Cunha	Indivíduo-chave	Banco Nacional do Comercio	Suplente do Conselho Fiscal	1926
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Tenente-coronel	Não informado
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Gerente	1877
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Pook	Acionista	1891
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Gerente	1891
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1895
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Pook	Acionista	1895
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Conselho Fiscal	1895
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Presidente	1901
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro	Conselheiro	1902
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Alfredo Jacob Rheingantz	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mesário	1902

Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Alferes	1878
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Provedor	1884
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Tenente-coronel	1885
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Provedor	1886
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1891
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1896
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Antônio Chaves Campello	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Coronel	1918
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Presidente	1886
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1888
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1888
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1891
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Companhia Progresso Industrial (Porto Alegre)	Sócio-fundador	1891
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Antônio da Costa Correa Leite	Indivíduo-chave	Companhia de Navegação Sul Rio Grandense	Diretor-gerente	1905
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Banco da Província	Não Identificado	Não informado
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Sócio-fundador	1846
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Clube Comercial de Pelotas	Diretor	1881
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1891
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1891
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Diretor	1892
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Presidente	1895
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Suplentes do Conselho Fiscal	1895
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Sociedade de Beneficência Portuguesa	Presidente	1901
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Companhia de Navegação Sul Rio Grandense	Diretor-presidente	1905
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Associação dos Empregados no Comércio	Presidente	1905
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano_cargo</b>
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Turf Rio-Grandense	Acionista	1911
Antonio Joaquim Pinto da Rocha	Indivíduo-chave	Companhia de Conservas Rio Grandense	Sócio-fundador	1911

Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1888
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Tesoureiro	1891
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Guarda-livros	1891
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1891
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
Antonio José Monteiro	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Carris Urbanos	Conselho Fiscal	1884
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1884
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Sociedade de Imigração Rio-grandense	Conselho Fiscal	1884
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1884
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1888
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1891
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Diretor	1892
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1895
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Antônio Manuel de Lemos Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Antonio Pereira Pegas	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Suplentes do Conselho Fiscal	1895
Antonio Pereira Pegas	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Suplentes do Conselho Fiscal	1895
Antonio Pereira Pegas	Indivíduo-chave	Albino & C.	Suplente do Conselho Fiscal	1900
Antonio Pereira Pegas	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Antonio Pereira Pegas	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1884
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Hidráulica Guahybense (Porto Alegre)	Acionista	1885
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense	Conselho Fiscal	1890
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Tenente-coronel	1891

Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Provedor	1894
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
Antonio Soares de Barcellos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Sócio-fundador	1845
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Vice-presidente	1889
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Maritimos Phenix de Porto Alegre	Conselho Fiscal	1891
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1895
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1912
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Rio-grandense	Conselho Fiscal	1912
Arnaldo José Pereira	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1913
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1888
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Companhia Farmacêutica e Industrial	Acionista	1891
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Suplentes do Conselho Fiscal	1895
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Albino & C.	Suplente do Conselho Fiscal	1900
Basílio Gonçalves Bastos	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1900
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Superintendente	Não informado
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Presidente	1882
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1884
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Carris Urbanos	Conselho Fiscal	1884
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1886
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Vice-presidente	1886
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Gerente	1889
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1891
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1893
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1896
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911

Carlos Guilherme Rheingantz	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Carlos Jacob Theodoro Nieckele	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Vice-presidente	1887
Carlos Jacob Theodoro Nieckele	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Presidente	1892
Carlos Jacob Theodoro Nieckele	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Suplente da diretoria	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Incorporador	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Comissão Consultiva	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1900
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Companhia Fluvial Jaguarense	Acionista	1905
Domingos José Vaz Dias	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1891
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Suplentes do Conselho Fiscal	1895
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Suplente da diretoria	1895
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1896
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1901
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
George Wilcock Lawson	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Gustavo Feddersen	Indivíduo-chave	Thomsen & C. (Nova York)	Sócio-fundador	1884
Gustavo Feddersen	Indivíduo-chave	Thomsen & C. (Rio Grande)	Sócio-fundador	1884
Gustavo Feddersen	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Gustavo Feddersen	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Diretor	1887
Gustavo Feddersen	Indivíduo-chave	Thomsen & C. (Rio Grande)	Gerente	1916
Hermann Ludwig Falkmann	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Hermann Ludwig Falkmann	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Hermann Ludwig Falkmann	Indivíduo-chave	Fraeb, Nieckele & C. (Brasil)	Sócio-representante	1893
Hermann Ludwig Falkmann	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1884
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Companhia Industrial e Mercantil Rio Grandense	Suplente do Conselho Fiscal	1890
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1893
João Affonso Vasques	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Tenente-coronel	1894
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Diretor	1886

João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Companhia União de Seguros Maritimos	Conselho Fiscal	1891
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Banco da Província	Diretor	1899
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Banco da Província	Diretor	1913
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
João Caetano Pinto	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Previdência do Sul	Conselho Fiscal	1913
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Sócio-fundador	1846
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Tesoureiro	1885
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Secretário	1886
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1891
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Companhia Farmacêutica e Industrial	Diretor	1891
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Aliança do Sul	Suplente da diretoria	1892
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Conselho Fiscal	1892
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	J L Vianna & C.	Sócio-fundador	1892
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Vice-presidente	1892
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Conselho Fiscal	1893
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Tenente-coronel	1893
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mesário	1902
João Luiz Vianna	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mesário	1904
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Tesoureiro	1886
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1888
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano_cargo</b>
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1901
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Joaquim Martins Cardoso	Indivíduo-chave	Companhia Força e Luz Porto-alegrense	Acionista	1906
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Hidráulica Guahybense (Porto Alegre)	Acionista	1886
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Hidráulica Guahybense (Porto Alegre)	Acionista	1886
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Banco da Província	Acionista	1888
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Banco de Crédito Real	Conselho Fiscal	1889
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Maritimos Phenix de Porto Alegre	Conselho Fiscal	1890
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Irmão	1891

José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia Progresso Industrial (Porto Alegre)	Comissão Fiscal	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Sociedade de Seguros Terrestres Porto-alegrense	Acionista	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia Progresso Industrial (Porto Alegre)	Sócio-fundador	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Maritimos Phenix de Porto Alegre	Suplente da diretoria	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Fábrica de Pregos Pontas de Paris (Porto Alegre)	Conselho Fiscal	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia Fabril Porto Alegrense	Acionista	1891
José Antonio Machado Júnior	Indivíduo-chave	Companhia Hydraulica Porto-alegrense	Diretor	1892
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Carris Urbanos	Administrador	1884
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1891
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Acionista	1893
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
José Francisco Cezar	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Gerente	1895
José Soares Vianna	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1891
José Soares Vianna	Indivíduo-chave	Companhia Farmacêutica e Industrial	Acionista	1891
José Soares Vianna	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1884
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Carris Urbanos	Conselho Fiscal	1884
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1886
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1888
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1890
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1891
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1891
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1891

<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1891
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1893
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Conselho Fiscal	1893
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fraeb, Nieckele & C. (Brasil)	Sócio-representante	1893
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1894
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Conselho Fiscal	1895
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Acionista	1895
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1895
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1896
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1896
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1896
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Tesoureiro	1898
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1898
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1904
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Diretor	1909
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica de Charutos Poock	Conselho Fiscal	1912
Lycurgo Telles de Menezes	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913
Manoel Py	Indivíduo-chave	Banco da Província	Acionista	1888
Manoel Py	Indivíduo-chave	Banco de Crédito Real	Conselho Fiscal	1889
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia Fabril Porto Alegrense	Acionista	1891
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia de Seguros Maritimos Phenix de Porto Alegre	Suplente da diretoria	1891
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia Hydraulica Porto-alegrense	Diretor	1892
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Comissão Consultiva	1895
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1895
Manoel Py	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Acionista	1901
Manoel Py	Indivíduo-chave	Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Presidente	1903
Manoel Py	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Manoel Py	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1906
Manoel Py	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1911
<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano cargo</b>
Manoel Py	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Acionista	1913

Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Vice-presidente	1883
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Sociedade de Imigração Rio-grandense	Conselho Fiscal	1884
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1884
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Bibliotheca Rio-grandense	Presidente	1885
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1886
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1888
Miguel Fernandes Moreira	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1891
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Associação dos Empregados no Comércio	Comissão de contas	Não informado
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Conselho Fiscal	1895
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Companhia Viação Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Suplente da diretoria	1895
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Sociedade de Beneficência Portuguesa	Comissão de exame de contas	1901
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Associação dos Empregados no Comércio	Comissão de contas	1905
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Fábrica de Fumos e Cigarros Aliança	Sócio-fundador	1907
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Associação dos Empregados no Comércio	Conselheiro	1919
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Camara Portuguesa do Comércio	Sócio-fundador	1919
Miguel José de Araujo	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Suplente da diretoria	2017
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Secretário	1877
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Rio Grande	Secretário	1881
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Carris Urbanos	Administrador	1884
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Asilo de Mendicidade de Rio Grande	Diretor	1886
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Otero, Gomes & C.	Sócio-solidário	1895
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Câmara do Comércio de Porto Alegre (Praça do Comércio)	Diretor	1900
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Caixa dos Funcionários Públicos	Acionista	1907
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Sociedade Anonima Mutualidade (Porto Alegre)	Acionista	1907
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Sociedade Anonima Mutualidade (Porto Alegre)	Conselho Fiscal	1907
Rodolpho Gomes e Silva	Indivíduo-chave	Caixa dos Funcionários Públicos	Conselho Fiscal	1910
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Mordomo	1888
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Companhia Farmacêutica e Industrial	Conselho Fiscal	1891
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Guarda Nacional	Major	1891
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Escrivão	1891
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Moinho Sul Brasil	Suplente da diretoria	1892

<b>Personagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>ano_cargo</b>
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Conselho Fiscal	1893
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Hormain & C.	Acionista	1893
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Escrivão	1893
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1893
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Escrivão	1894
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Moinho Rio-grandense	Conselho Fiscal	1895
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	A. L. Torres & C. (Fábrica Santa Cruz)	Acionista	1895
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Albino & C.	Conselho Fiscal	1900
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1900
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Fábrica Rheingantz	Conselho Fiscal	1904
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Companhia de Navegação Sul Rio Grandense	Conselho Fiscal	1905
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Associação dos Empregados no Comércio	Vice-presidente	1905
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Albino & C.	Acionista	1906
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Albino & C.	Conselho Fiscal	1907
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande	Conselheiro	1910
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Companhia de Conservas Rio Grandense	Sócio-fundador	1911
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Turf Rio-Grandense	Acionista	1911
Virgilino José da Porciúncula Junior	Indivíduo-chave	Companhia de Conservas Rio Grandense	Suplente da diretoria	1911